



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 031 - TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Nº 23, de 2006, de 20 de fevereiro último, encaminhando cópia da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário daquele Conselho sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006.

06800

1.2.2 – Aviso da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 203, de 2006, de 3 do corrente, encaminhando cópia do Aviso nº 28/GM/MME, no qual solicita sejam feitas correções na proposta de elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., que lhe permita concretizar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, submetido à apreciação desta Casa por meio da Mensagem nº 73, de 2006.

06807

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 225, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado e ex-Prefeito Mário Covas, tendo usado da palavra os Srs. Romeu Tuma, Heráclito Fortes e o Sr. Presidente (Tião Viana), se associado às homenagens, em nome da Mesa.

06813

1.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 92, de 2006 (nº 99/2006, na origem), de 16 de fevereiro último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

06816

Nº 93, de 2006 (nº 100/2006, na origem), de 16 de fevereiro último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira

de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

06828

Nº 94, de 2006 (nº 101/2006, na origem), de 16 de fevereiro último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

06833

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 11, de 2006 (OFS nº 49/99, na origem), que suspende a execução do art. 7º, I e II, e art. 27 da Lei nº 6.989, de 29/12/1966, com a redação dada, respectivamente, pela Lei nº 10.921, de 30/12/1990, e Lei nº 10.805, de 27/12/1989, todas do Município de São Paulo, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ..

06844

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 12, de 2006 (OFS nº 50/99, na origem), que suspende a execução do art. 4º da Lei nº 2.175, de 24 de novembro de 1989, do Município de Osasco, no Estado de São Paulo, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

06844

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 13, de 2006 (OFS nº 52/99, na origem), que suspende a execução do art. 10 da Lei nº 379, de 19 de dezembro de 1969, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 1.039, de 7 de dezembro de 1989, ambas do Município de Diadema – SP, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

06844

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 14, de 2006 (OFS nº 14/2002, na origem), que suspende

a execução do art. 17 e seu parágrafo único da Lei Municipal nº 6.570, de 2 de março de 1988, que deu nova redação à Lei nº 6.055, de 5 de dezembro de 1983, do Município de Goiânia, Goiás, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 06844

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 15, de 2006 (OFS nº 2/2003, na origem), que suspende a execução do inciso XI do art. 68 da Constituição do Estado de Sergipe, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 06844

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 16, de 2006 (OFS nº 32/2004, na origem), que suspende a execução da Lei nº 11.564, de 18 de agosto de 1998, do Estado de Pernambuco, tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 06844

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Realização, hoje, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH sobre o fator previdenciário. 06845

SENADOR NEY SUASSUNA – Questionamentos sobre a não votação do Orçamento da União e sua repercussão. Comemorações pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8. 06848

SENADOR TIÃO VIANA – Aplausos ao Ministério da Saúde por implementar a vacinação infantil contra o rotavírus. 06849

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Questionamento sobre o significado da democracia no Brasil, sobre as alianças para as próximas eleições, a verticalização e a aprovação do Orçamento. 06850

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 226, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador, ex-Senador, ex-Constituinte Mário Covas. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Tasso Jereissati, Sibá Machado e Cristovam Buarque. 06853

Nº 227, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. 06854

Nº 228, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 06855

Nº 229, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras, ocorrido no dia 2 do corrente. 06855

Nº 230, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2003, e 31, de 2005, por versarem sobre matérias correlatas. 06855

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro das comemorações do Dia Internacional da Mulher. A importância do asfaltamento da Rodovia 163, no Estado do Pará. 06856

SENADORA IDELI SALVATTI – Parabeniza a Escola de Samba de Vila Isabel. Comentários sobre matéria de revista inglesa **The Economist** a respeito da política brasileira e da viagem oficial do presidente Lula à Inglaterra. Observações sobre editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Ponto para Lula – e o Brasil”. 06858

SENADOR ROMERO JUCÁ – Repúdio à matéria publicada no jornal **Correio Braziliense**, do último domingo, contendo acusações contra S. Ex^a. 06864

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Indignação contra acusações do Partido dos Trabalhadores sobre S. Ex^a e seu neto, Deputado ACM Neto. 06867

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matéria da revista **Veja** desta semana sobre a corrupção no Governo Lula. 06875

SENADOR SIBÁ MACHADO – Aplausos à decisão do governo Lula de beneficiar, através de medida provisória, as pessoas que trabalham no serviço doméstico. Comentários sobre matéria veiculada pelo jornal **Gazeta Mercantil**, referente ao crescimento das vendas de imóveis. 06883

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, das matérias intituladas “9 lições para uma vida melhor”, publicada no dia 1º do corrente na revista **IstoÉ**; e “Ao som da Amazônia, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 4 do corrente, além de pronunciamento sobre a gripe aviária. 06885

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Preocupação com a notícia da saída do País de parentes do ex-prefeito Celso Daniel. Críticas à medida provisória que versa sobre a dedução no imposto de renda, do INSS pago às empregadas domésticas. 06899

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Lamento pelos vetos parciais apostos pelo Governo à proposição sobre a concessão de florestas públicas. 06901

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se quarta-feira, dia 8 do corrente, às 11 horas e 30 minutos, no plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 52, de 2006, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002 (nº 548, de 2002, na Câmara dos Deputados), que “dá nova

redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais”. 06907

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Viagem do presidente Lula à Inglaterra e os objetivos de sua recente ida ao Piauí. Apelo ao Presidente do Senado Federal no sentido de prorrogar as CPMLs. 06908

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Drama vivido pelos parentes do ex-prefeito Celso Daniel e a necessidade de que o Estado se pronuncie sobre essa questão e assuma sua responsabilidade. 06913

1.2.11 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Reflexão sobre artigo intitulado “*Desperta Brasil*”, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 5 de março corrente. 06913

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 06914

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 6-3-2006.

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nº 60 e 61, de 2006. 06917

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 403 a 409, de 2006. 06919

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 10ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana,
da Sra. Serys Slhessarenko, do Sr. Romeu Tuma e da Sra. Lúcia Vânia*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 23/GP

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópia da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 18/2006, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, nº 8.185, de 14 de maio de 1991, nº 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e nº 10.801, de 10 de dezembro de 2003.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 93/2005

Relatora: Conselheira Germana de Moraes.

Requerente: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Requerido: Conselho Nacional de Justiça.

Certifico que o Plenário, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

“O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentária), manifestou-se parcialmente favorável

ao Projeto de Lei nº 3.248/2004, que trata da Atualização da Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, nos termos do voto proferido pela Conselheira Relatora Germana Moraes. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Ministro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 6 de dezembro de 2005”.

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Pádua Ribeiro, Vantuil Abdala, Jirair Meguerian, Douglas Rodrigues, Gáudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Ruth Carvalho, Oscar Argollo, Paulo Lôbo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 6 de dezembro de 2005. – **Maria Cristina G. Botelho Costa**, Analista Judiciário.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 93

Requerente: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Relatório

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios enviou ao Congresso Nacional, em 26-3-2004, proposta legislativa de atualização e modernização da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios (Projeto de Lei nº 3.248/04), prevendo a criação de órgãos judiciais, cargos e funções.

A Comissão Técnica da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, instituída por meio da Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, opina, quanto aos aspectos orçamentários e vinculados à Lei de Responsabilidade Fiscal, enquadrar-se o projeto aos termos dos incisos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, quanto ao mérito, manifesta-se, com apoio nos Indicadores Estatísticos do STF 2003, favorável a sua aprovação, desde que seja feita a redução da proposta nos seguintes termos:

Previsto no Projeto de Lei	Proposta da Comissão
3 Circunscrições Judiciárias	3 Circunscrições Judiciárias
97 Varas	41 Varas
Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa	Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa
- 1 CJ-3; - 6 CJ-2; - 17 FC-03; - 16 FC-02.	- 15 Analistas Judiciários; - 25 Técnicos Judiciários; - 1 CJ-3; - 2 CJ-2; - 7 FC-03; - 7 FC-02
Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios	Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios
- 1 CJ-3; - 2 FC-5; - 2 FC-3.	- 2 Analistas Judiciários; - 3 Técnicos Judiciários; - 1 FC-05; - 1 FC-3;
5 cargos de Desembargador	0
101 cargos de Juiz de Direito	45 cargos de Juiz de Direito
82 cargos de Juiz de Direito Substituto	36 cargos de Juiz de Direito Substituto

Cargos e Funções	5/12	7/12
Analista Judiciário	1.415	721
Técnico Judiciário	2.415	1.227
Subtotal	3.830	
CJ-3	160	84
CJ-2	68	02
FC-05	469	167
FC-04	23	0
FC-03	415	117
FC-02	218	07
FC-01	195	109
Subtotal	1.548	
TOTAL GERAL	5.378	

O TJDFT prevê a implantação gradual das varas e dos cargos em 10 anos e apresenta cronograma para esse período, bem como estimativa de despesas, justificando a iniciativa com o grave problema de falta de recursos humanos.

O projeto está fundamentado na litigiosidade do país, no crescimento populacional e conseqüente aumento da demanda judicial e na relação de magistrados por 100 mil habitantes.

A Secretaria deste Conselho Nacional de Justiça manifesta-se de acordo com o Parecer do Grupo Técnico.

O TJDFT, por sua Presidência e a Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios apresentaram, no dia 22-11-2005, em reunião, no CNJ, de seus técnicos com a Comissão Técnica da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em que compareci, considerações escritas contra as “severas reduções em todas as propostas”. Insurge-se contra o uso do relatório “Justiça em Números 2003”, opõe-se contra as projeções da demanda judicial feitas pela Comissão, destacando as singularidades do Distrito Federal, como “a presença de significativo contingente migratório e a maior taxa geométrica de crescimento anual das regiões metropolitanas do Brasil”.

São os seguintes em síntese, os argumentos técnicos são do TJDFT:

1. A projeção de demanda do CNJ para 2012 já se alcançou em 2005.

2. Não foram levados em conta pela Comissão os Indicadores de casos novos por 100.000 habitantes (2º maior) no 1º grau e no 2º grau e casos novos por magistrados.

3. Com a desmembração de novas Circunscrições, apenas em um breve momento, registra-se a diminuição do número de demandas novas: retoma-se rapidamente, em seguida, o crescimento da demanda judicial a justificar a criação de novas varas.

A Comissão Técnica, atendendo à diligência, manifesta-se sobre aquelas considerações, com base na comparação dos dados de 2003 com os resultados dos indicadores estatísticos preliminares da “Justiça em Números de 2004”, concluindo que “a despeito de os registros estatísticos de 2004 ainda não estarem validados por todos os órgãos informantes, os resultados preliminares não invalidam as proposições antes consignadas” em seu relatório.

Após reuniões com Juízes do TJDFT, o Conselho da Magistratura do TJDFT apresentou as sugestões no sentido de reduzir em média 25% (vinte cinco por cento) e não 60%(sessenta por cento), conforme

propusera a Comissão Técnica, de cargos de magistrados de 10 grau, servidores, cargos em comissão, funções e varas, seguindo-se a recomendação de redução do período de implantação para 5 (cinco) anos (ver tabela anexa).

Voto

A Comissão, tendo em vista a competência constitucional do requerente, após cotejar os indicadores estatísticos do TJDFT com os resultados dos demais órgãos da Justiça Estadual constantes do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – 2003 apresentou as seguintes conclusões:

a) concordou com as propostas de criação de 3 novas circunscrições, bem como do Instituto de Formação, Desenvolvimento e Pesquisa e do Programa de Modernização, aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios, esses últimos com quadros funcionais próprios;

b) entendeu, porém, pela desnecessidade de criação de mais cinco cargos de Desembargador;

c) sugeriu a diminuição do número de Varas e da quantidade de vagas para juízes titulares e juízes substitutos, bem como pela redução de cargos efetivos e de cargos em comissão e de funções comissionados;

d) recomendou a redução de cargos efetivos e de cargos em comissão e de funções comissionados, pronunciando-se pela desnecessidade de criação de cargos efetivos na Secretaria e na Corregedoria.

Suas conclusões estão criteriosa e objetivamente justificadas, conforme se infere da análise comparativa dos indicadores estatísticos (Justiça em Números 2003) do TJDF com as demais unidades judiciárias estatais, a qual serviu de fundamento à proposta:

“ – é elevado o índice de magistrados por 100 mil habitantes (11,23) em relação à média nacional da Justiça Estadual, bem como se comparado à média nacional da Justiça do País (7,7) e à média internacional (7,3);

– a relação de pessoal auxiliar por 100 mil habitantes também é bastante superior à média nacional;

– a despesa por 100 mil habitantes é a maior de toda a justiça estadual (R\$286,96 contra R\$60,73 da média nacional);

– a demanda judicial por magistrados é superior à média nacional nos dois graus de jurisdição;

- a carga de trabalho por magistrado no 2º grau e nos Juizados Especiais está bem abaixo da média nacional e no 1º grau apresenta-se acima da média nacional;

- a taxa de congestionamento apresenta índice inferior à média nacional nos dois graus de jurisdição e nos Juizados Especiais;

- a taxa de recorribilidade externa no 2º grau é superior à média nacional e no 1º grau e nos Juizados Especiais está bem abaixo da média nacional;

- a taxa de recorribilidade interna no 2º grau apresenta-se bem acima da média nacional.”

Adoto, não obstante, a nova proposta do TJDFT pelas seguintes regras:

1) quanto aos cargos de desembargador:

A Comissão considerando a evolução populacional e a demanda judicial projetadas para 2002/012, chegou à conclusão que haveria necessidade, considerado esse fator isolado, de criar 3 cargos de desembargador.

Afastou-se desse entendimento por entender ser a demanda judicial alimentada pelas altas taxas de recorribilidade, recomendando ações no sentido de diminuí-las.

No entanto, há de considerar-se dois importantes fatores: o aumento da demanda do 2º grau com a instalação das varas pendentes (38) e o provimento dos cargos vagos (58 juizes de direito e 59 juizes substitutos). Segundo, o aumento da demanda do Tribunal ocasionado pela criação de mais 41 varas a serem criadas e o provimento de cargos de juizes (58 juizes de direito e 36 de juiz substituto). No total, prevê-se a instalação de mais 79 varas e de 211 cargos de juizes de direito e juizes substitutos.

O resultado preliminar do relatório “Justiça em Números 2004” aponta o aumento (de 15,05%) da taxa de congestionamento de 2º grau: de 32,16% para 47,21%.

Existem 178 cargos de Juiz de Direito e 145 cargos de juizes substitutos (323). O A Comissão propõe sejam criados mais 45 cargos de Juiz de Direito e mais 36 cargos de Juiz substituto (81), o que representa um aumento percentual, respectivamente, de 25,28% e de 24,82% (25,07%).

As projeções da evolução populacional e do aumento da demanda somadas ao aumento de 25,07% do número de magistrados nos levam a concluir que as políticas conducentes à diminuição das taxas de recorribilidades se aplicadas isoladamente sem o cor-

respondente aumento do quadro de Desembargadores não surtirão o pretendido efeito de atender à demanda judicial projetada, representando riscos de aumentar mais ainda a taxa de congestionamento do 2º grau, que subiu de 32,16% em 2003 para 47,21% em 2004.

Relevante o argumento do TJDFT, segundo o qual “se desconsiderada a proposta do TJDFT (5 novos cargos de desembargadores) e acolhida a sugestão inicial da Comissão do CNJ (3 novos cargos de desembargadores, restaria inviabilizada a criação de nova turma julgadora, haja vista que a composição definida em lei é de 04 (quatro desembargadores) e reacenderia a polêmica em torno da proporcionalidade do quinto constitucional.”

Por estas razões, entendo necessária a criação de mais 5 (cinco) novos cargos de desembargadores, conforme proposta original do TJDFT.

2) quanto à criação das 3 (três) Circunscrições:

Opina a Comissão favoravelmente reconhecendo que a proposta do TJDFT “alcança o objetivo de propiciar uma melhor distribuição dos serviços judiciais, bem como permitir maior acesso da população à justiça.”

3) quanto à criação do Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa:

A Comissão limita-se a sugerir a alocação dos cargos e funções de servidores, de modo a evitar que a cada função comissionada corresponda um cargo efetivo, mantendo a proporcionalidade do TJDFT de 2,31 cargos efetivos/FC+CJ.

4) quanto à criação do Programa de Modernização de Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

A Comissão justifica a necessidade de uma estrutura própria para o órgão, tendo em vista que sendo seu objetivo “analisar os projetos a serem contemplados no programa”, sua criação “vem ao encontro das idéias de modernização do Poder Judiciário”.

5) quanto a diminuição do número de varas de 97 para 41, aplica-se a redução de 25% (vinte e cinco por cento) da proposta do TJDFT, ao invés de 60% (sessenta por cento), conforme acenara a Comissão (reduzindo de 97 para 73 varas) pelos seguintes motivos:

1º A taxa de casos novos por 100.000 habitantes no Distrito Federal é a 2a (segunda) maior da Justiça Estadual no país;

2º Está demonstrado que o desmembramento das circunscrições, embora ocasionasse em reflexo momentâneo no crescimento da demanda, logo em seguida é retomada a linha ascendente.

6) quanto ao número de juízes titulares e substitutos, recomendo a proposta de criação de cargos de Juízes de Direito e de Juízes Substitutos, proporcional ao aumento de 73 (setenta e três) varas, além de 4 (quatro) cargos de Juízes de Direito das Varas criadas e não instaladas, totalizando a criação de 77 (setenta e sete) cargos de Juizes de Direito.

7) quanto à redução de cargos de Analista Judiciário e de cargos de Técnico Judiciário, igualmente, reduziu-se em ¼ (um quarto) a proposta original, con-

siderada a criação de mais 5 (cinco) cargos de desembargadores e de 73 (setenta e três) varas.

8) quanto à redução cargos em comissão e funções comissionadas, opera-se a redução de 25% das propostas.

Finalmente, tendo em vista que a projeção da demanda feita pelo CNJ para 2012, segundo dados do TJDFR já se realizou em 2005, recomenda-se que a implantação do Projeto de Lei ocorra no prazo de 5 (cinco) anos.

Voto, pois, pela recomendação da aprovação da nova proposta apresentada pelo TJDFR, e objeto do ofício encaminhado pela Presidência do TJDFR, datada de 5-12-2005, conforme tabelas anexas.

Brasília, 29 de novembro de 2005. – Conselheira **Germana Moraes** Relatora.

QUADRO GERAL CARGOS EFETIVOS				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Desembargador	5	5	0	0,00%
Juiz de Direito	101	77	24	23,76%
Juiz de Direito Substituto	82	62	20	24,39%
Analista Judiciário	1415	1050	365	25,80%
Técnico Judiciário	2415	1760	655	27,12%
Total	4018	2954	1064	26,48%

QUADRO GERAL CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
CJ-04	0	0	0	0,00%
CJ-03	160	111	49	30,63%
CJ-02	68	67	1	1,47%
FC-05	469	375	94	20,04%
FC-04	23	23	0	0,00%
FC-03	415	308	107	25,78%
FC-02	218	135	83	38,07%
FC-01	195	141	54	27,69%
TOTAL	1548	1160	388	25,06%

Estudo para reduções de cargos efetivos, funções comissionadas e cargos em comissão do PL**73 novas varas propostas no Projeto de Lei**

Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Juiz de Direito	97	73	24	24,74%
Juiz de Direito Substituto	82	62	20	24,39%
Analista Judiciário	485	365	120	24,74%
Técnico Judiciário	970	730	240	24,74%
Total	1634	1230	404	24,72%

29 varas já criadas e não instaladas

Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Juiz de Direito	4	4	0	0,00%
Juiz de Direito Substituto	0	0	0	0,00%
Analista Judiciário	145	0	145	100,00%
Técnico Judiciário	290	0	290	100,00%
Total	439	4	435	99,09%

152 varas já instaladas

Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Desembargador	0	0	0	0,00%
Juiz de Direito	0	0	0	0,00%
Juiz de Direito Substituto	0	0	0	0,00%
Analista Judiciário	285	285	0	0,00%
Técnico Judiciário	550	550	0	0,00%
Total	835	835	0	0,00%

2º Grau de Jurisdição - Gabinete de Desembargadores				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Desembargador	5	5	0	0,00%
Analista Judiciário	35	35	0	0,00%
Técnico Judiciário	60	60	0	0,00%
Total	100	100	0	0,00%

Demais áreas: Administrativa, Serviços Gerais e Apoio Especializado				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Analista Judiciário	200	150	50	25,00%
Técnico Judiciário	300	225	75	25,00%
Total	500	375	125	25,00%

Apoio ao 1º Grau de Jurisdição (Diretorias de Foruns, Contadorias, Partidorias, Distribuições, Psicossocial, Depósitos Públicos,				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Analista Judiciário	200	150	50	25,00%
Técnico Judiciário	200	150	50	25,00%
Total	400	300	100	25,00%

Apoio ao 2º Grau de Jurisdição (Câmaras, Turmas e Secretaria Judiciária, Doutrina e Jurisprudência)				
Descrição	Proposta PL	Nova proposta	Redução	Percentual
Analista Judiciário	65	65	0	0,00%
Técnico Judiciário	45	45	0	0,00%
Total	110	110	0	0,00%

Adequação do Quantitativo de Varas à proposta de redução de 25%.

1. Reduzir a proposta do TJDF em cada circunscrição não desmembrada em 1/4

CIRCUNSCRIÇÃO	COMISSÃO	TJDF	VOTO I
DF	13	20	20
Brazlândia	1	2	2
Planaltina	4	8	5
Sobradinho	5	9	6
Núcleo Bandeirante	6	12	9
São Sebastião	6	6	6
Riacho Fundo	6	6	6
TOTAL	41	63	54

2. Reduzir a proposta do TJDF em cada circunscrição desmembrada 1/4.

CIRCUNSCRIÇÃO	COMISSÃO	TJDF	VOTO I
Esp. Brasília	0	19	13
Gama	0	5	3
Paranoá	0	4	3
TOTAL	0	28	19

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2006, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência determina a republicação dos avulsos ao referido projeto, a fim de constar o expediente do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre a mesa, aviso que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Aviso nº 203 – C. Civil

Em, 3 de março de 2006

Assunto: Endividamento da Refinada Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria cópia do Aviso nº 28/GM/MME, do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no qual solicita sejam feitas correções na proposta de elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., que lhe permita concretizar operação de empréstimo junto ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, submetido à apreciação dessa Casa por meio da Mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff** Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Aviso nº 28/GM/MME

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhora Ministra,

1. Faço referência à EM nº 00003/MME, de 28 de janeiro de 2006, para encaminhar a Vossa Excelência o expediente GAPRE – 070/2006, de 20 de fevereiro de 2006, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e a Carta AIE/DEGAP nº 14/06, de 15 de fevereiro de 2006, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que altera o valor do crédito e das condições básicas do financiamento para o projeto de ampliação e modernização da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

2. Sobre o assunto, o BNDES informa que o valor do crédito é até o valor de R\$884.000.000,00 (oitocen-

tos e oitenta e quatro milhões de reais), com prazo total de 102 (cento e dois) meses, sendo 6 (seis) meses de carência e 96 (noventa e seis) meses de amortização. Além disso, sobre 90% (noventa por cento) do valor do financiamento incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 4% (quatro por cento) ao ano, e sobre os demais 10% (dez por cento) incidirá o custo da cesta de moedas do BNDES acrescido de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano.

3. Assim sendo, muito agradeceria a gentileza de que na mensagem nº 73, de 7 de fevereiro de 2006, enviada ao Senado Federal e publicada no **Diário Oficial** da União de 8 de fevereiro de 2006, sejam feitas as devidas correções para apreciação dos Excelentíssimos Senhores Senadores.

Atenciosamente, – **Silas Rondeau Cavalcante Silva**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

GAPRE – Nº 70/2006

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Ilmo. Sr.

José Antônio Correa Coimbra

Chefe de Gabinete do

Ministro de Estado de Minas e Energia

Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”

Brasília – DF

Senhor Chefe de Gabinete,

Atendendo solicitação da Alberto Pasqualini Refap S.A. (REFAP), encaminhamos-lhe, em anexo a correspondência “Carta AIE/DEGAP nº 14/06”, que define as novas condições do BNDES para a possível contratação com a Refap no exercício de 2006.

Esta correspondência substitui a correspondência anterior “Carta AIE/OEGAP nº 99/05”, integrante da Mensagem encaminhada pelo Exmº Sr. Presidente da República ao Senado Federal visando a obtenção para a Refap do “Limite de Endividamento” (Resolução 96/89 do Senado Federal), que autorizará a respectiva captação de recursos.

O Senador Ney Suassuna, Relator do respectivo processo na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado Federal, já está informado desta alteração das condições de contratação do BNDES e aguarda a formalização do encaminhamento da respectiva correspondência para a conclusão do seu Relato. Frise-se que as condições de contratação integram a autorização a ser obtida no Senado Federal.

Solicitamos, então, que esse Ministério encaminhe esta correspondência à Casa Civil, visando o seu envio para o Senado Federal.

Agradecendo pelas suas providências, subscrevemo-nos,

Atenciosamente, – **Rogério Gonçalves Mattos**,
Chefe de Gabinete.

Carta AIE/DEGAP nº 14/06

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2006

A

Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Av. Getúlio Vargas, 11.001 – Bairro São José

Canoas – RS

CEP 92.420-221

A/C Sr. Vicente José Rauber – Diretor Financeiro e Administrativo

Ref.: Projeto de Ampliação e Modernização da REFAP

Prezado Senhor,

Vimos através desta informar as condições básicas propostas para a colaboração financeira do BNDES ao projeto de ampliação e modernização da REFAP;

I) Valor do crédito de até R\$884 milhões;

II) Prazo total de 102 meses, sendo 6 de carência e 96 de amortização;

III) Taxa de Juros:

- em 90% do valor do crédito incidirá a TJLP acrescida de 4,0% ao ano; e
- em 10% do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas(1) do BNDES acrescido de 2,5% ao ano.

Ressalvamos que as condições apresentadas são indicativas, podendo sofrer ajustes de acordo com as normas e políticas operacionais do BNDES.

Atenciosamente, – **Cláudia Pimentel T. Prates**,
Chefe de Departamento Área de Infra-Estrutura do BNDES, Departamento de Gás, Petróleo e Fontes Alternativas de Energia.

MENSAGEM Nº 73

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, dessa Casa Legislativa, encaminho as Vossas Excelências proposta para que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir concretizar a operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia.

Brasília, 7 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 3/MME

Brasília, 28 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o pleito da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S.A. para o aumento de sua capacidade de endividamento, com base no permissivo contido no artigo 96, da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, Casa à qual solicito o encaminhamento deste pedido para a necessária manifestação e aprovação.

2. O atendimento à crescente demanda do país por combustíveis derivados de petróleo vem exigindo das refinarias nacionais a implantação de melhorias em seus processos produtivos, por meio de investimentos em seus parques industriais, introduzindo modificações nas plantas existentes e implantando novas unidades de processamento.

3. Nesse escopo, a Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S.A., empresa constituída em 21 de novembro de 2000, em consequência direta do acordo de troca de ativos negociado entre a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e a Repsol YPF do Brasil S.A., vem realizando ampliação e modernização de seu parque industrial, prevendo a ampliação de sua capacidade de refino de 20 mil para 30 mil m3/dia, além de possibilitar o aumento da participação de petróleo nacional no elenco das matérias-primas utilizadas pela refinaria.

4. O investimento total é de R\$3.205.000.000,00 (três bilhões e duzentos e cinco milhões de reais), dos quais R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) – menos de 30% -vem sendo negociados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, com prazo total de 108 (cento e oito) meses, sendo 12 (doze) meses de carência e 96 (noventa e seis) meses de amortização. No tocante a 85% do valor do crédito incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de 4% ao ano e sobre os 15% restantes incidirá o custo da cesta de moedas do BNDES igualmente acrescido de 4% ao ano.

5. Até o momento, os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto têm sido oriundos da Petrobras e da geração de caixa operacional da própria Refap, sendo que a utilização das disponibilidades do referido caixa é uma alternativa limitada, em seu montante, pelo próprio volume das operações de curto prazo, viável apenas transitoriamente até que sejam equacionadas as linhas de crédito de longo prazo para o projeto.

6. Para a Refap, esta é praticamente a única possibilidade de obtenção de empréstimos, no mercado financeiro brasileiro, que se destinem a viabilizar o empreendimento, principalmente ao considerar-se que as condições do empréstimo a ser contratado se coadunam com as possibilidades de pagamento da Refap.

7. Dessa forma, faz-se necessário habilitar a Refap a contrair dívidas de longo prazo, ou seja, permitir-lhe possuir seu limite de endividamento próprio, o que a deixará apta a negociar junto ao BNDES.

8. Tal possibilidade de endividamento respalda-se, legalmente, na Resolução SF nº 96/1989, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações para a concessão de crédito externo e interno. Em seu art. 99, a Resolução SF nº 96/89 admite, em casos excepcionais e devidamente justificados, que a União pleiteie a elevação temporária dos limites de operações de crédito de natureza financeira.

9. Por oportuno, cabe esclarecer que, inicialmente, a solicitação de elevação dos limites de endividamento da Refap S.A. foi submetida à apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, a qual não se opôs ao encaminhamento do pleito ao Senado Federal, ressaltando apenas a necessidade de oportuna adequação ao Plano Plurianual da União. Posteriormente, o mesmo pleito foi submetido à apreciação da Casa Civil da Presidência da República que, da mesma forma, informou não haver nada a opor em relação ao assunto, solicitando apenas que fosse formalizada a solicitação da Refap S.A. por meio de Exposição de Motivos à Presidência da República. É importante acrescentar que a documentação necessária à continuidade do ora solicitado, nos termos do citado artigo 99, segue anexa à presente.

10. Nesse sentido, encaminho o assunto para a superior deliberação de Vossa Excelência quanto à pertinência do respectivo envio ao Senado Federal, nos termos do art. 92 da Resolução SF nº 96/1989, para a competente apreciação do pleito da Refap S.A. de elevação temporária de seu limite de endividamento para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir fechar a operação de empréstimo junto ao BNDES.

Respeitosamente. – **Silas Rondeau Cavalcante Silva.**

Nota nº 2472 2005/GERFI/COREF/STN

Em 19 de dezembro de 2005.

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S/A. Operação de crédito interno, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sem a garantia da União, no valor de até R\$900.000.000,00. Recursos destinados a investimentos no parque industrial. Elevação temporária de limites de endividamento do Senado Federal. Análise da situação financeira.

Senhor Coordenador Geral,

Trata a presente Nota de manifestação desta Secretaria acerca da situação econômico-financeira da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP com vistas a subsidiar pedido de autorização do Senado Federal para ampliação dos limites de endividamento da empresa, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96, de 15.12.1989. O propósito da elevação é permitir que a empresa contrate operação de crédito, no valor de até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), sem a garantia da União, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para investimentos no parque industrial.

2. Inicialmente, cabe informar que o interessado, mediante Ofício nº 1190/2005-SE/MME, de 20.9.2005 (em anexo), informou que os citados investimentos têm como objetivo atender à crescente demanda de combustíveis derivados de petróleo na sua área de atuação, adequar a sua produção às especificações da Agência Nacional do Petróleo – ANP e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como implementar melhorias em seu processo produtivo.

3. O projeto de ampliação, que já vem sendo realizado pela REFAP, permitirá o aumento da capacidade instalada de refino de petróleo e produção de derivados em 10 mil metros cúbicos diários, além de possibilitar o aumento da participação de petróleos nacionais nas matérias-primas utilizadas, que passará a processar majoritariamente óleos de origem nacional o que evitará a importação de até 6,02 milhões de metros cúbicos ao ano representando, assim, uma economia na remessa de divisas ao exterior equivalente a US\$2 bilhões.

4. Ademais, cabe destacar que o investimento total do projeto está estimado em R\$3,205 bilhões, dos quais cerca de R\$2,1 bilhões serão aportados pela PETROBRÁS e por

receitas próprias da REFAP e R\$900,00 milhões serão financiados pelo BNDES nas seguintes condições:

Valor do Crédito:	R\$900,00 milhões;
Carência:	12 meses;
Amortização:	Em 96 parcelas mensais;
Taxa de Juros:	<ul style="list-style-type: none">– Em 85% do valor do crédito incidirá TJLP acrescida de 4% a.a.; e– Nos 15% restantes do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas do BNDES, acrescido de 4% ao ano;
Prazo validade da proposta:	Até 31.12.2005

5. De acordo com informações encaminhadas pela empresa, não existe, no momento, margem nos demais limites de endividamento, fixados nos incisos I e II do art. 7º, da Resolução do Senado Federal nº 96/1989. Os mencionados limites têm como referência: a) o dispêndio anual da dívida, b) 10% do ativo permanente e c) 10% do patrimônio líquido.

6. A Resolução SF nº 96/1989, em seu art. 9º dispõe que: "*Em caso excepcional, devidamente justificado, a União poderá pleitear a elevação temporária dos limites fixados nos arts. 3º, 4º e 7º desta Resolução*". Ademais, determina que os mencionados pedidos sejam instruídos com os seguintes documentos/informações: a) lei autorizativa; b) informações sobre a situação financeira do requerente; e c) descrição das características da operação: prazo, taxas de juros, encargo e cronograma financeiro".

7. É entendimento deste Ministério da Fazenda que os pedidos de ampliação dos referidos limites devem ser encaminhados ao Senado Federal pela Pasta a que a empresa está vinculada, no caso o Ministério de Minas e Energia. Com vistas a subsidiar o pleito em questão, cumpre examinar os aspectos discriminados abaixo, lembrando que, no caso de empresa estatal, não cabe o envio de lei autorizativa para contratação de operação de crédito. ...

Capacidade de Pagamento

8. Análise realizada por esta Coordenação-Geral concluiu que a REFAP possui condições de suportar a operação de crédito pleiteada, apesar de indicar um grau relativamente alto de alavancagem financeira. Devem ser destacadas as seguintes informações relevantes:

- a) O fluxo de caixa projetado prevê o pagamento de empréstimos/debêntures em 2005, no valor de R\$614,00 milhões, além de investimentos do imobilizado no montante de R\$1,05 bilhão. Como contrapartida, verifica-se a expectativa da aprovação da operação ora em exame, que aportaria R\$900,00 milhões no caixa da empresa, como empréstimos tomados a longo prazo;

- b) Com a operação, o índice de endividamento geral da REFAP passará para 0,73, o que significa que apenas 27% do ativo total da empresa seria financiado por recursos próprios;
- c) As dívidas, no momento, resumem-se a operações de mútuo com os próprios acionistas, fato que reduz significativamente o risco de execução da dívida em caso de dificuldades financeiras, tendo como alternativa para os sócios, nessa hipótese, a possibilidade de conversão em capital;
- d) Os acionistas Petrobrás (por meio da Downstream Participações Ltda) e Repsol YPF possuem, em nova avaliação, condições de oferecer suporte financeiro, inclusive por aumento de capital, caso necessário, uma vez que também têm interesses na empresa na condição de fornecedores e de clientes;
- e) Segundo informações da empresa, os recursos serão direcionados para o pagamento de operações de mútuos, substituindo dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo; e
- f) O retorno dos investimentos é superior ao custo das operações de mútuos ou do financiamento.

Inclusão no PPA

9. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MP comunicou, por meio do Ofício nº 158/2005, de 3.10.2005 (em anexo), que os investimentos financiados pela referida operação encontram-se previstos no Plano Plurianual 2004/2007, na ação 5085 – Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini, no montante total de R\$3.556.393.536,00, restando, apenas, R\$285.104.655,00 para o período restante do PPA 2004/2007.

10. Importa mencionar, entretanto, que foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei de revisão do PPA em que está prevista ampliação dos valores da ação referente à REFAP, para o período restante do PPA, ou seja, 2005/2007, no montante de US\$1.381,436 milhões. Assim sendo, entendemos que, aprovado o crédito suplementar pelo Congresso Nacional e alterada a Lei do PPA, os investimentos estarão plenamente amparados no Plano Plurianual 2004/2007.

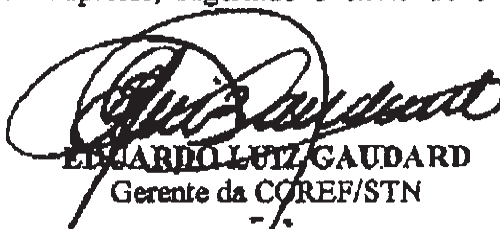
Previsão Orçamentária

11. Por sua vez, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DEST/MP informou que a operação em tela está prevista no Programa de Despesas Globais para o exercício de 2005.

Conclusão

12. Diante do exposto, nada temos a opor ao encaminhamento ao Senado Federal de solicitação de elevação dos limites de endividamento da REFAP S/A, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96/89, lembrando a necessidade de oportuna adequação do Plano Plurianual da União.

À consideração superior, sugerindo o envio de ofício ao interessado na forma anexa.



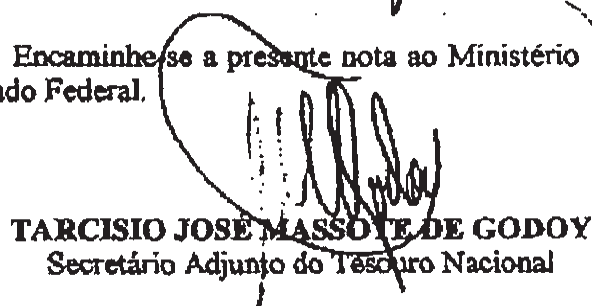
EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COREF/STN

De acordo. À consideração do Senhor Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.



EDUARDO COUTINHO GUERRA
Coordenador-Geral da COREF

De acordo. Encaminhe-se a presente nota ao Ministério de Minas e Energia, para encaminhamento ao Senado Federal.



TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY
Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O aviso que acaba de ser lido, juntado ao processamento da Mensagem nº 84, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A Presidência determina a republicação dos avulsos da referida Mensagem, a fim de constar o Aviso da Ministra de Estado, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 225, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001.

Requeiro ainda, de acordo com o Regimento Interno, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido, ao Presidente do Partido de SP (PSDB) e ao Sr. Governador do Estado Dr. Geraldo Alckmin.

Justificação

Mário Covas foi eleito Governador do Estado de São Paulo, em 1994, e reeleito em 1998, depois de ser Deputado Federal por três mandatos (1962, 1966 e 1982), Prefeito da cidade de São Paulo (1983-1985) e Senador da República (1986-1994). Fundador do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois PMDB, e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiações nas quais demonstrou, de maneira incontestável, ser um dos maiores líderes políticos nacionais.

Nasceu em Santos, litoral paulista, em 21 de abril de 1930. Formou-se em Química Industrial pelo Colégio Bandeirantes e Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Em 1969, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Após esse período, voltou ao cenário político como presidente do MDB paulista. Foi, então, Secretário Estadual de Transportes e prefeito de São Paulo, desenvolvendo em 33 meses uma administração exemplar. Em 1986, elegeu-se senador com 7,7 milhões de votos (a maior votação até então registrada para o cargo).

Na Assembléia Nacional Constituinte, liderou a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), posição que deixou em 1988 para, com o apoio de lideranças da social democracia, fundar o PSDB, que o lançou candidato à Presidência da República em 1989. Em 1994, foi eleito governador paulista e reeleito em 1998.

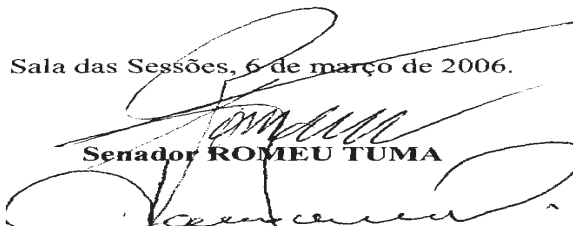
Em 2000, passou por uma cirurgia para a retirada de dois tumores da região abdominal. Em janeiro de 2001, foi detectado um câncer na meninge, fazendo-o dar início a um tratamento de quimioterapia e pedir licença do cargo de governador.


Na noite de 25 de fevereiro de 2001, Covas foi internado em caráter emergencial no Instituto do Coração (INCOR), em São Paulo, em decorrência de uma trombose venosa, à qual se somaram diversas complicações. Passara o carnaval em Bertioga, no litoral paulista, ao lado da esposa, Da. Lila Covas, dos filhos, Renata e Zuzinha, e dos quatro netos, quando precisou ser removido de helicóptero para o Incor. Faleceu na madrugada do dia 6 de março de 2001.

Em entrevista publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, ontem, a viúva de Mário Covas, Da. Lila, lembrou aspectos marcantes da vida desse grande líder. Ele era espiritualista e acreditava em Deus como uma força superior. Nasceu em berço de ouro, pois seu pai era um dos homens mais ricos da cidade de Santos. “Mário tinha tudo para ser um ‘playboy’ – disse Da. Lila -, mas ele só tinha olhos para os humildes.” E foi essa preocupação com os humildes que lhe norteou toda a vida e as realizações políticas.

Portanto, este requerimento tem o objetivo de reverenciar e manter viva a lembrança de um brasileiro ímpar, que prestou inestimáveis serviços ao País e aos compatriotas, tornando-se paradigma de honestidade, capacidade e devoção à República.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006.


Senador **ROMEU TUMA**


Tião Viana

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o PSDB realiza, às 18h, em São Paulo, na Sala São Paulo, antiga Estação Sorocabana, reformada pelo então Governador Mário Covas, uma cerimônia em memória, em homenagem ao quinto aniversário do falecimento do grande Governador Mário Covas.

Infelizmente, em razão do funcionamento de subcomissões, chego cedo a esta Casa e não poderei comparecer à cerimônia. Mas, graças à gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, posso desta tribuna me referir um pouco a esse grande homem que foi Mário Covas. Se V. Ex^a me der dois minutos, eu lerei um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra. A seguir, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Lerei um pouquinho da história dele.

Mário Covas foi eleito Governador do Estado de São Paulo em 1994 e reeleito em 1998, depois de ser Deputado Federal por três mandatos: em 1962, 1966 e 1982. Foi Prefeito da cidade de São Paulo de 1983 a 1985.

Andei com ele em algumas praças ainda como Diretor de Polícia e vi a dedicação de Mário Covas, como Prefeito, para melhorar a situação das cidades, Senador.

O Senador Heráclito Fortes, parece-me, foi companheiro de Mário Covas várias vezes e sabia da dedicação de S. Ex^a em benefício da melhoria da cidade que ele tão bem administrou durante esse período.

Foi Senador da República de 1986 a 1994 e aqui deixou sua marca em vários pronunciamentos, que deve constar historicamente nos Anais do Senado. Tive a felicidade de sentar na mesma cadeira que ele ocupou nesta Casa por vários anos.

Foi fundador do MDB no período em que este Partido lutava bravamente para redemocratizar o País. Posteriormente, passou a ser do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, que ajudou a fundar quando houve o racha no PMDB. Tive a oportunidade de assistir, durante o lançamento da sua candidatura a governador, ao choque que, posteriormente, levou à formação desse partido que, hoje, tem presença marcante na vida nacional. Era um dos maiores líderes, não só no partido como na política nacional.

Nasceu em Santos, no litoral paulista, em 21 de abril de 1930. Era um grande santista, torcedor do Santos, time que teve a oportunidade, provavelmente como uma pré-homenagem, de ganhar o jogo ontem.

Formou-se em Química Industrial pelo Colégio Bandeirantes e, em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1969, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Após esse período, voltou ao cenário político como Presidente do MDB paulista. Foi então Secretário Estadual de Transporte e Prefeito de São Paulo, como disse anteriormente. Em 1986, teve 7 milhões e 700 mil votos, uma das maiores votações à época, para o cargo de Senador.

Na Assembléia Nacional Constituinte liderou a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, posição que deixou em 1988, quando houve a fundação do PSDB, que o lançou candidato a Presidente da República em 1989. Em 1994, foi eleito Governador paulista e reeleito em 1998.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, além de ter tido um infarto, o Senador Mário Covas foi operado de câncer detectado na meninge, o que o fez dar início a um tratamento quimioterápico e pedir licença do cargo de Governador por pouco tempo.

Estive com ele no Incor, porque eu estava à época infartado. Só tivemos mais contato, provavelmente, pelas orações de nossas famílias para podermos sobreviver. Mas alguma coisa ficou com a D^a. Lila Covas, os filhos, a Renata, a Zuzinha e os netos. Acompanhei de perto a luta de Mário Covas. Ele tinha algo maravilhoso na sua estrutura de devoção: a vocação de prestar serviço a quem nele confiou com a sua eleição.

Senador Tião Viana, já quase no fim da vida, durante as cerimônias no Palácio, Mário Covas vinha em cadeira de rodas, com toda aquela parafernália que os médicos nos colocam quando precisamos de soro e outros procedimentos médicos. Havia uma cortina para protegê-lo na sala de reuniões. Presidia a cerimônia com o mesmo vigor, com a mesma força, como

se sua saúde fosse completa. Por várias vezes esteve presente; sempre ia às solenidades de inauguração com devoção. Consertou as economias do Estado e, infelizmente, veio a falecer depois de longo sofrimento, passando por momentos difíceis da vida.

O médico que cuidava de Mário Covas, cuidava de mim também, o Dr. Giovanni, que infelizmente também se foi. Nós acompanhávamos com as orações porque sabíamos que era um homem bom, correto, sempre na busca da realização do sonho de todo cidadão, que é o seu bem-estar e o da sua família, o que V. Ex^a e seu irmão buscam nas suas gestões, na administração, em respeito àqueles que confiaram na sua pessoa. É uma missão divina servir à sociedade. Deus nos escolhe para servirmos à nossa sociedade quando nos elegemos para um cargo público, e Mário Covas soube respeitar isso.

Sr. Presidente, solicito que conste dos Anais essa homenagem à Mário Covas pelo quinto aniversário do seu passamento.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço este registro que considero importante para a vida nacional e para exemplo àqueles que queiram realmente prestar seu serviço à sociedade, como a Senadora Heloísa Helena e tantos de nós, que lutamos em benefício dos menos favorecidos, tendo, como princípio, a dignidade e o respeito ao cargo público.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 212 do Regimento Interno, seja aprovado Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano de falecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Mário Covas, ocorrido no dia 6 de março de 2001.

Requeiro ainda, de acordo com o Regimento Interno, que esta manifestação do Senado da República seja levada ao conhecimento da família do falecido.

Justificação

Mário Covas foi eleito Governador do Estado de São Paulo, em 1994, e reeleito em 1998, depois de ser Deputado Federal por três mandatos (1962, 1966 e 1982), Prefeito da cidade de São Paulo (1983-1985) e Senador da República (1986-1994). Fundador do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois PMDB, e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiações nas quais demonstrou, de maneira incontestável, ser um dos maiores líderes políticos nacionais.

Nasceu em Santos, litoral paulista, em 21 de abril de 1930. Formou-se em Química Industrial pelo Colégio

Bandeirantes e Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Em 1969, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Após esse período, voltou ao cenário político como presidente do MDB paulista. Foi, então, Secretário Estadual de Transportes e prefeito de São Paulo, desenvolvendo em 33 meses uma administração exemplar. Em 1986, elegeu-se senador com 7,7 milhões de votos (a maior votação até então registrada para o cargo).

Na Assembléia Nacional Constituinte, liderou a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), posição que deixou em 1988 para, com o apoio de lideranças da social democracia, fundar o PSDB, que o lançou candidato à Presidência da República em 1989. Em 1994, foi eleito governador paulista e reeleito em 1998.

Em 2000, passou por uma cirurgia para a retirada de dois tumores da região abdominal. Em janeiro de 2001, foi detectado um câncer na meninge, fazendo-o dar início a um tratamento de quimioterapia e pedir licença do cargo de governador.

Na noite de 25 de fevereiro de 2001, Covas foi internado em caráter emergencial no Instituto do Coração (INCOR), em São Paulo, em decorrência de uma trombose venosa, à qual se somaram diversas complicações. Passara o carnaval em Bertioga, no litoral paulista, ao lado da esposa, Da. Lila Covas, dos filhos, Renata e Zuzinha, e dos quatro netos, quando precisou ser removido de helicóptero para o Incor. Faleceu na madrugada do dia 6 de março de 2001.

Em entrevista publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, ontem, a viúva de Mário Covas, Da. Lila, lembrou aspectos marcantes da vida desse grande líder. Ele era espiritualista e acreditava em Deus como uma força superior. Nascera em berço de ouro, pois seu pai era um dos homens mais ricos da cidade de Santos. “Mário tinha tudo para ser um ‘playboy’ – disse Da. Lila -, mas ele só tinha olhos para os humildes.” E foi essa preocupação com os humildes que lhe norteou toda a vida e as realizações políticas.

Portanto, este requerimento tem o objetivo de reverenciar e manter viva a lembrança de um brasileiro ímpar, que prestou inestimáveis serviços ao País e aos compatriotas, tornando-se paradigma de honestidade, capacidade e devoção à República.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006 – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que, após o registro do Senador Romeu Tuma, colega de bancada de Mário Covas na represen-

tação paulista e acompanhante da sua trajetória política, desnecessário se faz qualquer outra palavra adicional.

No entanto, em respeito a esse grande homem público com o qual tive o privilégio de conviver quando aqui cheguei e no período da Assembléia Nacional Constituinte, sendo ele o Líder da minha bancada, associo-me, em nome do Estado do Piauí – pelo qual ele tinha grande carinho e com o qual tinha bom relacionamento –, a esse justo registro do Senador Romeu Tuma para que fique marcada, na data de hoje nos Anais desta Casa, a homenagem a um dos maiores homens públicos que o Brasil teve nos últimos 50 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço aos Senadores Heráclito Fortes e Romeu Tuma, que dispensam qualquer manifestação adicional.

Com grata decisão, eu, em nome da Mesa, venho associar-me ao requerimento apresentado por V. Ex^{as} e, sem dúvida alguma, ao reiterado testemunho de que o Governador Mário Covas é um homem que atravessa seu tempo, que será lembrado por toda a história do Parlamento brasileiro e que deixou como marca fundamental sua firme, digna e inatingível defesa de um Estado nação à altura dos desafios da sociedade brasileira e de todas as vocações virtuosas que o Brasil tem pela frente.

A Mesa encaminhará o requerimento e o voto de pesar de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pela 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 92, DE 2006

(nº 99/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Os méritos do Senhor José Eduardo Martins Felício que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luis Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 50/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Eduardo

Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *currículo vitae* do Senhor José Eduardo Martins Felício que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente. – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO

CPF.: 36650110787

ID.: 5293 MRE/DF

- 1950** Filho de José Elias Felício e Aurora Martins Felício, nasce em 12 de setembro, em Presidente Prudente/SP
- 1973** Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense/RJ
- 1974** CPCD - IRBr
- 1974** Terceiro Secretário em 18 de novembro
- 1974** Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
- 1977** Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Terceiro Secretário
- 1978** Segundo Secretário, por antigüidade, em 12 de junho
- 1980** Embaixada em Abidjan, Segundo Secretário
- 1981** Reunião da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial sobre o Alto Volta, Uagadugu, Chefe de delegação
- 1981** Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho
- 1981** Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil
- 1983** Embaixada em Viena, Primeiro Secretário
- 1986** Conselho de Segurança Nacional, Secretaria-Geral, Adjunto da Primeira Subchefia
- 1986** Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 1987** Conselheiro, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1988** Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), Kuala Lumpur, Chefe de delegação
- 1988** Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe
- 1988** Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial

- 1989 Divisão de Produtos de Base, Chefe
- 1989 Reunião do Comitê Executivo da Organização dos Países Produtores de Estanho, Chefe de delegação
- 1989 Reunião do Grupo de Negociações sobre Agricultura da Rodada Uruguai, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 Reunião do Grupo de Negociações sobre Agricultura da Rodada Uruguai, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
- 1991 CAE - IRBr, As Salvaguardas Internacionais
- 1993 Comitê Preparatório da Organização para Proibição das Armas Químicas, Haia, Chefe de delegação
- 1993 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Chefe do Gabinete
- 1994 "Problems of Compliance and Enforcement of Regional Arms Limitation Treaties and Agreements", in Disarmament and Arms Limitations and Obligations, UNIDIR, Genebra
- 1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho
- 1994 Medalha "Mérito Santos Dumont", Brasil
- 1994 Os Regimes de Controle das Tecnologias Avançadas e a Inserção do Brasil na Nova Equação do Poder Internacional, in Temas de Política Externa II, IPRI/FUNAG, Brasília
- 1995 Missão junto à Organização das Nações Unidas, Ministro Conselheiro
- 1995 Conferência de exame e extensão do Tratado de Não-Proliferação e Armas Nucleares (TNP), Nova York, Chefe de delegação
- 1995 Comitê ad hoc sobre o estabelecimento da Corte Penal Internacional, Nova York, Chefe de delegação
- 1996 O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com Edmundo Fujita e Achilles Zaluar, in Parcerias Estratégicas, ano 1 N. 1, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília
- 1996 Primeira Sessão do Comitê Preparatório da Organização do Tratado para Proibição Completa dos Testes Nucleares, Nova York, Chefe de delegação
- 1997 Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação
- 1997 Comitê Preparatório da conferência de exame do ano 2000 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Nova York, Chefe de delegação
- 1997 XIX sessão do Comitê de Informação das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação
- 1998 VIII reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, Nova York, Chefe de delegação
- 1998 Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação

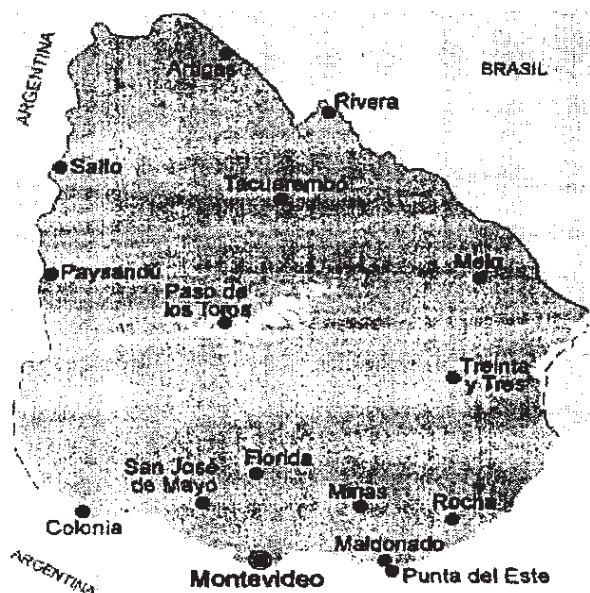
- 1999 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
- 2001 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial do Ministro
- 2001 Divisão da América Meridional II, Chefe
- 2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2003 Departamento da América do Sul, Chefe
- 2003 Ordem El Sol del Peru, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Libertador General José de San Martín, Argentina, Grande Oficial
- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 2004 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
- 2004 Ordem do Wissam Al-Alaoui, Marrocos, Grande Oficial


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS)
Departamento da América do Sul (DAS)
Divisão da América Meridional-I (DAM-I)

MENSAGEM AO CONGRESSO
URUGUAI

DADOS BÁSICOS



Nome do país: República Oriental do Uruguai

População: 3 399 000 (2004)

Território: 176 220 km²

Cidades principais (1999): Capital — Montevideu (1,3 milhão). Outras cidades — Salto (93 mil); Paysandú (84 mil); Las Piedras (99 mil).

Moeda: Peso

Chefe de Estado e de Governo: Tabaré Ramón Vázquez Rosas

Chanceler: Reinaldo Gargano

PIB (2004): US\$ 13,138 bilhões (nominal)

PIB PER CAPITA: US\$ 3.865 (nominal)

Exportações (2004): US\$ 3 264 milhões (fob)

Importações (2004): US\$ 3 859 milhões (cif)

Dívida Externa Total (2004): US\$ 12,9 bilhões

Desemprego: 12,1% (trimestre de setembro a novembro de 2004)

Inflação (2004): 7,59%

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / URUGUAI ⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2001	2002	2003	2004	2005 ⁽²⁾
Exportações	410.495	403.527	410.495	667.048	849.578
Variação em relação ao ano anterior	-38,6%	-1,7%	1,7%	62,5%	27,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Mercosul	6,5%	12,2%	7,2%	7,5%	7,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%
Importações	502.930	484.847	537.868	522.856	493.628
Variação em relação ao ano anterior	-16,4%	-3,6%	10,9%	-2,8%	-5,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Mercosul	7,2%	8,6%	9,5%	8,2%	7,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,9%	1,0%	1,1%	0,8%	0,7%
Intercâmbio comercial	913.425	888.374	948.363	1.189.904	1.343.205
Variação em relação ao ano anterior	-28,1%	-2,7%	6,8%	25,5%	12,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o Mercosul	6,8%	10,0%	8,4%	7,8%	7,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%
Saldo Comercial	-92.435	-81.321	-127.373	144.193	355.950

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SE.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

HISTÓRIA

A região que hoje corresponde ao Uruguai era habitada por indígenas até o século XVII, quando os espanhóis fundam a colônia de Soriano em 1624. A Colônia de Sacramento é fundada em 1680 pelos portugueses mas são expulsos pelos espanhóis. Em 1726, São Felipe de Montevideú é fundada pelos espanhóis. A região passa a fazer parte do Vice-Reinado do Prata em 1776.

A insurreição armada liderada por Artigas entre 1810 e 1814 domina Montevideú. Em 1816, Artigas é derrotado, ocasião em que o território uruguaio é invadido por tropas portuguesas com o apoio da Argentina. Posteriormente, o território é novamente ocupado por tropas luso-brasileiras, anexando o território uruguaio ao Brasil em 1821 com o nome de Província Cisplatina. Em 1825, a independência uruguaia é proclamada por um grupo conhecido como os Trinta e Três Orientais, liderados por Juan Antonio Lavalleja, que expulsam os brasileiros em 1827, com a ajuda de tropas argentinas. Em 1828, a Inglaterra, que tinha interesses comerciais na região e desejava evitar que a Bacia do Prata pertencesse somente à Argentina, apóia a ratificação da independência uruguaia.

A guerra civil ocorrida entre 1839 e 1851 foi provocada pelo crescente antagonismo entre os colorados e os blancos. Os colorados, liberais e chefiados por Fructuoso Rivera, receberam apoio da Inglaterra e França; os blancos, conservadores e sob a liderança de Manuel Oribe, tiveram a Argentina de seu lado. Rosas, caudilho argentino, invadiu o país e sua deposição, em 1852, fez com que os invasores se retirassem. Em 1864, o Brasil intervém na disputa interna e apóia o caudilho colorado Venancio Flores. Entre 1865 e 1870, o Uruguai, Brasil e Argentina formam a Tríplice Aliança que vence a Guerra do Paraguai.

O presidente colorado José Batlle y Ordóñez domina politicamente o início do século XX e governa em dois períodos: 1903 a 1907 e 1911 a 1915. Os serviços públicos são nacionalizados e é criado o primeiro sistema de previdência social na América Latina.

Em 1951, o Congresso aboliu o cargo de presidente e o substituiu por um Conselho de Administração. Em 1952, foi adotada nova constituição que implantou uma estrutura colegiada de nove membros para o Poder Executivo. O presidencialismo é restaurado em 1966, por referendo simultâneo às eleições.

Inflação, protestos populares e ação dos guerrilheiros de esquerda, os Tupamaros, marca o período seguinte. Em 1973, o Presidente Juan María Bordaberry, eleito em 1971, fecha o Congresso e instaura regime com o apoio dos militares.

Em 1980, por meio de plebiscito para referendar a Constituição, as Forças Armadas são derrotadas e acelera-se a abertura democrática. O colorado Sanguinetti, ao vencer as eleições de 1984, substitui o governo de transição do General Álvarez. A lei que anistia os repressores da ditadura, Lei do Ponto Final, é aprovada em plebiscito em 1989.

O período seguinte é marcado por crise econômica, com estagnação da economia e desemprego acima dos 10%. Em 1995, Sanguinetti volta à Presidência e obtém o apoio do Congresso para cortar gastos públicos, aumentar os impostos e reformar a Previdência. Em 1997, a economia cresce 5,1% e em 1998, 4,3%. Em 1999, o crises econômicas no Brasil e na Argentina afetam a economia uruguaia, que depende muito desses mercados.

Jorge Batlle, do partido colorado, vence as eleições presidenciais de 1999 no segundo turno com 52% dos votos contra 44% de Tabaré Vázquez. A esquerda, representada por Tabaré Vázquez, candidato da coalisão esquerdista Frente Ampla-Encontro Progressista (FA-EP), começa a ganhar espaço, seguindo tendência da América do Sul.

No primeiro ano de seu mandato, Batlle tira do cargo o comandante do Exército por causa de suas declarações consideradas não democráticas, instala a Comissão para a Paz e a Câmara aprova a venda de 40% da estatal de telecomunicações Aneel, a primeira de uma série. Nos dois anos seguintes, o Uruguai é abalado pela crise argentina, que gera crise social e grande descontentamento da população. Somente em 2004, após adoção, nos anos anteriores, de uma série de medidas recomendadas pelo FMI e de plano de contenção de gastos, a situação melhora.

Em 2004, pela primeira vez na história do Uruguai, vence um candidato de esquerda rompendo a hegemonia de colorados e blancos. Tabaré Vázquez vence as eleições em outubro com 51% dos votos e toma posse em 1 de março de 2005.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Tabaré Vázquez mantém elevados índices de aprovação (em torno de 60%). Esse ambiente favorável permitiu que o Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria (EP-FA-NM) vencesse as eleições municipais de 8 de maio de 2005 e passasse a comandar os principais governos municipais do país, que representam 75% da população uruguaia e 80% do PIB. A coalisão de esquerda tem, também, maioria absoluta no Senado e na Câmara.

Em 19/11/05, o Plenário Nacional da Frente Ampla aprovou o ingresso dos oito grupos políticos que compunham o Encontro Progressista e a Nova Maioria, unificando as principais vertentes da esquerda uruguaia. A ampliação da Frente Ampla deverá fortalecer a linha moderada seguida pelo Presidente Tabaré, auxiliando-o em votações polêmicas no Congresso.

As principais dificuldades enfrentadas pela gestão Tabaré Vázquez estão relacionadas a diferenças de posição dentro da própria coalisão governamental. Após quase um ano governo, alguns ministros já sofreram forte desgaste, decorrente sobretudo dos atritos internos, gerando pedidos de demissão que, até o momento, não têm sido aceitos.

Recentemente ocorreram mudanças na cúpula das Forças Armadas: no Exército, o Comandante foi substituído pelo General Carlos Díaz, e, na Marinha, foi designado como novo Comandante da Armada o Contra-Almirante Juan Fernández Maggio. O Presidente ratificou a permanência do Brigadeiro Enrique Bonelli no cargo de Comandante da Força Aérea. O Presidente parece ter preferido manter um quadro mais estável, escolhendo comandantes dispostos a promover a adaptação de suas Forças às políticas do Governo, sobretudo na área de direitos humanos.

Tema particularmente sensível na agenda do novo Governo tem sido o das investigações de violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. A decisão de permitir a reabertura de casos incluídos na Lei de Caducidade por governos anteriores tem gerado inquietação entre alguns segmentos das Forças Armadas, sobretudo no Exército, especialmente diante da possibilidade de seus integrantes

serem citados pela Justiça para prestarem depoimento. Os relatórios entregues pelas Forças Armadas ao Presidente em agosto e outubro não trouxeram grandes revelações e negavam terem ocorrido assassinatos em suas dependências. Setores do EP-FA-NM defenderam punições para militares que possam ter feito declarações falsas ao Governo.

O Governo apresentou também projeto de lei interpretativa da "Ley de Caducidad", o que permitiria novas ações judiciais no país. Os blancos rechaçaram o projeto do governo, e apresentarão um plano próprio. A resistência a modificações na "Ley de Caducidad" conta apenas com o apoio do Partido Colorado e de alguns dissidentes blancos, como Jorge Larrañaga. No fim de novembro de 2005, foram localizados os primeiros restos de desaparecidos, fortalecendo a posição do Governo Tabaré Vázquez.

A vitória de Tabaré Vázquez teve ainda como efeito o aumento das expectativas da sociedade uruguaia, que vem exigindo, com intensidade crescente, resultados concretos no combate aos problemas sociais (pobreza, desigualdade social e desemprego), agravados após a crise financeira de 2002. Estima-se que quase um terço da população se encontre em situação de pobreza. Com vistas a atender à questão social, o Governo lançou o Plano de Atenção Nacional à Emergência Social (PANES), que se apóia em programas específicos em diversas áreas (saúde, educação, alimentação, renda mínima), cuja previsão de gastos chega a 100 milhões de dólares. As dificuldades de sua implementação fizeram surgir, no início de julho, os primeiros protestos populares contra o Governo, com o fechamento de ruas em diversos pontos da Capital. O surgimento desses piquetes evidencia a necessidade de que o Governo apresente resultados para a população uruguaia com a maior brevidade.

ECONOMIA E COMÉRCIO

O crescimento previsto do PIB do Uruguai para o ano de 2005 é da ordem de 6,5%, superando as expectativas. As políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Vázquez e as condições externas favoráveis em 2005 facilitaram a recuperação econômica, bem como a contenção da taxa de inflação anual em cerca de 5%. O significativo incremento do PIB em 2005, que retoma o patamar de 1999, deveu-se ao bom desempenho do setor agroexportador - favorecido pelos preços das commodities no mercado internacional, sobretudo a carne, e pela expansão do PIB nos EUA, principal comprador da carne uruguaia -, bem como à retomada do consumo interno e dos investimentos.

A recuperação econômica do país começou a partir da consolidação de dois pilares: a) a lei de fortalecimento do sistema bancário que equacionou a crise bancária; e b) o programa de permuta ("canje") da dívida uruguaia. Sobre esses alicerces, o Governo logrou respeitar os contratos firmados em diversas moedas, assegurar o direito à propriedade, manter as normas econômicas e sustentar a estabilidade das regras tributárias.

O Governo Vázquez vem adotando uma política fiscal caracterizada por acentuada austeridade. Em 2005, o superávit primário deverá situar-se entre 3% e 3,3% do PIB. A elevada taxa de crescimento do PIB em 2005 não logrou reduzir a taxa de desemprego no país, que, no trimestre de agosto a outubro de 2005, situou-se em 12,5%.

A retomada do crescimento econômico e o fortalecimento do peso uruguaio em relação ao real, ao peso argentino e ao dólar norte-americano têm levado as importações a crescerem a taxas bastante superiores às das exportações, provocando não só elevado déficit comercial, mas também acentuando o tradicional déficit em conta corrente do Uruguai e comprometendo o balanço de pagamentos. Dessa forma, embora o risco-país tenha acompanhado a tendência da região e baixado a patamares similares ao brasileiro, a sustentabilidade do crescimento econômico local é questionada.

O Governo Vázquez aproveitou a elevada popularidade para aprovar uma série de medidas que contribuíram para o bom desempenho registrado em 2005. Aprovou austero orçamento para o quinquênio 2005-2009, e pôs em discussão projeto de lei que reforma o sistema tributário. A recuperação sustentável da economia uruguaia depende essencialmente da capacidade do país em captar investimentos externos diretos, dado o elevado endividamento público local.

Comércio Exterior

Em 2004, o Uruguai exportou US\$ 3,26 bilhões e importou 3,85 bilhões, incorrendo em déficit comercial de US\$ 590 milhões. No primeiro trimestre de 2005, as exportações foram de US\$ 736,8 milhões e as importações de US\$ 880,9 (déficit de US\$ 144,1 milhões). Neste último período, os principais destinos das exportações uruguaias foram os Estados Unidos (21,4% do total), o Brasil (17,1% do total), Argentina (5,6%) e a Alemanha (4,4% do total). Os Estados Unidos ultrapassaram, em 2004, o Brasil como principal destino das exportações do Uruguai em razão da abertura do mercado norte-americano à carne bovina uruguaia, que se beneficiou da significativa elevação do preço dessa commodity nos EUA, e da diminuição das importações brasileiras de arroz uruguaio, dada a superprodução arrozeira do Brasil na safra 2003/2004.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo Tabaré Vázquez tem buscado priorizar as relações com o entorno regional, em especial com Brasil e Argentina, e apoiado a interação do Mercosul com outros agrupamentos regionais. Marcando uma clara diferença com o Governo Batlle, a nova administração respalda o projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

No discurso de assunção da PPT do Mercosul, o Presidente Tabaré reafirmou o compromisso de aprofundamento do Mercosul, ainda que tenha, em diversas ocasiões, reivindicado mais resultados concretos do processo de integração. Em particular, o Governo uruguaio defende a redução das assimetrias no bloco e tratamento diferenciado para as economias menores.

O Governo uruguaio apoiou o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, tendo reconhecido a necessidade de se estabelecer, no futuro, a representação proporcional no órgão. Apoiou também o ingresso da Venezuela como membro-pleno do Mercosul.

Embora incentive o processo de integração sul-americana e a constituição da CASA, o Governo Tabaré revela certa preocupação com a possibilidade de que a prioridade à América do Sul venha a comprometer sua atuação no âmbito mais amplo

da América Latina, sobretudo em função do México, país com o qual considera manter relação estreita.

O Governo Tabaré Vázquez saudou a eleição de Evo Morales na Bolívia e manifestou-se favoravelmente ao ingresso do país como membro-pleno do Mercosul.

Com relação à reforma do CSNU, o Uruguai apóia o projeto do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) e manifestou apoio à candidatura brasileira a assento permanente do Conselho de Segurança, decisão tomada pelo próprio Presidente Tabaré Vázquez.

Conforme anunciado durante a campanha eleitoral de 2004, o Governo Vázquez determinou o ingresso do Uruguai no G-20, grupo de países em desenvolvimento que luta contra o protecionismo na área agrícola dos países ricos. Reverteu, assim, a orientação do Governo anterior de se manter afastado daquele grupo na OMC. No entanto, a presença do Uruguai no G-20 não significou o fim das divergências com o Brasil e outros países em desenvolvimento a respeito de alguns temas das negociações comerciais. O Uruguai não compareceu à Reunião Ministerial de Bhurban do G-20 (9 e 10/09/05).

O Governo uruguaio pretende, por outro lado, atribuir renovada importância às relações com os países desenvolvidos. Existe a preocupação central de manter o acesso da carne uruguaia ao mercado dos Estados Unidos, que é hoje o principal destino das exportações do país. Também há forte interesse do Governo uruguaio na conclusão das negociações entre o Mercosul e a União Européia.

Relações com a Argentina

A Argentina representa um parceiro fundamental para o Uruguai, com ampla presença política, econômica e cultural no país. Além da cooperação energética, é positiva para as relações entre os dois países a colaboração nas questões de direitos humanos. A atitude de Kirchner de liberar os funcionários uruguaios residentes na Argentina para votar parece ter sido fundamental na definição dos resultados no primeiro turno das eleições uruguaias.

Fábricas de celulose em Fray Bentos

No momento, a questão central da agenda bilateral entre o Uruguai e a Argentina é a instalação de duas fábricas de celulose no departamento de Río Negro, às margens do Rio Uruguai, envolvendo investimentos de quase U\$ 2 bilhões, os maiores da história do Uruguai. As obras, autorizadas durante o Governo Batlle, provocaram protestos do Governo argentino, relacionados com possíveis impactos ambientais e na saúde da população de Entre Ríos.

Em setembro, o Governador de Entre Ríos, Jorge Busti, iniciou demanda contra o Uruguai na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), alegando que a construção das fábricas violaria direitos da população daquela província, e apresentou pedido ao Ombudsman do Banco Mundial para que a instituição não outorgasse créditos aos projetos. Em outubro, o Governo uruguaio retirou sua confiança no argentino Alieto Guadagni, Diretor Executivo Alterno do Banco Mundial, que representa os dois países no Conselho Executivo daquela instituição.

Os relatórios técnicos do Banco Mundial trazem pareceres divergentes sobre a questão: reconhecem a legitimidade de parte das queixas de ambientalistas do Governo argentino mas minimizam os riscos ambientais para as comunidades locais. O segundo relatório motivou o Governo argentino a enviar nova nota de protesto ao

Uruguai, aludindo implicitamente à possibilidade de recorrer à arbitragem da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em janeiro de 2006 ocorreram manifestações de moradores e grupos ambientalistas de Entre Ríos, inclusive por meio de bloqueios das pontes internacionais San Martín e General Artigas, com reflexos negativos sobre o turismo no Uruguai.

No final de janeiro, o Presidente Kirchner, em gesto conciliatório, manifestou sua oposição aos bloqueios das pontes. Por outro lado, foi anunciada no mesmo período a disposição da Argentina de recorrer à CIJ para buscar uma solução para o diferendo.

O diálogo entre os dois Governos sobre o tema tem sido mínimo. Um entendimento direto entre os Presidentes Tabaré e Kirchner poderia facilitar a superação da divergência.

Acordo de Investimentos Uruguai-Estados Unidos

O Tratado entre o Uruguai e os Estados Unidos foi submetido à ratificação do Legislativo uruguaio no apagar das luzes do Governo Batlle, por pressão norte-americana. Caracterizava-se por restringir significativamente a capacidade reguladora governamental em matéria de investimentos.

Em 4 de novembro, após uma série de consultas com os demais parceiros do Mercosul, assinou-se novo texto para o APPI, que restabelece o princípio da igualdade entre as partes em matéria de denegação de benefícios e altera o procedimento de solução de controvérsias. Na oportunidade, o Governo uruguaio apresentou formalmente declaração interpretativa sobre o alcance da cláusula de "nação mais favorecida", assinalando que as medidas que outorgam tratamento diferenciado aos Estados Partes do Mercosul sob o Tratado de Assunção estão incluídas na lista de exceções do Uruguai em todos os setores.

Tratado de Livre Comércio Uruguai-Estados Unidos

Em entrevista concedida em janeiro de 2006, o Ministro de Economia e Finanças, Danilo Astori, defendeu a negociação de tratado de livre comércio com os Estados Unidos e afirmou ser também favorável à negociação de TLC com a China, declarações que tiveram grande repercussão no país.

O Chanceler Gargano negou que o Uruguai tencione assinar acordos bilaterais com os EUA e a China e reiterou que o programa do Governo Vázquez consiste em manter o Uruguai no Mercosul, rechaçando negociações para ingressar na ALCA. Gargano assegurou não haver qualquer negociação de TLC com os Estados Unidos, mas reconheceu haver interesse em reativar a Comissão de Comércio e Investimentos com os EUA.

O Presidente Tabaré Vázquez afirmou ser interessante para o MERCOSUL engajar-se numa negociação 4+1 com os EUA em torno de um TLC e aproveitou para recordar as dificuldades enfrentadas no processo de integração no MERCOSUL, chamando a atenção para a necessidade de que "funcione a full" e possa aportar benefícios concretos para o Uruguai.

Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)

Foi realizada em 9/12/05, em Montevidéu, Sessão Extraordinária da Reunião de Chefes de Estado da CASA, na qual foi aprovada a criação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-americano, sugerida pelos Presidentes Tabaré Vázquez e Hugo Chávez. Seu objetivo será elaborar propostas para impulsionar o processo de integração sul-americano.

A Comissão será integrada por altos representantes pessoais dos Presidentes. No caso do Brasil, será o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia. Até o momento, nenhum outro país indicou representante.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Uruguai, tradicionalmente estreitas, conheceram renovado impulso a partir do início do Governo Tabaré Vázquez.

Em fevereiro de 2005, ainda antes da posse das novas autoridades eleitas no ano anterior, o Chanceler Reinaldo Gargano visitou Brasília para conversações com seu homólogo brasileiro. Em março, esteve em Montevidéu o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia. No começo de abril, o Presidente Vázquez realizou visita de Estado ao Brasil a convite do Presidente Lula. No comunicado conjunto divulgado naquela oportunidade, há menção à reativação da Comissão Geral de Coordenação, em nível de Chanceler, e dos Mecanismos de Consulta e Concertação Política e de Monitoramento de Comércio, em nível de Vice-Ministros. O Mecanismo de Consulta e Concertação Política reuniu-se em 9 de agosto, e o Mecanismo de Monitoramento do Comércio, em 20 de setembro e 18 de novembro de 2005. Foi ainda criada a Comissão Mista de Energia.

No dia 2 de fevereiro de 2006, o Chanceler Reinaldo Gargano, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita de trabalho ao Brasil, tendo sido recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os Chanceleres trataram de temas da agenda bilateral como o estado de projetos de integração na área de energia e de transportes, como o projeto de interligação de redes elétricas e a construção de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão. O Brasil ofereceu ainda ajuda para que o Uruguai possa constituir uma agência de cooperação técnica. Estudou-se a possibilidade de revitalizar o acordo comercial entre as Zonas Francas de Colonia e Manaus, com o objetivo de obter benefícios equilibrados para ambas as partes.

Os Ministros examinaram temas econômicos como a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai para promover as exportações daquele país e gerar empregos; a análise de mecanismos proporcionados pelo Mercosul para estimular as economias de seus membros, como o Fundo de Convergência Estrutural e a importância de avançar no objetivo da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), prevista na Decisão 54/04 do Conselho do Mercado Comum.

Os Chanceleres avaliaram questões relativas à integração da América do Sul e as perspectivas decorrentes dos processos eleitorais em curso na região. Observou-se a oportunidade de incentivar a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, cujo calendário de reuniões para 2006 foi discutido, especialmente a convocação da Comissão Estratégica de Reflexão sobre o Processo de Integração Sul-Americano.

Na mesma ocasião, avaliaram o andamento das principais iniciativas em curso entre os dois países, como o Mecanismo de Consulta e Concertação Política Brasil-Uruguai e o Mecanismo de Monitoramento de Comércio Brasil-Uruguai, que deverá reunir-se pela terceira vez em fevereiro corrente. Nessa oportunidade, será dado seguimento a temas de comércio e promoção de investimentos brasileiros no Uruguai, já mencionados.

O nível de expectativas uruguaias no relacionamento com o Brasil, inclusive quanto à possibilidade de superação de entraves comerciais, aumentou com o início do governo da Frente Ampla. O Brasil tem dado reiteradas mostras de seu interesse em atender às reivindicações uruguaias. O Uruguai, por sua vez, informou que fechará sua Missão Militar em Washington e abrirá outra em Brasília, elevando o status da atual adidância no Brasil, devido à suspensão da cooperação militar norte-americana diante da decisão uruguia de não assinar acordo de isenção de jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai

Brasil e Uruguai compartilham uma fronteira terrestre de mais de 1.000 km de extensão, sem grandes obstáculos naturais e densamente povoada (cerca de 720 mil pessoas nos dois lados da linha divisória). Desenvolvem, desde 2002, um importante programa de cooperação e integração na área fronteiriça: a *Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai*. A "Nova Agenda" vem sendo adotada como modelo para outras experiências de desenvolvimento de áreas fronteiriças, como no caso da divisa entre Brasil e Bolívia, e entre Brasil e Argentina. O Acordo de Permissão de Residência, Estudo e Trabalho está plenamente implementado.

A posse do Governo uruguaio e a eleição de intendentes no ano passado colocaram em compasso de espera os temas relativos à Nova Agenda e à cooperação fronteiriça com o Brasil. A natural substituição dos responsáveis postergou os trabalhos da Nova Agenda e de outras Comissões relativas à cooperação fronteiriça. Do lado brasileiro, o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), capitaneado pelo Ministério da Integração Nacional, foi apresentado ao Vice-Presidente do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, em 23/09/05. Os dois países tencionam retomar, entre março e abril, as Reuniões de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço. Os dois Governos concordaram em bilateralizar o acordo de Residência do Mercosul, o que será feito proximamente.

Aviso nº 135 – C. Civil

Em, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado
tado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 93, DE 2006
(Nº 100/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira

Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 51/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o Organismo Internacional e *curriculum vitae* do Senhor Lauro Barbosa da Silva Moreira que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LAURO BARBOSA DA SILVA MOREIRA

CPF.: 7506295415

ID.: 334 MRE/DF

- 1940** Filho de Nicanor de Faria Silva e Honorina Augusta Barbosa Silva, nasce em 10 de fevereiro, em Anápolis/GO
- 1962** Direito pela PUC/RJ
- 1964** CPCD - IRBr
- 1965** Terceiro Secretário em 05 de fevereiro
- 1965** Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental, (COLESTE), Secretário-Executivo, Adjunto
- 1967** Segundo Secretário, por antigüidade, em 31 de julho
- 1968** Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado durante a ausência do titular
- 1971** Delegação Permanente em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
- 1973** Primeiro Secretário, por merecimento, em 25 de agosto
- 1974** Assessoria Internacional do Conselho Nacional do Comércio Exterior, Chefe
- 1976** Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
- 1978** Conselheiro, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1979** Ministério da Fazenda, Assessoria Internacional, Chefe
- 1981** Trading Company COMEXPORT (São Paulo), Diretor Superintendente, e Presidente da firma de consultoria Lauro Moreira & Castro
- 1981** Ordem do Mérito, Alemanha, Grã-Cruz
- 1981** CAE - IRBr, Relações econômico-comerciais entre o Brasil e os países do Leste Europeu, de 1961 a 1981

- 1983 Embaixada em Washington, Conselheiro
- 1984 Medalha do Mérito da Marinha do Brasil
- 1985 Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1987 Departamento Cultural, Chefe, substituto
- 1987 Divisão de Difusão Cultural, Chefe
- 1989 Divisão de Informação Comercial, Chefe
- 1990 Ministro de Segunda Classe em 28 de junho
- 1991 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Geral
- 1995 Ministério da Ciência e Tecnologia, Assessoria Internacional, Chefe
- 1997 Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Presidente
- 1997 Comissão Executiva Bilateral Brasil-Portugal para as Comemorações do Descobrimento do Brasil, Presidente
- 1998 Ministro de Primeira Classe em 21 de dezembro
- 1999 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 1999 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2000 Ordem do Anhanguera do Estado de Goiás, Brasil, Grã-Cruz
- 2000 Embaixada em Rabat, Embaixador
- 2001 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
- 2003 Agência Brasileira de Cooperação, Diretor
- 2003 Ordem Wissam Al Alaoui, do Reino de Marrocos


CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia,
Oceania e Oriente Médio
Departamento da África
Divisão da África II

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em julho de 1996, com a finalidade de reunir os sete países lusófonos então existentes – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Após sua independência, em 20/05/2002, Timor Leste passou a ser o oitavo Estado-membro da Comunidade.

Na origem da CPLP está uma iniciativa do Governo brasileiro: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) por ocasião da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. O IILP é identificado como o primeiro instrumento institucional da CPLP e tem sede na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Os órgãos decisórios da CPLP são a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Cúpula CPLP), que ocorre a cada dois anos, e a Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada anualmente. A Presidência da CPLP é rotativa e é ocupada pelo país que tiver hospedado a última Conferência. Por ocasião da V Cúpula, em julho de 2004, o Brasil transmitiu a São Tomé e Príncipe a Presidência da CPLP por um mandato de dois anos (não renovável). Em julho de 2006, chegará a vez de Guiné-Bissau presidir a organização.

O órgão executivo da Comunidade reúne-se mensalmente no Conselho de Concertação Permanente (CCP), composto, até o presente momento, pelos Embaixadores dos Estados-membros residentes em Portugal. Com a criação da Missão do Brasil junto à CPLP, o chefe desse posto passará a representar o País no CCP.

A CPLP conta, ainda, com um Secretariado Executivo, com sede em Lisboa. Atualmente o Secretário Executivo é o Embaixador Luís Fonseca, de Cabo Verde, e o Secretário Executivo Adjunto, o Embaixador José Tadeu da Costa Sousa Soares, português. Outros órgãos da CPLP são a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais, que serão descritas adiante neste documento.

O orçamento de manutenção do Secretariado Executivo da CPLP aprovado para o exercício de 2006 monta a € 1.167.169,00, para os quais Portugal e Brasil aportam € 423.892,00 cada um, sendo o restante dividido entre os demais membros de acordo com sua capacidade financeira. O IILP tem orçamento à parte, cujo valor aprovado para este ano é de € 148.500,00. Portugal e Brasil responsabilizam-se por € 44.550,00, e o restante é recolhido entre os demais membros da mesma forma como no orçamento geral.

CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

No plano político, ou da concertação político-diplomática, os interesses brasileiros estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais e de interesse do Brasil. Tal empenho requer o planejamento e a execução de uma diplomacia que se oriente por distintos vetores. Um desses vetores, sem dúvida, são os países de língua portuguesa e a CPLP.

A África de língua portuguesa oferece, ademais, ao Brasil a oportunidade de instalar pontes de contato com várias regiões da África. Três dos países de língua portuguesa, por exemplo, estão na África Ocidental. Nos anos 90, no entanto, graças aos laços de diálogo e cooperação com Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, sob a égide da CPLP, o Brasil passou a atuar nessa região tanto em temas afetos à política regional, quanto no tocante à exploração de novas perspectivas econômicas e comerciais. Esses três países contam com regimes de preferências tarifárias que lhes favorecem as trocas com países desenvolvidos, em particular com a Europa e com os EUA. De certa forma, a participação de Timor-Leste na CPLP cria essa mesma oportunidade de projeção da presença de um universo de língua portuguesa sobre aquela região da Ásia.

O diálogo mais estreito propiciado pela CPLP, em seus múltiplos níveis, envolvendo um número francamente crescente de interlocutores, em variados campos, cria ambiente mais acolhedor à presença do Brasil e de brasileiros nesses países. Pode igualmente redundar, como tem acontecido, no fortalecimento da posição negociadora dos países do Hemisfério Sul. Esse diálogo tem também ajudado o Brasil a conseguir votos para os cargos para os quais tem apresentado candidatos no sistema das Nações Unidas.

Além de seus órgãos dirigentes e do Secretariado Executivo, a Comunidade possui, como instrumentos de ação diplomática conjunta, as Missões Especiais, o Representante Temporário para a Guiné-Bissau e os Grupos CPLP. As Missões Especiais são geralmente chefiadas por alguma autoridade comunitária – Presidente *pro tempore* da CPLP, Presidente do Conselho de Ministros ou Secretário Executivo – e, sempre a convite dos países visitados, têm manifestado o apoio da CPLP na superação de situações de instabilidade interna. No caso específico de Guiné-Bissau, essa manifestação de apoio foi reforçada por meio da designação de um Representante Temporário da CPLP para o país, função que vem sendo exercida pelo brasileiro Carlos Moura. Os Grupos CPLP, por sua vez, são formados pelos embaixadores dos países-membros em todas aquelas capitais e sedes de organismos internacionais nas quais pelo menos três forem residentes; visam à coordenação dos postos diplomáticos dos países-membros para a atuação conjunta em prol dos objetivos da organização.

COOPERAÇÃO

A cooperação em geral constitui um dos elementos essenciais das atividades da CPLP, cabendo à cooperação técnica a grande maioria dos projetos comunitários. Em julho de

reafirmou o compromisso dos países membros com os valores democráticos, a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação representa um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países de língua portuguesa. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a ampliar-se e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, em relação à cooperação bilateral, o que a torna crescentemente reconhecida e necessária.

Os Estados membros da CPLP vêm empreendendo esforços crescentes no sentido de atender eficazmente às necessidades identificadas entre os países comunitários. Em agosto de 2002, foi criada, por decisão do Conselho de Ministros, a Reunião de Pontos Focais de Cooperação – que congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação – como órgão integrante da estrutura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A reunião ocorre, ordinariamente, duas vezes por ano. Desde seu início, foram realizadas dez Reuniões que viabilizaram a implementação de vários Projetos e Ações Pontuais. No Brasil, o Ponto Focal de Cooperação é o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação.

O Brasil tem tido papel de relevância no campo da cooperação técnica. Nesse contexto, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assume um papel cada vez mais importante na identificação, no lançamento e no acompanhamento de projetos multilaterais, sobretudo nas seguintes áreas prioritárias: saúde, educação, administração pública, desenvolvimento empresarial, telecomunicações, desenvolvimento social no âmbito das questões relacionadas com gênero, apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau e relações com organismos internacionais e a sociedade civil.

Aviso nº 136 – C. Civil.

Em, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Lauro Barrosa da Silva Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*)

MENSAGEM Nº 94, DE 2006
(Nº 101/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Os méritos do Senhor Mário Vilalva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006. – **Luís Inácio Lula da Silva**

EM Nº 57/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 16 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Mário Vilalva que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MÁRIO VILALVA

CPF.: 41019032715

ID.: 6387 MRE/DF

Nome: Mário Vilalva

- 1953** Filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, nasce em 28 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
- 1976** Terceiro Secretário, concurso direto, em 6 de fevereiro
- 1976** Divisão da América Meridional I, assistente
- 1976** Direito pela Universidade do Distrito Federal
- 1977** Departamento das Américas, assessor
- 1978** Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro
- 1978** Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
- 1979** Segundo Secretário, por antigüidade, em 1 de março
- 1981** IV CAD -IRBr
- 1982** Embaixada em Pretória, Segundo e Primeiro Secretário
- 1984** Primeiro Secretário, por merecimento, em 28 de junho
- 1985** Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
- 1987** Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
- 1988** Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assessor
- 1989** Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho
- 1990** Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
- 1991** Embaixada em Lisboa, Conselheiro
- 1993** XXVI CAE - IRBr
- 1993** Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador
- 1994** Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
- 1994** Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho

- 1995 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
- 1995 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
- 1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
- 1995 Ordem do Mérito, Itália, Grande Oficial
- 1995 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
- 1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial
- 1996 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe do Gabinete
- 1996 Cônsul-Geral em Boston, Cônsul-Geral
- 1996 Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
- 1999 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
- 1999 Comissão de Financiamento Externo, Secretário-Executivo
- 2000 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
- 2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2002 Ordem do Mérito, Polônia, Oficial
- 2003 Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz
- 2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
- 2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Grande Oficial
- 2004 Ordem "El Sol", Peru, Grã-Cruz
- 2004 Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz

**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS)
Departamento da América do Sul (DAS)
Divisão da América Meridional-I (DAM-I)

MENSAGEM AO CONGRESSO
CHILE

DADOS BÁSICOS



Nome do país: República do Chile

População: 15,5 milhões de habitantes (2005 - estimativa EIU)

Território: 756.946 km²

Cidades principais: Capital — Santiago (5 milhões). Outras cidades — Antofagasta (296 mil); Viña del Mar (286 mil); Valparaíso (275 mil); Talcahuano (250 mil). Dados de 2002.

Moeda: Peso Chileno

Chefe de Estado e de Governo: Ricardo Lagos Escobar

Chanceler: Ignacio Walker Prieto

PIB (2005:EIU): US\$ 112,5 bilhões

PIB per capita (2004): US\$ 7.258

Exportações (fob): US\$ 32 548 milhões (2004)

Importações (cif): US\$ 24 984 milhões (2004)

Dívida Externa Total: US\$ 45,8 bilhões (estimativa 2005)

Desemprego : 8,5 % (2005 terceiro trimestre)

Inflação: 3,7% (2005)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHILE⁽¹⁾ (US\$ - mil fob)	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	1.351.948	1.460.934	1.880.312	2.545.922	3.612.214
Variação em relação ao ano anterior	8,5%	8,1%	28,7%	35,4%	41,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	11,1%	14,8%	14,6%	12,9%	14,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	2,3%	2,4%	2,6%	2,6%	3,1%
Importações	845.448	648.583	821.234	1.398.740	1.699.613
Variação em relação ao ano anterior	-12,7%	-23,3%	26,6%	70,3%	21,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	8,5%	7,9%	10,0%	14,0%	14,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,5%	1,4%	1,7%	2,2%	2,3%
Intercâmbio comercial	2.197.396	2.109.517	2.701.546	3.944.663	5.311.727
Variação em relação ao ano anterior	-0,8%	-4,0%	28,1%	46,0%	34,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a ALADI	9,9%	11,7%	12,8%	13,3%	14,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,9%	2,0%	2,2%	2,5%	2,8%
Balança comercial	506.500	812.351	1.059.079	1.147.182	1.912.701

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

HISTÓRIA

Por volta de 1500, havia cerca de 500.000 habitantes no Chile. O norte do território chileno, ocupado pelos atacamas, é dominado pelos Incas até o rio Maule. No sul, estavam os araucanos, os fueguinos e os patagões. Entre 1536 e 1537, os espanhóis, liderados por Diego de Almagro, em busca do "Outro Peru" iniciam a conquista da região. Santiago é fundada em 1541 por Pedro de Valdivia. Nessa época, são fundadas diversas cidades, entre elas La Serena (1544), Concepción (1550) e Villarica e Valdivia (1552). Entre 1557 e 1561, García Hurtado de Mendonza, filho do vice-rei de Lima, é nomeado Governador de Chile e consolida a conquista da região. O número de colonos, dedicados principalmente à agricultura e pecuária, chega a 5.000.

Em 18 de setembro de 1810 o primeiro movimento de independência "Cabildo Abierto", destitui o Presidente-Governador e elege uma junta, composta por lideranças locais e presidida por Mateo de Toro y Zambrano. De 1811 a 1813, o Chile é dirigido por José Miguel Carrera. São libertados os filhos de escravos em 1811 e o primeiro jornal chileno, "La Aurora de Chile", é publicado em 1812. Em 1814, na batalha de Rancagua, o domínio militar da Espanha é reestabelecido. Carrera e Bernardo O'Higgins fogem para a Argentina.

Na Argentina, O'Higgins se associa ao general José de San Martín, que organiza exército para libertar o Chile e o Peru. San Martín e O'Higgins invadem o Chile, após cruzar os Andes com seu exército, e derrotam os espanhóis na Batalha de Maipú em 1818. É proclamada a independência do Chile. O'Higgins é proclamado Diretor Supremo do Chile e governa até 1823, quando renuncia. Dez anos depois é promulgada, por Diego Portales, uma nova Constituição, cuja característica principal consiste na independência dos poderes Legislativo e Executivo, com predomínio do segundo. Essa nova constituição dá início a período marcado por governo forte que dura até 1891 e se caracteriza por grande prosperidade.

Entre 1879 e 1883 ocorre a Guerra do Pacífico contra Peru e Bolívia, pelos conflitos suscitados por disputas dos depósitos de salitre no norte do Chile. Vitorioso, o Chile recebe do Peru a região de Atacama, rica em minérios, e a Bolívia perde sua saída para o mar.

A primeira grande crise econômica no Chile ocorre depois da Primeira Guerra Mundial e tem como origem a produção de salitre sintético pela Europa, ocasionando diminuição drástica da venda da principal fonte de riqueza do país na época. A situação da economia chilena agrava-se com a crise econômica mundial de 1929, que gera período de grande anarquia política e social, que dura três anos. Após esse período, Arturo Alessandri reestabelece a paz política. A partir de então, o país vive período de estabilidade econômica, social e democrática.

As eleições de 1970 levam o socialista Salvador Allende a ser eleito Presidente da República, com 34% dos votos. Allende, da Unidade Popular, representa aliança política dos socialistas, comunistas e cristãos de esquerda. Em seu governo, institui políticas de reformas de caráter estatista e nacionaliza o cobre, as mineradoras norte-americanas, os bancos privados e outras empresas.

Em 11 de setembro de 1973, golpe de estado dirigido pelos militares depõe Allende, que se suicida no palácio presidencial de La Moneda. O golpe militar interrompe por dezessete anos a centenária tradição democrática chilena. Assume o poder Junta Militar, encabeçada pelo General do Exército Augusto Pinochet, que dissolve os partidos políticos e dá início à censura da imprensa e à violação dos direitos humanos. Nesse período, lançam-se as bases para a economia voltada para o exterior.

Em 1988, começa a transição democrática com a derrota de Pinochet em plebiscito sobre sua permanência no poder por mais oito anos. Em 1989, o democrata-cristão Patricio Aylwin é eleito e assume o governo em 11 de março de 1990, restituindo-se o regime democrático. Nas eleições presidenciais de 1993 Eduardo Frei Ruiz-Tagle, candidato da Concertación de Partidos pela Democracia, é eleito presidente, assumindo o poder em março de 1994. Em março de 2000, toma posse Ricardo Lagos para um mandato de seis anos. É o terceiro mandatário eleito pelo voto popular desde que Pinochet se afastou do poder. Em 15 de janeiro de 2006, Michelle Bachelet vence o segundo turno das eleições presidenciais no Chile, com 53,5% dos votos válidos. Deverá tomar posse em 11 de março.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Ricardo Lagos (PS-Concertación), empossado em março de 2000, completa seu mandato em março de 2006 com indicadores positivos. Sua popularidade mantém-se próxima aos 70% , a economia continua crescendo em ritmo satisfatório (6,1% em 2004, e 6,3% em 2005), as exportações e investimentos aumentam e, na equação promessas/realizações, o saldo é favorável ao governo.

No governo desde 1990, a *Concertación* manteve o modelo econômico consolidado durante o período militar. O socialista Lagos, por sua vez, aprofundou as características livre-cambistas da economia, com a assinatura de vários acordos de livre-comércio com países desenvolvidos. Paralelamente, no marco de projeto de desenvolvimento com maior equidade, o mandatário chileno promoveu a vertente social de sua administração através de programas como o Chile Solidário. A desigualdade social, contudo, permanece como o principal desafio a ser equacionado no país.

No plano político, durante a gestão Lagos, houve avanços importantes sobretudo no campo da reforma constitucional, com a eliminação de algumas disposições autoritárias herdadas do período militar. Em agosto de 2005, o Presidente assinou novo texto constitucional, enfatizou o caráter democrático da nova Constituição, e proclamou o fim da transição democrática.

As mudanças incluíram a eliminação dos senadores designados e vitalícios, e a restituição da prerrogativa presidencial de remover os Chefes das Forças Armadas e dos Carabineros. A função de "garante da institucionalidade" recai agora sobre o Estado e não mais sobre as Forças Armadas. O Conselho Nacional de Segurança perde a capacidade de auto-convocar-se, podendo reunir-se somente a pedido do Presidente da República, e passa a ter caráter meramente assessor. O mandato presidencial foi reduzido de 6 para 4 anos e, com essa medida, as eleições presidenciais e parlamentares passam a coincidir.

A conjuntura política chilena de 2005 foi claramente marcada pelas eleições presidenciais. Os principais candidatos no primeiro turno foram: Michelle Bachelet, pela *Concertación* (DC, PS, PRSD e PPD); Sebastián Piñera, da RN; Joaquín Lavín, da UDI; e Tomás Hirsch, do *Pacto Juntos Podemos* (PC e PH). A direita *Alianza por Chile* (UDI e RN) apresentou-se dividida na corrida presidencial, entre um candidato mais vinculado ao regime militar (Lavín) e outro que poderia representar uma "nova direita" democrática (Piñera). Venceram o primeiro turno Michelle Bachelet, com aproximadamente 46%, e Sebastián Piñera, com 25,44%.

No segundo turno, ocorrido em 15 de janeiro de 2006, saiu vencedora Bachelet com 53,5% dos votos válidos. A eleição de Bachelet representa uma dupla mudança: no plano interno, por se tratar de candidata advinda de fora da cúpula partidária; no plano externo, por ser a primeira mulher presidente de um país sul-americano, o que lhe abrirá grande espaço para projeção internacional.

No dia 30 de janeiro, a Presidenta eleita anunciou sua equipe ministerial, que foi muito bem recebida praticamente por todos os setores do espectro político chileno. Na indicação de seu gabinete, Bachelet objetivou manifestar que seu governo buscará ser mais independente dos partidos e estabelecer laços mais diretos com a cidadania. Embora tenha respeitado as regras de distribuição partidária, com a indicação de sete ministros da DC, cinco do PPD, quatro do PS e um do PR, Bachelet cumpriu sua promessa de campanha de um gabinete paritário, nomeando dez mulheres e dez homens, e de mesclar renovação com experiência.

A indagação no momento é como será o Governo de Bachelet. O primeiro problema, a escolha dos ministros, a Presidenta cumpriu a promessa de "caras novas" e paridade entre homens e mulheres no Gabinete. A montagem do Gabinete caracterizou-se pelo hermetismo e pela independência dos partidos, o que alguns analistas asseveram será a marca da Administração Bachelet. Quanto às políticas públicas, o primeiro a observar é que haverá continuidade nos pontos fundamentais de sustentação do modelo chileno, procurando, no entanto, estabelecer uma marca diferenciadora. O fato de que contará com maioria no Senado e na Câmara é elemento não desprezível para garantir a Bachelet condições únicas para governar.

Entretanto, a derrota nas eleições presidenciais e a situação de minoria nas duas Casas Legislativas forçam a direita chilena a uma reavaliação profunda. A declaração do Senador Carlos Cantero (RN) de que terminara a "democracia de acordos" aponta para uma nova atuação parlamentar da *Alianza*, caracterizada por uma oposição mais afirmativa. A maioria concertacionista nas duas Casas Legislativas não é suficiente para aprovar, por exemplo, alterações constitucionais, como a do sistema eleitoral binominal, ou a indicação de nomes para a Suprema Corte ou para o Banco Central.

POLÍTICA EXTERNA

Com o fim da ditadura e do isolamento de que padecia o país, o Chile buscou, a partir de 1990, desenvolver uma atuação de maior perfil nos foros internacionais, valorizando os grandes temas globais. Posicionou-se consistentemente como defensor da democracia e dos direitos humanos, do livre comércio, do meio ambiente, do desenvolvimento social, do desarmamento e de um maior envolvimento da ONU na solução dos conflitos internacionais. Nesse mesmo período, o país buscou - encarnando também em sua diplomacia o modelo de "desarrollo hacia afuera" que obteve êxito no campo econômico - uma maior diversificação de seus parceiros comerciais, ampliando as relações com os Estados Unidos, a União Européia e o MERCOSUL, e intensificando os laços com os países da Ásia e do Pacífico.

Em anos recentes, a política externa chilena procuraria consolidar essa tendência a globalizar-se e a exercer um protagonismo internacional que vai provavelmente além do que seria de esperar de um país com o peso e as dimensões do Chile. O fato é que o país concluiu acordos (TLCs) importantes com as duas maiores potências econômicas do mundo (EUA e UE), foi eleito para o CSNU no período 2003-

2004, presidiu a APEC no ano passado e vem participando ativamente em esforços multilaterais como a MINUSTAH e, em menor escala, também na força de paz na Bósnia-Herzegovina.

Os êxitos econômicos alcançados ao longo da década de 90 por vezes criam nas classes dirigentes chilenas a obsessão de diferenciar-se do entorno, de apresentar o Chile como um país distinto, de economia aberta, especializada na exportação de uns poucos produtos: uma exceção de estabilidade em um continente conturbado. A esse respeito, levantaram-se já, na imprensa e nos meios político-diplomáticos locais, teorias sobre um possível "isolamento" do Chile em relação aos países da região. Segundo essa visão, o "êxito" chileno geraria "inveja" na região, o que explicaria certas atitudes antagônicas dos países vizinhos.

Surpreendida com a simpatia que a "causa marítima" boliviana fora capaz de angariar e consciente de que o "discurso da diferença" em relação ao entorno se esgotara, a diplomacia chilena convenceu-se de que era preciso reverter essa sensação de isolamento. Afinal, para manter a boa imagem que promoveu nas últimas décadas, é preciso ser estável ao lado de vizinhos estáveis. Coube ao Chanceler Ignacio Walker, há mais de um ano à frente do Ministério das Relações Exteriores, operar o redirecionamento da diplomacia chilena para a América do Sul, consolidando um processo de "inversão de prioridades" que vinha sendo impulsionado, desde o início de 2004, pelo próprio Presidente Lagos.

Nesse contexto, a atual política externa chilena vem sendo definida pelo próprio Chanceler como de "regionalismo aberto", organizando-se em "cinco diálogos", que dão conta de suas prioridades geográficas. O primeiro abarca os vizinhos imediatos, com os quais o Chile enfrenta problemas de diferente índole e intensidade. O segundo diálogo diz respeito à América do Sul, com destaque para o engajamento na Comunidade Sul-Americana, a associação ao MERCOSUL e as relações com o Brasil. O terceiro diálogo envolve o restante da América Latina e o Caribe, onde ressaltam as ações de cooperação com a América Central, a assertiva participação chilena no envio conjunto de tropas ao Haiti, a aproximação com o CARICOM e a tradicional relação com o México. No quarto diálogo, o hemisférico, ocupa lugar de destaque o projeto de revitalização da OEA. Sob a liderança do chileno José Miguel Insulza, o Chile acalenta a idéia de que será possível reverter o "declínio" da Organização, permitindo que cumpra seu papel de principal foro de diálogo político das Américas. Incluem-se aqui, ainda, as relações com os EUA, marcadas, no campo econômico, pelo TLC, e no político, pelo que se poderia definir como "de compromisso nos princípios básicos, sem implicar consonância de posições". Também estaria a ALCA, projeto que, segundo palavras recentes do Chanceler chileno, "permanece no horizonte", mas dependeria fundamentalmente do entendimento entre Brasil e EUA. Por fim, o quinto diálogo se referiria às ações desenvolvidas com base nos vínculos históricos e culturais que unem o Chile à comunidade ibero-americana.

Fora dos círculos dos cinco diálogos, viriam as demais prioridades da política externa chilena, que seriam, pela ordem, a região da Ásia-Pacífico e a Europa. A Ásia-Pacífico representa hoje uma "nova vizinhança" que absorve 36% das exportações chilenas. Essa crescente interação econômica aponta para a intenção do Chile de constituir-se no elo de ligação privilegiado entre aquela região e a América do Sul, coroando os esforços precursores de aproximação levados a cabo nas últimas décadas, sobretudo pela ativa participação chilena na APEC, foro que presidiu em 2004, e pela negociação de TLC's com a Coreia do Sul e com a China (este recentemente concluído). Já a Europa permanece como referencial histórico e axiológico para a diplomacia e a cultura chilenas, destacando-se, em anos recentes, a assinatura do TLC

com a UE, o qual, além de benefícios políticos e comerciais, teria assegurado, para o período 2002-2006, 34 milhões de euros em cooperação para o país.

Não é provável que a Presidenta Bachelet inove em política externa já que foi das áreas em que Lagos mais obteve sucesso. A indicação de Foxley para a Chancelaria chilena é um sinal claro de continuidade.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A economia chilena, em 2005, apresentou seu melhor desempenho dos últimos oito anos, em decorrência da persistência de condições favoráveis no cenário externo e de seus efeitos expansivos já mais intensos sobre a demanda interna.

As novas altas registradas pelas cotações internacionais dos principais produtos chilenos de exportação, como cobre, molibdênio e celulose, mais que compensaram os efeitos negativos da escalada, ao longo do ano, a cotação do petróleo, o principal produto chileno de importação. Assim, pelo segundo ano consecutivo, os termos de troca com o exterior apresentaram evolução favorável (aumentaram 20,1% em 2004 e 7,1% em 2005), embora em queda.

O ritmo de crescimento da economia aumentou ligeiramente, passando de 6,1% em 2004 para 6,3% em 2005. Como reflexo da nova valorização apresentada pelo peso chileno em relação ao dólar norte-americano, que, em termos reais, foi de 0,5% em 2003, 13,9% em 2004 e de 11,5% em 2005, o PIB em dólares registrou expansão ainda maior, passando de US\$ 94,1 bilhões em 2004 para cerca de US\$ 115 bilhões em 2005, com o que a renda per capita média dos chilenos se situou acima de US\$ 7.000.

O crescimento da economia chilena foi impulsionado pelas exportações, que foram beneficiadas pela nova alta das "commodities" nos mercados internacionais, e, sobretudo, pela demanda interna, que deu importante salto (expandiu-se 11,1% em relação a 2004), graças à vigorosa reativação dos investimentos (23,9%) e ao maior dinamismo alcançado pelo consumo (7,2%).

Em 2005, a expansão da atividade econômica interna foi liderada pelo comércio, construção civil, transporte e telecomunicações.

A taxa de inflação, calculada em função do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aumentou de 2,4% em 2004 para 3,7% em 2005. O moderado aumento observado teria sido induzido, sobretudo, pela nova escalada da cotação internacional do petróleo (quase 95% do consumo doméstico do combustível é abastecido com importações) e seus efeitos sobre os preços internos da energia e do transporte. Outras pressões para o aumento dos preços internos teriam sido exercidas pelas maiores margens de comercialização aplicadas pelos produtores e distribuidores de bens e serviços, em função da conjuntura de acelerada expansão da demanda interna.

O superávit efetivo do setor público chileno, considerando os pagamentos associados ao serviço da dívida, aumentou de 2,2% do PIB, em 2004, para cerca de 4,5% do PIB, em 2005. O aumento pode ser explicado em decorrência do próprio crescimento da atividade econômica e, sobretudo, dos níveis recordes alcançados, em 2005, pela cotação do cobre nos mercados internacionais, que se traduziram num aumento de arrecadação de impostos referente à indústria do setor e nos lucros transferidos para o Tesouro Nacional pela estatal de cobre Codeico.

Emprego

A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,9% do total da força de trabalho do país, em 2004, para 8,0%, em 2005. Também apresentaram comportamento positivo os salários reais da força de trabalho, ao registrar aumento da ordem de 2,5% em 2005.

A relativa recuperação observada no nível de emprego teria sido promovida, em boa medida, pela reativação da demanda interna, uma vez que os setores voltados para o mercado interno se caracterizam como mais intensivos em mão-de-obra do que o setor exportador. Ao longo de 2005 a economia criou cerca de 170 mil novos empregos. Também continuou a diminuir a proporção dos trabalhadores autônomos, muitos dos quais, além de não contar com a proteção da seguridade social, estão associadas muitas vezes à economia informal.

Comércio exterior

O comércio exterior chileno apresentou desempenho muito positivo em 2005, graças às já comentadas altas das cotações internacionais de boa parte das "commodities" exportadas pelo país. As exportações chilenas de bens num período de apenas dois anos praticamente dobraram, passando, em valor FOB, de US\$ 21,0 bilhões, em 2003, para US\$ 32,0 bilhões, em 2004 e US\$ 39,5 bilhões, em 2005. Assim, o valor das exportações incrementou-se 52,1%, em 2004 e 23,5%, em 2005.

As importações chilenas de bens aumentaram 31,7% em termos anuais e passaram de US\$ 23,0 bilhões em 2004 para US\$ 30,3 bilhões em 2005. Houve forte aumento das importações de bens de capital, refletindo o grande dinamismo alcançado pelo investimento. As importações chilenas de petróleo, apesar da queda registrada em seus volumes, aumentaram de US\$ 2,7 bilhões em 2004 para US\$ 3,6 bilhões em 2005.

Embora as importações tenham-se expandido acima das exportações, o saldo positivo da balança comercial aumentou ligeiramente, passando de US\$ 9,0 bilhões em 2004 para US\$ 9,2 bilhões em 2005. Não obstante, a posição da conta corrente do balanço de pagamentos foi revertida, passando de um superávit de US\$ 1,39 bilhão, em 2004, para um déficit de US\$ 464 milhões, em 2005, números que, expressos em termos do PIB, foram equivalentes a 1,5% e - 0,4%, respectivamente. Já o balanço de pagamentos passou de um déficit de US\$ 191 milhões, em 2004, para um superávit de US\$ 1,7 bilhões em 2005. Em contrapartida, a dívida externa global do país, após ter-se mantido estabilizada nos dois anos anteriores, em níveis em torno de US\$ 43 bilhões, aumentou para cerca de US\$ 45 bilhões.

O comércio bilateral entre o Brasil e o Chile expandiu-se 31,9%, em 2005, e alcançou o valor histórico de 5,255 bilhões de dólares. O bom desempenho mostrado pelo comércio bilateral pode ser explicado pela forte reativação da demanda interna chilena e o conseqüente aumento da demanda por importações, bem como pelo impacto das novas altas verificadas nas cotações internacionais dos produtos de base que fazem parte do comércio recíproco.

Nas exportações brasileiras para o Chile, destaca-se nitidamente o desempenho de dois itens: ônibus para o novo plano de transporte urbano da cidade de Santiago e material de transporte ferroviário para nova linha do Metrô de Santiago. As vendas de trens para metrô totalizaram o valor CIF de US\$ 77,4 milhões de dólares no período de janeiro a novembro de 2005. Outros produtos relevantes de nossas exportações foram: petróleo em bruto (US\$ 442,8 milhões no mesmo período); carne bovina (US\$ 117,1 milhões); automóveis (US\$ 113,1 milhões); chassis para caminhões (US\$ 66,4 milhões); e telefones celulares (US\$ 58,7 milhões).

Em 2005, os produtos brasileiros continuaram a melhorar sua competitividade no mercado chileno e, aparentemente, não foram afetados pela erosão das preferências comerciais de que gozavam anteriormente em relação aos produtos da UE, EUA e da Coreia do Sul, em função da entrada em vigor nos últimos anos dos Tratados de Livre Comércio entre o Chile e aqueles países ou blocos econômicos. O Brasil foi, ao mesmo tempo, o terceiro maior fornecedor chileno e o sexto maior mercado para as exportações chilenas. O três maiores fornecedores foram EUA, Argentina e Brasil, com vendas, respectivamente, de US\$ 4,427 bilhões (participação de mercado de 14,6%), US\$ 4,407 bilhões (14,5%) e US\$ 3,526 bilhões (11,6%). Os principais mercados para as exportações chilenas foram: EUA (US\$ 6,25 bilhões e participação de mercado de 15,8%); Japão (US\$ 4,54 bilhões e 11,5%); China (US\$ 4,39 bilhões e 11,1%); Países Baixos (US\$ 2,30 bilhões e 5,8%); Coreia do Sul (US\$ 2,25 bilhões e 5,7%); e Brasil (US\$ 1,73 bilhão e 4,4%).

Assim, em 2005, a Ásia foi o maior mercado para as exportações chilenas e o Mercosul foi o principal fornecedor das importações chilenas.

Perspectivas para 2006

Em relação às perspectivas econômicas do Chile para 2006, nos meios políticos e econômicos locais há generalizado otimismo, fundado na evolução favorável que continua a apresentar o cenário externo e no bom desempenho que vem mostrando a economia.

As autoridades econômicas prevêem que, em 2006, o PIB chileno poderá registrar crescimento entre 5,25% e 6,25%, num contexto de nova expansão nos níveis de emprego, consumo e investimento e controle da inflação. Em matéria de contas externas, entretanto, as projeções oficiais são menos favoráveis, pois apontam para termos de troca com o exterior com moderada deterioração, que se traduziria numa redução do saldo positivo da balança comercial e na conseqüente ampliação do déficit da conta corrente do balanço de pagamentos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O momento do relacionamento bilateral é particularmente positivo. Não existem problemas políticos entre os dois países. A sintonia nos temas multilaterais e regionais está marcada, entre outros temas, pelo comando brasileiro-chileno no Haiti, pelo decisivo apoio brindado pelo Brasil à eleição de José Miguel Insulza para a Secretaria-Geral da OEA, em 2005, e pela parceria dos dois Presidentes no plano do combate à fome e a pobreza. Prosseguem os contatos bilaterais nos níveis presidencial (a visita do Presidente Lula a Santiago, em agosto de 2004; e Ricardo Lagos esteve em 2005 no Brasil em duas ocasiões, em São Paulo para coordenar a candidatura Insulza e em Brasília participando da Cúpula América do Sul - Países Árabes) e ministerial (além do Ministro Celso Amorim, foram, em 2005, a Santiago os Ministros da Saúde, Humberto Costa, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; do lado chileno, além do Chanceler Ignacio Walker, estiveram no Brasil o Ministro da Defesa, Jaime Ravinet, e o Secretário da Comissão Nacional de Energia, Luiz Sánchez Castellón).

O bom desempenho econômico e a estabilidade política do Chile não têm passado despercebidos na imprensa brasileira. As poucas barreiras que subsistem, de um lado e outro, são menores e há crescente interesse na realização de investimentos de parte a parte. O Brasil detém hoje o segundo maior estoque de investimentos

chilenos no exterior. Nos últimos meses, registraram-se importantes avanços nas negociações do ACE-35 entre o MERCOSUL e o Chile. Também tem sido destacado o papel que o Chile vem desempenhando dentro do G-20, nas negociações da OMC.

No plano cultural, o interesse chileno pela cultura brasileira é forte e, no cotidiano, são constantes as manifestações de simpatia pelo Brasil e pelos brasileiros. A reunião da IV Comista Cultural Brasil-Chile, em maio do ano passado, propiciou a elaboração de um amplo programa de cooperação, com ênfase nas áreas de audiovisual, arquitetura e preservação do patrimônio.

A nova composição ministerial, em razão da posse de Bachelet, não deve alterar a percepção chilena em relação ao Brasil. O indicado ao Ministério das Relações Exteriores, Alejandro Foxley, conhece e admira o Brasil e sempre elogia o Governo do Presidente Lula. É garantia de que as excelentes relações bilaterais assim continuarão. Além disso, Clarissa Hardy, indicada ao Ministério do Planejamento, é também próxima ao Brasil.

O Presidente Lula deverá comparecer à posse da nova Presidenta do Chile, Michele Bachelet, que, por sua vez, deverá visitar o Brasil ainda em março.

Aviso nº 137 – C. Civil.

Brasília, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento do Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 11, de 2006** (OFS 49/99), que *suspende a execução do art. 7º, I e II, e art.*

27 da Lei nº 6.989, de 29-12-1966, com a redação dada, respectivamente, pela Lei nº 10.921, de 30-12-1990, e Lei nº 10.805, de 27-12-1989, todas do Município de São Paulo;

– **Projeto de Resolução nº 12, de 2006** (OFS nº 50/99), que *suspende a execução do art. 4º da Lei nº 2.175, de 24 de novembro de 1989, do Município de Osasco, no Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Resolução nº 13, de 2006** (OFS nº 52/99), que *suspende a execução do art. 10 da Lei nº 379, de 19 de dezembro de 1969, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 1.039, de 7 de dezembro de 1989, ambas do Município de Diadema – SP;*

– **Projeto de Resolução nº 14, de 2006** (OFS nº 14/02), que *suspende a execução do art. 17 e seu parágrafo único da Lei Municipal nº 6.570, de 2 de março de 1988, que deu nova redação à Lei nº 6.055, de 5 de dezembro de 1983, do Município de Goiânia, Goiás;*

– **Projeto de Resolução nº 15, de 2006** (OFS nº 2/03), que *suspende a execução do inciso XI do art. 68 da Constituição do Estado de Sergipe; e*

– **Projeto de Resolução nº 16, de 2006** (OFS nº 32/04), que *suspende a execução da Lei nº 11.564, de 18 de agosto de 1998, do Estado de Pernambuco.*

A Presidência comunica ao Plenário que quando da publicação do texto do Projeto de Resolução nº 016/2006, constatou-se equívoco na ementa da matéria que foi sanada naquela oportunidade, retificando-se a expressão “do Rio de Janeiro” por “de Pernambuco”.

Tendo sido apreciadas, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos, dez minutos mais cinco de prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco.PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Direitos Humanos encerrou há dez minutos uma audiência pública que propus para debater o fator previdenciário e sua implicação negativa na vida de milhões de brasileiros.

Estiveram presentes todas as centrais sindicais, mais de vinte confederações de trabalhadores, o Presidente da Cobap, companheiro Marcílio, o Presidente do Mosap, companheiro Edison. Estiveram lá também o Senador Romeu Tuma, a Senadora Heloísa Helena e outros Senadores e Deputados.

Senador Romeu Tuma, de pronto, recebo com alegria o aparte de V. Ex^a porque vou falar exatamente sobre o tema. Como eu estava presidindo, praticamente não pude falar, mas tive a alegria de ouvir os participantes, os painelistas, como Darcy Portanova, especialista nessa área, que apresentou inúmeras sugestões. V. Ex^a inclusive fez um aparte a ele.

Ouçó V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Paulo Paim, Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria que V. Ex^a, Sr^a Presidente, entendesse como testemunho este meu aparte não para intervir no que o Senador Paulo Paim vai falar, mas pela – Senadora Heloísa Helena esteve lá também – oportunidade que o Senador Paulo Paim sempre apresenta nesta Casa. Eu voltaria um pouquinho atrás, Senador, à luta pela reforma da Previdência, em que V. Ex^a teve um papel importante e quase um sofrimento para ter uma complementação que corrigisse algumas distorções que trouxeram prejuízos aos aposentados principalmente. Eu estava ouvindo pelo rádio do carro – houve um atraso no horário do voo. Não sei como vão controlar esses atrasos de uma hora, uma hora e meia, é uma coisa horrível, não dá mais para assumir compromissos – o depoimento de uma senhora, a vibração dela em expor os problemas dizendo que há 25 milhões de brasileiros em estado de pobreza. Fez referências à Previdência Social e, claro, à fórmula tão mágica – V. Ex^a disse que teria de ressuscitar Albert Einstein e levar para uma professora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Essa é uma frase de V. Ex^a, que está sendo generoso comigo, pois foi V. Ex^a quem usou essa frase. Eu assino embaixo somente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL SP) – É uma coisa espetacular. A sociedade desconhece isso. Eu conversava com um advogado do Rio Grande do Sul. É uma fórmula que não se entende se não se escrever aritmeticamente para 1º grau. Não adianta fórmula matemática para quem é formado pela Politécnica de São Paulo. Então, dou este testemunho do valor da iniciativa de V. Ex^a. Tenho certeza de que ela é para valer. Continue lutando e continue com esse amor ao próximo, Senador Paulo Paim, que Deus o recompensará. Tenho certeza disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a é sempre muito generoso com este Senador.

O fator previdenciário foi aprovado pelo Governo anterior e transformado em lei em 1999. Como Deputado, eu já tinha apresentado projeto para tentar revogar essa lei de 1999. É claro que o reapresentei como Senador da República durante o ano de 2003. Ele está em debate até hoje.

Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, a audiência de hoje demonstrou que o fator previdenciário é o maior crime que já se cometeu contra a classe trabalhadora. Naquele momento, em 1999, em 2000, eles não perceberam a gravidade, porque o impacto não ocorreu de imediato. Eles estão sentindo o impacto agora, quando estão encaminhando a sua aposentadoria.

Senadora Serys, que tem um belíssimo trabalho em relação às mulheres, assim como a Senadora Ideli Salvatti, no dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Pois bem, nessa questão, a mulher é a grande prejudicada. Ela vai ter um redutor de 35% nos seus vencimentos no ato da aposentadoria, se considerarmos a lei anterior.

O nosso projeto – Projeto nº 296, de 2003 visa simplesmente revogar o fator previdenciário. Fomos todos contra esse fator na época em que ele foi criado. O PT foi contra o fator previdenciário, e eu me lembro que muitos outros Partidos também foram contra, mas fomos derrotados na época em que o Governo o aprovou.

Há possibilidade de fazermos um grande movimento para derrotar esse fator, que traz um prejuízo enorme para todos os trabalhadores. Muitos dos que estão hoje na ativa ainda não sabem desse fator, mas vão saber quando encaminharem sua aposentadoria, porque vão ter um redutor de 30% em relação ao teto, que é, no máximo, de dez salários mínimos e que, na

realidade, não são dez salários mínimos, pois o valor do teto é de R\$2.400,00. Dez vezes o salário mínimo de R\$300,00 seriam R\$3.000,00, mas na verdade o teto é de R\$2.400,00. Então, é importante que façamos o que chamo de uma cruzada nacional pela derrubada do fator previdenciário.

Hoje, os expositores de todas as centrais, de todas as confederações, da Anfip, da Fenafisp, demonstraram, com muita precisão, o quanto é grave esse instrumento aprovado no Governo anterior e que infelizmente perdura.

O Projeto nº 296 – e o Relator é o Senador Mão Santa – já tem o parecer favorável pela revogação e pela implantação da média dos últimos 36 meses, como era a regra antes do fator previdenciário, como forma de cálculo da aposentadoria dos trabalhadores.

Esse movimento, com certeza, tem que vir de fora para dentro do Congresso Nacional. Dizia eu que é possível derrubar o fator previdenciário se o conjunto do movimento sindical brasileiro se mobilizar nesse sentido. Agora, se deixarem na boa vontade de meia dúzia ou uma dúzia de Senadores e Deputados, de fato isso não se dará.

Estavam lá também o Presidente Edison, do Mospap, e Marcílio, da Cobap. Ambos ressaltaram que os trabalhadores da ativa devem entender a importância dessa caminhada que está também vinculada ao reajuste dos aposentados e pensionistas. Tem que existir uma política de reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas, porque senão, no espaço de seis anos, todos estarão recebendo o salário mínimo. Se conjugar-mos a forma de reajuste dos benefícios e ainda o fator previdenciário, será o caos para quem sonha um dia se aposentar. É claro que todos nós gostaríamos de ter uma aposentadoria digna.

Por isso, nobre Senadora, é que nós estamos promovendo amanhã outro debate na comissão mista. Discutiremos, Deputados e Senadores, como ficará a situação dos funcionários das Prefeituras em todo o País, porque os representantes dos Prefeitos lá estarão, dizendo que é impossível manter uma aposentadoria decente. Eles são contra o reajuste do salário mínimo para R\$350,00, Senador Tião Viana, o que eu acho um absurdo. Mesmo para R\$350,00, eles são contra. Então, faremos este debate na comissão amanhã, entendendo que é mais do que justo que o salário mínimo chegue, pelo menos a partir de 1º de abril, a R\$350,00.

O debate que se está fazendo na comissão é de alto nível. Visitamos o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que disse do esforço para se chegar a R\$350,00. Ele me lembrava de um ponto que sei V. Exª vai reforçar neste momento, e eu, que tanto trabalhei

nessa área de salário mínimo durante esses anos todos, concordo: de fato, todos os cálculos mostram que esse aumento é o maior dos últimos 25 anos; R\$350,00 é o maior valor dos últimos 25 anos. É claro que agora nós temos de conjugar o debate para construir, como dizia o Ministro Paulo Bernardo, uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e uma política de recuperação do salário mínimo. Mas dizer que R\$350,00 não é o maior aumento nos últimos 25 anos é uma inverdade.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, quero apenas dar um testemunho sobre V. Exª, sempre com admiração intensa sobre sua trajetória de vida. Verdadeiro missionário na causa do salário mínimo, do trabalhador brasileiro, V. Exª é um homem que, na sua essência, defende as causas trabalhistas do nosso País ao lado do trabalhador, do operário, do sindicato, das organizações sociais que lutam por qualidade de vida e dignidade para o trabalhador, que tem o seu dia-a-dia voltado para sua sobrevivência, para assegurar o mínimo de dignidade a sua família. São admiráveis as ponderações de V. Exª, e sei do seu esforço para que o salário mínimo tenha avanços maiores; mas sei também da sua capacidade de compreensão do que foi o limite de negociação entre as centrais sindicais, o movimento social, a capacidade das prefeituras. Esse é um debate que, muitas vezes, fica acobertado. Todavia, sabemos que centenas ou milhares de prefeituras não teriam condição de cumprir sua folha de pagamento se esse aumento fosse mais elevado, nos moldes em que se quer a recuperação do salário do trabalhador brasileiro. Nesta hora em que afirmamos que, no Governo do Presidente Lula, haverá um salário mínimo que é o maior em termos de recuperação dos últimos 25 anos, não tenho dúvidas de que esse valor de R\$350,00 é um passo da longa caminhada que é o que V. Exª defende, à frente de todos nós: colocar o trabalhador em patamar salarial digno para sua vida e a de seus familiares. Imaginar um quadro em que o trabalhador brasileiro possa assegurar as necessidades do seu cotidiano e de sua família é o mínimo que qualquer homem com visão de Estado neste País deve ter, e V. Exª felizmente a tem nessa luta pelo salário mínimo. Sabe que eu fui e sou forte defensor da ampliação dos programas sociais como o Bolsa-Família, porque me apaixona essa tese. Sem a menor dúvida, debato a favor deles, mas, sobre o salário mínimo, V. Exª é uma autoridade porque o defende e nos convence sempre que é um caminho para a distribuição de renda e a recuperação da dignidade do trabalhador brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao nosso Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana, pela forma respeitosa e mesmo generosa como se refere a este Senador. Lembro-me de diversos debates que tivemos sobre este tema e V. Ex^a sempre, da mesma forma, dizia: Paim, continua firme, faça a sua defesa e vamos subir, dentro do limite, o que é possível. Mas é correto que o salário mínimo é o melhor distribuidor de renda deste País.

Estou muito animado, Senador Tião Viana, inclusive com a perspectiva real de V. Ex^a ser eleito Governador do Acre. V. Ex^a sabe do carinho e do respeito que eu tenho pela sua história desde que aqui cheguei. Por isso, a emenda constitucional que está em debate neste momento fará justiça. Tenho certeza de que o Senado perderá um grande Senador, mas o Acre ganhará um grande governador e o seu irmão, sabemos, o Jorge, deverá estar na Casa representando, da mesma forma que V. Ex^a sempre representou, não só o Estado do Acre, mas também o interesse de todo o povo brasileiro. Por isso, os meus parabéns a V. Ex^a

Gostaria também de dizer, Senadora Ideli Salvatti, que é muito importante que no Dia Internacional da Mulher, nós, que com certeza participaremos desta grande caminhada de mobilização, de valorização da mulher, a Câmara e o Senado, Senadora Serys, aprovemos aqueles projetos – sei que V. Ex^a é uma das Líderes – que estão na pauta e que valorizam a caminhada e a vida das mulheres brasileiras. Um dos projetos diz respeito ao trabalho doméstico, uma iniciativa que teve sempre o apoio de V. Ex^a, inclusive a questão da regulamentação daquilo que foi o nosso principal debate na PEC Paralela, que é a aposentadoria da dona-de-casa.

V. Ex^a, junto com as Deputadas e outras Senadoras, trabalhou muito nesse sentido. Vamos torcer para que consigamos neste ano, de uma vez por todas, regulamentar essa situação que valoriza e faz justiça às mulheres brasileiras pela sua história, pela sua caminhada. Com convicção eu diria, Senadora Serys, que V. Ex^a tem feito aqui um trabalho belíssimo, liderando esta área correspondente à luta, à vida e à história das mulheres.

Lembro-me de que, no ano passado, por iniciativa minha, uma mulher negra, favelada do Rio Grande do Sul, Rozeli da Silva, que dirige uma instituição que atende crianças e adolescentes, recebeu o “Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz” do Conselho que V. Ex^a que preside, o Conselho da Mulher Cidadã Bertha Lutz. Até hoje, toda vez que ela me encontra, fala do discurso de V. Ex^a.

Por isso a minha e a minha alegria de estar aqui lembrando um pouco da trajetória de V. Ex^a, que, ao que tudo indica, também deverá ser, no ano que vem, Governadora, embora faça um belíssimo trabalho como Senadora.

Obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

FATOR PREVIDENCIÁRIO

– O fator previdenciário foi aprovado pelo governo anterior através da Lei nº 9. 876/99.

– A fórmula de cálculo é baseada nos seguintes elementos: alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

– Quanto menor a idade na data da aposentadoria (por consequência, maior a expectativa de sobrevida) menor será o valor do benefício recebido. Esta nova metodologia nada mais é do que um redutor no valor do benefício.

– No aspecto social, ele é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, penaliza, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria os trabalhadores das classes mais pobres.

– Como a população mundial está ficando cada vez mais velha pois segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), por volta de 2025 haverá mais idosos no planeta do que crianças, concluímos que cada vez mais o trabalhador se distancia da possibilidade de alcançar a aposentadoria sem redução no valor integral de seu benefício.

– Segundo cálculos da consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, as perdas podem atingir também quem adiou a data da aposentadoria, pois o cálculo é falho.

– O cálculo é ainda mais perverso com as mulheres já que apresentam expectativa de vida maior que a dos homens.

– Por discordar desta punição aos trabalhadores que buscam a aposentadoria é que apresentamos o Projeto nº 296/03 que extingue o “Fator Previdenciário”. Propomos resgatar os critérios anteriores de cálculos dos benefícios.

– O Nosso nobre Senador Mão Santa deu parecer favorável a esse projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria está pronta para pauta. Está em nossas mãos fazer justiça aos trabalhadores do RGPS. Eles não podem iniciar o recebimento de suas aposentadorias com perdas. Esse momento tão importante de suas vidas tem que ser de sonho, não de pesadelo.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do PMDB, com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Solicito a minha inscrição para uma breve comunicação no momento oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estão inscritos para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar, o Senador Tião Viana, e, em segundo, esta Senadora.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs Senadores, começamos um novo período legislativo. Até que enfim o ano começa para valer. Já passou o Carnaval, passaram as festas. Neste País, infelizmente, depois do Carnaval é que se entra duro no trabalho.

Este período vai ser de muitas dificuldades, não tenham dúvidas. Faltam a Semana Santa, o São João, no caso da minha região, a Copa do Mundo e, por último, as eleições. Tudo isso mais o trabalho que temos aqui na Casa. E que trabalho? Para começar, na quarta-feira, às onze horas, será promulgada a verticalização, e esse já é um problema que envolve quase todos os partidos.

Temos, Senador Heráclito Fortes, as dívidas agrícolas a serem votadas. Está vindo aí a medida provisória e, com toda certeza, vamos ter que debater com profundidade e resolver este que é um problema que vem se arrastando há longa data.

Hoje tivemos uma outra medida provisória muito justa. Parabenizo principalmente os que lutam pela mulher, porque, majoritariamente, é o trabalho da mulher. Parabenizo nossa Presidenta, a Senadora Serys

Slhessarenko, porque hoje saiu a medida provisória que facilita a vida dos empregados domésticos. São quase seis milhões de pessoas, majoritariamente mulheres.

Mas, e o Orçamento? O Orçamento, nobre Senadora Ideli Salvatti, até agora não o votamos, está pendente, e precisamos cumprir esse dever. Acho que nunca houve um ano em que fosse tão longe a não votação do Orçamento. Então, precisamos ver urgentemente esse problema do Orçamento, para que se possa regularizar a vida econômica no Governo Federal, no Estado como um todo, e as repercussões nos Estados. Todos os ministérios estão vivendo de duodécimo, e isso é uma coisa que urge mudar.

No caso específico do meu Partido, ainda temos o imbróglio das prévias, que teremos que resolver. Dentro desse quadro, que tem tantos outros assuntos pendentes – algumas reformas ainda em andamento, medidas provisórias tramitando –, apenas um evento me deixa feliz: o Dia Internacional da Mulher. Aí, Srª Presidenta, não é por se tratar de você, a minha amiga querida Serys, é por justiça. Todos os dias deveriam ser de homenagem às mulheres, porque elas se desdobram. Elas hoje, no mundo moderno, cumprem uma carga de trabalho fora de casa e ainda têm de cuidar dos filhos, das roupas de todos da casa, da alimentação, da limpeza, do abastecimento. É muita coisa para uma mesma pessoa.

Daí a minha admiração, o meu respeito. E já, antecipadamente, não esperando depois de amanhã, parabenizo hoje todas as mulheres que cumprem essa missão ainda com um sorriso nos lábios e ainda em cima de alguns centímetros de salto alto – o que deve doer à beça os dedos, até que se acostumem. Mas é um outro sacrifício. Então, vivam as mulheres!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois, não. Claro, V. Exª tem um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Muito bem presidido neste momento pela Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª me deixou surpreso e desapontado, queixando-se de que não pode homenagear as mulheres todos os dias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não disse que não fazia, mas que devia ser todos os dias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é. Eu tinha V. Exª na cota dos que fazem isso diariamente, pelo bom trato com as colegas, pela sua maneira e, acima de tudo, por ser solteiro. Evidentemente, V. Exª me deixa extremamente surpreso e desapontado com a sua sincera declaração. No entanto, apesar disso, associo-me a esta antecipada homenagem que V. Exª presta às mulheres do Senado, na pessoa da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a, mas eu me referi ao genérico e não a mim. Eu disse que é um dia internacional de homenagem às mulheres e que lamento que não sejam todos os dias. Eu, particularmente, faço a minha parte, mas eu queria que fosse todo o País, a humanidade, porque são realmente batalhadoras as mulheres. Se no passado podiam ter uma vida de refúgio, de dondoca, hoje não existe mais isso. Hoje a carga é dobrada, muitas vezes até injusta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não pense mal de mim, eu também falei de maneira genérica. Agora, V. Ex^a é um galanteador, é aquele que sempre dá mais atenção a todas elas. Por isso tive o cuidado de fazer esse alerta, pensando que fosse uma pequena falha, evidentemente muito difícil de acontecer com V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado.

Escapando do genérico e passando ao particular, ou seja, às nossas colegas, eu tive a sorte de, nesta Legislatura, ter realmente colegas Senadoras excelentes, a quem homenageio com muita alegria, porque são brilhantes. Um abraço a todas as mulheres, um abraço especial à minha Presidenta Serys, que tem batalhado permanentemente por todas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a é um grande batalhador diário na defesa dos interesses, da luta das mulheres.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana. Em seguida, como inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma boa notícia. Faço questão de fazer um registro ao Senado Federal. O Ministério da Saúde do Brasil, o nosso Governo, no dia de hoje, toma uma atitude muito positiva, digna de registro na história da saúde pública brasileira, que é exatamente ser o primeiro país a desencadear, na sua rotina de vacinação da população infantil, a vacina contra o rotavírus, que causa diarreia aguda em crianças no mundo inteiro e que mata anualmente meio milhão de crianças, especialmente na faixa etária de 0 a 5 anos.

O nosso Ministério da Saúde, hoje, está disponibilizando mais de meio milhão de doses da vacina. Acaba de adquirir um lote com oito milhões de doses para dar ampla cobertura, nos próximos meses e anos, ao atendimento infantil. É uma vacina que não entra na rotina do Ministério da Saúde, nos centros e

postos de saúde do Brasil, em modos de campanha, porque é de fácil manuseio e aplicação. Então, será dada uma gotinha a crianças com dois meses de vida e outra aos quatro meses. Com isso, reduziremos em 44% as internações de crianças brasileiras nos serviços públicos de saúde por causa da diarreia.

Este é um dado muito positivo que o Governo brasileiro e os meios de comunicação deveriam divulgar mais. Por essa razão, eu trago essa notícia ao Plenário do Senado Federal.

Morrem centenas de crianças nessa faixa etária. Qual o parlamentar deste País, sendo o Senado a Casa da Federação, que não tem no seu Estado aquelas denúncias e críticas de que está havendo um surto diarréico muito grande? Todo ano isso se repete. É a sazonalidade das infecções pelo rotavírus.

Nós temos, hoje, a boa notícia de que o Governo brasileiro se afirma como o primeiro país do mundo a implantar a vacina contra o rotavírus nas unidades de saúde. Somente os Estados de Alagoas, de Santa Catarina e do Acre terão a vacina a partir do dia 20. E o Acre a partir do dia 24, por um problema de logística, de transporte, acomodação e ajuste que foi feito em relação a essa vacina. Os demais a partir de hoje já começam a dispor dessa vacina. Então, todas as crianças na faixa etária entre dois e quatro meses de idade já começarão a ter a sua proteção, Senador Romeu Tuma.

Vamos reduzir 44.469 atendimentos nas unidades de saúde da rede pública, o que significa muito para quem faz saúde pública. Quem não conhece, em visita à periferia de São Paulo ou aos Estados da Amazônia, Amapá, Acre, os centros de saúde, as filas das mães com seus bebês no colo, com a dificuldade de tratar uma doença que leva à desidratação. Mas, agora, vamos enfrentá-la de cabeça erguida, com uma medida de saúde pública a mais admirável.

Se há uma grande invenção de toda a história da humanidade no campo científico é a vacina. Esta foi a atitude que mais salvou seres humanos em toda a história da humanidade. O grande marco científico que houve, revolucionário em termos de impacto à vida humana, foi a implantação das vacinas. E agora temos a implantação da vacina contra o rotavírus, que, repito, mata meio milhão de crianças por ano no Planeta, centenas delas no Brasil. Essa vacina reduzirá milhares de vezes o número de atendimentos na rede pública.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Romeu Tuma, que é sempre uma figura solidária e sensível às questões humanitárias e de saúde pública, assim como o seu filho que é médico.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Creio que é até indelicadeza minha interromper V. Ex^a. Ontem eu conversei com meu filho, porque vi a notícia. Sou muito interessado nessa área, na qual o Rogério é o meu orientador. Ele estava explicando as grandes dificuldades que o rotavírus traz para as crianças, principalmente de dois meses, praticamente recém-nascidas. Quero aproveitar a sua presença nessa tribuna – V. Ex^a é um homem equilibrado, um homem de visão, um homem sempre apaixonado pelas questões públicas – para pedir-lhe que cumprimente o Governo por essa iniciativa. Ficamos muito preocupados com toda a situação, com o desemprego, mas estamos nos esquecendo das gerações que estão vindo por aí. É muito triste, muito amargo saber que uma criança de dois ou três meses vem a falecer com sofrimento para ela e para a família, levando uma mãe ao desespero no hospital, pela diarreia, pela fraqueza, por tudo que é decorrente da própria doença. E essa vacina, sem dúvida alguma – V. Ex^a está colocando os números –, sanará essa grande amargura por que passam as pessoas, principalmente as mais carentes. Os hospitais formam filas e não têm condições de atendimento. É provável que – posso dizer que não é um ponto importante –, economicamente, esse é um investimento que também trará para o Governo um resultado positivo. Peço novamente a V. Ex^a que cumprimente o Governo por essa iniciativa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que, com um gesto humanista que é próprio da sua vida, da sua personalidade, vem enriquecer o meu pronunciamento. Transmita ao seu filho Rogério o mais elevado respeito também pelo comentário que fez em relação a uma matéria de saúde pública com essa dimensão.

Reitero, Senador Romeu Tuma, que três milhões de crianças que nascem por ano em nosso País começarão a ser protegidas. Vamos reduzir o número de internações dessas crianças em 42% e o óbito infantil em 34%. E 44.469 crianças deixarão de procurar atendimento porque não estarão acometidas pela diarreia causada pelo rotavírus.

Medidas dessa natureza significam muito. Elas são de alto impacto, possuem um custo real, mas têm um resultado extraordinário na defesa da vida humana. As doses estão sendo adquiridas por aproximadamente US\$7, o que significa mais ou menos R\$15,00, enquanto, na rede particular, que já dispunha dessas vacinas, o custo era de R\$200,00 a dose.

Será um grande impacto para as famílias brasileiras. E sabemos o quanto é doloroso. Não há dor maior do que caminhar em uma cidade pequena e ver aquele momento de uma criança perder a sua vida por

uma diarreia. Não é da altura, da envergadura moral de uma sociedade ver crianças morrerem por causa de diarreia.

Então, o nosso País toma um passo admirável. O Governo brasileiro, o Ministro Saraiva Felipe e a sua equipe merecem o meu reconhecimento e, tenho certeza, o de todos os Srs. Senadores neste momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a dispõe de 10 minutos prorrogáveis por mais cinco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vim aqui fazer uma pergunta que possivelmente esteja na cabeça de muitos, mas nem todos a têm explicitado. Eu queria perguntar que democracia é essa a nossa. Que democracia é essa, depois de vinte anos, em que, a menos de seis meses das eleições, ainda não conhecemos as regras eleitorais? Que democracia é essa? Que democracia é essa em que nós, o próprio Congresso, aprovamos uma mudança nas regras eleitorais no mesmo ano da eleição? Essa é a primeira pergunta.

Perguntamos também que democracia é essa sem estabilidade institucional, em que o Poder Judiciário – pelo menos, até agora – recusa conhecida decisão da maioria qualificada de votos do Congresso, capaz de fazer reforma constitucional. O Tribunal Superior Eleitoral impede que vigore a decisão, pelo menos, até este momento, antes da promulgação que esperamos ser quarta-feira.

Que democracia é essa em que não sabemos como será a eleição e que tipo de alianças e de não-alianças haverá? Não tenho a menor dúvida de que, em uma democracia com partidos estáveis, a verticalização é uma boa decisão, Senador Romeu Tuma. Mas, neste caos partidário e ideológico dos partidos, a verticalização é uma camisa-de-força. E ninguém cura loucura com camisa-de-força.

Só depois de passado o período da purificação ideológica dos partidos, depois da cláusula de barreira, com alguns anos, a verticalização nem necessária será nas leis porque será natural. Será uma característica intrínseca dos partidos aliarem-se apenas àqueles com os quais são parecidos.

Que democracia é essa em que precisamos de verticalização, Senador Tião Viana? Ao mesmo tempo, que democracia é essa em que se faz uma reforma constitucional e um grupo de juízes a desfaz? O Congresso teria poderes até para acabar com o TSE. Não é cláusula pétrea. Ou teria poderes para mudar um pouco os arts. 16 e 19 dizendo: só se fazem mudanças

no mesmo ano da eleição se for por meio de reforma da Constituição. No entanto, estamos perdidos, a seis meses da eleição, com uma série crise institucional e sem saber ainda como vamos votar.

Pergunto: que democracia é essa, Senador Tião Viana, em que os partidos ficaram tão iguais, por fora, e tão sem nitidez, por dentro? Se fizermos uma análise, hoje, dos militantes de cada partido, veremos uma diversidade tão grande que seria preciso uma lei de verticalização interna, dentro de cada partido. Nossos partidos são tão diversos que não têm nitidez; nenhum tem clareza, uns mais outros menos. Além de estarem sem nitidez interna, estão sem alianças afinadas, porque não há como ter alianças afinadas quando não há nitidez interna. Há pessoas que têm mais proximidade com as pessoas de outros partidos do que com seus próprios companheiros.

Que democracia é essa, Senador Sibá Machado, em que os partidos precisam de camisa-de-força? Ao mesmo tempo, a camisa-de-força é imposta de fora para dentro do Congresso, sem respeito à maioria qualificada dos representantes eleitos pelo povo. Vim até aqui fazer esta pergunta: que democracia é essa?

Ouçó o aparte do Senador Tião Viana, antes de continuar o meu discurso.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, V. Ex^a traz ao plenário um tema atualíssimo e expõe o dia seguinte de uma decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral que afeta os partidos, os interesses eleitorais, sobretudo dos partidos brasileiros, e que deve ser refletida sim. Vejo em V. Ex^a um homem da maior lucidez, que procura tratar as questões com a devida profundidade, não com a superficialidade que a política às vezes impõe para o cotidiano da vida partidária e parlamentar, e fico também muito reflexivo quanto a essa matéria. Pessoalmente tenho o entendimento de que a não-verticalização é mais compatível com o princípio de uma República Federativa. Entendo que não temos que seguir as decisões da macropolítica de São Paulo. Somos um País com distintas regiões, com as peculiaridades dos Estados, com a necessária articulação para as influências e os entendimentos de organização e para a influência política regional, e não deveríamos ficar ainda subordinados às decisões do velho “café-com-leite” deste País. É lamentável – prefiro opinar um pouco sobre sua indagação –, mas culpo, por esse processo todo, o Congresso Nacional brasileiro, porque está nas nossas mãos a feitura das leis, bem como a sua clareza e a cobrança da sua aplicação. Ao mesmo tempo, transferimos para instâncias como o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal a interpretação dessas leis, porque não somos claros. Deixamos, no nosso cotidiano, de dar a devida

profundidade, a devida formatação e conteúdo a uma matéria legislativa e ficamos sujeitos a interpretações de terceiros. Então, não consigo culpar o TSE, em uma hora dessas, porque penso que transferimos àquela Corte essa oportunidade. Se tivéssemos agido para fazer uma legislação clara, absolutamente definitiva sobre essa matéria, o TSE apenas aplicaria a lei ou, pelo menos, cobraria sua aplicação, mas, infelizmente, como não fomos claros, deixamos vaga uma elaboração legislativa e pagamos esse preço. Com isso, deixamos de votar no dia-a-dia, com uma volúpia pelo denunciismo – parece que a política brasileira só se alimenta disso –, e deixamos questões fundamentais de lado, como a que V. Ex^a aponta neste momento. Conseqüentemente, a personalidade de um partido político fica oculta e o seu interesse eleitoral se sobrepõe, haja vista a impressão de que o partido só aparece definitivamente para ter espaço de poder puro, direto, dentro do seu praticismo ou em período eleitoral. Isso é uma pena para a democracia. Divido, pois, com V. Ex^a um sentimento de preocupação e lamento por uma enxurrada de problemas que vão surgir, e não apenas em decorrência da verticalização, mas porque transferimos ao TSE e ao Supremo aquilo que era de nossa competência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, estou de acordo em que as leis que temos elaborado não são claras, mas nesse caso a nossa maior culpa, no meu ponto de vista, não é a falta de clareza, mas o atraso em fazer. De fato, isso deveria ter sido feito no ano passado, e deixou-se para fazê-lo neste ano. Mas fez-se neste ano como uma reforma da Constituição. O Congresso precisa ser respeitado nesse sentido. Então, sem elidir a culpa do Congresso, é preciso pensar em como é a convivência entre os Poderes. Se o Congresso toma, com três quintos dos votos, uma decisão – atrasada, é verdade –, ou seja, com maioria qualificada, a interferência do Poder Judiciário cria um impasse grave, qualquer que seja o resultado: se o Congresso impuser ou se for submetido. Na democracia, o Congresso só é submetido por pessoas fardadas, não por pessoas de toga. Contudo, estamos correndo o risco de sermos subordinados. Não diria isso se a aprovação fosse por maioria simples; teço estas considerações por se tratar de maioria qualificada.

Ouçó o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, também estava ouvindo-o pela TV e resolvi vir ao plenário. Este assunto sempre me empolga bastante. V. Ex^a tem razão ao dizer que a falta de clareza da regra deixa todos em uma situação de espera. Não se pode fazer muito,

porque é preciso aguardar decisões que hoje estão fora desta Casa. Ressalto que no ano passado foi conferida, pelo menos pelo Senado Federal, uma velocidade muito boa, no meu entendimento, para que se pudessem apreciar as mudanças que poderiam ser tratadas durante o pleito eleitoral de 2006. Falava-se da reforma política mais aprofundada e, depois, houve até aquela proposta da minirreforma, relativa ao barateamento do custo de campanha para 2006. Portanto, Sr. Senador, agora a situação está meio sem jeito.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Enquanto, nos Estados Unidos, há não sei quantos partidos políticos registrados, mas apenas dois se revezam no comando do governo, há bastante tempo, aqui no Brasil, que eu saiba, há cerca de trinta partidos políticos registrados no TSE, mas entendo que o País ainda não amadureceu para ter aquilo que alguns falam, que são partidos de ordem mais estrutural e não apenas regional ou local. Assim sendo, ainda estamos em uma fase de aperfeiçoamento. A reclamação que V. Ex^a faz é justa, mas, no meu entendimento, caberia ao Congresso ser muito rígido na hora de confeccionar a verdadeira lei política brasileira, para que as regras fiquem estabelecidas para um período bastante longo, e não apenas para um processo eleitoral e criando o casuísmo de que, a cada conjuntura, tenhamos que fazer cirurgias profundas nessa legislação. Registro, assim, minha preocupação e minha solidariedade a V. Ex^a, no que tange às regras, que estão difíceis de se materializar, visto que as convenções estão chegando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ouço, com prazer, o aparte do Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Cristovam, é pertinente a indagação de V. Ex^a. Não a respondo, mas a Carta Magna, no seu art. 16, tem uma regra explícita: não se podem mudar as regras doze meses antes das eleições. Lamentavelmente, nós que compomos as duas Casas – no caso, o Congresso Nacional – passamos uma situação vexatória. O Congresso, ao sabor dos interesses partidários, políticos e conjunturais, lamentavelmente fica ao sabor da política na sua essência, o que é lamentável. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a nesse questionamento, mas realmente aqui está explícito – pedi à assessoria para trazer-me o texto do art. 16: “A lei que altera o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação”, quer dizer, um ano antes. Até que sou favorável, na situação conjuntural, mas sou pela lei, e V. Ex^a está correto

quando indaga. É lamentável, realmente, essa situação vexatória pela qual estamos passando neste momento. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Gilvam Borges.

Quero lembrar que, por uma maioria qualificada, até esse art. 16 poderia ser modificado. Poder-se-ia colocar uma vírgula e dizer “salvo por reforma constitucional”. Poderia até acabar. Mas não se fez isso, reconheço. O senhor tem toda razão. Há uma maneira de se fazer apressada na hora de se fazer e atrasada na hora de levar em conta a responsabilidade. Fomos demorados na responsabilidade e apressados no formalismo, e isso está gerando esta crise.

Mas quero fazer outras perguntas, Sr. Presidente. Que democracia é esta? Nós estamos aqui e ainda não sabemos que regras eleitorais vão vigorar este ano. Faço outra pergunta: que eleição é esta, nesta democracia, em que o debate entre os candidatos não existe? Nós temos acusações entre candidatos, não temos debate. Como é possível termos uma democracia com um pensamento unificado em que a polarização que se dá entre os grandes candidatos é uma polarização entre iguais? Pode ser um detalhe, Senador Tião Viana, mas é muito importante: o Governo é tão parecido com a oposição que aqui quase não vemos nenhum debate conceitual. Os debates são travados em termos de críticas e contracríticas, a tal ponto que um trabalho feito recentemente no Ministério da Educação foi engavetado porque passava uma imagem muito negativa da educação brasileira, como se fosse culpa do atual Governo, o que não é. Aliás, não toca no período do atual Governo. O atual Governo preferiu engavetar, o que fez com que um dos principais autores pedisse demissão. Por quê? Porque sente-se tão parecido o atual Governo com todos os anteriores – alguns podem chamar isso de responsabilidade, mas acho que responsabilidade não é para esconder verdade –, que tranca uma análise da tragédia educacional brasileira. Então, que democracia é esta em que não há debate de idéias, em que não há debates de rumos?

Vou mais longe, Sr. Presidente. Que democracia é esta que só pensa em curto prazo, no imediato, que não tem um projeto de longo prazo para a Nação brasileira? Só tem projetos de curto prazo para a economia brasileira, para as eleições brasileiras, para a assistência social brasileira. Sempre de curto prazo, nada de longo prazo. Não há democracia presa ao presente.

Vou mais longe, Sr. Presidente. Que democracia é esta em que o Exército está nas ruas do próprio País,

enfrentando brasileiros? Não importa se são bandidos ou não, o Exército não é para isso. Isso quebra a dignidade do Exército. Temos hoje o Exército em diversas favelas do Rio de Janeiro. Imaginem quando uma bala do Exército matar um civil brasileiro ou quando um civil brasileiro, mesmo que bandido, matar...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É para isso que temos o Exército, as Forças Armadas e a Polícia. Se um quartel não é capaz de proteger suas armas, o comandante deveria ir à delegacia mais próxima e dar queixa do roubo.

Acho extremamente perigoso para a nossa democracia – e por isso pergunto que democracia é essa – quando vejo que o Exército que tem que subir os morros para recuperar armas que lhes foram roubadas. Isso seria um trabalho para a polícia fazer.

Finalmente, eu perguntaria que democracia é esta em que ainda não temos aprovado o Orçamento no terceiro mês do ano. Que democracia é esta em que não conseguimos fazer uma das mais óbvias das obrigações do Congresso Nacional, que é aprovar o Orçamento? Fico, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com esta pergunta.

Eu me pergunto o que está pensando o povo, que ouve os nossos debates aqui dentro como se fossem apenas acusações e contra-acusações, críticas e contra-críticas em nível da ética e, de vez em quando, a discussão sobre um ou outro projeto e não traz para cá os verdadeiros projetos do povo brasileiro? Que democracia é esta em que o povo não se sente de fato representado por nós no sentido de ver no dia-a-dia da nossa atividade a solução dos seus problemas?

Além disso, não se vê o devido respeito, porque decidimos uma coisa e a Justiça decide outra. Perdemos o respeito pela falta de poder ou o respeito pela falta de competência? Essa é a discussão que está em jogo hoje: o Congresso foi irresponsável ou o Congresso não tem poder?

Esta é a minha pergunta: que democracia é esta em que a juventude se pergunta se o Congresso é incompetente, atrasado ou se o Congresso não tem poder.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 226, DE 2006

Requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do quinto aniversário da morte do ex-Governador ex-Senador e ex-Constituinte Mário Covas.

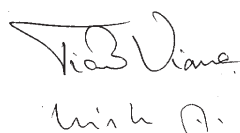
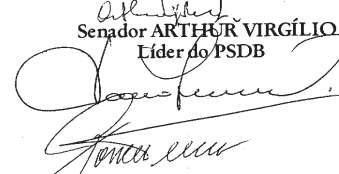
Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança pelo transcurso do quinto ano da morte do notável político brasileiro, Mário Covas, ex-Senador, ex-Governador de S. Paulo e ex-Constituinte.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

Mário Covas foi um grande e autêntico estadista que faz falta ao Brasil. Sua capacidade administrativa, aliada ao tino político, o tornaram conhecido em todo o Brasil. É essa notável figura que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006.


Tião Viana

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para encaminhar o requerimento de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Romeu Tuma e outros Senadores, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, Presidente nacional do Partido da Social Democracia Brasileira.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me congratular com os Senadores Arthur Virgílio e Romeu Tuma pela iniciativa, que lembra o aniversário da morte de um dos maiores homens públicos com quem tivemos a oportunidade de conviver.

Realmente, Mário Covas foi, para nós todos, para todos os políticos brasileiros, não importando o Partido, se adversário ou correligionário, uma referência, de ética, de lealdade, de espírito público, atributos que, sem dúvida, fazem falta no cenário da vida pública brasileira.

É com muita saudade, mais do que saudade, que lembramos Mário Covas. É imensa a falta que ele faz na vida pública brasileira hoje. Nós do PSDB lembramos não apenas do nosso fundador, do homem que fundou um Partido que, como ele sonhava, tivesse a ética como principal referência. Sem dúvida alguma, a ética foi o referencial de toda a sua vida política. Ele provou que é possível se fazer política na Oposição com ética, que é possível se fazer administração pública, que é possível administrar um Estado como São Paulo, que é um país, ou uma cidade como a capital paulista tendo a ética como principal referência.

Quero parabenizar o Senador Romeu Tuma, de São Paulo, o Senador Arthur Virgílio e todos aqueles que lembraram esse homem que deixou essa marca nesse imenso vazio que existe na vida pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Tasso Jereissati, a Presidência já se manifestou a respeito do requerimento. Portanto, reitero aqui toda homenagem e reconhecimento a um ícone da vida pública e da moralidade pública do nosso País, que é o ex-Governador Mário Covas, tão bem lembrado por V. Ex^a.

A Mesa dará o encaminhamento regimental ao Requerimento apresentado por V. Ex^a e fará a devida comunicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Em nome da nossa Bancada, Senador Tasso Jereissati, nós nos solidarizamos com V. Ex^a e queremos fazer nossas as palavras apresentadas aqui por V. Ex^a. Quero também dizer, apenas para complementar, que as relações entre PSDB e PT são normais dentro do processo da democracia nacional, mas quero lembrar que, naquele momento do cerceamento da democracia brasileira, estávamos juntos na luta pela redemocratização. Foi assim nas Diretas, foi assim no momento daquela retomada.

Então, eu gostaria de estabelecer aqui que também esta é a opinião da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, apoiando totalmente o requerimento apresentado pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa encaminhará o voto de lembrança de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Romeu Tuma e outros Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

Concedo a palavra, antes, pela ordem, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me solidarizar com todos aqueles que – a iniciativa foi do Senador Romeu Tuma – aqui lembram o grande homem público brasileiro que foi Mário Covas.

Em nome do PDT, também desejo me manifestar. Fui seu colega como Governador no mesmo período, e tenho não apenas muita saudade, mas um profundo respeito por Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A assinatura de V. Ex^a passa a compor o requerimento apresentado pelos Senadores citados.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessa-renko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 227, DE 2006

Requer, ao Senhor Ministro da Justiça, informação acerca das providências que foram ou estariam sendo tomadas pelo Governo no tocante ao ocorrido com um jovem futebolista brasileiro que permaneceu 16 dias no aeroporto de Frankfurt, no mês de fevereiro deste ano.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Justiça, informações acerca das providências do Governo quanto ao drama vivido pelo jovem futebolista brasileiro Douglas dos Santos Rodrigues, jogado à própria sorte no aeroporto de Frankfurt, como noticia a revista **ISTOÉ**, edição de 8-3-2006, p. 53.

Justificação

O drama vivido por Douglas dos Santos Rodrigues, de 20 anos de idade, deixa evidente uma prática condenável e que, infelizmente, vem-se repetindo: o envio de adolescentes para o exterior, em condições precárias e não raro desumanas. São vítimas da exploração de pretensos empresários, que acenam aos jovens oportunidades de emprego no futebol do exterior. No caso de Douglas, quem o teria atraído, diz a revista, foi o empre-

sário Wilson Bellissi Jr., que prometera ao jovem uma colocação era time europeu de futebol. Douglas gastou R\$6 mil com passagens e, ao chegar ao aeroporto de Frankfurt, na Alemanha, o empresário não o aguardava. E ele, então, ficou ali, sem dinheiro para dormir e se alimentar. No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pela revista, para que esta Casa fique sabendo se, da parte do Governo do Brasil houve alguma providência para evitar que o fato se repita.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 228, DE 2006

Requer ao Ministro da Saúde informações sobre providências acautelatórias de controle do consumo de anfetaminas.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Saúde, informações sobre as providências porventura adotadas ou a serem adotadas, para o controle do consumo de anfetaminas, medicamento de Larga venda e uso para emagrecimento.

Justificação

A Revista **Veja** publica, em sua edição com data de capa de 8 de março de 2006, matéria denunciando o uso indiscriminado de anfetaminas, utilizadas para emagrecimento, sujeitando-se quase sempre sem qualquer informação sobre os efeitos colaterais do medicamento. Como são prescritas sem controle, o Brasil é o campeão mundial no consumo do medicamento.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pela revista, para que esta Casa fique inteirada se há, em nível nacional, algum estudo para impedir que as anfetaminas continuem sendo vendidas indiscriminadamente.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 229, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras, ocorrido no dia 2 de março de 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento da artista plástica e escritora Elsie Dubugras.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja inscrito nos Anais do Senado Federal, levado ao conhecimento da família da Srª Elsie e da direção da Revista **IstoÉ**.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se. A Srª Elsie Dubugras foi uma figura de fone presença na vida artística e editorial do País. Por 30 anos, trabalhou na Editora Três, onde era carinhosamente chamada de Dona Elsie. Era editora e diretora especial da Editora. Além de escritora, autora de diversos livros, Dona Elsie foi excelente artista plástica, com muitos retratos a bico-de-pena do centro velho de São Paulo e de aquarelas pintadas na região de Itanhaém, no litoral paulista.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 230, DE 2006

De tramitação conjunta do PEC nº 86, de 2003, e da PEC nº 31, de 2005

Senhor Presidente

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a PEC nº 86, de 2003, de autoria do senador Gerson Camata, passe a tramitar

em conjunto com a PEC nº 31, de 2005, de autoria do Senador Augusto Botelho, por versarem sobre a mesma matéria – para dispor que as unidades de conservação da natureza serão criadas mediante lei.

Sala das Sessões, 6 de março de 2006. – Senador **João Batista Motta**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito, Senador Sibá Machado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que disponho de apenas cinco minutos para uma comunicação inadiável. Já ouvimos alguns dos Srs. Senadores se pronunciarem a respeito do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, quando haverá uma solenidade especial de premiação de cinco mulheres que se destacam na defesa dos direitos da mulher em nosso País.

Solicito a todos os Senadores e Senadoras que, durante esta semana, busquem dar visibilidade à questão, por meio da tribuna do Senado, falando ao Brasil, a homens e mulheres, brasileiros e brasileiras, da importância de tratarmos da igualdade de direitos da mulher, como a lei nos assegura. Infelizmente, a discriminação é uma realidade, seja no trabalho, seja na política, seja na família. Não vou repetir, mas os dados que dizem respeito à violência contra a mulher são assustadores. Pelo menos durante esta semana, que todos nós nos empenhemos no sentido de dar visibilidade à discussão para a superação do problema.

Anuncio também que, entre sexta-feira e domingo, estive em meu Estado de Mato Grosso, onde participei de reuniões da maior relevância, uma delas com a entidade denominada Aprosoja – Associação dos Produtores de Soja. Todos sabemos o tamanho da contribuição que meu Estado, Mato Grosso, dá ao Brasil em termos de produção. É o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, o maior produtor de carne bovina, e o segundo maior produtor em inúmeros outros produtos, mas, infelizmente enfrentamos grandes problemas, em especial de infra-estrutura, para assegurar que o Estado continue tendo a relevância que tem.

Já foi iniciada a discussão da medida provisória que trata da agricultura, medida provisória que deve estar chegando ao Congresso Nacional. Voltaremos

a tratar do assunto, que foi recentemente anunciado pelo Presidente Lula e que é de grande relevância, em especial para o Estado de Mato Grosso.

Nesses poucos dias em que estivemos lá no Estado, percorremos pouco mais de quinhentos quilômetros da estrada Cuiabá-Santarém, a BR-163. A rodovia está praticamente toda asfaltada no Estado de Mato Grosso. Restam em torno de cinquenta quilômetros de asfalto para chegar ao Estado do Pará. Em Mato Grosso, é difícil a situação dessa BR, mesmo asfaltada, devido ao grande tráfego de carretas. Imaginem escoar milhões de toneladas produzidas no entorno da BR-163 por Santos ou Paranaguá, via rodovias. Para rodar 500 km de carro – não falo de carretas –, levam-se de oito a dez horas, devido ao grande tráfego. Com Mato Grosso produzindo, precisamos de mais estrutura.

Conclamo os Colegas a também lutarem pela melhora da BR-163, especialmente minha querida companheira Ana Júlia Carepa, os Senadores Luiz Otávio e Flexa Ribeiro, pois Mato Grosso e Pará têm um interesse comum. É importante, tanto para o Pará quanto para o Mato Grosso, que a BR-163 seja asfaltada no trecho da divisa de Mato Grosso até Santarém, pois a produção no entorno da BR-163 precisa escoar por Santarém – e não falo nem no entorno da BR-158 ou da BR-364 ou de outras BRs, em que a produção também é gigantesca; falo apenas do entorno da BR-163.

Sou titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Naquela Comissão, sabemos das dificuldades que enfrentamos, como sabemos também que o Orçamento deverá, com a responsabilidade de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, ser aprovado nos próximos dias, obrigatoriamente.

Por isso, mais uma vez, conclamo os Srs. Senadores de Mato Grosso e do Pará para que juntemos as nossas forças a fim de que se inicie, o mais rápido possível, o trabalho de tornar transitável a BR-163 no Estado do Pará, e para que possamos, especialmente o Mato Grosso, com o tamanho de sua produção, escoar seus produtos...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

...escoar a sua produção via Santarém. Sabemos do empenho de todos os Senadores. E aqui cito especificamente o Senador Flexa Ribeiro, que tem se empenhado. S. Ex^a não faz parte do nosso partido, mas a luta

que travamos é muito superior a isso. Também se têm empenhado todos os Parlamentares de Mato Grosso e do Pará, como a Senadora Ana Júlia Carepa. Estou dando ênfase ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará, que faz parte dessa luta com bastante determinação.

Existe, como dizia, a necessidade de aprovação do Orçamento. No Orçamento de 2006, Senador Romeu Tuma, que preside a Casa neste momento, há R\$50 milhões, que alguns dirão ser pouco, para iniciar o trabalho de asfaltamento na BR-163, no Pará. É pouco sim, mas já dá para trabalharmos as pontes.

Neste final de semana, participamos de reuniões importantes, próximo à divisa do Pará. Nesse local, se as pontes forem reparadas – e os R\$50 milhões previstos no Orçamento tornam possível a reparação dessas pontes –, já existem empresas dispostas a escoar a produção de Mato Grosso, via Santarém, e a trazer insumos, fertilizantes, fungicidas, etc., que chegarão por um preço muito mais acessível ao Pará e, principalmente, ao Mato Grosso, via Santarém.

Se essa possibilidade já está posta, compete-nos, como Parlamentares, atuar imediatamente para que pelo menos as pontes sejam viabilizadas, enquanto se decide como será feito o asfaltamento nesse trecho grande se não me engano de 600 km, dentro do Pará, da divisa de Mato Grosso até Santarém, que ainda não se sabe se será sob a forma de PPPs. As pontes podem ser viabilizadas, e já existem empresas dispostas a fazer o trânsito de produção e de fertilizantes no trecho Santarém-Mato Grosso e Mato Grosso-Santarém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aproveito a presença do jornalista Franklin Martins no plenário para sugerir que a notícia do café não seja dada só aos domingos, mas que o Jornal Nacional divulgue, duas vezes por semana, os cochichos do café, porque é interessante.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, cinco anos se passaram desde a morte de Mário Covas. Eu ouvia o Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati, assim como o Senador Sibá Machado. Não tive a honra de ouvir V. Ex^a, nem o Senador Tião Viana e outras figuras respeitáveis desta Casa que se manifestaram sobre Mário Covas. Mas ouvi o meu Presidente Tasso Jereissati, e passou um filme muito rápido na minha cabeça.

O Covas honrado que todos proclamam, o Covas de opinião firme, que é preciso que o Brasil cada vez mais reverencie, aquela figura que não perdia a oportu-

nidade de ser sincero muitas vezes chegava às raíais da ranhetice, e o tempo inteiro manifestava as suas posições com muita clareza, com muita firmeza.

Certa vez, eu disse-lhe: “Mário, você ainda vai ser Presidente do Brasil”. E ele me respondeu, Senador Sibá, de maneira muito crua, dizendo assim: “Arthur, eu jamais vou ser Presidente do Brasil, eu talvez seja Governador de São Paulo. Eu não tenho o conjunto de qualidades e defeitos necessários a um Presidente da República”. E eu percebi que ele estava muito profundamente analisando a figura do príncipe de Maquiavel, príncipe cheio de qualidades e de defeitos, sob pena de não ser sequer um bom Presidente da República.

Essa era a visão que tinha Mário. Não se tratava de uma crítica a quem porventura chegasse à Presidência, mas de uma constatação de que uma pessoa com notável grau de absoluta sinceridade o tempo todo, de absoluto compromisso com as suas verdades esbarraria na hora das coligações, encontraria certos entraves.

Portanto, Mário viu cumprida sua própria profecia de não se tornar Presidente da República. Quem perdeu foi o Brasil, e quem ganhou foi São Paulo, tendo nele o grande Governador que fez a mudança essencial nos padrões de administração daquela terra.

Sr. Presidente, eu tinha por ele um carinho pessoal muito grande. Não vou me alongar. Encaminhei, junto com o Senador Tasso Jereissati, esse requerimento de voto de lembrança a Mário Covas – sei que V. Ex^a apresentou outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tomei a liberdade de subscrever o de V. Ex^a também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É uma honra muito grande para mim.

Certa vez, quando menino, nas férias escolares, vim ao Congresso, em Brasília, ver meu pai. Um velho Senador de Alagoas, Senador Silvestre Péricles de Góes Monteiro*, muito gentilmente, pega-me pelo braço, a mim e um colega meu que passava férias comigo aqui, e me leva ao plenário da Câmara. Eu estava lá para ver os Deputados do meu Estado. Eu queria ouvir todas as figuras que supostamente me representavam. Naquela época, era uma bela representação, sim.

O Senador Silvestre Péricles disse: “Aquele rapaz magro” – ele era magro àquela época – “e de cabelo preto que está ali tem tudo para ser Presidente da República. É um dos melhores Parlamentares que já vi atuar”. Ele começou a elogiar Mário Covas, de quem eu nunca tinha ouvido falar. Foi a primeira vez em que eu o vi e ouvi. Logo em seguida, para sorte minha, ele pede a palavra pela ordem e faz um discurso belíssimo.

Nos seus tempos de Parlamentar, Mário Covas desempatava uma votação. Na Constituinte, foi assim. Estava meio a meio: determinado ponto de vista tinha o apoio de metade dos Parlamentares, e outro ponto de vista, outra metade. O discurso de Mário Covas decidia.

Ele virava o jogo nas reuniões da Bancada de Senadores e Deputados, em conjunto, do PSDB, seja por sua personalidade, seja por sua capacidade de explicar o que queria, seja pelo brilho de sua oratória, seja pela sua cultura, seja, sobretudo, pela sua credibilidade, sem a qual de nada adiantariam as outras qualidades.

Portanto, homenagens a Mario Covas é o que devemos fazer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa se solidariza mais uma vez com V. Ex^a pela iniciativa.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Fui à Mesa solicitar autorização para subscrever o requerimento que envolve uma figura reconhecida por toda a Nação brasileira, Mário Covas, pelo importante papel que desenvolveu ao longo de toda a sua carreira e em todos os postos que teve a oportunidade de exercer no comando da vida pública brasileira.

Venho à tribuna, após o Carnaval, tendo em vista que não tive a oportunidade de me referir a essa que, indiscutivelmente, é uma das maiores manifestações da cultura brasileira, que tem a marca, o ritmo, a cor e toda a exuberância do povo brasileiro, principalmente na sua matriz afro-descendente, que conseguiu, após três séculos de escravidão, nos mostrar toda a pujança da sua arte, da sua cultura. Essa festa faz com que todo o Brasil vivencie, durante momentos tão significativos, aquele que é indiscutivelmente um dos maiores espetáculos artísticos em desenvolvimento no mundo, que é o desfile das escolas de samba, tendo a oportunidade de aprofundar temas e assuntos de forma tão maravilhosa, como ocorreu agora neste último Carnaval.

Parabenizo a Vila Isabel, que ganhou o primeiro lugar no desfile das escolas do Rio de Janeiro, a Vila Isabel, que, conforme Noel Rosa cantava, “tendo nome de princesa, transformou o samba num feitiço decente que prende a gente”. Nesse desfile, efetivamente prendeu a gente pelo tema que trouxe, que é exatamente a situação que vivenciamos nesta tão sofrida América Latina, o enredo “Soy Loco Por Ti, América”.

Ao trazer para a avenida e ter sido escolhida a escola campeã do Carnaval 2006, Vila Isabel fez jus ao reconhecimento que todos têm do papel que essa comunidade representa no mundo do samba.

Quando digo que traz o tema é porque o debate a respeito dos desafios, das potencialidades e da situação que vivencia a América Latina neste momento, com tantas mudanças políticas, econômicas e sociais que vêm sendo desenhadas no último período, faz com que o desfile das escolas de samba seja também esse momento precioso, Senador Tião Viana, de podermos, por meio da arte, da música, do som, do ritmo, das co-

res, também fazer a reflexão sobre este momento que a América Latina vive, de forma tão especial.

Como não poderia deixar de fazer, parabenizo as escolas de samba da minha cidade, Florianópolis, a Consulado do Samba, que, com o tema “Praça XV, onde tudo acontece”, foi classificada em primeiro lugar, e a Unidos da Coloninha, que ficou em segundo lugar.

Lamento o incidente ocorrido com a Porto da Pedra, escola em que tive a oportunidade de fazer a minha estréia na Marquês de Sapucaí, eu que nunca tinha participado do desfile das escolas de samba, apesar de ser carnavalesca de primeira hora, eu diria até de primeiros meses; em Santa Catarina, eu faço uma passagem na bateria da minha escola, que é a Copa Lord.

Neste ano, a Porto da Pedra veio com um enredo muito forte e muito bonito a respeito das mulheres: “Bendita és tu”. Essa escola trouxe toda a luta das mulheres, a luta feminista, a luta das artistas, a luta das atletas. Infelizmente, não entramos na disputa, apesar de o samba ser muito empolgante e o enredo, muito bonito.

Tive a oportunidade de vivenciar a Marquês de Sapucaí no carro “Guerreiras do Brasil”, junto com a Senadora Ana Júlia Carepa, a nossa Ministra Nilcéa Freire e outras parlamentares. É uma pena que tenha sido o carro logo em seguida ao nosso que tenha quebrado, porque era o carro que traria as mães brasileiras, que mostrava a luta das mães brasileiras que defendem o direito das mães nas situações mais amargas e trágicas, como as que perdem os filhos na briga do narcotráfico, na violência urbana, como em Acari, as que perderam os filhos na Ditadura Militar ou pelas mais diversas formas de violência, como a escritora e romancista Glória Perez. Infelizmente, esse foi o carro que quebrou.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Sibá Machado e, a seguir, abordarei outro tema.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, não tive oportunidade de ver o samba de V. Ex^a. Sempre me interessei pouco em participar do carnaval, pois procuro fazer o caminho inverso, dirigindo-me a um lugar mais fechado ou lendo um livro. Todavia, fiquei curioso desta vez. Como comprar ingresso para assistir ao desfile do Rio de Janeiro era mais complicado do que eu imaginava, acabei não conseguindo adquiri-lo. Foi uma pena, pois estava com vontade de assistir ao desfile. Esta grande festa nacional certamente é uma das que propicia maior turismo – não tenho números, mas creio que é isso. Faço hoje uma comparação muito clara entre as três maiores festas carnavalescas que o Brasil tem: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. A grande festa do Rio de Janeiro é mostrada para o mundo. A de Salvador é voltada à classe média. E o povão fica mais em Recife. Até mesmo Caetano Veloso deixou Salvador

para cair no frevo de Pernambuco. Fico imaginando uma maneira de aproveitarmos essa força nacional, tão forte quanto o futebol brasileiro. Hoje o Brasil tem a quinta taça, e torço pela sexta taça. Que tal se pudéssemos, em algum momento, expandir o carnaval para o mundo, vendendo essa imagem tão bonita? Como V. Ex^a já disse, o carnaval traz temas históricos, polêmicos e da atualidade, que nos chamam à reflexão. Eu gostaria mesmo de ter ido ao Rio de Janeiro para ver a Porto da Pedra e o samba no pé da nossa Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o Senador Sibá Machado.

Eu gostaria muito que o carro da Escola de Samba Porto da Pedra não tivesse quebrado, para que pudéssemos nos classificar entre as campeãs. Até mesmo para que a escola pudesse, mais uma vez, trazer o tema da mulher exatamente na semana em que vamos abordá-lo aqui e fizesse o desfile das campeãs no sábado passado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio, que, sei, é um sambista de primeira hora também.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não. Até que não. Eu não me considero ruim da cabeça, mas não tenho tanto samba no pé. Senadora, na verdade, Manaus pratica um carnaval de escola de samba de alto nível, um dos mais sofisticados do País, e começa a virar evento turístico que atrai muitos turistas, sobretudo daquela área da Amazônia internacional: da Amazônia peruana e da Amazônia venezuelana. É um carnaval muito bonito. Eu que vejo em outro ponto da cultura do meu Estado, o Boi-Bumbá de Parintins, uma ligação muito forte com o carnaval das escolas, que aprecio muito e gosto de assistir, fiquei feliz este ano porque percebi que, inclusive no Rio de Janeiro, renasceu o carnaval de rua, aquela coisa dos blocos...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fantástico! Esse renascimento é fantástico.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O que eu tenho de conhecidos que disseram que saíram em tal bloco... Coisa que já estava morrendo. Eu creio que essa é uma expressão popular que, aliás, é a original. Ela é a fonte dessa festa bonita toda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E lá não tem cordão para separar. Todo mundo vai...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não tem. Todo mundo junto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Todo mundo junto...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Houve o episódio do Bola Preta, tão tradicional, aquela gafeira... Houve o episódio do Bafo-da-Onça, com milhares e milhares de pessoas nas ruas. Eu fiquei muito feliz com isso. Não custa nada, não tem nada envolvido, a não

ser a alegria popular. Eu creio que essas festas são o resumo da nossa cultura. Não dá para nós imaginarmos destacar o que nós somos como povo, o que nós somos como civilização dessas manifestações populares que passam pela nossa culinária, passam pelo carnaval, passam pelo nosso sincretismo religioso. Portanto, eu parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, indo ao encontro disso que, para mim, é realmente relevante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Peço ao Senador Tuma mais uns minutinhos, porque, além dessa questão da cultura brasileira, da sua importância, eu também gostaria de mencionar algo que eu entendo tão importante quanto. O Presidente Lula vai à Inglaterra em uma viagem oficial e será recebido como Chefe de Estado. A revista *The Economist*, desta semana, destaca na capa uma entrevista do Presidente Lula. Já na terceira página, uma foto com destaque; no editorial, também realça significativamente a situação do Brasil. Há uma reportagem de fôlego, de três páginas, retratando um pouco o que tem sido esse período do Governo Lula, a situação vivenciada pelo Brasil, os desafios que estão postos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já estou terminando, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A matéria é tão importante que solicitaria a V. Ex^a que lesse o trecho que considera mais importante, para que fique registrado nos Anais da Casa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou fazê-lo, Senador Heráclito. Peço inclusive que seja considerado lido na íntegra o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, o *Estadão* que trata exatamente da matéria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sei que V. Ex^a vai transcrever nos Anais, mas se trata da Líder de um partido que percorreu tão bem sobre o carnaval e quero que o sucesso do seu pronunciamento sobre o carnaval tenha também o mesmo efeito que o sucesso da atuação do Presidente Lula. Daí, eu pediria a V. Ex^a que destacasse pequenos trechos do artigo do *The Economist*.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu o farei se V. Ex^a não ficar tão ansioso como sempre quando subo à tribuna. Eu já estava até preocupada porque V. Ex^a ainda não havia me aparteado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu quero ajudá-la, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a me permitir vou fazer o registro. Pode ser?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu deixo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que tem como título “Ponto para Lula – e o Brasil”, realça trechos e

determinadas questões tanto no editorial quanto na reportagem. Vou ler aqui pequenos trechos, Senador Romeu Tuma, se V. Ex^a me permitir, do editorial.

Seria o supra-sumo da mesquinhez política desdenhar do amplo espaço que o semanário londrino **The Economist**, a mais importante revista do gênero no mundo, concedeu ao presidente Lula na edição que começou a circular ontem, quatro dias antes de sua visita de Estado à Grã-Bretanha, a terceira de um governante brasileiro, depois de Ernesto Geisel e Fernando Henrique.

Muito ao contrário, o País deve receber com satisfação o destaque conferido pela publicação ao presidente – o editorial *A mágica de Lula*, a reportagem *O salto de Lula* e a entrevista de 46 perguntas....

A importância que a *Economist* lhe deu traduz uma atenção ao Brasil rara na mídia do Primeiro Mundo. Os principais períodos do mundo rico, quando não falam de seu entorno imediato, da guerra no Iraque e do terrorismo, têm os seus olhos voltados – justificadamente – para a China ou a Índia. E, hoje em dia, a Venezuela de Hugo Chávez e a Bolívia de Evo Morales são mais notícia do que Lula na grande imprensa européia e americana. A atitude desses órgãos de mídia – que fazem a cabeça de governantes e investidores em relação ao País é de “negligência benigna”, como disse certa vez, em outro contexto, o presidente americano Lyndon Johnson.

Agora, tanto o editorial quanto o artigo e a entrevista que lhes serviu de base tratam Lula com *fairness* e o Brasil com seriedade...

Esse presidente, a revista dá como quase certa, será o político de que se ocupa – “carismático e de sorte”. Eis, de fato, uma combinação invejável aos praticantes do ofício em qualquer parte do mundo. Graças a ela, a sua popularidade se recuperou do mensalão e até agora não pagou pelo acabrunhante crescimento de 2,3% do PIB de 2005. Do mensalão – para a revista “um mar de suposições, pontilhados por ilhas de fatos” -, diz Lula, quase de um só fôlego, que o PT foi vítima de um massacre “não injustificável”, que o partido não pode ser julgado “porque meia dúzia dos seus membros fez algo errado”, que as CPI lhe darão um atestado de idoneidade, mas terá muito a explicar à sociedade nos próximos anos.

Termina o editorial do **Estadão** dizendo:

O Lula que o *establishment* britânico é chamado a ver pelos olhos da **Economist**, juntamente com o seu País, deixa uma boa

imagem, que se deve, principalmente, ao fato salientado pela revista de “a vitória do operário nascido em muito à extrema pobreza não o ter levado a transformar-se num populista (...)”

E isso, obviamente, não é pouco. Portanto, Sr. Presidente, peço que se registre na íntegra o editorial de **O Estadão**.

O Sr. Tasso Jereissatti (PSDB – CE) – V. Ex^a me permite um último aparte?

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Tasso Jereissatti.

O Sr. Tasso Jereissatti (PSDB – CE) – Eu gostaria de congratular-me com V. Ex^a e com o Presidente Lula, porque a evolução do seu Partido e de V. Ex^a desde os discursos quando oposição é algo extraordinário. **A The Economist** é a bíblia do capitalismo financeiro internacional, e o PT hoje e o Presidente Lula sentir-se orgulhosos pelos elogios que a **The Economist** faz ao Governo do Presidente Lula é natural. Afinal de contas, os lucros dos bancos estão aí para mostrar a coerência da **The Economist** em relação ao Governo Lula. A evolução do PT é que é realmente extraordinária. Eu gostaria de me congratular com essa evolução, apesar de não estar de acordo com essa política que deu um lucro tão grande aos bancos e um crescimento tão pequeno ao País. Mas a evolução do PT, realmente, é extraordinária.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Senador Tasso Jereissatti, não sei se meu tempo me permite ainda, mas eu queria apenas dizer o seguinte: acho, às vezes, bastante estranho que vocês insistam que não houve mudanças na política econômica, que não mudamos nada e continuamos fazendo a mesma coisa que os senhores fizeram ao longo de oito anos. Depois, há um reconhecimento internacional dessa divergência para o País – quero dizer, com todas as divergências que possamos ter com a linha editorial da revista –, mas, indiscutivelmente, não me lembro de ter tido, na véspera da visita dos dois presidentes, que foram os dois que estiveram na Grã-Bretanha, um destaque dessa magnitude.

Para o País, mesmo com a divergência, entendo que é uma sinalização relevante e que merecia, sim, indiscutivelmente, o destaque nesta tribuna. Porque quando um órgão dessa magnitude, mesmo com todas as divergências ideológicas que podemos ter, dá o destaque para o nosso País, para o que está estabelecido aqui, para a potencialidade com que está colocado, é algo que, com todas as reservas que podemos ter com a linha ideológica da publicação, coloca o País no cenário internacional como destaque e acho que merece seja registrado.

E aí acho bom vocês decidirem o que querem fazer: se querem elogiar a política econômica, que vocês dizem que continua a mesma, ou se querem criticar.

Tenho um entendimento – já tive oportunidade de ver inúmeras vezes – de que há modificações significativas na política, principalmente pela concepção e o papel que o Estado brasileiro passou a fazer durante o Governo Lula. Já tive oportunidade aqui de colocar o papel dos bancos públicos, o papel do crédito, o papel de toda a máquina pública reconstituída enquanto Estado para alavancar a oferta de serviços públicos de inclusão social. É diferenciado de forma significativa.

Então, eu não tenho nenhum problema em fazer o debate...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço tempo para concluir.

Agora, acho um pouco estranhas as posições, porque numa hora criticam, noutra hora dizem que é igual... Então, acho bom vocês saírem da esquizofrenia e definirem como vão tratar o assunto agora, para o processo eleitoral.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senadora Ideli, eu não estou esquizofrênico. Estou elogiando a evolução...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... essa sua enorme alegria com o lucro dos bancos e a posição da revista **The Economist**, e essa enorme identidade do seu Partido com a **The Economist**. Não existe nenhuma esquizofrenia, nem crítica, nem elogio; apenas a alegria de ver essa identidade com a bíblia do capitalismo financeiro internacional.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Tasso Jereissati...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Não há nenhuma esquizofrenia nisso. Pelo contrário, uma enorme alegria e paz.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Referi-me não à esquizofrenia de V. Ex^a – que fique aqui registrado –, mas apenas a essa, porque não cometaria jamais essa indelicadeza para com V. Ex^a, a quem respeito muito. Mas o discurso de V. Ex^as em relação à política econômica precisa ser definido. É ou não é? É igual ou não é? É boa ou não é? Porque não dá para ser a mesma e ser ruim. Vocês vão ter de definir o que é bom e o que é ruim do que fizeram. Eu tenho clareza de que fizemos bastante diferente.

Já estou com o tempo encerrado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Essa política não é a nossa, é a do seu Governo. Quem tem de definir isso é o seu Governo, o PT, se essa política é boa ou não. Essa política do Palocci é boa ou não?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nós temos definida a política.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É boa ou não? Essa política do Palocci é boa ou não?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A política de austeridade, de responsabilidade fiscal...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Vocês precisam definir isto: se é boa ou não é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse debates paralelos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...de ampliação de crédito, de papel dos bancos, papel do Estado, eu não tenho nenhuma dúvida de que...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – A senhora está pedindo esta definição: ela é boa ou não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não tenho nenhuma dúvida de que é boa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Palocci está certo?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Palocci está certo? Esses juro estão certos?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não tenho nenhuma dúvida. Poderíamos ter tido situação diferenciada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – O debate paralelo não dá. Assim ninguém entenderá e gerará confusão. Já adiei cinco vezes. Vou conceder mais um minuto para V. Ex^a terminar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, só para que possamos concluir, porque realmente o debate assim pipocado não contribui. Teremos muitas oportunidades de fazer o debate, principalmente em cima dos resultados. Os resultados poderiam ter sido melhores? Poderiam. Poderíamos ter feito mais? Poderíamos. Poderíamos tanto! Poderíamos. Agora, também poderiam. Nós poderíamos, mas também vocês poderiam e não fizeram. Não fizeram uma série de coisas. Mas vou encerrar, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só para responder ao Senador Tasso sobre a preocupação dele. Quero dizer muito claramente que somos, sim, favoráveis e apoiamos a política econômica defendida pelo Presidente Lula, conduzida pelo Ministro Palocci. Faltam dois elos para ser concluído esse ciclo: reduzir a taxa de juros nos patamares que todos desejam e ampliar, espriar a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – Peço desculpas, mas, se não houver compreensão dos Srs. Senadores, eu não vou conseguir controlar, vai ficar muito difícil. Já encerrou, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Ponto para Lula – e o Brasil

Seria o supra-sumo da mesquinhez política desdenhar do amplo espaço que o semanário londrino *The Economist*, a mais importante revista do gênero no mundo, concedeu ao presidente Lula na edição que começou a circular ontem, quatro dias antes de sua visita de Estado à Grã-Bretanha, a terceira de um governante brasileiro, depois de Ernesto Geisel e Fernando Henrique. Muito ao contrário, o País deve receber com satisfação o destaque conferido pela publicação ao presidente – o editorial *A mágica de Lula*, a reportagem *O salto de Lula* e a entrevista de 46 perguntas, um recorde na história das suas infrequentes conferências à imprensa desde que chegou ao Planalto. Espinha dorsal da mencionada reportagem, a íntegra da entrevista pode ser lida apenas na edição eletrônica do semanário. Quem o fizer não se envergonhará do entrevistado.

A importância que a *Economist* lhe deu traz uma atenção ao Brasil rara na mídia do Primeiro Mundo. Os principais periódicos do mundo rico, quando não falam de seu entorno imediato, da guerra no Iraque e do terrorismo, têm os seus olhos voltados – justificadamente – para a China e a Índia. E, hoje em dia, a Venezuela de Hugo Chávez e a Bolívia de Evo Morales são mais notícia do que Lula na grande imprensa européia e americana. A atitude desses órgãos de mídia – que fazem a cabeça de governantes e investidores – em relação ao País é de “negligência benigna”, como disse certa vez, em outro contexto, o presidente americano Lyndon Johnson.

Agora, tanto o editorial quanto o artigo e a entrevista que lhes serviu de base tratam Lula com *fairness* e o Brasil com seriedade. Atestam o pragmatismo do outrora ferrabrás, reconhecem o medíocre desempenho da economia nacional, relacionam os problemas estruturais que freiam o crescimento brasileiro, constatarem que, apesar disso, na década passada o País enfim lançou as bases para o desenvolvimento sustentado, ressaltam a “considerável coragem” de Lula em ir ainda além do seu antecessor em matéria de políticas monetárias e fiscais impopulares, e identificam o “ponto cego” da atual administração: o inchaço dos custos do seu governo (de 17,7% do PIB em 2002 para estimados 18,8% no ano

passado). Como é de seu feitio, a *Economist* oferece conselhos ao presidente dos próximos quatro anos: diminuir o déficit público, expandir o investimento e aliviar a carga tributária.

Esse presidente, a revista dá como quase certo, será o político de que se ocupa – “carismático e de sorte”. Eis, de fato, uma combinação invejável aos praticantes do ofício em qualquer parte do mundo. Graças a ela, a sua popularidade se recuperou do mensalão e até agora não pagou pelo acabrunhante crescimento de 2,3% do PIB de 2005. Do mensalão – para a revista “um mar de suposições, pontilhado por ilhas de fatos” –, diz Lula, quase de um só fôlego, que o PT foi vítima de um massacre “não injustificável”, que o partido não pode ser julgado “porque meia dúzia dos seus membros fez algo errado”, que as CPIs lhe darão um atestado de idoneidade, mas terá muito a explicar à sociedade nos próximos anos. Como notou a *Economist*, ele próprio, Lula, evitou se explicar.

Esperto, o presidente argumentou que, na campanha de 2002, nem se quisesse poderia recorrer a dinheiro público, portanto ilícito, porque, opositorista, não tinha acesso aos cofres federais, como se fosse peça de ficção a folha corrida petista nas prefeituras sob o seu controle – e como isso pudesse absolver *avant la lettre* o seu governo por ter parte com o mensalão, via contratos superfaturados de publicidade e generosos investimentos de fundos de pensão das estatais nas nascentes do valerioduto. Mas passemos. Surpreendentemente, faltou presença de espírito a Lula quando confrontado com o fato de o Brasil não crescer nem a metade de outros países em desenvolvimento. Acredite quem quiser, assegurou que “não estamos com pressa de fazer a economia decolar”. “Não quero crescer 10% ou 15% ao ano. Quero um ciclo duradouro de crescimento médio de 4% ou 5%.”

Apesar dessa rata, no entanto, o Lula que o *establishment* britânico é chamado a ver pelos olhos da *Economist*, juntamente com o seu país, deixa uma boa imagem, que se deve, principalmente, ao fato salientado pela revista de a “vitória do operário nascido em muito à extrema pobreza” não o ter levado a transformar-se num populista como o presidente Hugo Chávez”. Não é pouco.

POLÍTICA ECONÔMICA

Lula: 'Não há pressa de fazer economia decolar'

À revista britânica 'The Economist', presidente afirma que prioridade é 'consolidar base macroeconômica' e crescimento duradouro de 4% ou 5%

O governo brasileiro "não está com pressa de fazer a economia decolar imediatamente", pois ele quer, primeiro, "consolidar a base macroeconômica para atingir um ciclo de crescimento que possa durar 10 a 15 anos". A explicação foi dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista para a edição desta semana da revista britânica *The Economist*. Diante de um crescimento de apenas 2,3% do PIB, a *Economist* lhe perguntou porque o País está crescendo num ritmo que é apenas a metade dos países emergentes.

A entrevista precede a visita que Lula fará, a partir desta terça-feira, ao primeiro-ministro britânico, Tony Blair. O presidente fez ainda uma comparação: "Não queremos crescer a 10% ou 15%. Eu quero um ciclo de crescimento duradouro, entre 4% e 5%."

Lula explicou, também, que não há divergências entre os ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, mas apenas uma diferença quanto ao timing das medidas. Sem fazer qualquer referência à luta pela reeleição, ele defendeu, também, a retomada das reformas. "Teremos de terminar, primeiro, a reforma tributária", avisou. "Depois, votar as reformas sindical e trabalhista. E temos de fazer a reforma política. O sistema político brasileiro precisa ser cuidadosamente revisto." A seguir, outros assuntos abordados pelo presidente na entrevista:

PACTO - "Num ano eleitoral é difícil obter um pacto social, mas estou consciente de que, num período mais calmo, todos vão concordar que precisamos nos comprometer a não gastar mais dinheiro do que temos."

ÉTICA - "O PT merece alguma crítica. Nos próximos anos, o PT terá muito a explicar à sociedade. Mas aquelas pessoas que nos atacaram gratuitamente também terão de refletir sobre o que fizeram. (...) Não digo que *(o massacre sofrido pelo PT)* não seja justificável. Acredito que o PT errou e, por isso, terá de se explicar. Não deve haver impunidade. (...) Mas *(o PT)* é um partido de quase um milhão de membros. Não se pode julgar um partido pelo que fizeram meia dúzia de pessoas."

ESTADO - "Geralmente, o Estado é forte se a economia estiver desarrumada. Não queremos ser responsáveis por tudo. Aachamos que as empresas têm um papel importante a desempenhar. Aachamos que o Estado deveria, gradualmente, retirar-se da economia. Mas como vamos cuidar da educação sem o investimento do Estado para trazer de volta os professores? Tivemos de contratar 9.008 professores para as vagas de no-

Presidente defende um pacto social em que o País aceite gastar só o que pode

vos cursos. (...) Sabemos que se o Brasil não investir em educação, jamais daremos o salto de qualidade que deram a Grã-Bretanha, a França, a Coreia."

IMPOSTOS - "Presidi este País por três anos e não aumentamos um único imposto desde então. Por que arrecadamos mais? Primeiro, porque as empresas tiveram maiores lucros e o maior aumento que tivemos veio do in-

FRASES

Luiz Inácio Lula da Silva Presidente

"Não queremos crescer a 10% ou 15%. Eu quero um ciclo de crescimento duradouro, entre 4% e 5%."

"Num período mais calmo, todos vão concordar que precisamos nos comprometer a não gastar mais dinheiro do podemos"

"Aachamos que as empresas têm um papel importante a desempenhar. Aachamos que o Estado deveria, gradualmente, retirar-se da economia. Mas, como vamos cuidar da educação sem o investimento do Estado para trazer de volta os professores?"

posto de Renda. Segundo, a eficácia do sistema arrecadador levou ao aumento da arrecadação. (...) Se a Super Receita trabalhar direito, conseguiremos reduzir o peso dos impostos, porque você reduz a alíquota e amplia a base de contribuintes."

RODADA DOHA - "Algum tipo de gesto é necessário nessas negociações, no qual os vencedores sejam as nações mais pobres (...) pois o que decidirmos na Rodada Doha *(da Organização Mundial do Comércio)* afetará a humanidade nos próximos 20 ou 30 anos. Minha posição, para *(o primeiro-ministro)* Tony Blair, é que não podemos simplesmente deixar essas negociações para os negociadores."

BIOCOMBUSTÍVEIS - "Outro tema *(com o primeiro-ministro Tony Blair)* é a energia renovável, especialmente o etanol e os biocombustíveis. Temos de

usar o biodiesel como base para parcerias com nações pobres. Biodiesel é um importante criador de empregos."

CÚPULA - "O que me preocupa é ouvir o que Blair acha, o que *(o presidente americano)* George Bush acha. (...) O que proponho é a necessidade de um encontro antes da Rodada Doha. Se, por exemplo, em maio tivermos um encontro de cúpula entre América Latina e União Européia, apresentarei um plano... Se Blair e *(o presidente francês Jacques)* Chirac forem, eu irei mesmo, pois sou teimoso e não abandono minhas idéias."

BUSH-CHÁVEZ - "Não é papel do Brasil criticar governos democraticamente eleitos. Tenho uma forte relação pessoal com o presidente *(venezuelano Hugo)* Chávez. Eu disse a Bush que, antes de acabar meu mandato, quero vê-los, ele e Chávez, sentados à mesma mesa para discutir suas diferenças."

ALCA - "Quando tomei posse, a Alca era um assunto altamente ideológico. Removemos o conteúdo ideológico da discussão e enfatizamos a reconstrução do Mercosul (...) É vital não confundir comércio com ideologia."

MERCOSUL - "Quando o setor industrial de um país se sente ameaçado, ele cria um conflito contra o outro país. Os líderes têm de procurar, pacientemente, um compromisso. Como digo sempre, como maior economia do Mercosul, o Brasil precisa ser mais generoso, fazer mais concessões, para que os outros países possam crescer."

A íntegra da entrevista está no site da revista: www.economist.com/Lula.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendida, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, por cessão...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, pela ordem, enquanto o Senador se dirige para a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para não cometer injustiça com o jornal **O Estado de S.Paulo** nem com o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, omitido pela Senadora Líder do PT.

Evidentemente, as evoluções carnavalescas cometidas no último período de Momo fazem com que as pessoas se atabalhoem nos comentários que emitem aqui, porque o artigo do jornalista Carlos Alberto, chamado “Lula para inglês ver”, mostra exatamente as contradições das declarações de Lula e o que ele levará na sua bagagem para a Inglaterra.

No mais, meus parabéns pelo inglês, pela tradução perfeita, castiça, o que nos promete um ano de muita discussão sobre economia no plenário deste Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Eu estou inscrito. O meu Partido pediu há algum tempo, não foi agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu recebi somente agora. V. Ex^a me desculpe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Se V. Ex^a somente recebeu agora, a culpa não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu inscrevi V. Ex^a em seguida ao Senador Sibá Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Desde a manhã que se fez a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Infelizmente, eu somente assumi aqui e quando me trouxeram...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Então, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a falará em seguida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Tenho assunto urgente e importante para falar e quero, inclusive, que o PT participe, se for o caso, e tiver coragem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pergunto a V. Ex^a se o Senador Romero Jucá poderá usar a palavra, por cessão? Em seguida ouviremos V. Ex^a. (Pausa.)

Então, com a palavra V. Ex^a e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar de um assunto extremamente sério. Gostaria até que este meu discurso pudesse ser proferido amanhã, quando a Casa terá a presença de mais Senadores e Senadoras, mas não posso deixar de me manifestar hoje por conta de fatos que ocorreram no final de semana passado.

Gostaria de ter a atenção de V. Ex^a, como Corregedor da Casa. Quero dizer que hoje, pela manhã, falei com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para que fossem tomadas providências acerca do que vou falar aqui.

Quero dizer que já vi muita coisa em Roraima. Já fiz muita disputa. Já enfrentei muita perseguição, muita briga. Dias atrás, minha residência foi invadida por um helicóptero para fazer filmagem. O meu escritório foi invadido na semana passada. Denunciei aqui do plenário. Mas, Sr. Presidente, não pensei ver algo que vou narrar aqui hoje, que extrapola a disputa regional e mostra a ousadia ou o desespero dos meus adversários no Estado de Roraima.

No domingo, o jornal **Correio Braziliense** publicou uma matéria de uma página e meia, dizendo: “Motorista acusa Senador. Ex-funcionário do gabinete do Jucá confessa ser o verdadeiro Roberto Marques que retirou 50 mil de Marcos Valério no Banco Rural.” Esta é a matéria do **Correio Braziliense**.

Fui surpreendido com a matéria e fiquei estupefato, porque ela não tem nenhum sentido, nenhuma responsabilidade. E aqui quero até pedir desculpa pela veemência com que vou falar, Sr. Presidente, mas estou indignado. Não há nenhuma responsabilidade, nenhuma seriedade. E vou demonstrar aqui tudo isso.

Somente o **Correio Braziliense** publicou essa matéria. E a informação que tivemos depois foi de que outros jornais foram procurados e não quiseram entrar nesse barco furado.

A Rede Globo de Televisão, depois dessa matéria, me procurou ontem para fazer gravação para o Fantástico. Mostrei a verdade, mostrei gravações e depoimentos na Polícia Federal, e a matéria caiu, porque o Fantástico não poderia fazer uma matéria sobre uma “barrigada” ou um mau-caratismo do **Cor-**

reio Braziliense. Essa matéria é um erro, ou é muito amorismo, ou muita maldade e muita má intenção em criar uma situação.

O que diz a matéria? Diz que um ex-motorista meu, de um ano atrás, que se chama Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, seria o tal Roberto Marques que teria sido procurado quando houve uma pseudo-informação de que teria sacado dinheiro no Banco Rural.

O motorista foi apontado como se estivesse me denunciando. Ontem essa matéria foi publicada. Ontem! Ontem mesmo, saí atrás das explicações e das investigações dessa questão. Não pedi um dia, nem dois dias para criar versão, para ver o que tinha acontecido, porque sei o que fiz e o que não fiz. E sei que nada disso aqui é verdadeiro. Nada é verdadeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, pela manhã, falei com o Ministro da Justiça. Falei com o Superintendente da Polícia Federal de Roraima, pela manhã, e, à tarde, esse motorista que supostamente estaria me denunciando depôs na Polícia Federal. Fiz questão disso, porque penso que o ocorrido teria que ser tirado a limpo.

O que descobrimos, Sr. Presidente? Primeiro, descobrimos que a história está desconectada da realidade. E como há datas na história que o **Correio Braziliense** conta, é possível entender a mancada que todos fizeram.

Em outubro, a CPI procurava o tal Roberto Marques, que, em tese, teria feito um saque no Banco Rural. Em outubro o meu motorista foi procurado. Ofereceram a ele – eu vou ler depois o depoimento da Polícia Federal – R\$350 mil para que dissesse que é esse Roberto Marques que teria feito o saque. Em novembro e dezembro se descobriu que não houve saque em nome do Roberto Marques. O saque foi feito em nome do Sr. Luiz Carlos Manzano, em São Paulo, e não em Brasília. Portanto, esse Roberto Marques não havia, mas mesmo assim, desconhecendo a realidade, o **Correio Braziliense** publicou essa matéria.

E o que mais publicou o **Correio Braziliense**? Publicou que eu teria mandado esse motorista vir de Boa Vista para cá, para sacar R\$50 mil no Banco Rural, em nome do Roberto Marques. Daqui, esse motorista teria ido levar o meu carro a Belo Horizonte, porque eu iria de avião para Belo Horizonte, segundo os dizeres do **Correio Braziliense**, encontrar-me com uma “gata”. Está aqui escrito, na linguagem chula do **Correio Brasiliense**. É triste ver isso. Eu teria ido encontrar-me com uma “gata”.

Esse motorista, cujo apelido é Xuxa – em Roraima, todos o conhecem como Xuxa e não como Roberto Marques nem Roberto Jefferson –, teria levado

meu carro. Essa é a estória do **Correio Braziliense**. Pois bem. Vejamos agora a verdade e a providência que estou tomando.

A verdade: Termo de Declaração que presta Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, ontem, na Polícia Federal, ao Delegado Renato Beni da Silva. Entre outras coisas, o que diz o Roberto Marques, de Roraima?

Primeiro: “que faz cinco anos que não realiza viagens para fora do Estado de Roraima”. Há como se provar isso porque de Roraima só se sai de avião. Segundo o depoimento do Roberto Jefferson Marques, de Roraima, do Xuxa, faz cinco anos que ele não sai de Roraima. Mais: “que, durante o ano de 2004, trabalhou exclusivamente no gabinete do Senador Romero Jucá em Boa Vista”. Ele era motorista em Boa Vista e não aqui. Ele não fazia serviços para mim aqui. Que sentido há em mandar vir um motorista de Boa Vista para cá para sacar um dinheiro num banco? Mais: que nunca saiu de Boa Vista para Brasília para exercer qualquer função no meu gabinete. Mais: “que o declarante não confirma as demais declarações da matéria do **Correio Braziliense**”. Mais: “que nunca esteve em qualquer agência do Banco Rural, como também não recebeu, em nenhum momento ou oportunidade, a quantia de R\$50 mil; que, em junho de 2004” – a data que o **Correio Braziliense** diz que ele veio receber aqui o dinheiro –, “estava em Boa Vista participando da campanha política para eleição do Prefeito de Boa Vista”. E mais: “que nunca assinou qualquer documento originário do Banco Rural”. Nessa matéria irresponsável, o **Correio Braziliense** diz que ele afirma ter assinado e que está à disposição para conferir os dados da assinatura. Foi dito pelo **Correio Braziliense**. Na Polícia Federal, ele disse que nunca assinou.

V. Ex^{as} não de me perguntar: então, por que surgiu essa história toda? Por que, de repente, estão tentando pegar alguém de Roraima para essa história? Como e por que aconteceu? O mais grave vem agora:

Que, em outubro, foi procurado por Joaquim Pinto Souto Maior Neto, conhecido como “Netão”, QUE ocupa a função de secretário adjunto da Casa Civil do atual Governo do Estado de Roraima; que, na época, Netão [esse cidadão que praticamente é o chefe da Casa Civil, advogado do Governador] ofereceu ao declarante R\$350 mil em dinheiro e que o declarante não deveria ficar preocupado com emprego o resto da vida; [porque seria empregado no Governo do Estado] que, para receber tal pagamento, deveria assumir que era Roberto Marques procurado pela CPI do Mensalão; [em outo-

bro, a CPI do Mensalão estava procurando Roberto Marques] que Netão lhe entregou uma folha onde havia um texto que o declarante reconhece como sendo publicado no jornal **Correio Braziliense**; que, sem saber que estaria sendo supostamente gravado, leu em voz alta o texto referido; que recusou a proposta de Netão ante a inveracidade das declarações constantes no texto; que posteriormente Netão procurou a Senhora Ondina Camoelas Gracindo Marques, mãe do declarante, a fim de que sua genitora lhe convencesse a assumir as declarações alegando netão que daria todo suporte financeiro; [...] que nunca ficou desempregado;

O jornal **Correio Braziliense** cria uma história, dizendo que, quando estourou o escândalo Marcos Valério, em março, eu teria demitido o motorista do meu gabinete com medo de ele ter recebido o dinheiro. Ora, primeira mentira: o Xuxa jamais ficou desempregado. Em final de março, quando fui empossado Ministro da Previdência, o Senador Wirlande da Luz assumiu o cargo e fez algumas mudanças, como era natural, colocando pessoas de sua confiança. E o motorista foi contratado pela Emur, pela Prefeitura de Boa Vista, e jamais ficou desempregado. Portanto, ele não ficou desempregado, conforme afirma aqui.

Mais:

Que solicita a realização de exame grafotécnico no suposto comprovante de saque no Banco Rural, a fim de comprovar não ser de seu punho a assinatura que porventura lá exista; [...]

Isso ele o fez ontem mesmo – o exame grafotécnico –, fornecendo sua assinatura à Polícia Federal, a um técnico.

Que veio de livre e espontânea vontade a esta Superintendência prestar esclarecimentos; [...]

Pois bem, aqui está o depoimento prestado na Polícia Federal. Mais do que isso: temendo por sua vida, ele gravou depoimento para todas as televisões de Roraima contando isso. Por que ele fez isso? Porque os Governos do Sr. Ottomar Pinto são reconhecidos pela violência. Ele é Governador pela terceira vez. Na primeira vez em que foi Governador, assassinaram o jornalista João Alencar. Na segunda vez, assassinaram o conselheiro federal da OAB Paulo Coelho. Esta é a terceira vez em que ele é Governador. Tendo em vista que um motorista nega R\$350 mil e denuncia uma armação feita pelo homem de confiança

do Governador, no Palácio do Governo, é claro que temos pela vida dessa testemunha. E ontem pedi ao Ministro Márcio Thomaz Bastos garantias de vida para esse motorista.

Estou tomando uma série de providências. Fiz um ofício à CPMI dos Correios, ao Deputado Osmar Serraglio e ao Senador Delcídio Amaral – com quem mantive contato por telefone.

No ofício, coloco-me à disposição para depor onde e quando quiserem e faço à CPMI vários questionamentos:

1 – se houve efetivamente saque em dinheiro no Banco Rural em nome de Roberto Marques a informação que tenho da CPMI é a de que não houve esse saque;

2 – se houve, qual o documento, assinatura e registros existem sobre tal operação e qual o valor se existir, vamos fazer o exame grafotécnico; a informação que tenho é a de que não existe esse saque;

3 – se há nos registros operação, pagamento ou retirada feita por Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, Carteira de Identidade nº 106416 – SSP/RR e CPF nº 426.629.312-72 estou perguntando se existe algum tipo de operação com o verdadeiro Roberto Jefferson de Roraima;

4 – se consta registro de presença na portaria, no controle do Banco Rural ou do prédio onde se localiza, da ida do Sr. Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques a informação que obtive da CPI, ainda não oficial, é a de que não existe registro nem da presença de algum Roberto Marques e muito menos de Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques.

Além disso, estou dizendo à CPI que considero importante convocar ou convidar, para que possamos ouvi-lo, o Sr. Roberto Jefferson de Roraima, que faz essas acusações, e o Sr. Joaquim Pinto Souto Maior Neto, acusado de ser o armador dessa questão. Por que considero isso importante? Para esclarecer os fatos? Não. Os fatos já estão por demais esclarecidos. A imprensa livre que quiser procurar vai checar todas as informações. Quero trazê-los aqui porque quem tem o desplante de tentar enganar uma CPI do Congresso, fabricar provas falsas, montar um ardil desses para usar uma CPI politicamente, em nível eleitoral, nos Estados tem que responder por esse crime. Não é possível tentar fazer armações em uma CPI do Congresso, séria como a dos Correios! Se estão fazendo isso comigo hoje, amanhã poderão querer fazê-lo em qualquer Estado.

Então, é importante que o Senado, o Congresso, a CPMI, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça tomem providências para que bandidos como esses não tentem desrespeitar o Congresso Nacional armando artimanhas como essa.

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estou encaminhando também ao Presidente Renan Calheiros pedido de providências à Corregedoria e à Procuradoria do Senado, porque, como Senador, sinto-me ultrajado, e creio que a CPI também o foi com essas informações.

Estou movendo processo contra o **Correio Braziliense**. Não seria do meu feitio fazer isso, mas esse jornal tomou partido na disputa eleitoral de Roraima, virou um panfleto eleitoral de Roraima, que vai ser usado na campanha por esses bandidos que armaram essa questão toda. Então, estou processando criminalmente os três jornalistas e também, por perdas e danos, o **Correio Braziliense**. Irei às últimas consequências, porque isso é um absurdo. Se eu não tivesse tido a rapidez, a premência e a responsabilidade de esclarecer o episódio rapidamente, eu estaria hoje sendo questionado por toda a imprensa, como se estivesse fazendo parte do mensalão, simplesmente porque, um ano atrás, um motorista meu teve o azar de ter o primeiro nome Roberto e o último Marques e porque há um bandido no Governo do Estado que consegue mandar financiar esse tipo de coisa.

É importante a Polícia Federal averiguar, inclusive, se o **Correio Braziliense** não recebeu recurso do Governo de Roraima, porque é muito estranha essa matéria. Tentaram vender essa matéria à **Folha de S.Paulo** em outubro. Joaquim Pinto Neto confessa hoje que, em outubro, tentou passar o caso para a **Folha de S.Paulo**, que não aceitou, porque em novembro apareceu que Roberto Marques não tinha feito mais saques e, portanto, o ponto de toque – que seria encerrar Roberto Marques – perdeu a evidência.

Sr. Presidente, quero novamente pedir desculpa pela minha veemência, por algum excesso que eu tenha cometido. Mas é um absurdo que a disputa eleitoral no meu Estado tenha atingido esse nível de fatos, esse nível de armações. Roraima não merece. O povo de Roraima não merece esse tipo de Governo. Se um Governo age desse jeito contra um Senador da República, imagine-se o que não faz contra um cidadão comum, contra um pai de família, contra um funcionário público, contra um trabalhador!

É por isso que sou candidato a Governador. Não sei se ganharei a eleição. Vou enfrentar muitas armações além dessa, inclusive a possibilidade de violência

física, mas não tenho medo. Não tenho medo porque estou defendendo o povo de Roraima ao colocar minha candidatura como opção a esse tipo de bandalheira e patifaria que estão ocorrendo em meu Estado.

A democracia não pode conviver com esse tipo de coisa, Sr. Presidente. E eu solicito, novamente, ao Ministro da Justiça, à Polícia Federal, ao Senado da República, à Presidência da CPMI, à Relatoria da CPMI todas as providências necessárias para que esse fato fique esclarecido e para que os culpados sejam punidos e responsabilizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Romero Jucá, no que compete à Corregedoria, as providências serão tomadas ainda hoje para a oitiva dos citados por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Edison Lobão.

V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, falará como Líder. Em seguida, falará o Senador Sibá Machado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a, Senador Antonio Carlos, dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso dizer que todo o Partido dos Trabalhadores nem que todo o Governo é corrupto, mas há uma grande parte de ladrões públicos neste Governo, e esses ladrões públicos desejam intimidar aqueles que têm a coragem de vir a esta tribuna ou à CPI demonstrar o quanto este Governo tem feito de mal ao País e quantos ladrões o PT tem, que não é a sua maioria, mas que são seus representantes legítimos.

O PT desmoralizou a política brasileira, e o Presidente Lula é o principal causador de tudo isso. Desmoralizou e quer desmoralizar mais ainda através da imprensa. A imprensa é utilizada com as verbas das estatais e dos fundos de pensão, com as corretoras de fundos de pensão, pois já provamos à saciedade que os fundos de pensão faziam e fazem parte do “valerioduto”. Não são todos, mas uma grande parte. A cada dia o “valerioduto” apresenta uma novidade, e essa novidade foi traçada pelo Governo do Presidente Lula, sobretudo por aqueles que vivem ao seu lado.

Não vou citar sequer Jaques Wagner–GDK; GDK porque ele também ia receber um Land Rover, que ficou em uma garagem no corredor da Vitória e depois foi devolvido. A compensação confesso que não sei qual foi, mas deve ter havido.

Ele usava e usa a GDK muito, muito e muito na Petrobras. Quando se chegar à Petrobras, Srs, Senadores, é que os senhores vão ver que tudo isso que está aí é muito pouco diante dos escândalos dessa empresa. Se ela dá bons lucros, e dá, avalio que lucros não seriam se não roubassem tanto.

Mas vamos ao assunto concreto. O **Jornal do Brasil** de sexta-feira traz que a Previ e o PT estão em guerra. A edição de sábado traz publicada a mesma matéria, o mesmo texto, e sai na **Carta Capital**, tudo com um retrato meu e do ACM Neto, que, aliás, está descobrindo as maiores vergonhas nos fundos de pensão e nas corretoras com este Governo. O preço é este!

Acusam-me de ter assinado um contrato, como testemunha, para a construção do Complexo de Sauípe. Fui testemunha, sim, desse contrato. O Governo do Estado fez apenas um pouco da infra-estrutura, mas uma firma forte, baiana, fez o empreendimento. É uma firma competente, que teve prestígio no Governo passado – tem mais prestígio neste Governo do que teve no Governo passado – e fez o contrato com a Previ.

O Governador da Bahia, satisfeito, como eu estou, por termos um empreendimento dessa ordem, fez uma carta de agradecimento à Previ. Fez-se um protocolo. Como eu era Presidente do Senado e estava presente, assinei como testemunha esse contrato, eu e o Dr. Paulo Gaudenzi, Secretário de Turismo.

Mas a **Carta Capital** vende seu espaço a qualquer pessoa que chegue ao seu balcão, e vende diretamente, através do Sr. Mino Carta, que é um homem pouco sério, que tem uma vida difícil, que vive a enganar os empresários e a vender-se ao Governo; o Governo compra a **Carta Capital**, e vários Senadores aqui já foram vítimas.

Então, que faço eu? Venho à tribuna registrar que o **Jornal do Brasil** publicou duas vezes a mesma nota. Tive o prazer de falar, hoje, pela manhã, com o Dr. Tanuri, que desconhecia o fato e ficou extremamente aborrecido, dizendo-me que jamais passaria por ele algo desse tipo. É a palavra dele.

Não tenho por que me queixar do Dr. Tanuri, mas tenho de dizer que Mino Carta é desonesto. Porque é desonesto, entrei hoje com processo contra ele. Se o processo vai andar ou não vai, aí o problema é da Justiça brasileira, que tanto tem sido criticada.

Mas o que mais me estarreceu foi que uma pessoa, a Senadora Ana Júlia, que até falavam que tinha laços de profunda amizade com alguns dos meus familiares, levou esse assunto, quando, na realidade, ela deveria explicar o que está aqui na **Veja** em relação a ela, o que mostra e demonstra que os casamentos podem se desfazer, mas os negócios continuam, por-

que o representante do Ibama na região não é nada mais nada menos do que o esposo de Ana Júlia Carepa. Essa que está aqui e que a **Veja** denuncia, aí sim, com recebimentos de mais de R\$2 milhões, ela que levou, por ordem do PT, esse assunto. Coitada, ela não pensava que eu viesse aqui tratar disso. Eu gosto muito dela, tenho motivos para gostar, mas evidentemente que a minha honra está acima de coisas do passado.

Sr^a Ana Júlia, venha responder isso aqui. Venha dizer que não tem mais negócios com o seu ex-marido – isso é importante que se diga.

Fora daí, o que quero dizer é que o próprio diretor do PT, Luiz Carlos Siqueira Aguiar, ex-Diretor Financeiro do Previ, atual Vice-Presidente da Embraer – fala-se muito na Embraer –, em depoimento, declarou: “considero o Complexo de Sauípe um negócio estratégico para a Previ. Foi acertado o investimento feito, um dos mais importantes investimentos que a Fundação realizou. Considero o negócio atualmente rentável do ponto de vista operacional, que apresenta resultados mensais positivos. Considero que, em alguns anos, com o acúmulo de resultados positivos, o investimento que a Previ realizou será revertido em benefício do Fundo de Pensão”.

Eu já digo o contrário. Foi ótimo para a Bahia? Foi. Qualquer coisa boa para a Bahia eu quero. Mas, se eu fosse da Previ, não faria um contrato tão grande quanto aquele. Não faria. Por que o fizeram? Por que até agora não surgiu isso, que é de 1999? Porque a firma – repito que é uma excelente firma – tem todas as relações com o PT e o Presidente Lula. Tomam Romanée-Conti juntos.

Nós queremos, agora, saber coisas do PT: Okamoto paga as despesas de Lula; Roberto Teixeira dá dinheiro para a família de Lula; os R\$15 milhões da Telemar foram para o Lulinha. Isso sim! O Brasil está estarrecido porque todo dia se cobra, e não se chega nunca a esses assuntos. Eu tenho certeza de que esta Casa não ficará indiferente nem a Lulinha, nem a Okamoto, nem ao Sr. Roberto Teixeira.

Quanto ao Sr. Okamoto, esta revista da semana demonstra como ele financia diretamente os familiares do Presidente da República. Quando o convoquei, fizeram uma guerra. Disseram que era um absurdo, que Okamoto era um homem de bem. Era um homem de bens, mas não de bem, porque está provado agora com a situação que ele tem. Mas é um homem sabido. Em vez de querer Land Rover, como Silvinho Pereira, ele quer um carro Fusquinha.

Conheci um político que, toda vez que tinha que roubar, deixava protestar um título seu para mostrar que estava mal. Assim é o PT. O PT, quando quer assaltar os

cofres públicos ou os fundos de pensão, as corretoras, sempre dá uma marca atacando alguém para desviar o assunto. Comigo isso não vai se verificar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de mais nada, a solidariedade da Bancada do PSDB a V. Ex^a e o registro da inutilidade da eventual tentativa de cercearem a sua expressão indomável, como indomável vejo que é a expressão do Deputado ACM Neto, que está cumprindo com maturidade, com maturidade admirável, o seu papel de investigador nesse mar de lama que o Governo do Presidente Lula espalhou pelo País. Sobre Okamoto, causa-me espécie enorme S. S^a não ter ainda desafiado a Nação: “estão querendo tanto que eu, Okamoto, abra os meus sigilos que aqui estão os meus sigilos”. O PT da Oposição vangloriava-se o tempo inteiro de que todo homem público, ao assumir um cargo, deveria ter seus sigilos quebrados. Mudou muito. Ele está se apegando a todas as blindagens para não ser investigado. Tenho dicas graves de que, se se quebra o sigilo do Sr. Paulo Okamoto, haverá revolução neste País. Okamoto e o Instituto de Cidadania: são duas coisas extremamente graves, que aterrorizam o centro mais íntimo do poder. Noites maldormidas por lá acontecem porque esse binômio é, de fato, muito preocupante para eles. Mas, a nossa solidariedade e a certeza da inutilidade de qualquer tentativa de intimidá-lo, porque está aqui, corajoso como nunca, tendo ao seu lado os seus companheiros de Oposição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo a V. Ex^a o aparte, pois V. Ex^a é o Líder do PSDB nesta Casa e tem autoridade para falar, porque é um homem digno, decente e correto, seguindo a tradição paterna, daí por que é sempre bom quando a gente tem esse *pedigree* como V. Ex^a tem, assim também tinha Luís Eduardo e tem o ACM Neto.

Posso dizer desta tribuna o que muitos não podem. O meu sigilo, qualquer que seja ele, está aberto. O Senador Pedro Simon, há cinco anos, seis anos, tem todas as minhas declarações e da minha esposa, no sentido de que pode vasculhar em todas as contas bancárias em que eu ou minha mulher temos recursos. Está na mão de S. Ex^a há mais de seis anos. De modo que posso falar desta maneira, com essa coragem e sem medo de errar.

Espero que a minha colega e amiga Ana Júlia faça o mesmo e venha mostrar que não tem nenhuma ligação com o seu ex-esposo, venha mostrar que não pegou o dinheiro dos madeireiros e que é uma pessoa que pode falar em honestidade, porque é ho-

nesta. Eu espero isso, e tomara que ela faça. Eu ficarei contente.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, eu também, em nome do PSDB, venho me solidarizar com V. Ex^a, contra aqueles que pensaram que pudessem intimidá-lo e ao Deputado ACM Neto, diante da investigação rigorosa que esse vem fazendo das eventuais irregularidades cometidas pelos fundos de pensão na CPI dos Correios. Isso prova algumas coisas: primeiro, que existem algumas irregularidades grandes, maiores até do que possamos estar pensando; que há muita gente graúda, forte e com medo atrás disso, decididamente empenhados em esconder, fazendo de tudo que é possível para impedir que isso ocorra. Eu conheço e tenho acompanhado, não só nesse caso específico, mas ao longo de toda esta legislatura, o trabalho do Deputado ACM Neto e sei como ele é aplicado, sério, extremamente sério, rigoroso e imparcial nas suas investigações. Todos nós só temos a aplaudir o seu trabalho. Acima de tudo, sei que herda da sua família a determinação e a coragem diante de qualquer tipo de intimidação. Pelo contrário, tentativa de intimidação só irá estimulá-los mais ainda a ir mais profundamente e com mais determinação em busca da verdade. Por outro lado, faço a pergunta que V. Ex^a coloca e que está no ar, cada vez mais, no Brasil inteiro: por que esse receio enorme do Sr. Okamoto e de todo o Governo em esconder as contas do Sr. Okamoto? O que um homem sério, público, profundamente ligado ao Presidente da República, às contas e ao Partido do Presidente da República tem a esconder e não pode mostrar, de maneira que se utiliza de todos os artifícios jurídicos possíveis e de toda a influência que possa ter até junto à Suprema Corte do País para impedir que suas contas sejam verificadas?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Pelo contrário, qualquer homem público, neste País, principalmente aquele que vem de um partido com a tradição do PT, devia estar disposto a ser transparente a qualquer momento. Sejam transparentes! Mas não! Está-se vendo o espetáculo do oposto. Esconder, esconder, esconder e se fazer, cada vez mais, as coisas às escondidas, usando de subterfúgios para não mostrar nunca a verdade ou a transparência. Por isso, apresento a V. Ex^a nossa solidariedade e a certeza da integridade do caráter e da história do comportamento de V. Ex^a e de sua família.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço, meu querido amigo Tasso Jereissati, as suas palavras, que me confortam bastante, dada a autoridade que V. Ex^a tem na política nacional. V. Ex^a é uma das maiores figuras do Senado e, talvez, do Brasil. O testemunho de V. Ex^a, para mim, vale muito

mais do que toda essa carga de infâmias pagas contra a minha pessoa e a de meu neto, que cumpriu muito bem os seus deveres e que vai cumpri-los, mais ainda, em qualquer oportunidade.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer, Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Acompanhei atentamente as matérias divulgadas na imprensa, principalmente a matéria divulgada, em primeiro lugar, no **Jornal do Brasil**, que diz que as operações com os fundos de pensão da Previ, do Banco do Brasil, totalizaram algo em torno de R\$1,5 bilhão de prejuízo na gestão passada, no Governo anterior. V. Exª se colocou – estava prestando atenção em sua fala – como um baiano acolhendo todo e qualquer investimento. Qualquer pessoa, quando vem um investimento para o seu Estado, o entende como importante, relevante. V. Exª disse algo que me chamou a atenção. Que se estivesse na condução da Previ não faria o investimento. Realmente, o que a denúncia diz é que foi um investimento prejudicial à Previ, um prejuízo bastante significativo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Permita-me V. Exª, mas o Diretor da Previ é do Partido de V. Exª. Ele está fazendo essa declaração aqui justamente em sentido oposto ao que V. Exª fala.

Em primeiro lugar, nenhum jornal... Aliás, o **Jornal do Brasil** diz que deu R\$1,5 milhão, mas não chegará a isso.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é que, no caso, se V. Exª me permite...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não chegou nem a R\$1 milhão.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, é porque a reportagem do **JB** não trata apenas da questão de Sauípe. Eu queria inclusive registrar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, sim.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ...porque a reportagem trata do Hospital Umberto Primo e também de algo que diz respeito ao meu Estado, que é a Invesc – Santa Catarina Participação e Investimentos, e a Celesc, nossa empresa estadual de energia elétrica, que tem também, na participação da Previ, um prejuízo estimado em R\$600 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª é contra o seu Estado?

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, obviamente não sou contra. Porém, quero deixar registrado que – é importante isso – se há algum tipo de suspeita ou irregularidade em atitudes, atividades ou investimen-

tos dos fundos de pensão, seja em que época for, eles virão a público. Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho o entendimento de que eles devem e precisam ser investigados. Até porque tivemos a oportunidade de ampliar o sistema de fiscalização dos fundos de pensão, quando a medida provisória passou pelo Senado Federal, e infelizmente foi derrotada. A matéria, que tratava da Previc, ampliava o sistema de investigação. Agora, teremos que fazer por projeto de lei; é outra situação. V. Exª está agora na tribuna, buscando defender a sua honra e o seu ponto de vista. Antes de V. Exª, também esteve o Senador Romero Jucá, colocado em uma situação de denúncias surgidas neste final de semana. Estamos neste clima de denúncias para tudo quanto é lado, para tudo quanto é gosto. Como políticos e Parlamentares, o compromisso que devemos ter é o de, surgindo algum indício, investigar. Por isso, tenho o entendimento de que, na Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, a Previ, enquanto fundo de pensão, nos três casos – sei que o investimento que fez, no caso de Santa Catarina, foi errado, não foi positivo, pois o recurso que lá foi colocado foi um ralo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – No caso de Sauípe, não tenho elementos para ter uma posição tão firme, como tenho no caso do Invesc.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas eu quero que V. Exª...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é importante investigarmos. Senador Antonio Carlos Magalhães, a lógica é a de fazermos a investigação da corrupção e não a investigação do PT, não a investigação de determinadas pessoas, como se somente essas precisassem ser investigadas. Não. Todas as denúncias que surgirem têm de ser investigadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A do PT já está pública. Mas eu peço a V. Exª um obséquio: V. Exª ser presidente...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pois não. E tenho certeza de que a Senadora Ana Júlia Carepa terá, como já teve, a oportunidade de vir à tribuna e desmontar a reportagem da revista **Veja**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um momento. V. Exª me deixe falar um pouquinho?

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fique calma.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Estou calma, Senador. Calmíssima.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O samba sempre dá calma.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, estou relaxadíssima, depois do Carnaval. (Risos.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Oba!

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – E nem fui para a Bahia. Não gosto de cordinha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se fosse, V. Exª ficaria muito mais feliz.

Quero que V. Exª presida uma comissão de três Senadores do seu Partido e vá à Previ examinar esse contrato que foi celebrado com o Governo da Bahia. V. Exª está agora com este repto: declarar aqui, como Líder do PT, se há algo errado e da parte de quem nesse processo, porque essa diretoria já tinha três diretores do PT, três, porque era do contrato feito na Previ, de três diretores, e quatro de uma outra parte.

De maneira que V. Exª vai me fazer o obséquio...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é que temos a Sub-Relatoria, que poderia fazer ela mesma a investigação de Sauípe, da Invesc e do Hospital Umberto Primo, que é o caso do prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Exª falará em seguida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, o meu caso é Sauípe. Peço a V. Exª que assuma essa presidência e vá à Previ. Pedirei ao Senador Renan Calheiros que lhe dê uma autorização pelo Senado para que possa investigar. Mas, se V. Exª não for, ficará mal. Tem que investigar e trazer o resultado aqui. Assim é que fazem os homens de bem, que não têm medo de nada, até porque não tenho nada com esse contrato. Eu não o assinei. Eu apenas fui testemunha desse contrato. Esse contrato foi assinado por petistas também. Agora, as coisas estão muito piores. De modo que, V. Exª vai ter oportunidade de ver o caso da Previ e os demais casos, inclusive o de Santa Catarina, que poderá examinar nessa oportunidade.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador, até porque está instalada a Sub-Relatoria dos Fundos, com prerrogativa de quebra de sigilo e tudo que é necessário para se fazer uma investigação adequada, entendo que, a partir do que veio no noticiário, podemos encaminhar por lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já vi, V. Exª não quer assumir.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não. É porque, como comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Assuma.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª sabe que as prerrogativas são diferenciadas da CPI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não. V. Exª é Líder.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª sabe que é diferenciada comissão e sub-relatoria de uma CPI. Aí, V. Exª está jogando com palavras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Perdoe, perdoe, mas V. Exª é Líder, e o Senado unanimemente aprovando...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, me permita 10 segundos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Hem?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Dez segundos, até para fazer uma certa contradição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não fuja desse assunto. Vá lá na Previ. Sei que a senhora vai sim, mas voltará decepcionada e não vai dizer nada. Eu quero que diga.

Ouç o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Dez segundo. É que a ilustre Líder alega que a Previc, que ia investigar os fundos, teria caído com a MP. Sei que não lhe falta boa-fé, mas não é real. A fiscalização hoje é feita pela Secretaria de Previdência Complementar, que, por tristeza da Nação, é comandada por uma pessoa da estrita confiança do Sr. Luiz Gushiken.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Sr. Sérgio Rosa é Gushiken até o miolo, como também esse daqui é Gushiken. Pode não ser mais, porque Gushiken, uma hora dessa, cai como ladrão. A cada dia cai um. Sei que V. Exª jamais cairá, faço-lhe justiça, mas muitos vão cair ainda.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Cada dia cai um, fora os que ficam.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fora os que ficam. Mas, para cair um por dia, tem que ficar alguém.

Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a única dúvida que eu tinha com relação a essa matéria era o que fazia a sua assinatura ali naquele documento. Mas estou vendo agora que é como testemunha de uma solenidade. É a mesma coisa de alguém ser testemunha de uma certidão de batismo e ser suspeito de ser pai...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há 90 dias eu fui testemunha, no Banco do Brasil, aqui, de um empréstimo. Há 90 dias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há 90 dias. O Governador assinou e eu fui testemunha.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nós, Parlamentares, assinamos como testemunha, na mesma circunstância, dezenas e dezenas de vezes no exercí-

cio de nosso mandato. Aliás, as suspeitas com relação ao contrato da Previ não são do ato do contrato e, sim, os reajustes posteriores. Não foi ali...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Exatamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Trata-se dos reajustes que foram concedidos. Agora...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Inclusive, o maior beneficiário foi a empresa construtora, uma grande empresa, que conseguiu passar todas as suas ações para a Previ... Isso é demais! Mas conseguiu.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Quando?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Neste Governo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Neste Governo, Senador Tasso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Em 2003.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E, recentemente, criou-se um fundo para salvar hotéis endividados no Nordeste, em que os pequenos proprietários do Nordeste achavam-se beneficiários. Mas, era um pacote que envolvia recursos do Banco do Nordeste exatamente para acudir à situação desse empreendimento.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, me desculpe, peço um minuto só.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Um minuto só, Senador. Se existe algum problema a ser estudado é a transferência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pediria que o Senador Antonio Carlos concedesse os apartes, pois, do contrário, fica confuso.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tudo bem.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Se existe alguma irregularidade a ser estudada é a transferência neste Governo, agora, de todas as ações para a Previ.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Da empresa que vendeu o terreno e construiu.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Aí, sim, é uma irregularidade que deve ser mais bem estudada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas, Senador, gostaria de concluir o meu aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas a Senadora Ideli vai estudar isso também.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Queria concluir meu aparte dizendo que essa é uma tática usada pelo PT para diversificar os fatos verdadeiros. O Senador Arthur Virgílio disse muito bem. Não podemos ter confiança – venho denunciando há mais de dois anos – no que apura a Secretaria de Previdência Complementar, porque é presidida pelo ex-chefe de gabinete do Sr. Gushiken, que é, o Brasil todo sabe, o controlador, de fato neste Governo de fundo de pensão. Agora, Senador Antonio Carlos, V. Ex^a falou de vários nomes que precisam ser passados a limpo. Nada mais simbólico do que aquele da cueca suja do Ceará. Aquele caso da cueca, Senador Tasso, precisa ser esclarecido porque o PT não vai a lugar nenhum nessa campanha com a cueca suja. Ou o PT lava aquela cueca ou vai ter muito o que explicar porque aquilo é vergonhoso. Os fatos estão aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Até porque a nossa Senadora viu isso no carnaval. Muita gente fantasiada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Inclusive marchinhas a respeito, Senadora Ideli. Fomos contemplados, no Brasil inteiro, com marchinha “mensalão para cá, cueca para cá” e, em alguns momentos de surpresa, tivemos que julgar essas músicas ou entregar o prêmio aos vitoriosos. Ninguém vai, Senador Antonio Carlos, para lugar nenhum se não limpar essa cueca que está lá no Ceará. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito ao Senador Heráclito Fortes esse aparte, que sempre é bem-vindo pela competência, pela experiência desse parlamentar que já viveu muitas coisas neste País, mas não viveu um Governo tão corrupto quanto este.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a já foi Prefeito de Salvador, foi Deputado Federal, foi Governador, foi Ministro, Senador, enfim, tem uma vida pública bastante longa, e o Brasil é testemunha de que não tem Marcos Valério na sua vida, nem tem Sílvio Pereira, nem tem Delúbio. Eu não conheço, acho que o Brasil inteiro não conhece. Eu não sei na sua vida pública quem é que possa ter estado vinculado a V. Ex^a em termos de negociata. Suponho que ninguém, porque esse negócio de transacionar com o dinheiro público não é a praia de V. Ex^a. E essa é a razão pela qual, eu que conheço as pessoas, estou percebendo absoluta serenidade na voz de V. Ex^a ao comentar esse fato. Comentar o fato que está na capa de uma revista com V. Ex^a de costas e o Deputado ACM Neto de frente. E quem fala como V. Ex^a está falando não é gago. Quem fala com a serenidade com que V. Ex^a está falando é porque tem absoluta convicção do

que está falando, está desafiando. V. Ex^a está desafiando! E eu quero trazer um fato que talvez não seja do conhecimento de V. Ex^a, que acho que é definitivo, para que caracterizemos aqui, nessa sua intervenção, o famoso caso de o feitiço se virar contra o feiticeiro, o feitiço de virar contra o feiticeiro! Eu acho que V. Ex^a não sabe que o Deputado ACM Neto, que voltou a Brasília na quarta-feira de cinzas e que fez depoimentos – e eu assisti pela televisão –, ele com o depoente e mais ninguém... Na quarta-feira, na quinta-feira, mas houve – e me corrija a Senadora Heloísa Helena, que era a única presente na subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Eu também.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – O Senador Romeu Tuma também. É verdade, eram os dois únicos. Eu via na televisão quinta-feira, V. Ex^a lá e não havia mais ninguém. Mas um dos depoimentos, o do Sr. Jorge, que fez um depoimento sobre o fundo de pensão da Rede Ferroviária Federal – e não tinha ninguém do Governo lá, porque ele fez o depoimento hoje. E foi perigoso para o Governo, comprometedor para o Governo. Como podem testemunhar a Senadora Heloísa Helena e do Senador Romeu Tuma, o Deputado ACM Neto fez um desafio. Ele disse que com relação ao assunto Previ/Costa do Sauípe, ele queria investigar o caso Previ daqui para a frente e um pouco para trás, chegando ao Sauípe, desde que o PT concordasse na prorrogação do prazo da CPMI dos Correios, para que a CPMI dos Correios pudesse investigar por inteiro o caso Previ e outros. Então, o Deputado ACM Neto, que está na frente na capa de revista em que V. Ex^a está de costas, fez um desafio. Então, acho que V. Ex^a precisaria endossar esse desafio, propondo àqueles que fazem a base do Governo na CPMI dos Correios se associarem à disposição do Deputado ACM Neto para prorrogar os trabalhos da Sub-Relatoria, e, por via de consequência, da CPMI dos Correios, para que se investigue o caso Previ, pegando o Sauípe e tudo o que a Previ possa haver cometido de legal ou eventualmente de ilegal. Com essas palavras, quero manifestar a V. Ex^a a mais absoluta solidariedade – e nem precisava apresentar solidariedade a V. Ex^a. V. Ex^a não precisa de solidariedade em matéria de comportamento moral e ético; não precisa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito ao meu Líder, que é sem dúvida das maiores figuras deste Congresso e para quem o destino ainda reserva grandes vãos. Suas palavras me trazem sobretudo conforto. E sei que o meu Partido está unanimemente ao meu lado.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves, que é, sem dúvida, figura importante no Nordeste e, como tal, conhece os assuntos da região como ninguém.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos, minha palavra nesta hora serve até para dizer a V. Ex^a que não é apenas o seu Partido – é verdade que o PFL se manifesta pela sua unanimidade –, mas os outros Partidos também estão solidários a V. Ex^a. Eu estou porque conheço o desassombro de V. Ex^a, a maneira correta como V. Ex^a vem ajudando a minha missão na CPI dos Bingos. Certamente que o desassombro de V. Ex^a tem provocado desconforto por parte daqueles que querem atingir a imagem de V. Ex^a, depois de uma vida longa de serviços prestados à Nação – como dizia o Senador José Agripino. V. Ex^a tem a minha solidariedade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL BA) – Honra-me a solidariedade de V. Ex^a, porque V. Ex^a é das figuras mais eminentes deste Senado e a cada dia se projeta mais, inclusive como Relator de uma CPI difícil, em que V. Ex^a mostra competência, imparcialidade e sobretudo caráter.

Senador José Jorge, ouço V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL PE) – Senador Antonio Carlos, eu também deixo a minha solidariedade a V. Ex^a. Quem tem uma vida pública como a de V. Ex^a, sempre polêmica, sempre desafiadora, não pode se expor àquelas questões ali colocadas. V. Ex^a tem feito um trabalho de oposição, e todos nós aqui temos feito, mas vemos que o Governo sempre cria algumas manobras diversionistas exatamente para retirar o foco da questão, que é o mensalão, que é Delúbio, que é Marcos Valério. Em todo esse desgoverno que o Presidente Lula realiza, a cada dia ele aparece mais afastado da realidade nacional. Disse que haveria o espetáculo do crescimento, mas, na realidade, o Brasil este ano só cresceu 2,3%, índice maior apenas do que o do Haiti, considerando-se a América Latina. O Presidente faz afirmativas a cada dia com finalidade meramente eleitoreira, e também entra nessas manobras diversionistas, como foi a lista de Furnas e outras que virão. Mais importante que a solidariedade a V. Ex^a, que é total, é considerarmos a possibilidade de que outras matérias virão não só contra V. Ex^a, mas contra qualquer um de nós, porque quem inventou a lista de Furnas pode inventar outras. Então, na época da campanha, temos de estar bem atentos a esse problema. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Vão surgir muitas mentiras, mas elas serão desmentidas aqui da tribuna e da televisão. Não podemos deixar que o Governo fique utilizando a televisão como está fazendo, da forma mais desavergonhada possível, sem que haja

uma providência do Congresso Nacional. O Senador Renan Calheiros tem que observar isso, e os Líderes, pelo menos os da Oposição, têm que reclamar contra esse abuso do Governo em relação a publicidade e a compra de revistas, como a **Carta Capital**.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado. Quero encerrar depois de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a Senadora Ana Júlia veio à tribuna da Casa e apresentou as suas razões, datas, dados, fatos que pudessem comprovar a inocência dela contra a matéria que ela considerou muito injusta e até irresponsável. Agora ouço V. Ex^a também tratando de matéria que envolve o nome de V. Ex^a. Eu só tenho a considerar o seguinte: senti-me bastante feliz com os dados apresentados pela Senadora Ana Júlia; convenci-me do que ela disse, acredito na seriedade dela. Quanto a V. Ex^a trazer as mesmas razões, também quero acreditar nisso. Todavia não acho necessário criar mais uma comissão externa para investigar o caso, porque já temos uma CPI instalada. Eu me lembro de que o Senador Delcídio Amaral, quando se decidiu criar as sub-relatorias dentro da CPMI dos Correios, convidou de pronto as pessoas que deveriam ser relatores. Claro que é regimental. S. Ex^a não teve nenhuma dúvida em convidar pessoalmente e não fez nenhuma pré-reunião para chegar a esse entendimento. Neste caso, seria desnecessário o conselho à Senadora Ideli Salvatti para constituir e presidir outra comissão para investigar o caso. Entretanto, não deixa de ser importante esse ponto que V. Ex^a traz e no qual nós podemos entrar. Se não tivermos uma resposta imediata para esse tipo de matéria, poderemos viver aqui a TPE, Tensão Pré-Eleitoral. Dessa forma, nascem informações dentro da imprensa pautando esta Casa para notícias que eu não sei se nos levarão a algum lugar. Mas fica entendido o que V. Ex^a traz. Se a notícia aparece, deve ser imediatamente respondida à altura, para que não paire nenhuma dúvida sobre nenhuma das pessoas presentes aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu tomei um susto enorme quando V. Ex^a falou em TPE depois de ter citado a Senadora. Mas, felizmente, é TPE.

Com isso, eu quero dizer a V. Ex^a que então requiera, na CPMI dos Correios, tratar o caso da Previ separado dos outros. Isso será útil, será bom e demonstrará quem consegue as coisas na Previ e como o faz. Eu estou pronto para atender a V. Ex^a. Mas V. Ex^a, como também participa daquela Comissão, faça amanhã o requerimento sobre o problema da Previ, a meu pedido. Estimaria bastante que V. Ex^a o fizesse, porque iria esclarecer mais rapidamente esse assunto. Inclusive, seus diretores já estão dizendo o oposto.

Agora, se alguém tem prestígio ou teve prestígio na Previ para fazer isso e teve, para vender ações neste Governo, não foi o Governador Paulo Souto, nem o Senador Antonio Carlos Magalhães, nem ninguém do

Governo da Bahia. Que se procure, então, averiguar as pessoas que fizeram esse negócio com a Previ. Uma grande empresa baiana, sim, mas ela não está imune de ser também examinada. Penso que até seria bom, porque iria demonstrar que os erros foram anteriores e deste Governo, do qual V. Ex^a participa, até para minha satisfação, com muita eficiência.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Concedo-me um aparte, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a tocou num ponto que, para mim, é fulcral. Ou seja, quando se investiga qualquer coisa do passado em relação à Previ, é evidente que pode ter havido mesmo alguma lacuna ética, algum equívoco, que deve ser investigado e punido, para se chegar aos responsáveis. Mas V. Ex^a foi ao ponto fulcral: há muito tempo que o PT tomara de assalto a Previ com os seus diretores, aqueles tais diretores eleitos pela classe, aquela história. Vou recordar um episódio de março de 2005. Setores do PT se rebelavam aqui contra um requerimento da Senadora Heloísa Helena que propunha investigar a Previ. Foram a mim e disseram: olha, isso aí vai investigar também o Governo Fernando Henrique, do qual V. Ex^a foi Líder. E eu disse: muito bem, vamos investigar então o Governo do Fernando Henrique, do qual fui Líder. Percebi que poderia mesmo ter havido alguma irregularidade lá, mas a responsabilidade ia para as costas de um diretor do PT, que estava lá sobretudo à revelia daquele governo, porque estava lá imposto pelas regras da eleição classista. Muito bem, voltaram à carga e pediram, de novo, que eu não consentisse com a aprovação do requerimento. Eu disse: olha, se vocês estão dizendo que a preocupação de vocês é com o Governo de Fernando Henrique, vocês não podem ter mais preocupação com o Governo de Fernando Henrique do que eu, me perdoem, mas não vão. Esse amor súbito é comovente, mas esse amor súbito não pode ultrapassar os meus laços de companheirismo e de amizade, não são de amor, mas de companheirismo, fraternidade e amizade. Não dá para vocês defenderem o Fernando Henrique. Ou seja, a sinceridade importaria que dissessem assim: Arthur, não queremos que investigue é o tal diretor do PT que está na Previ aprontando, isso sim. Então, não era nenhuma preocupação com o Governo de Fernando Henrique. Isso vem de longe e agora explodiu porque, com o poder na mão, aquilo que era relativo vira absoluto. Daqui a pouco, irei à tribuna para falar dessa história de coisas absolutas que tomam o lugar do relativo. Queria dar mais essa contribuição ao seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Excelente contribuição a de V. Ex^a. Evidentemente, não se pode fazer comparações morais do Governo Fernando Henrique com o atual, nem do

Presidente Lula com Fernando Henrique. Quem fizer estará, evidentemente, afrontando a verdade.

Quero dizer aos senhores que, não só neste assunto, como em qualquer outro, estão livres para investigar. A Abin e a Polícia Federal estão investigando. Podem me investigar à vontade, podem investigar o ACM Neto, não vão encontrar nada. Os ladrões vão ficar decepcionados, mas vão continuar roubando, porque eles se habituaram a isso, e o Governo Lula é um Governo realmente de ladrões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, quero cumprimentá-lo pela presteza com que traz ao nosso conhecimento as acusações infundadas. Mas, se V. Ex^a permitir, queria ser testemunha do trabalho do ACM Neto à frente da Subcomissão dos Fundos de Pensão. Tenho acompanhado de perto, como alguns outros Parlamentares, a dedicação e o conhecimento profundo num assunto tão difícil como as aplicações que foram feitas durante o período pelos fundos de pensão. Ele fala com muita lhanza, com tranqüilidade, com objetividade e põe em xeque aqueles diretores que não souberam cumprir com as suas obrigações.

Então, fica claro aqui que talvez V. Ex^a possa pagar o preço pelo seu neto. Às vezes, os filhos pagam por nós, mas de vez em quando há uma inversão da característica da maldade das pessoas.

Eu queria deixar registrada a força do ACM Neto, do seu trabalho.

Eu sou favorável. Declarei na quinta-feira, como o Senador José Agripino disse, em razão de vários pontos ainda não esclarecidos, que não se pode encerrar uma CPI de muletas. Tem-se que prorrogar até que todos os fatos sejam esclarecidos.

Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a as palavras. Eu não poderia finalizar este meu discurso sem o pronunciamento de V. Ex^a, homem que conhece a vida, que lida com essa gente toda, Corregedor desta Casa pelos seus méritos e que tem uma vida pública que merece nosso aplauso. Fico muito grato pelas suas palavras. Em nome do Deputado ACM Neto, também agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como inscrito, para ter tempo suficiente, por permuta com o Senador Sibá Machado.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a está muito generoso hoje. Depois, não reclame da Mesa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está inscrito, como Líder da Minoria, para falar após os Senadores Sibá Machado e Cristovam Buarque. V. Ex^a é o terceiro inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, sugeri o início de um debate que pudesse apontar rumos para o Brasil, com análises serenas, mas altivas, sem qualquer gesto de passar carinhosamente a mão nos numerosos culpados da cena nacional, todos soltos e impunes e com um único pensamento: o de assim ficar por mais tempo, soltos e impunes.

Os corruptos de hoje nasceram sob a égide de um grupo que chegou ao governo com a idéia, por enquanto, de fazer o que não deveria e de não fazer o que era preciso. Era o caminho para implantar um ciclo autoritário de poder.

Como cotidiano desta fase, absurdos se vêm sucedendo em meio a uma faraônica propaganda oficial, que tenta mostrar um Brasil que não é o nosso, não é o Brasil do povo que nele vive, muito menos o Brasil com que sonhamos. O Brasil com que sonhamos é, antes de tudo, um país sério, democrático e livre. A democracia custou muito ao povo e não será um grupo de aventureiros que haverá de substituí-la pelo autoritarismo, pelo populismo, pelo atraso e pela corrupção.

Estamos vigilantes.

Como no cenário da Sr^a Hendersen, do filme em exibição nos cinemas, prosseguiremos, apesar da borrasca que o grupo petista impõe ao País.

The show must go on!

Traduzo, adaptando: continuaremos, apesar das ameaças.

Sr. Presidente, a história do autoritarismo e das ditaduras é muito igual no mundo inteiro. O Governo que se pretende autoritário faz as alianças mais absurdas e espúrias. Procura cercear a livre manifestação e compra, com dinheiro público ou de origem duvidosa, o apoio necessário a uma tal escalada.

Há, todo dia, em todos os veículos de informação, ao menos indícios de uma escalada de autoritarismo, com relatos dos riscos a que se expõe o Brasil a partir desses três últimos anos.

A revista **Veja** desta semana exhibe alguns desses indícios, pondo a nu acordos e esquemas que se montam com impudência e descaramento, não raro em próprios públicos, Deputado Babá, agora revelados com fotos em cores: “Lula conversa com Ratinho durante churrasco na Granja do Torto: tudo pago?” Esse é o título da matéria.

Na matéria de capa, um apêndice para esse esquema: “Valério pode (...) contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula.”

Logo após, seguindo o combinado, o apresentador tentou minimizar críticas, Senadora Heloísa Helena, críticas que, como Líder de Oposição, fiz a Lula desta tribuna. O tal apresentador Ratinho – e o nome já não é feliz – resolveu minimizar o que seria minha participação na vida pública. É o que me dizem meus assessores, porque não dei ao trabalho, mais uma vez, de perder tempo com o seu programa. Mas, Senadora Heloísa Helena, aqui está um *paper* em que sou depreciado pelo apresentador Ratinho, logo depois da conversa lá.

A minha pergunta é bem simples, Sr. Presidente: estava no preço? Foi gratuito ou estava no preço? Ou estava no preço isso, isso e aquilo outro e a crítica a mim entrava como brinde, tipo assim: comprou o carro, leva o chaveiro; comprou um carro mais caro, leva o toca DVD?

Está aqui. Não me dei ao trabalho de ver, porque eu tenho realmente bem mais o que fazer.

Mas, muito bem. Foi o tal Ratinho primariamente irônico, pensando que fazia graça, a ponto de propositalmente fingir que não me identificaria com precisão – como se ele soubesse ironizar. Mas tudo bate com as revelações de **Veja**, inclusive o fato de que fui criticado logo após o tal almoço e logo após os fatos que a revista denuncia como um suborno de R\$5 milhões.

A matéria de **Veja** traz na capa o título “O Mensalão II”, e, como títulos auxiliares: “Fitas Explosivas”, “Propina para perdoar dívida com Itaipu” e “Dinheiro para Ratinho elogiar Lula na TV”.

Nas páginas internas, o título “Valério ameaça falar.”

Pobre do Governo que tem medo de o Valério falar. O Valério é personalidade que faz muita gente tremer neste País: “Valério vai falar”, “Valério, que não devia estar solto, vai ameaçar fulano”. Aí, ficam quietinhos, todos com medo, todos amedrontados com a figura que supostamente teria o que dizer deles. É capaz que ele tenha. Sabemos pela prática das investigações contra máfias que somente se desfaz sociedade criminosa geralmente não é uma pessoa de bem que vai descobrir, não, porque essa não descobre nunca – quando alguém de dentro da organização se manifesta. Então, está aqui o Sr. Valério ameaçando gregos e troianos neste País.

Muitos desconfiam que os mais implicados nos escândalos nascidos com orientação direta de antessalas do Palácio do Planalto estão calados pela força do dinheiro. São pagos para não falar. Uma nova profissão, já que estamos falando de emprego: ficar silencioso, que se vive muito bem, desde que não se abra a boca sobre as desmazelas do desgoverno que aí está.

A reportagem é rica em pormenores e reproduz trechos de gravações com conversas do advogado Roberto Bertholdo, membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional. Leio o trecho que contém uma gravação:

No decorrer de 2004, o advogado Roberto Bertholdo, membro do Conselho de Administração de Itaipu até fevereiro de 2005, foi grampeado por um ex-sócio. O ex-sócio, o também advogado Sérgio Renato Costa Filho, gravou cerca de duzentas horas de conversa que ele próprio manteve com Bertoldo. **Veja** teve acesso a uma parte das gravações. No trecho abaixo, Bertholdo faz menção ao acordo pelo qual o PT pagaria ‘cinco paus’ ao apresentador Calos Massa, o Ratinho, e conta que um dos negociadores era Delúbio Soares, então tesoureiro petista. A Polícia acredita que ‘cinco paus’ sejam R\$5 milhões.

Bertholdo É só fazer um acordo entre o Ratinho e o PT.

Costa Filho – Ah, é?

Bertholdo – Aí, o Ratinho fala bem do PT até o final do ano.

Costa Filho – Como foi a conversa com o Ratinho? Vocês não foram lá para São Paulo?

Bertholdo – O Ratinho não tava lá. Nós conversamos com o Sérgio (*personagem não identificado*).

Costa Filho – Esse Sérgio que tá centralizando tudo?

Bertholdo – O PT topou pagar. Cinco paus.

(...)

Bertholdo – Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba (*José Borba, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados*), no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é o tesoureiro. Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

Costa Filho – Hum-hum.

Ratinho tem avião, Senador Tasso Jereissati. É impressionante! Ratinho tem avião! É impressionante! Não sabia que roer dava dinheiro a esse ponto neste País!

Estou anexando, então, a este pronunciamento, Sr. Presidente, o inteiro teor desta reportagem, que expõe o Governo Lula. E não é só. A escalada do autoritarismo e da corrupção, estimulada pelo comportamento de Lula, mostra outro episódio dos meandros deste Governo, o famoso capítulo Okamoto, que está também em duas páginas e meia da revista **Veja**, com o título “O Paradoxo de Okamoto.”

Lula tem medo de suas relações tão íntimas com Okamoto, hoje superintendente do Sebrae, por indicação do próprio Presidente, e, por isso, procura por to-

dos os meios blindar o antigo companheiro que, para tantos analistas, não passaria de testa-de-ferro seu. O pronome possessivo refere-se ao Presidente. Okamoto, diz a revista, “além de amigo pessoal de Lula, é também o administrador pessoal das finanças pessoais do Presidente”, uma espécie de caixa eletrônico 24 horas do petista, conforme o próprio Okamoto quis fazer crer em seu último depoimento à CPI dos Bingos.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz à tona essas matérias da **Veja** da última semana. São fatos novos gravíssimos que nós, no Congresso Nacional, não podemos mais deixar passar em branco. Uma se refere a este caso Bertholdo, que abre mais uma avenida no caso valerioduto, no caso Marcos Valério, e que leva diretamente a outro gabinete ligado ao Palácio do Planalto. Isso me faz crer – e gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a – que a CPI dos Correios precisa ser aprofundada, ela não pode ser encerrada sem que isso seja aprofundado, devidamente esclarecido e levado em conta no seu relatório, porque é tão grave que o relatório ficará não só incompleto, mas absolutamente falso se não levar em conta esses dados. Outro fato que a revista **Veja** levanta – isso vem complementando, mas parece-me o pinga d’água que derrama este copo – é a questão Okamoto, o mistério Okamoto. Esse homem virou o verdadeiro Mister M, um personagem misterioso que virou intocável...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que mora numa casinha pobrezinha...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Que mora numa casa pobrezinha, com o seu fusquinha, mas que é capaz de pagar a conta de todos, ligado diretamente à Presidência da República. Ele é o contrário de tudo o que sempre se pensou dever ser exemplar na vida pública brasileira, ou seja, transparência. Sempre se falou em transparência. O homem público brasileiro deveria ser transparente. A vida do Presidente da República, as contas dos Ministérios, dos Governadores, etc deveriam ser transparentes. Este, não, é o misterioso. Paga a conta de todos e de tudo e deve ser misterioso. Ninguém deve saber da sua vida, como ele ganha dinheiro, como paga as contas, quais são as suas contas. E o Supremo Tribunal Federal deve ser envolvido para que ele não mostre suas contas. Deve ser mantido misteriosamente como se o Brasil inteiro não pudesse saber quem paga as contas do Presidente da República, da sua família, dos seus familiares, do Partido e de outras pessoas mais. Isso é uma verdadeira antítese da transparência e da clareza, e não podemos aceitar. Devemos ter duas metas, Senador Antonio Carlos, aqui e agora. Uma é a questão desse Sr. Bertholdo, que apareceu na **Veja** e que não pode passar em branco. Isso é muito grave! A outra é esse Mister M, o misterioso Okamoto, que ninguém sabe

quem é. Ele paga a conta de todos e ninguém pode saber como nem de onde vêm seus recursos. Não podemos sossegar enquanto não soubermos o que é isso. É muito grave para as instituições democráticas e para a clareza da vida pública brasileira. Eu queria saber qual é a opinião de V. Ex^a sobre este assunto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu Presidente, Senador Tasso Jereissati, de maneira bem esquemática, eu lhe digo que temos de fazer uma prorrogação, certamente, dos trabalhos da CPI dos Correios. Não tão longa, algo como trinta ou quarenta dias para concluirmos, investigando tudo aquilo que deve ser investigado, Líder José Agripino. Eu adoraria que pudéssemos investigar tudo em um tempo mais curto e virássemos a página da Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, se não é possível, não há por que se prorrogar.

Além do mais, quero fazer uma advertência muito clara à base do Governo, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador Tasso Jereissati. Não adianta essa história de que “temos maioria”. Não têm maioria lá coisa nenhuma. Isso é conversa fiada. Duvido, se o Relator Osmar Serraglio falar “estão boicotando o meu relatório”, como se V. Ex^a falasse, Senador Garibaldi Alves, que estariam porventura boicotando seu relatório, que a pressão da opinião pública não se torne insuportável a ponto de aceitarem a prorrogação – não aqui; maioria temos bastante aqui para aprovar o que quisermos em termos de prorrogação de uma CPI no Senado – da CPI dos Correios. Ou seja, não têm legitimidade.

Senador Tasso Jereissati, ouça bem, temos que fazer a formulação jurídica correta. E isso é coisa para um advogado de alto coturno, de modo a não levarmos uma petição que seja inepta a julgamento do egrégio Supremo Tribunal Federal. Qual é a fórmula que realmente, Senador Garibaldi Alves, ilustre Relator, vai possibilitar a quebra do sigilo do Sr. Okamoto? Vai ter que ser quebrado o sigilo dele. Não se pode encerrar a CPI dos bingos antes da quebra do sigilo do Sr. Okamoto. Isso é fora de dúvida. Vamos então ver qual é a fórmula jurídica correta e vamos usar da melhor linguagem jurídica para não esbarrarmos na negativa, que tem sido pela fórmula, a meu ver. Confio plenamente no Supremo em relação ao Sr. Okamoto.

Por outro lado, eu estava há pouco conversando com alguns jornalistas que me diziam que o Governo agora está com uma outra versão. O Governo dizia: “essas novas denúncias são porque o Lula melhorou nas pesquisas”. Isso é tão grave, que só me passa a impressão de que estão sabendo da culpa de uns; estão sabendo outros que são eles próprios os culpados, porque, senão, estariam rebatendo as acusações, não estariam inventando uma desculpa tão esfarrapada e, a meu ver, tão torpe como essa. Ou seja, para provar que não estamos preocupados com a eleição, vamos deixar

roubarem à vontade no País, vamos deixar dilapidarem o patrimônio público, porque, senão, vai parecer que estamos querendo influenciar resultado eleitoral.

Então, essa gente está contando que a Nação brasileira não se estarreça mais, e a Nação brasileira tem de ser beliscada e ficar estarrecida sim, porque nunca se praticou corrupção, na História Republicana deste País, como nesta quadra infeliz do Presidente Lula.

Com muita honra, ouço o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ora, se não trouxermos, com rapidez, esse Okamoto, Roberto Teixeira e o Bertoldo, estaremos desmoralizando o Congresso. O problema das pesquisas é muito fácil. Ninguém ataca o Lula. Ele está com milhões para publicidade, gastando em todos os jornais e televisão. Como ele pode ser atacado se nem a nossa voz sai, a não ser na TV Senado, para dizer as verdades sobre este Governo, o mais corrupto que o País já teve em todos os tempos? Collor hoje está sorrindo diante do Governo do Lula, e tem razão para isso. Agora, evidentemente, eles vão atacar sempre V. Ex^a, o Senador Tasso Jereissati, a mim, o Presidente Fernando Henrique e o futuro candidato à Presidência – já começa a atacar, por um lado e por outro, em um tiroteio cego, porque não sabem quem é. Seja como for, estaremos aqui juntos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Podem vir quentes!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...juntos, trabalhando, com o calor que é próprio a V. Ex^a, mostrando ao País que este Governo não pode continuar. E ele será derrotado não como pede Diogo Mainardi – que seja expulso –; ele será expulso pelo voto dos brasileiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou com muita segurança de que será assim, Senador Antonio Carlos.

Ouçó o Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu estava para apartear V. Ex^a, mas o telefone não pára de tocar e de chamar-me lá fora. A imprensa toda está indagando se o PFL vai pedir a prorrogação da CPI dos Bingos e da CPMI dos Correios. Sequer estamos falando nisso – V. Ex^a já toca no assunto –, mas a imprensa, que verbaliza muito a vontade da sociedade, já está cobrando da Oposição uma providência saneadora de costumes. Por quê? Todo mundo tem o direito de se habituar a esse estado de coisas de perda, de fratura do padrão ético, menos nós; temos obrigação de sermos clarividentes, de não nos habituarmos a esse mar de denúncia, de corrupção, ou entendermos que está tudo muito bem, que isso faz parte do estado de coisas, que o Presidente Lula...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estão brutalizando o País.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...está acima do bem e do mal, que ele é um de nós, é o papaizão! Ele é o papaizão de Lulinha e de Lurian. É preciso que a sociedade perceba isso, Senador Arthur Virgílio. Ele posa de papaizão, o homem do Bolsa Família. Ele é papaizão de Lurian. E quem é Lurian? Lurian é a moça que devia R\$26 mil e que teve esse débito pago pelo Sr. Okamoto. E quem é Okamoto? É aquele mesmo que pagou a conta de Lula. E pagou com quê? Com dinheiro dele, do bolso dele – isso foi dito por ele. Mas do bolso dele? Ele é rico? Dizem que não. Ele é amigo de quem? Ele é amigo de Delúbio Soares, de Marcos Valério, de Silvinho Pereira, é amigo de José Dirceu. Amigo como? Os telefonemas que os técnicos da CPMI dos Correios cruzaram com as informações dos técnicos das CPI dos Bingos. São centenas de telefonemas de Okamoto falando com essa turma, a turma do mensalão, do valerioduto. Então, Senador Arthur Virgílio, eu honestamente não sabia que o Sr. Okamoto havia pago a conta de Lurian, filha de Lula. Eu não sabia. A denúncia veio da imprensa, que é vigilante. Ainda bem que neste País temos uma imprensa vigilante para acusar qualquer um de nós; se estiver errado, tome-lhe acusação. Isso está certo. Então, o Sr. Okamoto pagou a conta de Lurian, pagou a conta de Lula, pagou com dinheiro dele, em espécie, e fica tudo por isso mesmo. Lula nega e fica tudo por isso mesmo? Não, vamos esclarecer! Vamos quebrar o sigilo bancário de Okamoto? Não, porque há uma ação no Supremo Tribunal Federal que nos impede. E a sociedade como fica?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E porque, Senador José Agripino, esse medo todo de quebrar o sigilo?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – A sociedade fica vendo pelas ruas o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Waldomiro Diniz. E nós ficamos como? Fazendo o que e com quem, Senador Arthur Virgílio? “Não, não é o Lula. O Lula está por fora disso tudo!” Ele está por dentro até a tampa. Lurian é filha dele; ele é o dono da conta; quem pagou foi Okamoto. Tem de haver a quebra de sigilo. Ou isso acontece ou teremos de prorrogar as CPIs para que os técnicos continuem a fazer o que estão fazendo. E agora, essa nova história de Itaipu: o Sr. Samek, que era Deputado Federal do PT, deixou de sê-lo para ser Presidente de Itaipu. Estão aí os milhões de reais, conforme a giriazinha que a revista **Veja** trouxe: “Cinco paus”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – “Cinco paus”, o que dá direito a mil interpretações.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Cinco milhões de reais ou de dólares. Brincam! E com empresa fornecedora disso, daquilo e daquilo outro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa conversa dá todo tipo de interpretação, é perigosa.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – E fica tudo por isso mesmo. Envolvendo um partido político inteiro, um líder que renunciou, uma série de evidências: um homem que está preso, um advogado que era diretor e está preso. Vamos fazer cara de paisagem para isso? Vamos fazer cara de paisagem para isso ou vamos prorrogar a CPI? “Ah, não! É porque querem entrar no período eleitoral”. Que período eleitoral? Quem produziu esse fato? Fomos nós ou foram eles? Fomos nós ou foram eles que produziram esses fatos? Nós, não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem absoluta razão V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Nós, não. Nós temos obrigação é de policiar, de investigar e de entregar os culpados ao Ministério Público e à PF, com indiciamento, para que eles sejam punidos, presos, para evitar o pior dos mundos e que se chama impunidade. Por essa razão acredito, Senador Arthur Virgílio, que temos a obrigação de começar a falar, seriamente, sobre a prorrogação da CPI dos Bingos e da CPMI dos Correios. Temos de começar a coletar assinaturas, sim, senão, a sociedade vai começar a cobrar de nós; nós que não convivemos com a improbidade. Solidarizo-me absolutamente com os termos do pronunciamento de V. Ex^a e digo que vamos cumprir a nossa obrigação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Líder José Agripino.

Peço a V. Ex^a tempo para concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer, de maneira muito clara, que V. Ex^a, Senador José Agripino, prosseguiu com brilho o discurso que eu vinha fazendo. O seu aparte se incorpora como uma luva mesmo.

Mas vamos falar das duas CPIs. Primeiro, o PSDB está convocando o Sr. Bertoldo e o Sr. Samek aqui. Segundo, a CPI dos Bingos se prorroga quando quisermos, porque temos muito mais de 27 Senadores – temos 46 e precisamos de 27 para prorrogar a CPI dos Bingos.

Quanto à CPMI dos Correios, basta o Sr. Relator Osmar Serraglio dizer que precisa prorrogá-la, e eu quero ver a Liderança do Governo ter a ousadia de brear as assinaturas que viabilizariam a prorrogação da Comissão dos Correios. Se é período eleitoral, o que querem? Se é período eleitoral e não se investiga nada por isso, Senador Jereissati, fica complicado. Um governo organizadamente corrupto faria o seguinte: vamos fazer o mal-feito, praticar os atos de corrupção perto do período eleitoral, porque ninguém pode investigar. Assim, cria-se uma impunidade diferente. Depois o tempo passa, as águas nunca são as mesmas, o rio é sempre o mesmo, mas as águas são diferentes. Vamos trabalhar isso.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrados nos Anais da Casa dois artigos, sendo o primeiro in-

titulado “Exílio de Companheiro”, do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Não podemos fechar os olhos a um outro fato: a família do Sr. Celso Daniel está se mudando do País ameaçada de morte – é o que declara a família. Ministro da Justiça? Quietos, calados, não chamou ninguém aqui, não mandou proteção para lá. O Presidente Lula, que se demonstrou tão contristado ao segurar a alça do caixão do Sr. Celso Daniel, não tomou gesto algum para dizer: “puxa vida, viraram meus inimigos, mas quero protegê-los”. Nada, nada! Não fazem um gesto no sentido de proteger essas pessoas.

Diziam que o Sr. João Daniel era louco – eu não o considerei louco quando o ouvi na CPI –, mas foi aquele que diziam que era são, o Sr. Bruno, quem fez a denúncia, em primeiro lugar, de que havia ameaça à sua família. Então, não foi o louco, foi o são; foi o são quem pediu a proteção ou ainda quem mostrou que não acreditava em proteção e estava se mudando do País. E o medo é tanto que está cada um indo para um país. A família vai se desagregar. É muita confusão. Estão desmoralizando o nome do santo, que deixou de fazer milagre para produzir mortes em série.

Concedo a palavra a V. Ex^a, com muita honra, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, o pior de tudo é que o amigão da família Daniel, Luiz Inácio Lula da Silva, homem que pegou na alça do caixão, não dá uma palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nada!

O Sr. José Agripino (PFL – SC) – Uma palavra! Não dá uma palavra o amigão de Celso Daniel, que iria ser coordenador da campanha de Lula. Não dá uma palavra de solidariedade aos irmãos, que estão se mudando do País com medo de morrer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com medo!

O Sr. José Agripino (PFL – SC) – Ameaçados de seqüestro e morte. E o amigão, que é o Presidente da República, não dá uma palavra de solidariedade, não estende um dedinho da mão para ajudar quem está com a vida ameaçada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, se essas pessoas da família Daniel estão mentindo, também não aparece ninguém para dizer que estão mentindo, que isso é uma fraude, uma farsa, uma exploração política, eleição. Não, não estão dizendo nada. Simplesmente há aquele silêncio obsequioso.

Peço, ainda, Sr. Presidente, que se insira nos Anais da Casa o artigo do jornalista André Petry, que faz críticas muito duras ao Ministro Antônio Palocci e

diz que Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como “marqueteiro” de sua campanha e Delúbio Soares como tesoureiro. Lembro que Duda Mendonça está na campanha, sim, na Petrobras, fazendo campanha desabrida, com uma remuneração de R\$26 milhões, a favor da reeleição do Presidente Lula.

Aqui, Senadora Heloísa Helena, eu aprendi com V. Ex^a isso. Somente não concordo com o título e faço uma crítica ao jornalista André Petry. Recebi um *e-mail* muito bonito de uma senhora, mãe de uma criança autista, que certa vez me disse: “Não chame de autista – a mesma observação que V. Ex^a me havia feito – alguém que V. Ex^a queira depreciar, porque as crianças são inteligentes, amorosas, meigas e são vitimadas por algo que pode até torná-las, quem sabe, incapazes de se autodeterminarem”.

Então, quero dizer mesmo ao admirável jornalista André Petry que o único erro do seu artigo está no título “Surto de autismo”, porque as crianças autistas nada têm a ver com o que de autismo não tem nada, que é o esquema endêmico, epidêmico e sistêmico de corrupção que se montou neste País, que já vem, como vimos hoje, de antes, da Previ, com os diretores petistas...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Altista com a letra “L”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, altista do ponto de vista do desejo de lucros cada vez mais altos, mais elevados, às custas do dinheiro público.

Então, são dois artigos, Sr. Presidente, que mando como contribuição para os Anais. Os jovens de amanhã estudarão este momento nos Anais do Senado e vão pensar, com razão, que estamos vivendo uma era de trevas, uma era que, no futuro, vai ser descrita como de trevas, porque o desrespeito à vida humana aqui está: família muda-se com medo de ser assassinada. E ninguém faz nada para proteger essa família.

Ao mesmo tempo, estamos aqui vendo o cinismo. Se essas pessoas só erraram, se Duda Mendonça é bom para trabalhar na Petrobras, ele é bom para ser “marqueteiro” da campanha. Talento ele tem. Pode não ter caráter, mas tem talento. E se o outro, o Delúbio Soares, só errou, não foi culpado de nada, por que não merece uma chance? Quando meus filhinhos erram, dou logo uma chance nova para eles. Já que o Lula é o paizão, então devia dar uma chance nova ao Delúbio, colocar o Delúbio mexendo com dinheiro. Ele deve ter aprendido. Ele não teve má-fé. É um rapaz tão bom!

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, esse caso da fuga – não se pode nem chamar de fuga –, dessa ida para o exterior da família do ex-Prefeito Celso Daniel vem provocando um estarrecimento profundo. Afinal de contas, a família

está apenas defendendo uma versão que não é somente dela, mas é uma versão de todos aqueles que acompanham mais de perto o caso e que sabem que não houve crime comum, mas que existem todas as evidências de um crime a mando, de um crime planejado. Não se trata de uma reação emocional de uma família, e sim de uma constatação de que todos nós, a imprensa, de que todos estamos comungando. É de estarrecer o que está acontecendo com a família do ex-Prefeito Celso Daniel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro dizendo duas coisas.

No governo passado, neste e nos governos anteriores ao passado, vimos muita gente se dizendo desiludida com a incapacidade de o Estado brasileiro lhes dar segurança. V. Ex^a deve ter conhecidos que se parecem com conhecidos meus que disseram assim: vou vender o que tenho aqui e morar em Miami, porque lá meus filhos não serão seqüestrados. Todos nós vimos isso. Mas a família Daniel está fugindo porque não acredita neste Governo, do ponto de vista da intenção em relação a ela. Ela acha que há envolvimento de pessoas deste Governo nesse episódio de Santo André. Essa verdade é iniludível, inequívoca, não dá para escapar dela. Essa verdade tem que ser proclamada em alto e bom som. Não é uma família que diz que houve o seqüestro de uma prima e que, então, estão todos indo para Miami. Não, não, não! É uma família que se julga vítima de perseguição política, que se julga vítima de uma perseguição que envolveu corrupção na Prefeitura de Santo André, que resultou na morte do Prefeito e em mais oito mortes colaterais.

Esse é o fato, Sr. Presidente. É um fato lamentável. Não vou deixar de falar isso todo dia, porque hoje, Senadora Heloísa Helena, é com essa família, mas amanhã pode ser com V. Ex^a, depois de amanhã pode ser comigo, outro dia pode ser com o Senador Tasso Jereissati. Nós não podemos, nunca, nos calarmos diante do arbítrio, da violência ou da truculência, sob pena de amanhã sermos, candidamente, vítimas da violência, do arbítrio e da truculência. É hora de falarmos! Não posso admitir que a sociedade brasileira ache normal uma família ser banida do País porque tem medo de morrer e a suspeita é de que possa haver braço oficial em tudo que aconteceu de crime em Santo André, Sr. Presidente.

Era o que, por ora, e apenas por ora, tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



ANDRÉ PETRY

Surto de autismo

Os jornais noticiam que o presidente Lula resolveu indicar o ministro Antonio Palocci, da Fazenda, para ser coordenador de sua campanha reeleitoral. É uma ousadia ímpar, para dizer o mínimo: Lula está colocando no centro de sua campanha o ministro mais suspeito de seu governo desde que José Dirceu foi demitido da Casa Civil. Palocci prestou três depoimentos em comissões no Congresso, mas nunca esclareceu nada e deixou ainda mais suspeitas no ar. Com isso, Palocci vive enredado por uma teia tenebrosa. É suspeito de ter montado um esquema de mensalinho em Ribeirão Preto, de ter arrecadado dinheiro clandestino na campanha de Lula, de ter-se cercado de assessores ávidos por negócios ilícitos, de dissimular suas visitas ao casarão que funcionava em Brasília como "central de negócios", de esconder que usava o mesmo jatinho que viajou com o dinheiro de Cuba...

São tantas as suspeitas em torno de Palocci que sua indicação para comandar a campanha de Lula só pode ser interpretada como um deboche lançado a todos aqueles que não se esqueceram. Ou, então, é a expressão mais cabal de que Lula pretende comportar-se na campanha reeleitoral como um autista que nunca ouviu falar em mensalão. Se é assim, Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como o marqueteiro ou Delúbio Soares como o tesoureiro, ora.

Tem-se discutido de que forma Palocci sairia do ministério — se abandonaria o cargo sendo substituído por outro ministro, ou se pediria uma licença temporária e seu cargo seria ocupado por um interino. A hipótese de Palocci ser subs-

tituído por outro ministro tem um problema ético, veja só: é que o ministro mais cotado é Paulo

Bernardo, do Planejamento, que anda enroscado em suspeitas de recheiar o caixa dois do PT em campanhas eleitorais no Paraná, sua base eleitoral. Parece piada. Um ministro na Fazenda com problema ético parece não ser um empecilho neste governo. Por que seria na coordenação da campanha?

O formato da saída de Palocci — se deixa o cargo ou se pede licença — é um assunto fora da esfera política. Eis o ponto a que chegamos:

“Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como o marqueteiro ou Delúbio Soares como o tesoureiro”

ditz-se que o ministro teme que, deixando o cargo e virando um cidadão comum, possa acabar sendo preso. Se pedir apenas uma licença, talvez possa seguir com o status de ministro e assim manter o foro privilegiado — e escapar. É um tanto constrangedor que um ministro, e futuro coordenador de campanha,

esteja preocupado com a forma mais eficaz de escapar da Justiça, mas isso parecer ser o de menos.



Algumas luzes, modestas ainda, surgem no fim do túnel: o senador Demosthenes Torres, do PFL de Goiás, disse que está na hora de deixar de lado os “pudores tucanos” e investigar a relação entre Lulinha, filho do presidente, e a Telemar. A senadora Heloísa Helena, do P-SOL de Alagoas, pediu que o Congresso abra uma investigação para saber os motivos verdadeiros que levaram a Telemar a aplicar cerca de 15 milhões de reais na empresa de Lulinha, a Gamecorp.

O ESTADO DE S. PAULO

NOTAS & INFORMAÇÕES

Exílio de companheiro

Na terça-feira de carnaval, Marilena Nakano, Bruno Daniel e seus três filhos inauguraram na História política brasileira a prática inusitada do "exílio de companheiro". O casal é de militantes petistas históricos – ela foi secretária da Educação na prefeitura de Santo André na gestão do irmão dele, Celso Daniel. E agora, com um correligionário do PT, partido no qual ambos militaram, na chefia do governo federal, ambos se viram forçados a deixar de repente seus empregos e cuidar para que os filhos interrompessem os estudos e se abrigassem em lugar mais seguro no exterior para evitar ser atingidos pelos disparos das armas empunhadas pelos até agora não identificados mandantes do assassinio de seu ilustre parente.

A fuga para além das fronteiras nacionais não é uma experiência inédita na vida desses dois militantes de esquerda, que lutaram contra o arbítrio da ditadura militar. Mas a situação que a família Daniel vive agora é muito mais absurda que a experimentada por seus companheiros que foram obrigados a abandonar o País há 40 anos. Estes foram banidos por um regime autoritário, truculento e discricionário, que não admitia oposição. Além disso, uma vez expatriados, seus amigos e familiares tinham tranqüilidade, liberdade e segurança para se comunicarem com eles sem medo de pôr a própria integridade física nem a deles em risco, pois no momento em que desembarcavam em qualquer país estrangeiro nada mais ameaçava suas vidas.

A situação da família Daniel – incluindo outro irmão de Celso, o oftalmologista João Francisco, levado pela situação esdrúxula a se tornar um nômade, mudando constantemente de residência e de local de trabalho para sobreviver, e, por extensão, sua prole – é de um absurdo ainda mais cruel. Pois os participantes dos movimentos de resistência à ditadura estavam conscientes dos riscos que corriam por violarem conscientemente as normas estabelecidas pelos inimigos no poder, pouco importando, no caso, se tais normas eram, ou não, legítimas. O clã Daniel, não! João Francisco, o irmão, a cunhada, os filhos e os sobrinhos não cometeram nenhum crime nem desafiaram o Estado brasileiro, ho-

je plenamente democrático. Eles apenas exercem o direito de discordar da versão oficial, defendida pelo PT e adotada pela polícia paulista, de que seu irmão teria sido mera vítima da banalidade do mal nesta nossa sociedade insegura, à qual a autoridade que exerce o monopólio do uso legítimo da força não consegue prover segurança.

Não se trata sequer de uma atitude singular do clã Daniel, tomada por razões emocionais de quem perdeu um irmão em circunstâncias trágicas. Qualquer brasileiro medianamente informado tem todo o direito de duvidar da versão do "crime comum", tantas são as evidências de que o ex-prefeito de Santo André foi, de fato, alvo de uma execução de mando. Não se trata de uma série de evidências alinhadas em reportagens de jornal, mas profissional e competentemente investigadas pelos promotores estaduais encarregados da elucidação do caso.

Ainda que a família do morto não tivesse razão nenhuma para duvidar da versão oficial, ela teria todo o direito de discordar dos resultados da investigação policial e cobrar da autoridade encarregada da punição dos criminosos uma ação mais eficiente. É revoltante saber que os parentes de uma vítima da violência têm de fugir das ameaças de quem eles acreditam ser os eventuais assassinos de seu ente querido, interrompendo seus projetos de vida para evitar serem dizimados pela ousadia de exigir que a verdade apareça e a justiça seja feita. Mais revoltante ainda é verificar como os dirigentes do governo federal e do PT – que, aliás, não têm sequer relações institucionais com a polícia estadual, sob o comando do governador Geraldo Alckmin, do PSDB –, além de insistirem, contra a lógica plana dos fatos, na hipótese do crime comum, se empenham em desqualificar os membros da família vitimada e lançar suspeitas descabidas sobre suas verdadeiras intenções.

O "exílio de companheiro" da família de Bruno Daniel, a vida clandestina imposta a seu irmão João Francisco e o anúncio da viagem de um filho deste para destino incerto e não sabido fora do País só acrescentam mais suspeitas sobre o papel que o PT e o governo têm cumprido nesse caso sobre o qual se alguma dúvida ainda resta é sobre quem foi o mandante – ou os mandantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Eu gostaria de dizer, Senadora Heloísa Helena, que tem acompanhado o caso de perto, que, com uma experiência de cinquenta anos na vida profissional de policial, é difícil lidar com o crime organizado. Durante esse período do carnaval, uma das coisas mais tristes que acompanhei pelos jornais foi a decisão dessa família de se desagregar, de separar os filhos da mãe e do pai, espalhando-se por vários lugares, para não serem localizados, porque quem mata cinco ou seis, tranquilamente, afasta a testemunha, e se essa testemunha insiste, ela será eliminada.

Então, fico constrangido. Acho que o Relator foi correto. O crime aconteceu, um crime de mando, e, o que é pior, cada dia se chega mais perto de se constatar que é uma máfia organizada, que dificilmente será vencida se não conseguirmos, firmemente, enfrentá-la todo dia e toda hora, protegendo aqueles que poderão ser as grandes testemunhas do crime praticado.

Peço desculpas a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Não vou marcar cinco minutos, Senador, porque sua paciência foi grande.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Esperei bastante, Sr. Presidente, porque uma das boas lições que tirei do livro **O Monge e o Executivo** foi saber ouvir, ouvir bastante para depois se pronunciar.

Venho à tribuna hoje, Sr. Presidente, para aplaudir a decisão do Governo Lula de beneficiar, por meio de medida provisória, quase dois milhões de pessoas que trabalham no serviço doméstico. A medida faz parte do esforço da Ministra Nilcéa Freire, à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e apresenta os seguintes dados.

No Brasil, cerca de 3,4 milhões de pessoas trabalham como domésticos. O trabalhador doméstico entra na intimidade de um lar, mas, ao mesmo tempo, é muito mal recebida. Em muitos casos, são tratadas com muito desprezo, preconceito e com todo tipo de adversidade que a sociedade deveria ter banido. Desse número, 1,8 milhão de trabalhado-

res domésticos – acredito que a esmagadora maioria seja de mulheres – não têm carteira assinada. Por não terem carteira assinada, têm dupla ou tripla jornada e ainda sofrem o prejuízo de não contar com os benefícios da legislação previdenciária. Quanto a esse 1,8 milhão de pessoas que trabalha com serviço doméstico, a medida provisória procura atender da seguinte maneira, Sr. Presidente: os 12% que o empregador pagaria a título de Imposto de Renda seriam destinados a cobrir o pagamento da Previdência Social dessas pessoas. Fazendo uma troca, o impacto na renúncia fiscal seria de R\$289 milhões. É claro que, à medida que tivermos cerca de 1,1 milhão de mulheres com carteira assinada, não só esses R\$289 milhões estarão cobertos, como também poderemos atingir um superávit de mais de R\$400 milhões.

Então, fica aqui o meu elogio ao Presidente Lula e à Ministra Nilcéa Freire por tão sábia decisão nas proximidades do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, vejo aqui, em matéria da **Gazeta Mercantil**, uma pequena entrevista com Ricardo Yasbek, Presidente da Secovi em São Paulo. Ele menciona que as vendas de imóveis, no ano de 2006, dispararam e que, com a política do Governo Lula, de 2003 a 2006, houve um crescimento muito grande de repasses financeiros para o crédito no setor, além de um conjunto de regras que formam um marco regulatório. Afirma que, em 2003, foram disponibilizados e financiados, com recursos da caderneta de poupança, o chamado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, cerca de R\$2 bilhões; no ano de 2004, passou para R\$3 bilhões; no ano de 2005, para R\$4,5 bilhões; em 2006, a previsão é de R\$6,7 bilhões. Com os R\$2 bilhões da Caixa Econômica, poderemos chegar a quase R\$9 bilhões.

Além disso, ele disse que a taxa de juros para financiamento imobiliário começa a diminuir e que tem havido mais elasticidade quanto aos prazos, o que propicia a facilitação do crédito. Disse ainda que os agentes financeiros também estão acreditando mais no Brasil e que, com essa nova credibilidade, é claro que a balança de pagamentos fica muito mais favorável.

Com esse conjunto de coisas, Sr. Presidente, o País aponta para o tão sonhado equilíbrio dos investimentos. Quanto aos debates do dia-a-dia da Casa sobre o fato de o Governo, na questão econômica,

ter um dado não muito favorável para fixar a taxa de crescimento e a taxa de juros, digo que esses são os únicos dois elos de resistência a serem quebrados e que, em quatro anos, não foi possível quebrá-los. Nas demais questões do equilíbrio das contas, o País está pavimentado para o seu desenvolvimento sustentado. É inevitável, do meu ponto de vista, que a taxa de juros comece a cair.

Sr. Presidente, não fomos nós que inventamos o capitalismo. Este País preferiu esse regime, esse sistema, e hoje temos que conviver com ele, adaptando-o o máximo possível a uma esfera de Governo, pois o Governo não tem como fazer uma revolução social – quem o faz são outros atores da sociedade.

Portanto, no meu entendimento, cabe um elogio à seriedade e à convicção do Presidente Lula de trabalhar, com a maior maestria possível, num sistema que, na sua essência, pode ser injusto, para fazer com que o nosso País seja minimamente humanitário.

Lembro os números bons: maior taxa de emprego com carteira assinada registrada; crédito estabilizado, facilitação para os setores mais desassistidos da sociedade terem participação; encurtamento da distância entre os mais ricos e os mais pobres. É claro que ainda há três gargalos a superar. Um deles é a taxa de juros, que acredito feche 2006 próxima de 12%, no máximo. Eu acredito nisso. Acredito ainda que o País tem condições de, no ano de 2007, crescer superando a taxa de 3,5%.

Por último, também creio que as condições da economia vão propiciar que o lucro não seja apenas para o sistema financeiro, mas para todos os outros elos da sociedade econômica brasileira, a fim de que todos tenham ganhos muito promissores, como foram os ganhos dos bancos.

Para encerrar, expresso uma preocupação sobre o pronunciamento de Dom Odilo Scherer. Foi dito que algumas pessoas do meu Partido o trataram aqui de uma maneira que considere um pouco deselegante. O que ele falou está correto: o País tem de avançar. Mas não podemos fazer milagres. Portanto, está correto o Presidente Lula, e está correto Dom Odilo. Acredito que, juntando essas forças, podemos

chegar a esses números tão sonhados e esperados pela sociedade nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Jorge, se V. Ex^a me permite, vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, V. Ex^a fará uso da palavra. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa três curtos pronunciamentos. Num deles, lembro que, sobre a gripe aviária, que ameaça tornar-se pandemia, fiz requerimento de informações ao Ministro da Saúde no ano passado, indagando das providências que vejo pálidas, flébeis e frágeis para evitar algo que pode complicar terrivelmente a economia e a vida dos brasileiros.

O outro pronunciamento visa saudar o grupo musical formado por Luiz Bueno e Fernando Melo, que gravou o disco “Precioso”, por meio do qual homenageia, com som magistral, as águas, a floresta e a biodiversidade da minha belíssima Amazônia.

Finalmente, Sr. Presidente, o terceiro pronunciamento solicita a inclusão nos Anais de matéria das jornalistas Cilene Pereira e Mônica Tarantino, da revista **IstoÉ**, alertando para o perigo do *stress*, pois, no momento, temos muitos motivos para tanto: mensalão, corrupção, escândalos e mais escândalos. É bom parar um pouco e ver que é possível viver melhor. A matéria das duas jornalistas merece, pois, fazer parte dos Anais da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEUS
PRONUNCIAMENTOS.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Guide da vida sexual

O alerta é da OMS: o sexo faz parte dos pilares de sustentação da qualidade de vida. "O sexo é uma necessidade básica como dormir ou comer. Uma relação sexual satisfatória relaxa, aproxima os parceiros, melhora a auto-estima e o humor", explica a psicóloga Mara Pusch da Universidade Federal de São Paulo, especializada em sexualidade humana.

O contrário também é verdadeiro. "O descontentamento com a vida sexual se reflete em muitas áreas. A pessoa fica mais irritadiça e introvertida, briga no trânsito, torna-se menos criativa, dorme mal", descreve o sexólogo Moacir Costa, de São Paulo. Costa tem um programa transmitido por 139 rádios em que responde a questões sobre sexualidade. Por falta de informação, muita gente continua, no entanto, a levar uma vida sexual

com menos qualidade do que poderia ter. "Mas existem profissionais e serviços de orientação em sexualidade espalhados pelo País. Vale a pena buscar ajuda para desfrutar dessa fonte de prazer na vida", encoraja Costa. Um dos primeiros passos para isso não custa nada e pode ter um efeito surpreendente: conversar francamente com o parceiro sobre pontos de conflito.

Tenha prazer

A rotina é a grande inimiga do prazer. Muitas vezes, a rotina faz com que não tenhamos tempo para nós mesmos. Por onde a rotina nos leva, embora, com a consciência de que é importante proporcionar-se prazeres. E isso vai desde um passeio solitário pela manhã até pular de pára-quedas, ler, viajar ou simplesmente não fazer nada. "Gestões como essas relaxam e recarregam as energias", diz a psicóloga Ana Maria Rossi, da Iama-BH. Investir no relaxamento é, aliás, uma das chaves para ter contato com o prazer de viver. Ana Maria, por exemplo, ensina e pratica a técnica de relaxamento chamada respiração abdominal, que deve ser feita várias vezes ao dia. "A respiração é o que temos de mais importante para lidar com as emoções. Inspiro pelo nariz inflando o abdome e depois solto o ar, esvaziando a região da barriga, como os bebês", ensina. O benefício virá na forma de mais energia e eficiência para lidar com as situações desgastantes.

Garanta mais tempo para si mesmo

Ficar mais tempo no trabalho, dificuldade de dizer não e falta de planejamento são desafios a ser vencidos para ter mais horas livres. Para quê? "Se não 'dermos um tempo' em certos momentos, nosso desempenho, criatividade e motivação ficam comprometidos. Isso repercute na vida profissional e pessoal", diz Ricardo de Marchi, de São Paulo, especialista em programas de qualidade de vida. Por isso, ele afirma que se deve ter como meta o equilíbrio entre vida pessoal, familiar e trabalho. "Algumas empresas entendem que importante é o resultado, e não o número de horas que as pessoas ficam visíveis no trabalho", informa. Outra solução é o que ele chama de "negligência criativa". "Se o problema não é urgente, pode ser resolvido no dia seguinte até de maneira mais criativa", orienta. Mais um remédio é dizer, por exemplo, "desculpe, não posso fazer isso agora" quando se está no meio de algo importante. Ricardo também acha que a falta de tempo muitas vezes é, na verdade, falta de planejamento. "Organizando, dá", acredita.

Movimente o corpo

Há três bons motivos para fazer atividade física. Primeiro, diminui a gordura corporal, ajuda no controle da pressão arterial e da taxa de colesterol. Depois, ganhar um corpo mais torneado levanta a auto-estima. "E o indivíduo passa a lidar melhor com o stress porque está emocionalmente fortalecido", explica Lúcia Carla de Oliveira, vice-presidente do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul. E o terceiro

benefício é a interação social. Ir a uma academia ou participar de um grupo de caminhada aumentam a roda de amigos. Mas, para que ocorram todos os ganhos, é preciso praticar no mínimo cinco dias por semana, durante 30 minutos, e com intensidade suficiente para elevar as frequências respiratória e cardíaca e a transpiração. E segundo Edgar Corona, presidente da Bio Ritmo Academia, de São Paulo, uma das chaves para continuar na malhação é não desistir nos primeiros 30 dias. "Perceber as mudanças que ocorrem no corpo após esse período é uma grande motivação", explica.

Coma bem

Honestamente: você presta atenção no que come? Certamente não. E aí está o problema. Está provado que a alimentação é um dos pilares de qualidade de vida. Se for correta, as chances de as doenças aparecerem ficam menores. "E ter saúde é viver uma vida mais feliz", explica Durval Ribas Filho, presidente da Associação Brasileira de Nutrologia. Por alimentação equilibrada, entenda-se, entre outras coisas, a opção por pratos cheios de legumes e grãos e a economia no consumo das gorduras que fazem mal. Entre elas está a saturada, presente na carne vermelha. E não é preciso adotar a tediosa dobradinha salada/grelhado. A mudança dos hábitos e tastes pode ser gradual e o resultado, prazeroso. Consumir mais azeite e produtos industrializados com menos açúcar, por exemplo, continua sendo gostoso. Da mesma forma, não se perde nada ao trocar o molho quente queijos, gorduroso e calórico, pelo de tomate, cheio de vitaminas e de licopeno (nutriente bastante estudado por seus potenciais benefícios contra o câncer).

Não exija demais

"O trabalho me exige, eu exijo cada vez mais de mim e do outro." A frase resume uma situação comum. No dia-a-dia, essa atitude alimenta a tensão interna, elevando o stress, e a externa. "O ambiente tenso aumenta o risco de mais erros ocorrerem", avalia a psicóloga Samia Siburro, de São Paulo, especialista em gestão do stress. É preciso também prestar atenção no que este comportamento pode estar dizendo. "Ser exigente demais com os outros muitas vezes mostra um lado inseguro e dificuldade de lidar com as pressões", diz Samia. Segundo ela, para mudar isso é preciso treinar a resiliência. O termo é emprestado da física e indica a capacidade de absorver impactos com flexibilidade.

Vá ao médico com regularidade

Esta é uma das maneiras garantidas de viver mais tempo. "Adotar este hábito previne doenças e prolonga a vida", diz Antônio Antonietto, do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo. Não é à toa que se investe na detecção precoce de tumores. "Quanto mais cedo elas forem diagnosticadas, maiores as chances de cura", diz a cardiologista Samira Motin, do Hospital Albert Einstein, de São Paulo. De fato. A chance de cura de um tumor de intestino diagnosticado no início, por exemplo, é de 100%. Por isso, a recomendação é que se façam exames anuais para investigação desse tipo de câncer a partir dos 60 anos (ou aos 50, quando há casos na família). Para cuidar da saúde de maneira geral, o ideal é procurar um médico depois dos 20 anos se houver história familiar de pressão alta, diabetes e colesterol elevado. Caso contrário, a rotina de exames deve ser iniciada após os 40 anos.

Mantenha boas relações

Ter com quem partilhar sucessos, tristezas, expectativas. Pode não parecer, mas isso conta muito para a vida ficar mais leve. "Dividir a angústia ajuda a manejar o stress, a passar pelas situações mais difíceis", diz a cardiologista Danielli Bezen, do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo. O problema é que muita gente anda se esquecendo da importância da amizade. "A família, por exemplo, está sendo deixada de lado. O pai não tem tempo, a mãe também não. Qual o momento de estar com os filhos de verdade? De falar, de ouvir, de se preocupar?", indaga a psicóloga Edina Bonfatti, de Belo Horizonte. Especialista em relações interpessoais, para reativar e manter essa rede de apoio, não é necessário fazer grandes atos. "É preciso tomar pequenas iniciativas amorosas e autênticas. É telefonar para um amigo que não vê há tempos, é avisar que vai chegar tarde em casa", sugere Edina. "A vida que vale a pena conjuga afeto", diz.

Cultive a espiritualidade

Um número cada vez maior de pesquisas científicas mostra que as pessoas engajadas em práticas espirituais têm uma atitude mais otimista diante da vida e se recuperam mais rapidamente de doenças e cirurgias. Elas também possuem menos comportamentos autodestrutivos (como tabagismo, alcoolismo ou dependência de drogas), mais confiança, laços afetivos e maior satisfação com a vida de uma forma geral. Resta entender o que é espiritualidade. "É ter a

experiência de sentir um significado ou propósito mais profundo da vida, a presença de um poder mais elevado guiando as nossas vidas, um sentido de harmonia com o universo. Para isso, não são necessárias crenças ou práticas religiosas. Recursos como yoga, meditação e técnicas de respiração profunda e até ser voluntário em ações sociais contribuem para expandir nossas mentes", orienta a psicóloga Susan Andrews, formada na Universidade de Harvard, nos EUA, e especializada em biopsicologia, o estudo da relação entre saúde, corpo e mente. Todos, até os ateus, podem seguir as recomendações e sentir seus benefícios.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faltam 18 meses para a gripe aviária virar uma pandemia mundial, com a ameaça de matar 50 milhões de pessoas.

Faltam 5 meses para o vírus chegar ao Brasil.

Apesar da séria ameaça, o Brasil limitou-se a algumas poucas medidas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, que proibiu a importação de produtos derivados de aves procedentes de países onde a gripe já existe, além do monitoramento de sobras de alimentos servidos a bordo de aviões procedentes das áreas afetadas. Também foram compradas 90 milhões de vacina (T amiflu)

No mais, o Governo anda muito distante de qualquer outra providência mais efetiva, como, por exemplo, a montagem de uma equipe de técnicos para estudo e pesquisa e, quem sabe se preparar para lançar uma campanha nacional e ampla de vacinação de aves.

A Revista **IstoÉ** de 8 de maio deste ano publica um bom levantamento sobre a gripe aviária, com dados precisos da Organização Mundial de Saúde, mostrando as rotas da doença e informando que o Brasil não está livre de vir a ser afetado.

Diante dos riscos a que se expõe o País, encaminhei, no ano passado, requerimento de Informações ao Ministro da Saúde, para que o Senado se inteirasse

acerca das providências do País para enfrentar o grave problema. De lá para cá, pouca coisa fez o Governo, pelo que trago novamente este alerta ao Plenário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro com prazer a iniciativa do grupo musical Duofel, de São Paulo, que acolheu temas da Amazônia para as apresentações comemorativas do seu jubileu de prata, incluindo espetáculos ao vivo em Brasília e o lançamento de um cd com os motivos da floresta, as águas e a biodiversidade.

O grupo é formado por Luiz Bueno e Fernando Melo e o disco é denominado *Precioso*.

Estou anexando a este breve pronunciamento a matéria que, a respeito, foi publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 4 de março de 2006, intitulada “Ao som da Amazônia”, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado.

Encerro, transmitindo cumprimentos ao Grupo Duofel, pela iniciativa, que contempla a região Amazônica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

GRUPO PAULISTA DUOFEL RETOMA O PROJETO JAZZ BRASILEIRO DO GATE'S PUB, NA COMEMORAÇÃO DE SEUS 25 ANOS DE ESTRADA

MOHS

AO SOM DA AMAZÔNIA

MANUELA MACIEL
DA EQUIPE DO CORREIO

Foi com a comemoração dos 25 anos de carreira do Duofel que o produtor Rubens Carvalho resolveu retomar a programação regular de música instrumental no Gate's Pub. A casa vai destinar as noites de sábado ao projeto *Jazz Brasília* e o Duofel, formado por Luiz Bueno e Fernando Mello, abre a temporada. Hoje, às 23h, com o lançamento do disco *Precioso*. Além de celebrar mais de duas décadas de estrada, o trabalho inaugura a gravadora e editora Fine Music, montada pela dupla para facilitar a produção e o acesso do público. “A novidade é que agora trazemos novas formações, com

uma viola caipira e o violão tenor de quatro cordas”, avisa Luiz Bueno. “É nosso oitavo álbum e a segunda vez que estamos aqui, sem nenhum convidado. *Precioso* tem 10 faixas, das quais apenas uma, *Bom dia tristeza* (Borzan Barbosa e Vinícius de Moraes), não é composta pela dupla. Luiz e Fernando pertencem a caminhos curiosos para compor as músicas. Queiram que o local de nascimento do disco fosse tão precioso quanto o título e desembocaram em Manaus. A preciosidade alaram a floresta amazônica, o clima e a ambientação. “Fomos tomados de amor pela cidade. Cada mû-

siça do disco retrata um momento que a gente viveu”, conta Luiz. *Motor de linha*, por exemplo, refere-se às barcas que cruzam a travessia do rio pela selva, como a viagem chocante de Jacema, narrada no *cinqueto das facetas* entre os dois artistas de São Paulo. O motivo para compor *Precioso*, 10 influências musicais, no entanto, ficaram de fora. “O que nos chamou mais a atenção é que a cidade é povoada por muita gente de fora. Tem gente do mundo inteiro, sem identidade musical forte”, explica Luiz. *Precioso* tem samba, choro e composições que resultam da mistura da dupla, sempre inter-

ressada em explorar nuances e efeitos sonoros. O álbum é lançado em parceria com a editora Fine Music, montada pela dupla para facilitar a produção e o acesso do público.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, sugeri o início de um debate que possa apontar rumos para o Brasil, com análises serenas, mas altivas, sem qualquer gesto de passar carinhosamente a mão nos numerosos culpados da cena nacional, todos soltos e impunes e com um único pensamento, o de ficar por mais tempo.

Os corruptos de hoje nasceram sob a égide de um grupo que chegou ao Governo com a idéia, por enquanto, de fazer o que não deveria e de não fazer o que deveria fazer. É o caminho para implantar um ciclo autoritário de poder.

Como cotidiano desta fase, absurdos se sucedem em meio a uma cara propaganda oficial que tenta mostrar um Brasil que não é o nosso, não é o Brasil do povo que nele vive nem é, tampouco, o Brasil com que sonhamos.

O Brasil com que sonhamos é, antes de tudo, um país sério, democrático e livre. A democracia custou muito ao povo e não será um grupo de aventureiros que haverá de substituí-la pelo autoritarismo.

Estamos vigilantes.

Como no cenário da Sra. Hendersen, prosseguiremos, apesar da borrasca que o grupo petista impõe ao País. *The show must go on.*

Traduzo, adaptando: Continuaremos, apesar das ameaças.

Sr. Presidente, a história do autoritarismo e das ditaduras é muito igual no mundo inteiro. O Governo que se pretende autoritário faz as alianças mais absurdas e espúrias, procura cercear a livre manifestação e compra, com dinheiro público ou de origem duvidosa o apoio necessário a uma tal escalada.

Há, todo dia, em todos os veículos de informação ao menos indícios de uma escalada de autoritarismo, com relatos dos riscos a que se expõe o Brasil a partir desses três últimos anos.

A revista *Veja* desta semana exhibe alguns desses indícios, pondo a nu acordos e esquemas que se montam com impudência e descaramento, não raro em próprios públicos, agora revelados com fotos em cores: Lula conversa com Ratinho durante churrasco na Granja do Torto: tudo pago?

Na matéria de capa, um apêndice para esse esquema: Valério pode (.....) contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula.

Logo a seguir, seguindo o combinado, o apresentador tentou minimizar críticas que, como Líder de oposição, fiz desta tribuna. Foi irônico, pensando que fazia graça, a ponto de propositadamente fingir que seria um Senador de algum lugar, como se ele soubesse ironizar. Tudo bate.

A matéria de **Veja** traz na capa o título “O Mensalão II”, e, como títulos auxiliares:

Fitas explosivas

Propina para perdoar dívida com Itaipu

E

Dinheiro para Ratinho

elogiar Lula na TV

Nas páginas internas, o título “Valério Ameaça Falar”.

Muitos supõem que os mais implicados nos escândalos nascidos com orientação direta de antesalas do Palácio do Planalto estão calados pela força do dinheiro. São pagos para não falar.

A reportagem é rica em pormenores e reproduz, inclusive, trechos de gravação com conversas do advogado Roberto Bertholdo, membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Leio o trecho da gravação:

No decorrer de 2004, o advogado Roberto Bertholdo, membro do conselho de administração de Itaipu até fevereiro de 2005, foi grampeado por um ex-sócio. O ex-sócio, o também advogado Sérgio Renato Costa Filho, gravou cerca de 200 horas de conversa que ele próprio manteve com Bertholdo. *VEJA* teve acesso a uma parte das gravações. No trecho abaixo, Bertholdo faz menção a um acordo pelo qual o PT pagaria “cinco paus” ao apresentador Carlos Massa, o Ratinho, e conta que um dos negociadores era Delúbio Soares, então tesoureiro petista. A polícia acredita que “cinco paus” sejam 5 milhões de reais

Bertholdo – É só fazer um acordo entre o Ratinho e o PT.

Costa Filho – Ah, é?

Bertholdo – Aí, o Ratinho fala bem do PT até o final do ano.

Costa Filho – Como foi a conversa com o Ratinho? Vocês não foram lá para São Paulo?

Bertholdo – O Ratinho não tava lá. Nós conversamos com o Sérgio (*personagem não identificado*).

Costa Filho – Esse Sérgio que tá centralizando tudo?

Bertholdo – O PT topou pagar. Cinco paus.

(...)

Bertholdo – Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba (*José Borba, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados*), no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é

o tesoureiro. Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

Costa Filho – Hum-hum.

Estou anexando a este pronunciamento o inteiro teor dessa reportagem, que expõe o Governo Lula.

Não é só. A escalada do autoritarismo, estimulada pelo comportamento de Lula, mostra outro episó-

dio dos meandros desse Governo, o famoso capítulo Okamoto. Está também em duas páginas e meia da revista **Veja**, com este título:

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

Brasil

Valério ameaça falar

Ele pode jogar o PMDB na lama do mensalão e contar como o PT pagou para Ratinho fazer elogios a Lula

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o pagador do mensalão, sentindo-se emparedado pela CPI dos Correios, anda ameaçando fazer revelações capazes de dar nova dimensão à crise – e, além do PT, está deixando o PMDB de cabelo em pé. Do fim de dezembro até agora, o publicitário conversou pelo menos três vezes por telefone com o ex-deputado José Borba, ex-líder do PMDB na Câmara que renunciou ao mandato em outubro passado quando se descobriu que embolsara 2,1 milhões de reais no valerioduto. Nas conversas telefônicas com Borba, Marcos Valério tem lembrado um acordo selado no começo do escândalo: o PMDB colocaria na CPI dos Correios um relator capaz de dar proteção a Marcos Valério, que, em troca, manteria silêncio sobre o envolvimento de peemedebistas com o mensalão. Como já ficou demonstrado que Osmar Serraglio, o relator da CPI dos Correios, não fez acordo algum nem pretende protegê-lo, Marcos Valério ameaça contar o que sabe. **VEJA** ouviu dois senadores que conversaram com Borba. Eles disseram que o publicitário ameaça disparar três petardos que fismam o PMDB e, claro, o PT. São eles:

- Valério tem ameaçado contar que, no início do ano passado, repassou dinheiro para que José Borba pudesse ficar como líder do PMDB na Câmara, comprando o apoio da ala oposicionista do partido, que iniciara um movimento para destituí-lo. (Soube-se, então, que Borba conseguira neutralizar a rebelião dos oposicionistas, para felicidade do Palácio do Planalto, que torcia por sua permanência.)
- Valério tem dito ainda que Simone Vasconcelos, a diretora da agência de publicidade SMPB, fazia pagamentos do mensalão também para deputados do PMDB. (Ao depor na CPI dos Correios, a diretora disse que várias vezes se hospedou em hotéis em Brasília e, no quarto, contava e distribuía dinheiro a engravatados, mas não soube identificá-los.)
- O publicitário tem avisado que pode revelar detalhes de como, nos primeiros meses de 2004, repassou dinheiro para que José Borba pagasse o apresentador Carlos Massa, o Ratinho. O apresentador, em troca do dinheiro, passaria a usar seu programa no SBT como palanque para promover o presidente Lula e a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que se encontrava em campanha reeleitoral. (Como se sabe, Ratinho fez uma longa entrevista com Lula durante um churrasco na Granja do Torto. A entrevista-churrasco foi exaustivamente reprisada no seu programa, mas o apresentador sempre negou que tivesse recebido qualquer pagamento.)

O publicitário Marcos Valério, de fato, manteve relações estreitas com José Borba. Um ex-auxiliar do PMDB, que privou da intimidade do ex-deputado, conta que Borba tinha encontros frequentes com Marcos Valério no hotel Sofitel, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo. Nesses encontros, além de Borba e Valério, outros dois personagens das sombras costumavam aparecer: o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o advogado Roberto Bertholdo, braço-direito de Borba e então membro do conselho de administração de Itaipu. Entre setembro de 2004 e março de 2005, os quatro fizeram pelo menos quatro reuniões no Sofitel. O ex-auxiliar do PMDB, que conversou com **VEJA** sob a condição de ficar no anonimato, nunca participou das reuniões, mas sabe que, depois delas, Borba voltava para Brasília e, numa saleta ao lado de seu gabinete de líder, recebia filas de deputados do PMDB. Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite.

O advogado Roberto Bertholdo, sendo o principal assessor de José Borba, era o encarregado de operar o mensalão dentro do PMDB. Um ex-aliado de Bertholdo, em conversa de quase cinco horas com VEJA, contou detalhes da façanha. Ele diz que Bertholdo distribuía o mensalão a 55 dos 81 deputados do PMDB. Todos os 55 deputados pertenciam à base do governo. A mesada variava entre 15.000 reais e 200.000 reais, conforme o cacife do deputado mensaleiro. O ex-aliado conta que Bertholdo adorava exercer esse papel e, como trabalhava em nome dos interesses do governo, achava que pairava acima da lei. Numa ocasião, em meados de 2004, querendo exibir seu poder, Bertholdo telefonou ao ex-aliado e convidou-o a visitá-lo no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Era noite e chovia nas franjas de Curitiba. Ao chegar ao aeroporto, o ex-aliado encontrou Bertholdo a bordo do Citation II que costumava usar e que pertencia ao empresário paranaense Wadi Debes. Dentro do avião, esparramado sobre uma poltrona de couro, Bertholdo mostrou ao amigo uma caixa de papelão, aberta, cheia de dinheiro.

"Tem 8 milhões de reais aí", disse Bertholdo. Diante da surpresa do interlocutor, que lhe perguntou se não tinha receio de ser preso com tanto dinheiro vivo, Bertholdo respondeu com a empáfia que só a certeza da impunidade proporciona: "Que perigo, o quê? Eu tô operando para o governo". Na semana passada, VEJA teve acesso a um conjunto de gravações de conversas de Bertholdo nas quais fica claríssimo que, de fato, ele operava em nome do governo – e, nessas conversas, aparecem os bastidores de uma negociação com quem? Com Ratinho, para fazer propaganda do presidente Lula e da ex-prefeita Marta Suplicy. As gravações, que somam quase 200 horas, foram realizadas em 2004 pelo advogado Sérgio Renato Costa Filho, então sócio de Bertholdo no escritório Bertholdo & Costa Advogados. Como Costa Filho gravou as próprias conversas com Bertholdo, a arapongagem não constitui crime – embora seu conteúdo, já em poder da Polícia Federal, seja suficiente para enquadrar o homem da mala do PMDB em uma fleira de artigos do Código Penal.

Em um dos trechos das gravações, Bertholdo revela ao sócio que está intermediando um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador fale bem do partido em 2004. "O PT topou pagar. Cinco paus", diz Bertholdo. A polícia acredita que "cinco paus" sejam 5 milhões de reais. Em outro trecho, Bertholdo informa que a negociação conta também com a presença do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares (*veja transcrição*). Como era maquinista do trem pagador do PMDB, Bertholdo priorizava seu partido quando surgia, digamos assim, um conflito de interesses. Um caso emblemático ocorreu em Itaipu, onde Bertholdo foi conselheiro de 2003 a fevereiro de 2005. Em uma das conversas gravadas pelo sócio, Bertholdo diz que o diretor-geral de Itaipu, o petista Jorge Samek, cobrou 6 milhões de dólares de propina da empresa Voith Siemens para perdoar uma dívida de 200 milhões de dólares para com a estatal. Ele fica uma fera ao saber que o PMDB fora excluído da negociata. "Temos que pegar pelo menos três", diz Bertholdo (*veja transcrição da conversa*).

O que torna essa gravação perturbadora é o fato de que a Voith Siemens, de fato, tinha um negócio de quase 200 milhões de dólares com Itaipu e que, de fato, uma dívida sua com a estatal foi perdoada – de um modo heterodoxo. Em 2000, a Voith Siemens comprometeu-se a entregar duas novas turbinas para Itaipu, num negócio de 184,6 milhões de dólares, mas não conseguiu cumprir o prazo. Sofreu uma multa de 2,6 milhões de dólares, que foi devidamente paga, mas também tinha de sofrer outra multa, de 18,6 milhões de dólares. A multa gorda, porém, foi graciosamente perdoada e o prazo de entrega das turbinas foi estendido. O mimo saiu na forma de um despacho, de três páginas, assinado pelo diretor-geral Jorge Samek. O novo prazo venceu em setembro do ano passado, mas também não foi cumprido. Aliás, até agora Itaipu

espera as turbinas da Voith Siemens – e a multa por esse atraso interminável está hoje em 9 milhões de dólares, mas nem um tostão foi pago. Ouvido por VEJA, Samek refutou a acusação de pegar propina. "Jamais fiz qualquer acordo nesse sentido", afirma. "Trata-se de um absurdo, uma infâmia, um crime contra a minha honra." A Voith Siemens, por meio de sua assessoria de imprensa, mandou dizer que "não paga propina a nenhuma instituição, pessoa jurídica ou física".

O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, integra o seleto grupo de amigos íntimos do presidente Lula. Samek costuma participar de churrascos e festas de réveillon na Granja do Torto. Foi por escolha direta de Lula que ele assumiu a diretoria de Itaipu, onde permanece até hoje. Samek também já foi bastante próximo de Bertholdo. Quando ambos trabalhavam em Itaipu, Samek costumava ir a Brasília de carona com Bertholdo no Citation das caixas de dinheiro. Mas, enquanto Samek se mantém firme no comando de Itaipu, Bertholdo caiu. Renunciou ao cargo de conselheiro de Itaipu em fevereiro do ano passado – e está preso há quatro meses. Bertholdo é acusado pela Polícia Federal de grampear um juiz federal e de torturar seu ex-sócio Sérgio Renato Costa Filho, no início do ano passado, numa violenta tentativa de reaver as fitas nas quais faz algumas das confidências relatadas nesta reportagem. Também é acusado de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. A acusação de lavagem de dinheiro indica que a relação pecuniária entre Bertholdo e Ratinho tem pelo menos um antecedente. Bertholdo é acusado de lavar 200.000 reais para Ratinho, espalhando o dinheiro em contas de funcionários, amigos e colaboradores do apresentador. A Polícia Federal e o Ministério Público, que investigam o caso, suspeitam que os 200.000 reais eram pagamento ao apoio de Ratinho a algum político assessorado pelo homem da mala do PMDB.

O paradoxo de Okamoto

Ao contrário de outros petistas encrencados, o amigo de Lula tem de provar que é mais rico do que declara ser. Ele pagou também uma dívida de Lurian

.....
Juliana Linhares

O petista Paulo Tarciso Okamoto – ex-garçom, jornalista, vendedor de cerâmica, operário da Volkswagen e sindicalista – sempre levou uma vida modesta. Nunca concorreu a cargo eletivo, mora até hoje em um sobrado geminado em São Bernardo do Campo, na região do ABC, em São Paulo, avaliado em 100 000 reais e, como presidente do Sebrae, está bem distante do núcleo do poder do governo. Apesar de sua aparente irrelevância, Okamoto tornou-se o centro das atenções de parlamentares que apuram a corrupção no governo Lula. As investigações em torno dele devem incomodar o governo. Os sinais disso são as manobras para blindá-lo que já envolveram até mesmo o Supremo Tribunal Federal, na figura de seu prestimoso presidente, Nelson Jobim. O barulho em torno da quebra de seus sigilos fiscal e telefônico – reiteradamente pedida pela CPI e sucessivamente negada pelo STF – já dura quase dois meses. Parece exagerado? Não quando se sabe que Okamoto, além de amigo de Lula há quase trinta anos, é também o administrador das finanças pessoais do presidente e de sua família – uma espécie de "caixa eletrônico 24 horas" do petista, conforme o próprio Okamoto quis fazer crer em seu último depoimento à CPI dos Bingos, no ano passado.

Veja também

EXCLUSIVO ON-LINE

Cronologia da crise

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo.

Processo n.º 141596 - Ação de Execução por Título Extrajudicial
 Reque: Espólio de Aldo Viriato Ormonde
 Réu: Lúrian

1.- A Executada reconhece seu débito na presente Execução, no importe de R\$32.650,00 (trinta e dois mil seiscentas e cinquenta reais), referentes aos valores acordados e não pagos.

2.- Pegará, para quitação do débito, a importância de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) da seguinte forma:

a.) R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na data de hoje, representados pelos seguintes cheques do Banco Bradesco S/A, agência 0302-6:

- nº 001312 - R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e
- nº 001313 - R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), importância da qual, mediante os pagamentos dos cheques pelo banco sacado, o exequente dará plena quitação.

b.) R\$14.000,00 (quatorze mil reais), em 20 (vinte) de junho de 2002

Rua Erasmo Pataá n.º 71 - 1.º Andar - Conjunto 11/18 - Cap 09771-200 - Centro - São Bernardo do Campo - SP
 Telefone/Fax 448-1433

Termo do acordo judicial que reduziu para 26 000 reais a dívida de Lúrian paga por Okamoto em 2002: estranhamente, o documento omite o nome do titular dos cheques e o número de sua conta bancária

O depoimento girou em torno do até hoje mal explicado episódio da dívida de 29 000 reais que Lula teria contraído junto ao PT em 2002, quando ainda era candidato. Na ocasião, Okamoto declarou que pagou o débito do próprio bolso, em 2003, sem nem sequer participar ao presidente seu gesto magnânimo. A história sem pé nem cabeça, a falta de documentos que a comprovassem e o depoimento dado mais tarde pelo expetista Paulo de Tarso Venceslau à mesma CPI (em que reafirmava que Okamoto era responsável pelo recolhimento de dinheiro para o caixa dois do PT junto a fornecedores de prefeituras petistas) levantaram na CPI a suspeita de que o atual presidente do Sebrae usou dinheiro de origem suspeita para saldar a dívida de Lula. O débito, no entanto, não foi o único pago por Okamoto em favor da família do presidente. VEJA apurou que, no mesmo ano de 2002, Okamoto saldou outra dívida, no valor de 26 000 reais, dessa vez contraída pela filha mais velha de Lula, Lúrian Cordeiro Lula da Silva. Os valores envolvidos são baixos, mas eles têm um significado interessante, pois, proporcionalmente ao padrão de vida de Okamoto, são uma fortuna. Isso sugere que ou ele se colocou como missão da vida patrocinar Lula e sua família ou – o que é mais provável – Okamoto é apenas um canal de dinheiro que vem de outra fonte.

Em 1996, Lurian, então com 22 anos, lançou-se candidata a vereadora em São Bernardo do Campo. Para montar seu escritório de campanha, alugou um conjunto de duas salas no centro de São Bernardo e pediu à mãe de uma amiga que fosse sua fiadora (VEJA se comprometeu a manter o nome das duas em sigilo). O escritório, na Rua Jurubatuba, 1025, funcionou de junho de 1996 a junho de 1997. Lurian foi derrotada nas urnas (teve 1.564 votos), deixou para trás o sonho de se tornar política e também uma dívida referente ao acúmulo dos doze aluguéis de seu gabinete político, nenhum deles pago. A amiga, cuja mãe havia servido de fiadora no contrato, cobrou Lurian por mais de quatro anos. Ao final do período, com a mãe já sendo processada pelo dono da casa, ela ameaçou vir a público transformar o episódio em escândalo. Foi nesse momento que Okamoto entrou em cena.

O amigo de Lula procurou a amiga de Lurian e prometeu assumir a dívida. Assim foi feito. Em acordo com o dono da casa alugada para Lurian, Okamoto reduziu o débito para 26.000 reais (a certa altura do processo a dívida chegou a 34 750 reais) e quitou-o em duas vezes. A primeira parcela, segundo mostra o documento judicial que relata os termos do acordo, foi paga no dia 22 de abril de 2002, mediante dois cheques totalizando 12.000 reais. A segunda parcela, no valor de 14.000 reais, foi paga em 20 de junho do mesmo ano. Em relação a ela, o texto do acordo não faz menção a cheques, o que leva a supor que tenha sido quitada em dinheiro. Estranhamente, o acordo traz apenas o nome do banco e o número da agência bancária à qual pertencem os cheques que saldaram a primeira parcela da dívida. Omite o nome de seu titular e o número da conta. O documento também não menciona o nome de Lurian nem o de Okamoto. Está assinado por duas advogadas – a que representa a fiadora e a que representa o proprietário do imóvel. Procurado por VEJA, o presidente do Sebrae recusou-se a dar entrevista. Limitou-se a dizer que não teve "participação na campanha de Lurian" e que, por causa disso, nada teria a declarar.

No ano em que pagou a dívida de Lurian, Okamoto declarou à Receita Federal ter recebido 45.679 reais – a soma do seu salário no PT, mais rendimentos da aposentadoria e de um plano de previdência privada. Caso tenha pago a dívida de Lurian novamente do próprio bolso, a exemplo do que diz ter feito com a de Lula, o amigo do presidente terá gasto, com isso, mais da metade de tudo o que ganhou em 2002. Seu desafio, nesse caso, será provar que era mais rico do que aparentava, exatamente o contrário do que costuma ocorrer entre outros personagens da atual safra de escândalos.

Os "gestos altruístas" de Okamoto têm razão de ser. Ele e o atual presidente da República se conheceram no fim de 1970, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O temperamento extrovertido de Lula, então líder sindicalista, contrapunha-se aos modos reservados de Okamoto. Apesar dessas diferenças, a amizade prosperou. Lula passou a rebocar o amigo, para cargos dentro do sindicato. De 1981 a 1984, Okamoto foi tesoureiro da instituição. Também participou da fundação do PT. Presidiu o diretório estadual do partido e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os laços de confiança entre os dois se fortaleceram ainda mais depois que Okamoto coordenou a campanha de Lula a deputado em 1986 e assumiu o cargo de tesoureiro de sua campanha a presidente em 1989. Desde então, Okamoto passou a cuidar com especial atenção também da economia doméstica de Lula.

O presidente tem retribuído à altura a dedicação do amigo. Foi ele quem, pessoalmente, telefonou para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, no fim de 2002, pedindo que assinasse a nomeação de Okamoto para uma das diretorias do Sebrae. O petista já estava eleito e queria que a nomeação ocorresse antes do fim do período de transição. Okamoto foi promovido à presidência do órgão no ano passado. Além desse emprego, que lhe rende um salário de 25.000 reais, o amigo de Lula ainda tem participação em uma importadora e exportadora de mármore e granito, chamada SRB Granite, em Mauá. A empresa, criada em 2004, tem como sócios, além dele, o americano Richard John Farster e Sandra Regina Barbosa Fornazier, ex-secretária do petista. Até 2003, Okamoto também era sócio da Red Star, empresa que vende artigos com a marca PT. Ela hoje está no nome de sua mulher e de sua filha. Na semana passada, algumas das transações da Red Star com o PT foram consideradas suspeitas pela CPI, que começará a investigar a empresa. Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada.

MST anuncia '2006 vermelho' e faz 14 invasões em Pernambuco

Em ano eleitoral, movimento quer aumentar pressão sobre gestão Lula, intensificando ocupações em todo o País

Angela Lacerda

José Maria Tomazela

Com a ocupação de 15 áreas em Pernambuco neste final de semana, o MST deu início ao que o movimento batizou de "2006 vermelho": em pleno ano eleitoral, invasões mais cedo, em maior número e acompanhadas de outras formas de ação, como a greve de fome. Tudo para aumentar a pressão para que o governo Lula cumpra suas metas de assentamento e, também, para tentar influenciar o debate eleitoral.

"Não haverá trégua", afirmou o líder Jaime Amorim, ontem de madrugada, em São Lourenço da Mata, região metropolitana do Recife, onde mais de 300 famílias reocuparam o engenho São João, pertencente ao Grupo Votorantim. "Não vamos ficar reféns das eleições e da Copa do Mundo. Este é um ano importante para a reforma agrária e vamos nos mobilizar."

"O MST está animado pela ascensão ao poder de alternativas políticas que surgiram no calor da luta popular", disse o dirigente nacional João Paulo Rodrigues, citando como exemplo a eleição de Evo Morales, na Bolívia, que se juntou a governantes considerados populares e eleitos há mais tempo, como Néstor Kirchner, na Argentina, e Hugo Chávez, na Venezuela.

O "2006 vermelho" representa uma estratégia nova para o movimento dos sem-terra. Em 2002, ano da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o MST tinha adotado outra posição: reduziu ao mínimo suas ações para não criar problemas ao PT. Agora, só em Pernambuco a meta é chegar a 30 invasões até o próximo mês.

Nesse Estado, em que o MST é especialmente ativo, as invasões começaram mais cedo este ano - em geral, elas aconteciam em abril. Sob o comando de Jaime Amorim, as lideranças regionais do movimento planejam fazer greve de fome a fim de obter a desapropriação de áreas de conflito e o cumprimento da meta do Incra para 2006, de cerca de 8 mil famílias.

Novas ações devem ocorrer para marcar os 10 anos do massacre de Eldorado de Carajás. "A polícia do Pará matou 19 trabalhadores sem terra no dia 17 de abril de 1996 e até hoje ninguém foi punido", constata Amorim. Na ocasião, 14 líderes fizeram greve de fome por 11 dias, e o movimento recebeu a Fazenda Normandia, em Caruaru, onde hoje funciona a sede do MST no Estado. Agora, a greve de fome será repetida se, até 17 de abril, não forem desapropriados o Engenho Bonito, no município de Condado, pertencente ao Grupo João Santos, e o Engenho São Gregório, pertencente à Usina Estreliana, do empresário Gustavo Maranhão. As duas áreas já eram requisitadas pelo movimento em 1996.

Jaime Amorim disse que a antecipação das ações também está relacionada à conferência sobre reforma agrária, que começa hoje em Porto Alegre, organizada pela FAO, o braço da Nações Unidas na área de agricultura e alimentação. "A conferência mostra que mesmo com a globalização, a reforma agrária é uma questão emergencial na América do Sul", disse.

INTERESSE POLÍTICO

No Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo, os líderes regionais também anunciaram que vão intensificar suas ações. De acordo com João Paulo Rodrigues, a idéia é não restringir a agenda às reformas no campo. Os militantes serão mobilizados também para exigir mudanças na economia. "O programa de todo candidato terá de mostrar claramente como será sua política e se a reforma agrária será prioridade", explicou.

Em São Paulo, o MST liderou 16 invasões neste ano, 15 delas no Pontal do Paranapanema. O número corresponde a metade das ações de todo o ano passado, quando houve 30 invasões naquela região.

Rodrigues disse que o movimento tem o compromisso de discutir problemas mais gerais do brasileiro. Por isso, neste mês e no próximo, haverá manifestações pelo Dia Internacional da Mulher, contra a presença brasileira no Haiti e jornada em defesa das águas, por exemplo.

CAMPO MINADO

Comparação é com últimos três anos de FHC, com dados oficiais

Invasões de terra crescem 55% com Lula no Planalto

BATALHA Conflito entre o MST e a polícia na fazenda "Guerra", em Coqueiros do Sul (RS), invadida na última quarta-feira por 2.000 acampados; notificados para deixar o local até as 15h de ontem, os sem-terra rasgaram a ordem de reintegração de posse e resistem a sair

EDUARDO SCOLESE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O número de invasões de terra nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva superou em 55% o registrado nos 36 últimos meses da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo intervalo, a quantidade de assassinatos por conta de conflitos agrários avançou 63%.

Segundo balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, o governo petista acumulou 770 invasões a imóveis rurais em todo o país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. Nos três últimos anos de FHC (2000 a 2002), a ouvidoria registrou 497 ações desse tipo.

Sob Lula, que em campanha eleitoral dizia ser o único candidato capaz de conter os sem-terra, ocorre uma média de 21 invasões a cada mês. Entre 2000 e 2002, a média ficou um pouco abaixo de 14 casos a cada 30 dias. Criada em 1999 pelo governo para prevenir e controlar os conflitos no campo, a ouvidoria passou no ano seguinte a quantificar invasões e mortes no campo -logo, não há dados anteriores para comparação.

Há dois fatores que devem ser considerados para explicar o aumento. Primeiro, em 2000 o governo FHC baixou uma medida provisória segundo a qual quem invadia terra perdia direito a assentamentos. Lula deixou de aplicá-la na prática. Além disso, o MST deu uma trégua em 2002 para evitar que suas práticas fossem associadas ao então candidato Lula, que tinha seu apoio.

Outro dos motivos para o atual aumento das invasões de terra está no fato de o governo Lula ter priorizado seus assentamentos nos Estados da chamada Amazônia Legal (os do Norte, além de MT e MA), onde não atua o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O movimento teve então de partir para as invasões como a única forma de pressionar o governo. Das 770 invasões na gestão Lula, 67% (516) foram organizadas pelo MST.

Quando Lula venceu as eleições, no final de 2002, houve uma corrida de sem-terra aos acampamentos, com a expectativa de que o governo petista, enfim, fizesse a reforma agrária. Em seis meses, a quantidade de famílias acampadas saltou de 60 mil para 200 mil, sendo a maioria delas do MST.

Segundo dados da ouvidoria, assim como o MST, as invasões estão distantes do Norte do país. No governo Lula, a liderança do ranking está com o Nordeste, com 37% (287) das ações. A seguir, aparecem Sudeste (204), Centro-Oeste (133), Sul (113) e Norte (33).

Pernambuco, com carência de terras para desapropriação e diante de quase uma dezena de movimentos camponeses, está à frente entre os Estados, com 23% (177) das invasões do país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. São Paulo (107), Paraná (76), Minas Gerais (65) e Distrito Federal (49) vêm logo atrás.

Em 2005, de acordo com a ouvidoria, que é ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocorreram 221 invasões em todo o país, próximo das 222 de 2003

e abaixo do recorde de 327 em 2004. Neste ano, porém, a tendência é que as ações se intensifiquem. O MST promete invadir terras para homenagear os dez anos do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA).

Mortes no campo

Mesmo com as invasões em alta, são as mortes no campo que têm trazido as maiores dores de cabeça ao governo petista. Não somente pelos números, que passaram de 44 (de 2000 a 2002) para 72 (de 2003 a 2005) mas também pelo simbolismo e pela repercussão internacional dos crimes, como a chacina de Felisburgo (na qual morreram cinco sem-terra) e o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang.

No governo Lula, a cada mês duas pessoas morrem por conta de conflitos fundiários. Das 72 mortes de 2003 a 2005, 63% (46) ocorreram na região Norte.

Entre os Estados, o Pará lidera com 27 assassinatos, incluindo o caso de Stang, seguido por Rondônia, com 15 mortes.

Mortes no campo aumentam em 63% durante governo Lula

02h50 - Por Eduardo Scolese, na Folha de S.Paulo desta segunda-feira: "O número de invasões de terra nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva superou em 55% o registrado nos 36 últimos meses da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo intervalo, a quantidade de assassinatos por conta de conflitos agrários avançou 63%. Segundo balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, o governo petista acumulou 770 invasões a imóveis rurais em todo o país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. Nos três últimos anos de FHC (2000 a 2002), a ouvidoria registrou 497 ações desse tipo. Sob Lula, que em campanha eleitoral dizia ser o único candidato capaz de conter os sem-terra, ocorre uma média de 21 invasões a cada mês. Entre 2000 e 2002, a média ficou um pouco abaixo de 14 casos a cada 30 dias. Criada em 1999 pelo governo para prevenir e controlar os conflitos no campo, a ouvidoria passou no ano seguinte a quantificar invasões e mortes no campo -logo, não há dados anteriores para comparação. (...) Quando Lula venceu as eleições, no final de 2002, houve uma corrida de sem-terra aos acampamentos, com a expectativa de que o governo petista, enfim, fizesse a reforma agrária. Em seis meses, a quantidade de famílias acampadas saltou de 60 mil para 200 mil, sendo a maioria delas do MST. Segundo dados da ouvidoria, assim como o MST, as invasões estão distantes do Norte do país. No governo Lula, a liderança do ranking está com o Nordeste, com 37% (287) das ações. A seguir, aparecem Sudeste (204), Centro-Oeste (133), Sul (113) e Norte (33). Pernambuco, com carência de terras para desapropriação e diante de quase uma dezena de movimentos camponeses, está à frente entre os Estados, com 23% (177) das invasões do país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. São Paulo (107), Paraná (76), Minas Gerais (65) e Distrito Federal (49) vêm logo atrás. (...) Mesmo com as invasões em alta, são as mortes no campo que têm trazido as maiores dores de cabeça ao governo petista. Não somente pelos números, que passaram de 44 (de 2000 a 2002) para 72 (de 2003 a 2005) mas também pelo simbolismo e pela repercussão internacional dos crimes, como a chacina de Felisburgo (na qual morreram cinco sem-terra) e o assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang. No governo Lula, a cada mês duas pessoas morrem por conta de conflitos fundiários. Das 72 mortes de 2003 a 2005, 63% (46) ocorreram na região Norte."



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomei à tribuna para falar sobre a questão dos irmãos do ex-Prefeito Celso Daniel. Considero o fato extremamente grave. Nós da CPI, principalmente o Presidente, o Relator e todos nós membros, temos uma responsabilidade com isso. Cabe-nos pedir à Polícia Federal e à Polícia estadual de São Paulo esclarecimentos sobre esse caso, dando aos irmãos de Celso Daniel toda assistência.

Tenho acompanhado horas e horas o depoimento sobre essa questão do Celso Daniel e percebi que já está mais do que comprovado que ali ocorreram três fatos graves: primeiro, foi um crime de mando, que já está mais do que comprovado por todas as pessoas que estiveram lá dando depoimento; segundo, que existia um esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André – os empresários foram lá e o declararam, só não há a fotografia do cara dando o dinheiro, mas, quanto ao resto, há tudo e não há mais o que investigar; em terceiro, há a questão da “operação abafa”, que foi comandada pelo Chefe de Gabinete do Presidente da República, Sr. Gilberto Carvalho, com a participação de outros Parlamentares do PT.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, é um assunto de extrema gravidade, um crime de morte de uma pessoa que era amigo e que convivia diariamente com o Presidente Lula. Não estamos acusando o PT de ter mandado matar, mas realmente o PT está envolvido na chamada “operação abafa”, que não permitiu que os criminosos, para os quais já existem diversos indícios, uma quantidade enorme de indícios, fossem presos e punidos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Tive o cuidado de levantar – e nada como se fazer história – que, logo após a morte do Celso Daniel, Senadora Heloísa Helena, se publicaram matérias intituladas “Medo domina PT após onda de crimes”. Outra: “PT orienta prefeitos e lideranças do partido a aumentar segurança”. Outra: “Mortes dos dois prefeitos...” – e as famílias dos dois prefeitos não os suportam – “... não são coincidências, diz o partido”. Eu concordo: não são coincidências. Está provado que não são coincidências as mortes. Outra: “Prefeito era um dos mais importantes dirigentes do PT”, diz a nota. A nota oficial do PT cha-

ma as mortes de Toninho do PT e de Celso Daniel de “atentados e ameaças a prefeitos e dirigentes do PT”. E, mais ainda: “Lula diz que assassinato de Celso Daniel foi planejado”. Ele fala isso no dia 22 de janeiro de 2002. Lula declarou que o crime não foi coincidência e que tem gente graúda por trás disso. “E nós vamos descobrir quem é”, diz ele. Lula destacou em seu discurso as qualidades profissionais de Daniel a quem descreveu. Blá-blá-blá, blá-blá-blá,... Então, ele tem razão! O crime foi planejado, e nós estamos ansiosos para descobrir quem foi.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Trata-se de um caso grave que nós, da CPI, temos que continuar investigando, apesar de entender que já temos todos os elementos para saber o que aconteceu ali; mais do que o necessário.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de falar a respeito de uma medida provisória que o Presidente Lula baixou hoje com relação à dedução do Imposto de Renda do INSS da empregada doméstica. É mais uma medida baixada no sentido eleitoral. E por diversas razões. Em primeiro lugar, só vai valer em 2007. Ora, medida provisória é para ser utilizada em questões urgentes e relevantes. Suponhamos que seja assunto relevante diminuir o gasto do empregador com o empregado doméstico, mas urgente não é, se for para ser aplicada em 2007.

Na semana passada, o Presidente Lula declarou que se o Senado demorasse com o Fundeb, ele baixaria uma medida provisória. Ora, o Fundeb é uma emenda constitucional, e para emenda constitucional não existe medida provisória. A medida provisória é para lei. Mas o Presidente Lula disse, está dito. Ele agora baixou uma medida provisória que só valerá em 2007. Assim sendo, está provado que não cumpre a urgência necessária para uma medida provisória.

Essa medida provisória, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senado não devia nem protocolar. Vamos ser claros: o Senado não devia nem protocolar, e no Protocolo mesmo devolver, porque não é urgente. Se só vai valer para o Imposto de Renda de 2007, a matéria pode vir como projeto de lei, e, daqui para lá, certamente o Senado vai aprovar.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem razão absoluta. Evidentemente, devia ser um despacho saneador da Mesa nas matérias que ferissem a Constituição. Essa é uma das que ferem no que diz respeito à urgência. Portanto, V. Ex^a tem razão. A Mesa do Congresso não deveria aceitar medida provisória que não estivesse dentro dos preceitos constitucionais. V. Ex^a está absolutamente certo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com relação a essa, está mais do que provado: só vale em 2007,

e ainda estamos em março de 2006. É só mandar um projeto de lei, aprovamos aqui, e valerá para 2007 sem nenhuma dificuldade.

No que diz respeito à lógica dessa medida, há uma declaração aqui do Sr. Ricardo Pinheiro, Secretário-Adjunto da Receita Federal, que diz: “Deduzir salário de empregada do IR não tem lógica”. Diz também que isso é uma “afronta à matemática”. Deve ser uma afronta à aritmética, para ser mais preciso.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir, Sr^a Presidente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um rápido aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou dizer duas coisas: primeiro, só pode deduzir de empregada doméstica no Imposto de Renda o salário que for até R\$350,00.

Ora, ao invés de incentivar que se pague mais à empregada doméstica – e a maioria das empregadas domésticas, no Sul e no Sudeste, aqui mesmo em Brasília, não ganha salário mínimo –, dá a entender que o salário mínimo é o salário de classe da empregada doméstica, o que é um absurdo. Se uma empregada ganhasse mais de um salário mínimo, é evidente que o imposto deveria ser descontado da mesma maneira, porque seria um incentivo para que se pagasse mais à empregada doméstica, e não pagar o salário mínimo, que sabemos não ser suficiente para uma pessoa se manter.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em segundo lugar, trata-se de apenas um empregado para cada pessoa. Ora, suponhamos que em uma casa haja três, quatro membros. Por exemplo, o Senador José Agripino vai ter um empregado, a tia do Senador Agripino vai ter outro empregado, a avó vai ter outro empregado. Daqui a pouco, as pessoas encontrarão uma fórmula de burlar esse processo.

O Presidente Lula deveria anunciar, já que a questão é eleitoral, no Dia Internacional da Mulher – o que é outro absurdo, porque nem todo empregado doméstico é mulher, a maioria até reconheço que é, mas há homens que são empregados domésticos; e agora, como fica? Só deduz para a mulher? –, dia 8 de março, que vai enviar um projeto para o Congresso. Mas não uma medida provisória que só vai valer em 2007, e muito mal feita, como a que está sendo elaborada. Faz lembrar o projeto do Primeiro Emprego. Quando foi lançado, estava cheio de erros, inclusive dizia coisas absurdas. E fracassou porque estava errado. Esse

programa da empregada doméstica, se não for feito corretamente, fracassará também.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino. Em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador José Jorge, apenas para aduzir meu raciocínio ao discurso de V. Ex^a, que é muito bem colocado, sempre muito bem construído, com idéias claras e facilmente compreensível pelo Plenário e por quem está ouvindo. Só que quem está ouvindo precisa compreender que o Presidente Lula teve três anos para fazer o que está fazendo. Está fazendo agora, por medida provisória, sem necessidade, para vigor a partir do próximo ano. Teve três anos para editar a medida. Há três anos, tem Dia Internacional da Mulher para prestar homenagem. Agora, está anunciando para vigor no próximo ano.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É porque quer os votos das mulheres.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sabe qual é o objetivo? É um só: tudo pelo eleitoral. O Governo Lula é tudo pelo eleitoral. Sabe para quê? Para produzir estatística. Sabe para quê? Para que a pessoa que tenha empregada doméstica tenha um pequeno incentivo para formalizar o contrato com carteira assinada. Para que, na estatística, no final do mês, apareça o número de empregos crescendo. Cresceu coisa nenhuma. Cresceu a formalização por um incentivo, magro, dado. É o Governo do marketing, que produz geração de emprego para inglês ver. Essa é que é a verdade nua e crua.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, para encerrar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, V. Ex^a, como já foi dito aqui, é matemático.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu era, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas não perdeu o conhecimento, a fundamentação. Quando V. Ex^a fala, realmente nos chama a atenção para dizer que, com um cálculo desses, a matéria é um absurdo. Pelo pouco que li da matéria, entendi que a dedução é da parte patronal para incentivar que o empregador assine a Carteira. Dos oito anos que passei em meu primeiro emprego, apenas um ano e sete meses foi com Carteira assinada. Portanto, perdi toda essa parte da minha vida para o serviço previdenciário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas V. Ex^a não era empregado doméstico!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não era empregado doméstico, era comerciário, mas estou fazendo uma comparação. Perdi cinco anos e meio da minha vida profissional, da minha vida de trabalhador.

Portanto, o desconto de 12% do Imposto de Renda é no sentido de incentivar a Carteira assinada. Por quê? Porque todo empregador que paga hoje o salário mínimo pagará também os encargos trabalhistas, que impõem um preço que ele tem dificuldade de pagar, e retirará o benefício. Existe a previsão de benefício para um milhão e oitocentas mil pessoas. E como eu, com certeza, estão perdendo uma boa oportunidade em sua vida. Gostaria ainda de lembrar que, claro, qualquer governo, do menor Município à Presidência da República, em ano de eleição, tudo que fizer parecerá apelo muito mais eleitoral do que social. Vou aplaudir de pé a matéria, Senador. Se for executada em 2006 ou 2007, ou não, com certeza, é um apelo social de vulto, que, acho, qualquer Governo, mesmo antes de o Presidente da República ser Lula, poderia também já ter sido feito, porque esse fato ocorre no cenário nacional. Então, antes tarde do que nunca. Mas eu quero continuar aplaudindo, pois a medida chegou em boa hora.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, é um outro aspecto. A maioria dessas pessoas não é registrada como empregado doméstico porque os empregadores pagam menos do que salário mínimo no Nordeste, no interior.

A própria Senadora Heloísa Helena deve saber que, a maioria das empregadas domésticas no Nordeste, no interior, não tem carteira assinada, porque o empregador paga a elas menos que o salário mínimo. Então, não é só para não pagar a Previdência, e essa medida não faz nada em relação a esse aspecto.

A idéia de formalizar o emprego doméstico é boa. Agora, que o projeto é eleitoral e inconstitucional, exatamente feito por medida provisória, que só vai vigorar no ano que vem, é. Então, se tivermos que votar essa medida, vamos votá-la em benefício do empregado doméstico. Estamos aqui para aplaudir, mas vamos fazer corretamente, no momento certo, e de uma forma precisa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Agripino, como inscrito.

Dispõe V. Ex^a da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a pediu a palavra pela Liderança. É isso?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Foi.

V. Ex^a está usando o procedimento de intercalar ou não? Está conferindo a palavra ao Líder. Para mim, não tem problema esperar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Falará agora o Senador José Agripino. Em seguida, a Senadora Lúcia Vânia. Se a Senadora não falar, será V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não tem nenhum problema. Eu solicito a minha inscrição como Líder. Mas como estou aqui para trabalhar, não tem nenhum problema o horário que V. Ex^a me disponibilizar para um breve pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito.

Senador, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, na quinta-feira da semana passada, quinta-feira de cinzas, eu estava ainda em casa ouvindo não sei se um discurso ou um aparte de V. Ex^a sobre matéria da revista **Veja**, da semana passada: “Amazônia – Como o PT vendeu a floresta”.

Um aparte contido o de V. Ex^a, muito bem posto, elegante, em que dizia que era uma mulher experimentada e que tinha grandes amizades no Partido dos Trabalhadores, onde nasceu politicamente. Que tinha lido a matéria: “Floresta pagou a conta do PT”, e que V. Ex^a não tinha uma idéia definitiva sobre os termos da matéria. Isso tudo eu ouvia pelo rádio. Dizia ainda que V. Ex^a não colocava a mão no fogo por ninguém que estava sendo mencionado nessa matéria, mas por uma pessoa, única, V. Ex^a botava a mão no fogo: a Ministra Marina Silva.

Vejo aqui, abrindo a página 40 – guardei a revista – um carimbo ao lado da fotografia da Ministra Marina recolhendo um baldinho de látex de uma seringueira, um carimbo com os dizeres: “empresa oPTante”, com as letra p e t em tipo grande, “do Plano Safra Legal 2004, Anapu, Amapá, Pacajá, HB Lima Topografia e Engenharia Florestal”. “Seria isso”, diz a matéria, “o selo ou o decalque que seria a senha para que madeira ilegal pudesse circular livremente, com o conhecimento de autoridades”.

Eu, que lhe tenho amizade pessoal e confio nas suas opiniões – nem sempre, mas quase sempre – ia me manifestar sobre esse assunto, mas preferi ouvir a sua opinião e me manter quieto. Cheguei ao plenário, falei sobre mil assuntos. No dia seguinte, falei sobre mil outras questões, na sexta-feira. Estávamos ambos

aqui na quinta-feira de cinzas e na sexta-feira após o carnaval. Mas na quinta-feira à tarde, sem eu saber estava o Presidente Lula sancionando a lei de flores-tas de que eu fui relator.

Estava Sua Excelência em festa com todas as autoridades do Ibama, etc, no Palácio do Planalto, sancionando uma lei da qual eu fui relator, sobre a qual me debrucei, em cujo texto trabalhei, mesmo não sendo um amazônida. Trabalhei no sentido de garantir o interesse coletivo e transparência.

Nada é mais explosivo, Senadora Heloísa Helena, Senador Sibá Machado e Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a que é um legítimo representante do Estado do Amazonas, no contexto internacional, do que falar, no mundo desenvolvido, sobre a Amazônia, devastação da floresta e comprometimento do “pulmão do mundo”; sobre ocupação indiscriminada de floresta tropical.

Como relator procurei incorporar ao texto transparência, segurança, interesse coletivo, divisão de responsabilidades.

Senadora Heloísa Helena, quase morro de raiva quando vi os termos publicados no **Diário Oficial da União** – aí já foi da sexta-feira para frente. Os termos revoltaram-me, da sanção com vetos e das razões do veto. Vetaram as emendas. Não tenho interesse nenhum na Amazônia, sou do Nordeste. O meu interesse era proteger as florestas com o mínimo de colaboração, com espírito público, transparência, vigilância, sem trazer nenhuma influência externa, sem prejudicar os interesses de Governo, que hoje estão com um grupo e amanhã podem estar com outro grupo. Trouxe para o projeto transparência.

Senador Arthur Virgílio, propus, entre outras coisas, que o Serviço Florestal Brasileiro seja uma agência reguladora. Todas as agências reguladoras, todas elas, têm diretorias que se submetem à sabatina do Senado. O Serviço Florestal Brasileiro é uma agência reguladora. Propus que fosse igual à ANA, Agência Nacional de Águas, à Anatel, à Aneel, em todas elas os dirigentes se submetessem à sabatina, para que soubéssemos que qualidade de gente o Governo, o Poder Executivo estava submetendo ao Senado para nomear, tomar conta das florestas do Brasil. Vetaram.

Propus que, conforme manda a Constituição, a concessão de floresta pública em área superior a 2.500 hectares fosse submetida ao Congresso Nacional. Para quê? Para proteger as florestas públicas, para dar constitucionalidade a uma concessão. Vetaram.

Eu queria que os planos do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que é o dinheiro decorrente da arrecadação, produto das concessões, compo-nham o fundo. O Serviço Florestal Brasileiro é a agência reguladora que

comanda um fundo que tem dinheiro. O que queria, Senadora Heloísa Helena, é que, como acontece no Nordeste com a Sudene, esses planos e esse dinheiro fossem submetidos a um conselho que não fosse só do Ibama, só do Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério da Saúde tem ingerência? Claro que tem. Pode-se meter dentro de uma floresta pública a indústria química ou farmacêutica que vai mexer com a floresta e pegar coisas que dizem respeito à saúde pública.

O Ministério da Defesa tem algo a ver com a floresta? Claro que tem, está em área de fronteira. É interesse nacional de preservação? Claro.

O desmatamento tem que ver com o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário? Claro que tem. É a terra, é a produção agrícola. Vetaram.

É só o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, nenhum outro Ministério. E não é ministério da oposição, não, Senador Antonio Carlos, é Ministério do Governo deles.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro, permito o aparte a V. Ex^a e ao Senador Arthur Virgílio em seguida.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a está fazendo um brilhante discurso, sempre com a característica do bom senso e da propriedade de expressão. E em tudo isso nos deixa uma lição: a de não se fazerem relatórios sem a segurança de que não vai haver veto.

Nós somos da Oposição e, conseqüentemente, só poderemos dar relatório favorável ao Governo quando tivermos a certeza de que eles não vão vetar; fora daí nós seremos sempre ludibriados como temos sido. Este Governo não tem palavra, e os seus Líderes aqui não representam sequer a vontade do próprio Presidente da República, que é o maior culpado de tudo isso porque é um irresponsável.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, essa matéria se encontrava há meses ou há bem mais que meses em tramitação no Senado obstada por membros da base do Governo que se manifestaram aqui contra a matéria. V. Ex^a é testemunha de que, num dado momento, na Comissão presidida por V. Ex^a, a CCJ, eu entrei na discussão como forma harmonizadora de encontrar caminho para que um assunto que reputo de interesse nacional pudesse ter conclusão. Ofereci algumas sugestões. O Senador Jefferson Péres, que tinha sido Relator, concordou; o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Augusto Botelho, os três amazônidas, concordaram com as propostas que apresentei, e V. Ex^a me designou Re-

lador do vencido para que pudesse oferecer um relatório que merecesse o encaminhamento para votos, o que aconteceu.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O assunto só entrou em pauta por causa de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Claro. O Líder do Governo estava presente às discussões, tanto na oportunidade, como no plenário. As emendas foram elogiadas de público pela imprensa. Algumas mereceram leves críticas de alguns órgãos, mas, na quase unanimidade das opiniões, mereceram – até porque não havia razão para não sê-lo – elogios pelo zelo do objetivo, do mérito. Eu entendia – e estava patente para mim – que estávamos promovendo um grande acordo para desobstruir a pauta do Congresso e, na convocação extraordinária, votarmos matéria importante como a da lei de concessão de florestas. Nunca, hora nenhuma, alguém falou que aquele consenso ou acordo seria furado por veto do Palácio do Planalto. Aí está minha preocupação.

Vetaram a transparência, Senador Antonio Carlos Magalhães. Creio que essa matéria é verdadeira. Eles vetaram elementos que iriam traduzir transparência, espírito público, participação. Entregaram a concessão de florestas à tutela exclusiva do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. Não há submissão de diretor nenhum ao Congresso; mandam quem quiserem; nomeiam quem quiserem; quem quiserem! Concessão de área que quiserem; fazem como quiserem. Eu tenho alguma razão para acreditar que essa matéria não seja verdadeira?

Senador Antonio Carlos Magalhães, quem vetou essa matéria? Foi Luiz Inácio Lula da Silva. Ele colocou a digital dele. Está assinado por ele. Sabe V. Ex^a em que termos ele colocou o veto?

Diário Oficial da União nº 43, sexta-feira, 3 de março de 2006: Comunico a V. Ex^a [ao Presidente do Senado] que, nos termos do parágrafo 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade (...)

Vou repetir:

(...) decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade (...)

Senador Antonio Carlos, submeter a aplicação do fundo e o plano do serviço florestal a um grupo de ministros ou de representantes de ministérios que respondem pelo interesse do Governo na exploração de uma floresta pública é contrariar o interesse público ou é estabelecer transparência? Mandar submeter ao Congresso a concessão de uma área superior a

2.500 hectares é contrariar o interesse público ou é proteger o interesse público? Submeter nomes para a avaliação de qualificação e competência ao Congresso Nacional – para que, se houver denúncia (a própria imprensa, já por antecipação, faz a denúncia) a pessoa já chegue mazelada ou nem chegue – é contrariar o interesse público?

A pérola maior: Por inconstitucionalidade.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é uma regimentalista por excelência e parece que tem a Constituição na cabeça, o que não tenho. Vou ler para V. Ex^a o art. 47 – art. 49, até nisso me enganei – inciso XVII, da Constituição Federal.

Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda Constitucional 19/98).

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas [repeto: a alienação ou concessão de terras públicas] com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Estamos tratando de concessão de floresta pública. Ou eu falo português ou eu falo grego. Se falo português, terra pública e floresta pública são a mesma coisa. Está na Constituição, e ele veta por inconstitucionalidade. Ele veta por inconstitucionalidade!

Tenho o direito de achar que essa matéria é verdadeira, Senadora Heloísa Helena. A floresta pagou a conta do PT. O carimbinho, o selinho do PT nas cargas de madeira ilegal, suponho, pelo veto do Presidente da República, pela digital de Luiz Inácio Lula da Silva nas emendas que coloquei para proteger o interesse coletivo, e com a ignomínia dessa justificativa, só tenho razões para acreditar que Sua Excelência tem algum tipo de conivência com coisas pouco recomendáveis para a exploração de floresta pública brasileira. Só encontro essa explicação. Ele concentrou. Aquilo que propus para diluir poder, ele concentrou de volta; vetou para concentrar o poder no Ibama, no Ministério do Meio Ambiente, para que ele pudesse – se a revista tem razão – fazer o que ele quisesse, sem prestar contas a ninguém. Quem fez isso não foi outro, foi Luiz Inácio Lula da Silva. Não foi Delúbio, não foi Silvinho, não foi Zé Dirceu, não foi Genoíno, não foi Marcos Valério. Não foi outro, foi ele diretamente. Então, ele que justifique agora.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Antes de tudo, nobre Líder, ressalto a competência com que V.

Ex^a se houve na relatoria dessa matéria. V. Ex^a disse “não sou amazônida”, mas agiu como tal. Agiu, dando-me uma satisfação pessoal muito grande porque um dos objetivos do meu mandato que julgo estar cumprindo é conseguirmos transformar a Amazônia num tema de efetiva preocupação nacional. V. Ex^a agiu como amazônida, sim, porque agiu como brasileiro, sabendo do peso estratégico daquela região. Eu me empenhei muito – e V. Ex^a sabe disso também – para que a matéria fosse aprovada, até porque estudei e conversei com a Ministra Marina Silva, por quem tenho apreço. Não consegui a unanimidade do meu Partido, mas entendíamos que era melhor alguma regulamentação do que nenhuma; era melhor alguma tentativa do que nenhuma; era melhor algo que pudesse depois ser burlado, mas com regras, do que a burla aberta que é o que estaria prevalecendo até então. Porém, eu quero ser bem prático, Senador José Agripino, complementando o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Para mim, foi posta em prática uma nova forma de atuação do Governo. Para que eu ajudasse na aprovação do projeto e para que V. Ex^a emitisse o relatório a favor – estou pegando o seu exemplo e o meu exemplo, e nós ajudamos muito a trazer pessoas que não são da Amazônia para as nossas teses. O Governo dizia: vamos negociar até um certo ponto. E o certo ponto era, por exemplo, o prestígio do Senado, a transformação da matéria em Agência Reguladora, a partir de xis hectares haveria também a necessidade de consulta ao Senado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Dois mil e quinhentos hectares.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Dois mil e quinhentos hectares. O Governo aceita e, depois, o Presidente veta. Parece assim um crime perfeito: o Governo aceita, o Presidente veta. Então, nós nos sentimos feitos trouxas, feitos literais otários. Mas vamos um pouco mais além: há antídotos para isso, sim, ou seja – o Senador Antonio Carlos Magalhães diz –, quando nós relatarmos matérias, vamos exigir o compromisso do não-veto. É verdade. Quando outros relatarem matérias, para aprová-las, nós, que somos maioria nesta Casa, vamos exigir o não-veto em relação aos pontos de acordo conosco. E se hoje temos o direito de relatar matérias, é porque precisamente fizemos ver ao Presidente da Casa, que foi sensível, que temos uma maioria. Então, não tem cabimento os que são minoria, embora com título de Maioria **pro forma**, eles e só eles relatarem matérias aqui na Casa. Já se faz justiça à matemática, à aritmética. Qual é a saída, Senador José Agripino? Termos uma conversa com o Presidente Renan Calheiros e colocarmos que cobramos fundamentamente sessões de apreciação de vetos. O

Governo tem o direito de vetar. Não tinha o direito de ter empenhado a palavra e não a ter cumprido. Disso não tinha direito, isso é engodo, mas tem o direito constitucional de vetar. Pode até dizer: eu não cumpro a palavra, não tenho palavra, mas vetei de acordo com o que a Constituição me faculta. Muito bem, é possível isso, sim. Agora, é possível também usarmos um outro direito constitucional que temos, que é vermos os vetos presidenciais apreciados. Então, temos que ter sessões de vetos do Congresso Nacional para sabermos se a maioria do Congresso concorda ou não concorda com a assinatura posta pelo Presidente a esses absurdos que V. Ex^a menciona e que representaram, na prática, uma traição aos acordos feitos conosco. Sinto-me traído pessoalmente porque me empenhei a favor da matéria, e V. Ex^a, sem dúvida, deve sentir-se ultrajado porque foi o brilhante Relator que conseguiu o consenso que viabilizou, depois de horas e horas de discussão – e o Senador Motta está aqui para dar exemplo –, o Senador Antonio Carlos votou por nossa causa e disse: eu não estou tão convencido assim; estou solidário, mas não estou convencido. Senador Motta, não houve quem o convencesse. Nós aprovamos a matéria literalmente com os nossos votos, merecemos todos os elogios sinceros da Ministra Marina, que é uma pessoa de bem. Mas depois o Governo veta, ou seja, se fosse do jeito que o Governo queria antes, não passaria porque não deixaríamos. Então, o Governo finge acertar conosco certos pontos de convergência e, depois, veta e não tem a sessão. É evidente que vamos quebrar esse ciclo vicioso, cobrando – e vamos ser atendidos certamente – do Presidente Renan Calheiros a marcação de uma, duas ou dez sessões para apreciação de vetos, e aí vamos saber o que o Congresso pensa. Se o Congresso achar que é melhor manter o veto do Presidente, curvemo-nos à maioria, porque também isso é constitucional, é democrático e é da vida política, mas aceitar que o processo se interrompa no ponto que está, não! Seríamos coniventes com o engodo que nos vitimou e que não foi bom, a meu ver, para o País.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com prazer. Vou ouvir os Senadores Sibá Machado e João Batista Motta.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É melhor eu falar porque aí ele vai responder a mim e a V. Ex^a. Nisso aí tudo tem uma pessoa de que gostamos muito, a quem admiramos, tratamos como santinha, que é a Ministra Marina. Ela vem e convence todo mundo e, no fim, deixa que haja os vetos. Aí também não vamos deixar de culpá-la. A Ministra Marina é responsável, porque ela fez acordo com as Lideranças da Casa e

permitiu – ou induziu – o Presidente a veto. Essa coisa também de passar por uma santinha e tudo acontecer, já passou esse tempo, Senador José Agripino. Nossos cabelos brancos – V. Ex^a não os tem – não permitem que isso aconteça.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, expõe com muita propriedade essa dificuldade que o Governo nos coloca agora e que é o não-cumprimento de acordo – o não-cumprimento aberto de acordos.

Senador Antonio Carlos, eu não fiz nenhum acordo com a Ministra Marina. Mas, no dia em que nós votamos e aprovamos, a Ministra Marina telefonou para mim, cumprimentando e agradecendo pela aprovação da matéria.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Para mim, ela ligou três vezes. Três vezes!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para V. Ex^a, três vezes. Quem cumprimenta e agradece, concorda. Telefonou-me na hora em que o veredicto foi dado e a matéria foi aprovada. Então... Ah! não houve acordo...

A minha preocupação maior – e já lhe concedo um aparte, Senador Sibá Machado – é que o texto ficou defeituoso, o texto ficou aberto para que essa matéria seja julgada absolutamente verdadeira. Com que cara, Senador Sibá, vou eu olhar para o Senador Mozarildo Cavalcanti? Eu avalizei a ele que as emendas que eu havia acolhido iriam ser respeitadas. E ele disse: ainda bem que V. Ex^a conseguiu, porque o texto ficou menos mal. Ele se manifestou contrariamente, pediu voto contra, mas permitiu a votação e não fez obstrução.

Com que cara fico eu agora? Eu, que costurei esse acordo com pessoas vinculadas a partidos da base aliada? Com que cara fico eu? Eu, que trabalhei no sentido de garantir transparência e proteção ao interesse coletivo? A Ministra me telefona agradecendo. De repente, aparece o veto por essa justificativa no mínimo exótica, engraçada e inveraz.

Ouçõ com muito prazer o Senador Sibá Machado e, em seguida, o Senador João Batista Motta.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, infelizmente, esses temas ligados à ordem do meio ambiente e especialmente à Amazônia, em alguns momentos, acho que são tratados até mais como um tabu do que até mesmo como princípios. Toda vez que tratamos de assunto dessa natureza foi muito polêmico, efervescente e, as pessoas, em algum momento, com até um certo ar de nervosismo. Não acompanhei todas as conversas, é claro, mas acompanhei algumas. No sentido da aprovação aqui, eu estava fazendo a defesa do projeto e, em alguns

momentos, prontifiquei-me para tirar algumas dúvidas sobre as preocupações que os Senadores ainda colocaram naquelas mais ou menos cinco horas de debates que tivemos aqui sobre esse relatório. Uma das coisas que preciso fazer aqui é, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a por isso. Eu não sei se já havia feito com a veemência que deveria fazer porque V. Ex^a, realmente, trabalhou como ninguém para o aperfeiçoamento das dificuldades que estavam no entendimento daqueles pontos do relatório. Depois, o acatamento que teve pelo Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos, de colocá-lo na votação a tempo, dentro da convocação extraordinária, também preciso fazer aqui essa referência. A outra, as dúvidas que foram colocadas aqui dentro, acredito que, respeitado o maior ou menor conhecimento, eram verdadeiras, porque é um sentimento nacional. Então, por ser uma matéria voltada mais para a floresta amazônica, não posso ficar aqui dizendo que só os amazônidas podem tratar sobre ela. É interesse do Brasil e, portanto, qualquer pessoa tem total liberdade e direito de se reportar a ela. Quanto a este ponto que trata dos dois mil e quinhentos hectares, realmente é uma dificuldade, um antagonismo de compreensão sobre isso, se o que está disposto no art. 49, inciso XVII – V. Ex^a fez a leitura ainda há pouco –, transporta-se para a questão da floresta, porque há a concepção de que floresta não gera patrimônio. A floresta é um bem como se fosse a água tirada de um rio, como se fosse o ar respirado, como se fosse a escavação de um poço de petróleo. Uma vez que está ainda no seu local natural, há uma legislação nacional que trata do solo e subsolo. Então, o direito de propriedade que qualquer pessoa possa ter sobre a terra não se estende ao subsolo – minério, petróleo, água e assim por diante –, como também não geraria o direito sobre a floresta, que é um bem de uso neste caso. Aí é que gerou talvez essa dificuldade de entendimento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Peço a complacência do nosso Presidente. Segundo esse dispositivo, esse direito não transporta para a floresta, mas sim para a questão fundiária. Quanto ao Conselho Administrativo do Sistema Florestal, que, na avaliação de V. Ex^a, leva para o entendimento de que é uma agência também ou possui o perfil de uma agência, se não for tratado como tal, e que deveria passar aqui pela Casa, quero dizer a V. Ex^a que eu compreendi que as emendas apresentadas, estando ou não justapostas... Alguns disseram que já estão justapostas, que já está na Constituição e que, por isso, não é preciso reescrever no texto da lei. Eu também

disse aqui: pelo que compreendo do Relator, S. Ex^a pensa que, como já está posta na Constituição, não haveria prejuízo algum em repeti-la e recomendá-la novamente no texto da lei. Mas o ponto que V. Ex^a traz aqui e que me coloca na posição de realmente pensar sobre novas matérias na Casa é que não sei se houve, da parte do Governo, seja da Ministra Marina Silva, seja do nosso Líder Mercadante, seja de outra pessoa, o compromisso, implícito ou explícito, de que, na aprovação da matéria, não haveria os vetos. Quanto a isso, penso que o acordo de procedimento – nesse caso sou obrigado a concordar – foi muito falho, porque realmente talvez não se votaria aquela matéria se não tivesse havido o entendimento de as três emendas irem para o texto. Tanto é que eu pedi que não se apresentasse nenhum destaque para votação em separado ou coisa parecida, porque acreditava que aquele era o melhor procedimento para ir a campo. Assim, Senador José Agripino, eu gostaria de separar uma coisa da outra. Uma coisa é a gratidão sincera, sentida e verdadeira de nossa parte com o trabalho de V. Ex^a; isso é algo real. O outro lado que precisa ser analisado é o compromisso de que as emendas não seriam passíveis de veto. Nesse caso, digo a V. Ex^a que fico em uma dívida de voltar em um novo momento, em uma nova oportunidade, para dizer aqui se houve o entendimento de que não haveria o veto. Eu penso que isso deveria ser recobrado para que não se reproduzam mais situações dessa natureza daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, eu gostaria de prorrogar a sessão, se V. Ex^a permitir, porque temos quatro inscritos e não sei de quanto tempo V. Ex^a precisa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pois não, Sr. Presidente. Concederei um aparte ao Senador João Batista Motta e concluirei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, prorrogo por mais vinte minutos para dividir o tempo entre os outros Senadores.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

Senador Sibá Machado, deixe-me clarear a V. Ex^a uma preocupação minha. Estou mais preocupado com a subtração das proteções que as emendas que sugeri – aprovadas no Senado e na Câmara – traziam ao texto do que com o cumprimento do acordo.

Na hora em que a Ministra me telefonou, cumprimentando e agradecendo a aprovação do texto, estava subentendido, para mim, que ele estava do agrado. Nunca ninguém me contestou as emendas, nunca nin-

guém do Governo contestou, por menor que fosse a contestação, o texto de qualquer das emendas. Supunha, portanto, que estivesse dando uma colaboração ao interesse coletivo.

Mais importante, para mim, portanto, do que o cumprimento do acordo é a subtração do instrumento de proteção ao interesse coletivo que coloquei nas emendas.

Segundo ponto, rapidamente. Uma terra tem um valor “x”. Na Constituição está dito que terra pública com área superior a 2.500 hectares, para ser concedida, negociada, tem que passar pelo Congresso Nacional. Terra pública pode não ter nada; floresta pode ter mogno – que vale muito mais –, minério, fármaco. Tudo isso vale muito mais do que a terra. Ora, se na Constituição se obriga que, em áreas com perímetro superior a 2.500 hectares, a terra se submeta, para ser alienada, a um veredicto do Congresso Nacional, o que dirá um bem muito mais valioso, com absoluta certeza.

Eu não vejo, portanto, por que não adotarmos para algo que vale muito mais o que a Constituição adota para algo que vale muito menos. Então, essas são as razões da minha estupefação.

A minha preocupação é muito menor com a quebra do acordo e muito maior com o que estou enxergando: o sentido de retirar a rede de proteção ao interesse coletivo, à preservação da floresta pública; a não permissão de que a floresta seja invadida predatoriamente, de forma inescrupulosa e aética, pelas emendas que eu coloquei. E nenhuma delas foi contestada hora nenhuma. Eu coloquei a proteção com toda a disposição de colaborar. Fui eu quem falou com o Senador Antonio Carlos Magalhães para incluir na pauta da convocação extraordinária a Lei de Florestas Públicas. Fui eu que o convenci a isso, que pedi a S. Ex^a.

Então, na hora em que a subtraem, eu me sinto traído no meu espírito cívico de proteger o patrimônio nacional. É só isso.

Ouçó o Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB ES) – Senador José Agripino, eu, na oportunidade da votação dessa emenda, tive de agradecer muito ao Senador Arthur Virgílio, que é o meu Líder, porque, dentro do PSDB, eu discordei, não votei no projeto, e tenho orgulho disso. E as suas palavras hoje me deixam mais convencido ainda. A Senadora Heloísa Helena e o Senador do PMDB também discordaram junto comigo, e fizemos coro nesse sentido. Percebe-se que V. Ex^a foi traído. Nós não fomos traídos. Eu tinha certeza absoluta de que, por trás desse projeto, havia algo com muita maledicência. Eu já previa que o interesse maior era entregar as nossas florestas a grupos internacionais. Não

tenho dúvida de que hoje o Greenpeace e outros grupos estrangeiros estão comemorando, estão vibrando com essa lei sancionada. Ela veio para prejudicar este País, principalmente no futuro. É só observar que, no bojo dela, as pessoas que tomarem conta dessa floresta poderão entregá-la a bancos estrangeiros como garantia para obtenção de empréstimos. Futuramente esses banqueiros virão aqui tomar conta dessas terras, que lhes vão pertencer, e nós vamos ficar para a história por termos aprovado um monstro que é essa lei; teremos por certo a nossa consciência pesada. Peço a compreensão do Presidente, porque gostaria de dizer mais a V. Ex^a: a Ministra Marina Silva não é essa santinha que dizem ser não. Quero alertar aqui esta Casa de que todos os dias o Presidente da República está criando reservas extrativistas, reservas não sei de que, reserva indígena. Quando se trata de terra da União, pode ser feito por decreto presidencial, mas, quando depende de desapropriação, depende de lei. Assim dizem quase todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Estão rasgando a Constituição! Não é possível que neste País se crie uma reserva em cima de propriedade particular sem que haja verba no Orçamento nem previsão no Plano Plurianual. Isso está se fazendo hoje. A Ministra Marina Silva tem colocado essas cascas de banana para o Presidente Lula pisar e escorregar amanhã. Comete-se um crime como jamais foi visto neste País. Nós estamos rasgando a nossa Constituição no que diz respeito a essa matéria. Muito obrigado e desculpem o tempo que tomei.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador João Batista Motta, passando a limpo tudo que falei, a matéria da revista **Veja** diz: “A floresta pagou a conta do PT”. É matéria circunstanciada, fala em tráfico de influência, em madeireiro transportando e tirando madeira ilegal e pagando propina ao PT, diz aqui. O Governo é do PT.

Eu pretendi que o Governo fosse observado, nessa questão da concessão de floresta, pelo Congresso Nacional, como também pretendi que o Plano e o Fundo fossem objeto de uma avaliação anual por parte de um conselho de ministros. Vetaram! E o texto, como está posto, diz que qualquer área de 2.500 hectares, cinco mil, cinqüenta mil, setenta mil pode ser concedida ao bel-prazer do Ibama ou do Serviço Florestal Brasileiro, comandado por quem o Governo do PT quiser. Não submete ninguém a crivo de Congresso nenhum, diferentemente de qualquer agência reguladora, e o Serviço Florestal Brasileiro é uma agência reguladora. O que a revista diz, pelos vetos do Presidente, confirma-se. Parece que se está armando – tenho o direito de raciocinar – que o Governo do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, do Sr. Genoíno, do Sr. José Dir-

ceu vai ter a tutela das florestas. Vamos cuidar desse assunto, Senador João Batista Motta.

Lembro-me de que, três ou quatro dias depois da aprovação da matéria no Senado, entraram aqui os Líderes do PFL na Câmara satisfeitos, dizendo: “Garantimos a aprovação, porque a matéria tramitou em regime de urgência na Câmara, com o nosso pedido para que assim o fosse, aprovamos integralmente as emendas que foram daqui”.

Com o mesmo endosso e o mesmo esforço com que eles votaram essas emendas, vou me esforçar pessoalmente para que o veto do Presidente, que terá que ser submetido ao Congresso, seja derrubado em nome da decência, em nome de um padrão ético que temos de preservar.

Estamos conscientes, Senador João Batista Motta, de que o Governo que nos preside é o Governo de Delúbio, de Silvinho, de Zé Dirceu e de Marcos Valério. E nesse Governo ninguém pode confiar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, lerei uma comunicação do Presidente do Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aguarde um instante, Senador Sibá Machado.

A Presidência convoca, nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se quarta-feira, dia 8 do corrente, às 11 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 52, de 2006, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002 (nº 548, de 2002, na Câmara dos Deputados), que “dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais”.

Portanto, haverá sessão do Congresso Nacional, quarta-feira, dia 8, às 11 horas e 30 minutos, no plenário do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – BA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, longe de mim querer mudar uma data que a Mesa marcou para uma promulgação. Entretanto, se o Senado esperou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, julgo que também deveria esperar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Essa é a minha posição, que já manifestei outras vezes.

Não há nada contra a Mesa e muito menos contra o Presidente, mas é uma incoerência aguardar-se a situação do Tribunal Superior Eleitoral e não se aguardar a decisão do Supremo sobre o mesmo assunto.

Faço questão de falar isso hoje, e falarei amanhã e na quarta-feira sobre o mesmo assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acredito que o Sr. Presidente esteja atento e que já deve ter tomado conhecimento do pronunciamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, por conta do debate a respeito do tema floresta, quero dizer ao Senador José Agripino que me comprometo a tentar buscar informações para a decisão dos vetos que se apresentaram ao projeto. Acredito que deva haver, sim, uma explicação sobre isso. Comprometo-me a buscar essas informações e, oportunamente, apresentá-las a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa agradece a V. Ex^a as providências.

Senadora Heloísa Helena, a Mesa consulta V. Ex^a se está permutando com o Senador Heráclito Fortes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sem nenhum problema, posso falar depois do Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida a V. Ex^a, está inscrito o Senador Garibaldi. V. Ex^a permuta com ele também para ficar por último e encerrar a sessão? Segurarei a sessão até V. Ex^a terminar o seu pronunciamento, caso deseje fazer a permuta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, os últimos serão os primeiros, como diz o Evangelho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, peço apenas, para que possamos encerrar a sessão, que V. Ex^a – assim como os demais Senadores – use o tempo de cinco minutos, se for possível. Sei que V. Ex^a é conciso, objetivo e direto no assunto.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabou o Carnaval. A Bahia e o Rio de Janeiro comandaram a folia nacional, e alguns companheiros exibiram as suas perfeições físicas na Marquês de Sapucaí. Uns se vangloriam inclusive de que não foram vaiados – talvez também nem tenham sido reconhecidos, porque as alegorias conseguiam disfarçar realmente a realidade de quem

as vestia. E hoje voltamos à tribuna, no primeiro dia, para retomar o nosso velho batente de representante do povo brasileiro nesta Casa.

O Presidente Lula, se bem andou, já chegou à Inglaterra. Mais uma vez, Senador Antonio Carlos Magalhães, o “aerolula” viaja sem fazer vôo internacional e teve de parar no Recife. Antigamente, dizia-se que era para pegar fulano, abraçar sicrano. Mas, não! O avião comprado pelo Governo Federal é inapropriado para vôos internacionais, tem limites, mas foi comprado à vista e pago antecipadamente, Senadora Heloísa Helena. Vai-se reclamar para quem?

Já foram feitas revisões para rebalanceamentos. Alegaram que iam colocar um bar – nada mais impróprio em um momento como este, até porque o Presidente jurou, dias atrás, que estava abstinência já há quarenta dias. O problema do avião brasileiro é desbalanceamento.

Senador Antonio Carlos Magalhães, compraram um Airbus 319, avião equivalente ao Sucatinha, ao 737, e acreditaram que o poder do PT e a força de levitação dos membros petistas fariam com que essa aeronave atravessasse o Atlântico sem precisar de reabastecimento. Colocaram o equipamento de segurança necessário para um avião presidencial e aumentaram seu peso, mas o avião não consegue atingir os objetivos de um Presidente que voa como Chefe de Estado, como agora, quando tomará chá com a rainha. Da última vez, Senador Antonio Carlos Magalhães, que uma comitiva dessa viajou, um ilustre integrante do Governo confundiu aquele lencinho para o asseio das mãos com o nosso tradicional cuscuz nordestino, o que foi um vexame no palácio da rainha da Inglaterra.

Espero que essas coisas não aconteçam agora e que, realmente, a viagem de Sua Excelência seja um sucesso. Espero que ao menos uma satisfação convincente, consoladora e confortadora, chegue à família daquele pobre mineiro – assassinado de maneira bárbara, no metrô de Londres –, por meio do Presidente da República. Na realidade, estão empurrando aquele caso com a barriga.

Sr. Presidente, quero falar agora da ida de Lula ao Piauí.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz falta na tribuna e, quando a ela chega, tem de ser realmente louvado. V. Ex^a conhece todo tipo de avião e sua opinião é realmente consagrada. V. Ex^a está dizendo coisas verdadeiras que o povo brasileiro precisa saber para ver como foi jogado fora esse di-

neiro. Foram mais de US\$60 milhões gastos no “aerolula”. Isso é uma vergonha! V. Ex^a tem autoridade para falar do assunto, porque talvez ninguém desta Casa conheça esse problema como V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sabe muito bem V. Ex^a, que me conhece tão bem, que tenho pavor a avião. E uma das maneiras que encontrei para dominar esse medo, esse pavor, foi ler sobre a matéria. Então, saio lendo tudo que vejo, tudo que posso. Daí porque estou prestando essas informações com total segurança. Aliás, para mim, eu gosto de avião ele lá em cima e eu aqui embaixo.

Mas, Sr. Presidente, o estranho dessa questão foi o seu pagamento antecipado. Aí vimos nos jornais, Senador Arthur Virgílio – tive a oportunidade de ver no período do carnaval –, que a Presidência da República recebeu mais um helicóptero Super Puma, sendo que o PT criticou o Presidente Fernando Henrique quando readaptou um seminovo da FAB e colocou para uso presidencial. E agora, segundo a imprensa notícia, temos mais um, o segundo Super Puma. Não sei exatamente qual o objetivo, mas tenho certeza que será para carregar, durante pouco tempo, como o povo brasileiro espera, algumas estrelas descoroadas pelo Brasil afora.

Mas, Sr. Presidente, já que o assunto é aviação, quero falar um pouco sobre o que Lula foi fazer no Piauí. Inaugurou um aeroporto na cidade de Parnaíba – o termo usado não é inaugurar, mas reconhecer – um aeroporto que passaria a ser internacional.

Senador Antonio Carlos, esse aeroporto foi construído, no Governo Médici, por determinação do Ministro Reis Veloso. Já existia uma pista razoável, que recebia vôos comerciais em Convairs, aviões adaptados àquela época. O Ministro Reis Veloso não somente fez uma pista de dimensões internacionais, como também a casa de passageiros.

O Governador do Estado anunciou que, no dia 22 passado, chegaria à Parnaíba o primeiro vôo internacional. Seria um vôo que sairia de Roma com 262 passageiros e chegaria à Parnaíba, para, dali, distribuir os turistas para as belezas e os encantos do litoral não só do Piauí mas dos Estados vizinhos.

No entanto, vejam o que aconteceu. Rotineiramente, um avião da empresa Ocean Air fazia a ligação de Parnaíba com Fortaleza e Teresina. O vôo foi cancelado. Nem o internacional, nem o nacional. O vôo foi cortado, Senador João Batista Motta, porque havia um convênio entre o Governo do Estado e essa companhia segundo o qual o Governo compraria, em passagens, R\$40 mil por mês. O Governo desonrou o compromisso e, pela primeira vez, em muitos anos, o

Piauí deixa de ter Parnaíba ligada à capital e a Fortaleza por linha comercial da viação brasileira.

O Presidente foi lá anunciar e anunciou o **Campus Reis Veloso** da nossa universidade. Quero fazer justiça e dizer que esse é um trabalho iniciado pelo Senador Alberto Silva e continuado pelo hoje Senador Mão Santa.

Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a um aparte com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, fazendo uma revisita à história recente do País, de 1946 para cá, lembramos que Eurico Gaspar Dutra não queria ser candidato, mas foi convencido por Getúlio Vargas, que, por sua vez, em 1950, tampouco desejava a investidura, tanto que se recusava a receber o repórter Samuel Weiner, que publica aquela reportagem brilhante para o jornal de Assis Chateaubriand, reposicionando-o politicamente. Juscelino Kubitschek queria ser candidato, mas não era nenhuma sangria desatada, não estava fazendo nenhum desatino. Foi uma candidatura que se tornou natural, embora tenha ido à convenção. Então vem o fenômeno Jânio Quadros, e eu não discuto fenômenos. Em seguida, por absoluto acaso, veio a posse do Presidente João Goulart, vice de Jânio, cuja renúncia não se previa. Não vou discutir o período militar, porque não havia eleição. Tancredo Neves era eleitor de Ulysses Guimarães nas diretas, que não vingaram. Ulysses, então, torna-se eleitor de Tancredo nas diretas. Tancredo morre. Assume, por obra do destino, José Sarney. Entra em cena Fernando Collor de Melo, que queria ser vice de Mário Covas, o qual não lhe deu espaço para a conversa prosseguir. Assim, Collor torna-se Presidente, derrotando Covas, Lula, Brizola, todo mundo. Com o *impeachment* de Collor, assume a Presidência Itamar Franco, que aceitou ser seu vice depois de algumas tentativas que Collor fez, sem sucesso, com outras pessoas. A seguir, Fernando Henrique Cardoso, que não estava em situação confortável em São Paulo, torna-se Ministro da Fazenda à revelia de si próprio. Itamar Franco o nomeia sem ele querer. Com o êxito do Plano Real, Fernando Henrique se elege e se reelege Presidente. Lula, então, vence a eleição depois de três tentativas – foi vitorioso na quarta. Venceu justamente a que não queria, aquela em que impôs mil condições ao PT. Ele disse que só aceitaria se não o aborrecessem quando ele falasse com banqueiro, quando falasse com empresário, se não o aborrecessem quando fosse contratar Duda Mendonça. Ou seja, sabem qual o grande defeito do Presidente Lula? É que ele está conspurcando a sua própria biografia, está se desmoralizando literalmente, porque ele quer demais ser Presidente da República e quem quer de-

mais – a História do Brasil mostra – não consegue. Tem que querer moderadamente e deixar o destino trabalhar um pouco. No caso dele, ele está atrapalhando o destino do povo brasileiro e está tão ávido que vai ser desmascarado pelos próximos momentos que o Brasil vai viver. Quanto ao aeroporto, ele não tem nem o Presidente Médici, que já morreu, para questioná-lo. Ele vai dizer que é dele mesmo e pronto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, o Presidente da República – tenho que reconhecer – transforma tempo ruim em ensolarado, notícia ruim em fato positivo, está vivendo uma festa. No meio da empolgação em Parnaíba, ele disse o seguinte: “Vou cobrar dos meus companheiros do PT. Fizeram uma maldade comigo. Até agora só me trouxeram ao Piauí para ver coisa ruim”. Aí citou, de maneira injusta, as cidades de Floriano, Oeiras e Picos, situadas em outra região do Estado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, apresentei um voto de desagravo a essas cidades que foram injuriadas pelo Presidente da República, em homenagem a V. Ex^a, ao Senador Mão Santa, ao Senador Alberto Silva e ao povo do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Mas, Senador José Agripino, para que agredir três cidades que, inclusive, deram a ele maioria na eleição presidencial e que bem o receberam todas as vezes que lá foi. São cidades produtivas e importantes do nosso Estado e não merecem ser agredidas de maneira gratuita pelo Presidente da República.

Aliás, o Presidente esteve lá, meses antes, para lançar o biodiesel, em parceria com o Grupo Birmann, que atua entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Esteve em Floriano, foi muito bem recebido. O projeto que ele inaugurou não está indo bem, mas este é um assunto de que, tenho certeza, irá tomar conta o Senador Alberto Silva, porque envolve matéria de seu pleno domínio.

Mas, Senador Antonio Carlos, vou finalizar fazendo algo que faço desde que aqui cheguei. Alerto esta Casa mais uma vez: ou o Brasil toma providências sérias com relação ao que vem sendo feito com os fundos de pensão ou ainda vamos chorar muito o ouro derramado.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A arrogância, a prepotência e a falta de satisfação com relação ao dinheiro do aposentado brasileiro é uma coisa vergonhosa! E fica por isso mesmo! O Senador Antonio Carlos fez um pronunciamento, e eu, em seguida, o aparteei. Ao chegar ao meu gabinete, já

chegavam *e-mails* de aposentados que não dormem, preocupados com a malversação do recurso público que vem sendo feita no País.

Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está se referindo a uma reportagem sobre a passagem do Presidente Lula pelo querido Estado do Piauí e tecendo comentários sobre as intempestividades verbais de Sua Excelência. Sabe o que mais me preocupa no Presidente Lula? Essa mania dele de querer se equipara a JK traduz, como diz o Senador Arthur Virgílio aqui ao meu lado, uma espécie de delírio, porque o Lula verdadeiro é aquele que solta a frase que estava no jornal **Folha de S. Paulo** de ontem. É mais ou menos o seguinte: “o Presidente da República não tem obrigação de saber tudo, de conhecer tudo. Basta que lhe cheguem as demandas do povo para ele fazer o que o povo quer”. Está perfeito, pela vontade do povo. Mas um Presidente da República tem que ter a noção de perspectiva de futuro, e perspectiva de futuro envolve risco, que foi o que JK enfrentou. JK pegou uma briga com a Oposição para fazer muito do que fez. Ele arriscava a sua perspectiva eleitoral. Ele não jogava no “tudo pelo eleitoral, não”. Para fazer Brasília, ele brigou com a velha UDN. Para fazer isso, aquilo e aquilo outro, ele criou conflitos políticos perigosos para a sua permanência na vida pública, mas ele fez. Lula, não. Lula, se é para entrar em conflito que redunde em perda eleitoral, pára a reforma tributária. Pára. Não move mais a reforma tributária. Interessa ao País? Interessa. Mas se há perda eleitoral, pára. Quanto à reforma sindical e trabalhista, é polêmica? Pouco importa se ele prometeu. Pouco importa se ele prometeu. É melhor ele ir lá inaugurar um aeroporto. É muito mais cômodo, é muito mais tranquilo. Agora, vai lá e fala as bobagens.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já existente, porque, pelo menos, não tem escândalo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – É verdade. É verdade. Então, quero me congratular com V. Ex^a, com este relato que faz da passagem dele e acrescentar essas minhas considerações e preocupações, que são considerações e preocupações de um brasileiro que procura um mínimo de lucidez, que procura fazer as análises as mais rasteiras, as mais fáceis, para a compreensão de nós todos e daqueles que nos ouvem e vêem pela TV Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Renan Calheiros, é muito bom que V. Ex^a esteja presidindo a Mesa nesta hora. Há três meses, pouco mais, pouco menos, fiz apelo a vários companheiros, inclusive a V. Ex^a, no sentido de que não permitisse a autoconvocação do Congresso, porque era uma jogada

do Governo para colocar esta Casa contra o povo brasileiro. Voto vencido. V. Ex^a, cheio de boas intenções, o Governo, sem nenhuma boa intenção, feita a convocação, emperrou a pauta. Não andamos, e mandou matérias impróprias, inclusive aumentando o número de Parlamentares na Câmara, para criar o desgaste desta Casa com a opinião pública.

Estou abrindo agora matérias que serão manchetes nos jornais de amanhã. Uma delas diz que, com a ajuda de V. Ex^a, as CPIs serão prorrogadas.

Faço este apelo a V. Ex^a: em nome da preservação desta Casa, encerrar CPI sem apuração desses fatos novos é jogar esta Casa contra a opinião pública.

Vamos ser acusados, Senador Antonio Carlos, sem direito de defesa, de termos participado de chavos, de “acordões” e de outras coisas mais.

Essas CPI, com os fatos que apareceram e que com certeza vão parecer no decorrer dos próximos dias, exigem de todos nós, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, Líderes responsáveis desta Casa, que não entremos no período eleitoral sem que esse assunto tenha sido esclarecido. Os fatos são graves. Haverá hoje o depoimento de um diretor de investimentos da Nucleos, que acrescenta dados novos. Os fatos estão vindo, e é preciso, Senador Tuma, que essas duas CPI sejam prorrogadas, para que se esgotem essas denúncias.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos com o maior prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Sou favorável a que tomemos as assinaturas dos representantes dos nossos Partidos, PFL, PDT e PSDB e de todos os partidos que estão conosco na luta pela moralização do País, porque muita coisa, como V. Ex^a está dizendo, ainda vai aparecer, e os ladrões públicos vão se desmoralizar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Portanto, Sr. Presidente, a minha satisfação em ver em noticiário de fim de tarde declarações atribuídas a V. Ex^a, que espero sejam confirmadas, para que possamos ter, por meio da prorrogação das CPIs, a investigação desses fatos até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, antes que V. Ex^a deixe a tribuna, quero só dizer ao Plenário o que acabei de dizer à imprensa. Estávamos tratando evidentemente de um outro assunto e veio à baila essa pergunta sobre a continuidade ou não das Comissões Parlamentares de Inquérito. Eu disse exatamente o que disse das vezes anteriores, que isso é uma questão regimental.

Se houver um número mínimo de assinaturas pedindo a prorrogação das Comissões Parlamentares de Inquérito ou mesmo a criação de outras Comissões Parlamentares de Inquérito, não nos compete fazer

outra coisa senão dar seqüência àquilo que o Regimento manda.

Foi isso que demonstramos na primeira CPI, na segunda, na terceira. Se for necessário prorrogar, faremos isso com a maior naturalidade, com a maior satisfação.

Concordo com V. Ex^a. A única coisa que não pode deixar de existir são essas respostas que a sociedade continua a cobrar de todos nós. Essas respostas precisam ser dadas. O Congresso vai se reafirmar por elas. No que depender de mim, já o demonstrei quando quiseram paralisar a CPI dos Correios. Quando dependia de uma decisão da Mesa, eu mantive a CPI dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quando disseram que os Líderes não iriam indicar, eu disse que, se os Líderes não indicassem, eu indicaria. Alguns líderes não indicaram, e eu indiquei os membros das Comissões, da mesma forma que, com um número mínimo de assinaturas na minha mão, se for decisão da Casa, de acordo com o Regimento, prorrogar, não tenha dúvida alguma, absolutamente dúvida alguma, de que as CPIs serão prorrogadas.

Não tenho outra coisa a fazer senão manter essa isenção que exatamente tem possibilitado a condução dos nossos trabalhos. Foi o que disse à imprensa e reafirmo agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Tenho certeza de que, se depender de V. Ex^a, essas CPIs serão prorrogadas, o que é bom para o País.

Vemos, por exemplo, Senador Arthur Virgílio, de repente, envolvido – quero crer de maneira injusta – um apresentador de televisão de renome nacional, o Ratinho. Penso que ele deve vir aqui esclarecer se está sendo caluniado ou não, se o nome dele está sendo envolvido ou não. Esta Casa não pode permitir que o nome de um cidadão público seja enlameado sem direito de defesa, sem poder vir aqui explicar se foi vítima ou confessar que participou.

Mas a essas coisas temos de dar clareza, para que, Sr. Presidente, não se vá para essa eleição com a cueca do Ceará suja. O Governo não vai pensar que vai entrar nessa campanha sem limpar aquela cueca, Senador Arthur Virgílio. De repente, escondeu-se aqui. “Ah, o dono do ‘cucômetro’ tem prestígio, fez a limpeza do Palácio da Alvorada”. Ele pode ter feito a limpeza do que queira, mas se esqueceu, no seu quintal, de uma cueca suja. E ninguém enfrenta, nessas circunstâncias, o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Em seguida, darei a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu talvez não consiga ser tão otimista quanto o Senador Heráclito, porque o material que sujava aquela cueca não é necessariamente biodegradável. Logo, é preciso mesmo a ação da CPI para que seja passado a limpo o episódio.

Mas, Sr. Presidente, a nossa posição mesmo em relação à CPI dos Bingos – não há dificuldade – é amanhã mesmo começar a coleta das assinaturas, para nós, no Senado, colocarmos, nos dois casos, mais do que 27 assinaturas. Falta ver, na questão da CPI Mista, se vão conseguir número na Câmara. Eu espero que sim. De qualquer maneira, a impressão que eu tenho é a de que se o Deputado Osmar Serraglio declarar que está sendo boicotado, por quem quer que seja, hoje em dia, com a autoridade que ele reuniu, com a decência com que ele tem se comportado, não há hipótese de funcionar uma maioria automática do tipo: vamos barrar a CPI porque somos maioria. Nada. Acabam mesmo percebendo que a Nação fala mais alto do que essas maiorias aritméticas.

Sr. Presidente, V. Ex^a não presidia a sessão no momento em que o Senador José Agripino foi à tribuna para, com toda a justeza e com mais do que justa indignação, se reportar ao episódio da medida provisória das florestas. Ele, que foi o Relator, dizia dos acordos que costuramos aqui. Eu próprio lembrei a ele, em aparte, do empenho que pessoalmente tive por entender que a matéria em gênero era boa para a minha região, para a Amazônia.

Muito bem, fizeram conosco certos acordos que prestigiavam o Senado. Não nos disseram que o Presidente poderia vetar. Se nos dissessem, teríamos adiado a votação da matéria. O Presidente, depois, vai e veta. Ou seja, descobriram uma nova forma de trambique político. Primeiro, finge que concorda; depois, o Presidente veta. Mas eles estão contando com algo que sei que não encontrará eco na decisão de V. Ex^a. Estão contando que fique para as colendas a votação dos vetos.

Daí a minha reivindicação neste momento: que V. Ex^a convoque uma sessão para apreciarmos os

vetos. Deixar o Congresso Nacional livre em relação, por exemplo, a esta matéria, opinar se quer ou não as inovações que o Senado colocou, prestigiando o Congresso, ou se quer prestigiar o veto do Presidente da República. E tem dezenas de outros que estão dormindo nas gavetas. É a reivindicação que faço, em nome do meu Partido e na certeza de que V. Ex^a será sensível: nós fecharemos o círculo para que ele não fique vicioso e vire virtuoso.

O Senado faz um acordo, o Governo faz uma molequeira: não cumpre o acordo. O Presidente veta e se homizia na idéia de que o veto não será votado. Queremos dizer para ele que não dá para ele se homiziar em lugar nenhum e nem no veto, porque queremos saber do Congresso, agora, o que o Congresso pensa do veto que ele após à matéria que nós aqui aprovamos. Se o Congresso resolver manter, muito bem, fica mantido. Se o Congresso resolver não manter, cai o veto e volta a prevalecer a vontade – acordada conosco pelo Governo – soberana do Senado Federal, representando nitidamente o prestigiamento do Congresso como um todo. Portanto, fica aqui o meu apelo para que nós façamos uma sessão de vetos, com toda a urgência, para sabermos o que pensa o Congresso e para mostrarmos ao Presidente que ele não tem todo o poder.

Ele andou, outro dia, inaugurando um aeroporto que tinha sido construído por Médici. Eu não sei, Senador José Agripino, se ele não está confundindo a coisa. Ele não é o Médici. O Médici podia cassar, prender, arrebentar, matar, fazer tudo. Ele não é o Médici. Ele não tem Ato nº 5 a sua disposição, ele não tem as enxovias fechadas para a imprensa.

Ele fica às vezes delirando que é o JK. Isso até não é ruim. Mas quer delirar, depois, que é o Médici. Inaugura o aeroporto do Médici e deve imaginar que está ao abrigo, como o Médici estava, do nosso julgamento, do crivo da imprensa e da exigência da sociedade. Então, que ele se submeta ao Congresso. E que o Congresso diga o que pensa do veto dele.

Eu me curvarei, como democrata que sou, à vontade do Congresso, se o Congresso tiver uma vontade, na sua média, diferente da minha, que é de derrubar o veto dele. Mas que ele não fuja por essa tangente do veto, e se submeta ao Congresso. Daí o apelo que faço a V. Ex^a para que convoque uma sessão de vetos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a e assumo publicamente o compromisso, como, aliás, fiz das vezes anteriores, para que tenhamos uma reunião de Líderes, a fim de, o mais rapidamente possível, convocarmos o Congresso Nacional para apreciar alguns vetos; se possível, todos os vetos.

Se houver a possibilidade de chegarmos a um consenso com relação aos vetos apreciados, melhor. Se não, vamos distribuir aquela cédula com os vetos todos, mas o Congresso estará cumprindo o seu papel.

O mesmo fizemos hoje com relação à verticalização. Conversamos com alguns Líderes partidários, ouvi alguns Senadores, o Presidente da Câmara também, e marcamos para quarta-feira, às 11 horas e 30 minutos, a sessão do Congresso Nacional, a fim de promulgarmos a Emenda à Constituição que proíbe a verticalização.

Nesse episódio todo, fiz questão de lembrar, trabalhei como bombeiro. Não declaramos, absolutamente, guerra a ninguém. Vou continuar cumprindo esse papel, mas como Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal tenho a obrigação de defender a competência do Congresso de legislar. Se este não puder legislar, o que vai restar ao Congresso Brasileiro?

O que for preciso nós vamos fazer, em uma questão e na outra também, na apreciação dos vetos, para que não se acumulem – conversaremos sobre isso –, e na promulgação do texto da Constituição que trata da mudança com relação às eleições.

Conte com a minha participação, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje já se falou muito a respeito do drama vivido pelos irmãos do Prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel. Os Srs. João Francisco Daniel e Bruno Daniel e suas famílias estão transferindo residência para o exterior, em uma espécie de auto-exílio, por não se sentirem seguros em território brasileiro.

A imprensa constatou que os irmãos João Francisco e Bruno Daniel foram ameaçados, inclusive com as ameaças se estendendo às suas famílias. É fundamental, diante do ocorrido, que o Estado brasileiro se posicione, que o próprio Chefe da Nação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assuma a responsabilidade perante o episódio. Temos que definir com clareza o que somos como Nação. Se a lei aqui se impõe e o cidadão possui garantias de que pode exercer a sua liberdade sem ser ameaçado, isso não pode ser alvo de nenhuma contestação. Esse é um ponto precípuo e analienável de uma democracia. Regime que só é possível com o respeito integral das liberdades fundamentais. Diferentemente dos regimes ditatoriais e totalitários, nos quais a liberdade é mitigada em nome de uma pretensa segurança, na democracia, a segurança está intimamente associada ao exercício das liberda-

des. Franklin Delano Roosevelt, em um momento de extrema felicidade, afirmou que “quem troca liberdade por um pouco de segurança não merece liberdade e nem consegue segurança”.

Estamos, então, diante desse dilema. Nós que constituímos o Poder Legislativo não podemos nos omitir diante de fato de tal gravidade. Como principal alicerce de um Estado Democrático de Direito, é chegado o momento de cobrarmos uma atitude que salvguarde o direito inalienável da família de Celso Daniel, que foi brutalmente assassinado, de lutar por Justiça e por desvendar o crime que assustou o País.

A CPI dos Bingos se debruçou sobre esse tema, e os elementos existentes apontam que o crime ainda não possui uma solução definitiva. A identificação e a prisão dos autores imediatos do crime não indicam que tudo está esclarecido, pois se vislumbra uma clara intenção por trás da extorsão mediante seqüestro seguido de morte, versão que insistem em sustentar.

Não vou me voltar aqui sobre detalhes desse crime torpe, que chocou o País e que ainda vem levando a Nação a sobressaltos. No entanto, é inegável que existia um esquema de corrupção entranhado na Prefeitura de Santo André e que o Prefeito Celso Daniel se voltou contra esse esquema, um esquema que envolvia pagamento de propina, ameaças, veladas ou diretas, e extorsões.

Estamos aqui também ao lado de outros oradores, como os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio, para lamentar o que está acontecendo com a família do ex-Prefeito Celso Daniel e protestar contra isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Tenho certeza de que será reparada essa tremenda injustiça que se pratica contra os irmãos de Celso Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante os três anos de meu mandato, tenho subido à Tribuna desta Casa, para criticar, aplaudir ou mesmo divergir.

Desde a área social que tem sido carro-chefe de minha vida pública, até à área econômica que, acredito é da maior importância para que se cumpram todos os demais deveres do Estado para com a Nação.

Hoje, Senhor Presidente, trago à reflexão dos senhores parlamentares artigo publicado neste domingo no Jornal do Brasil, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, intitulado “Desperta Brasil”.

O Senhor Antônio Ermírio é um dos empresários brasileiros mais combativos, não só a favor da sua classe, mas, sobretudo a favor do Brasil.

Senti, nas palavras do empresário uma grande desilusão com os rumos que vem tomando nosso país.

Sua maior preocupação relaciona-se à falta de confiança dos investidores sejam internos ou externos.

Segundo ele mesmo afirma, se a inflação controlada, se o mercado consumidor é gigantesco e se a capacidade exportadora é pujante, porque a confiança em nosso país está tão em baixa?

Para o empresário, a baixa confiança na economia brasileira está nas crescentes despesas governamentais, no desequilíbrio das contas fiscais e inchaço dos quadros da máquina pública.

Esta também é uma de minhas maiores preocupações e minha resposta é a mesma dele.

Os investidores – nacionais e estrangeiros desacreditam num país onde o governo consegue equilibrar suas próprias finanças, onde a máquina pública transformou-se num monstro devorador de impostos e tributos pagos pela população, que não param de crescer.

Em 29 de março do ano passado, ou seja, há cerca de um ano, pronunciei-me exatamente desta Tribuna, a respeito da Medida Provisória 232 de 2004, que aumentava a carga tributária dos prestadores de serviços e dos produtores rurais, e que conseguiu erguer um clamor nacional contra o governo, levando-o a desistir de aprová-la.

Naquele mesmo período, a Imprensa nacional discutia o aumento de gastos do Executivo, que fiz questão de comprovar e comparar com o crescente aumento da carga tributária.

Uma receita que, ao longo do atual governo vem reduzindo e minando o crescimento da economia brasileira.

Enquanto os tributos e impostos têm crescido de maneira vertiginosa, os investimentos têm sido praticamente zero.

Estão aí as estradas federais, em situação quase caótica. A operação tapa buraco do atual governo, traduz uma enorme falta de planejamento e desrespeito a inteligência do brasileiro.

A criminalidade e a violência continuam mantendo a população em estado permanente de vigília e alerta!

Os programas sociais, de cunho assistencialista, se sustentam no marketing, como já ficou comprovado na última semana, com as filas de pessoas carentes tentando se cadastrar para receber o Bolsa Família.

Em seu texto, de excelente abordagem, o empresário Antônio Ermírio de Moraes questiona como o Brasil, uma nação de tantas riquezas, pode crescer apenas mais do que o Haiti, um país destruído e que precisa de ajuda externa para organizar seu governo.

E indaga: o que será da economia brasileira em 2006? Há aqueles que acham que vai melhorar pelos bons efeitos da Copa do Mundo e pelas eleições de outubro.

Mas em 2007 não haverá Copa do Mundo nem eleições!

Termina afirmando que é preciso sanear os grandes ralos dos déficits públicos para gerar a confiança dos investidores, porque “nenhum país pode viver de copas e de eleições”.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento, dizendo que existem pessoas que pensam um Brasil forte e desenvolvido.

Podemos começar trabalhando e acenando com um projeto para um Brasil diferente, um Brasil capaz de gerar desenvolvimento, emprego, renda, divisas, bens e serviços, mais confiança e um desempenho capaz de atrair os investimentos como desejam todos aqueles que acreditam em nosso país.

Obrigada, senhor Presidente por esta oportunidade de reproduzir um artigo oportuno e lúcido, deste empresário preocupado com seu país, como é o senhor Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 2006, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal, através do DNIT, com relação à execução de obras sem contratos no Estado do Paraná e em Minas Gerais.

2**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre a obra do Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigida pelo Sr. Julier Sebastião da Silva.

3**REQUERIMENTO Nº 211, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre o Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigido pelo Sr. Julier Sebastião da Silva, a respeito de publicação de revista autopromocional relativa à inauguração do Fórum 8 de abril, na cidade de Cuiabá.

4**REQUERIMENTO Nº 213, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, que requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal por intermédio do DNIT, com relação a execução de obras no Estado de Mato Grosso.

5**REQUERIMENTO Nº 217, de 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no exterior, no período de 1994 a 2002.

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que *altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de re-*

ursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13-4-2006

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.*

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor:

Prazo final: 28-4-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de*

peessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.)

9

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

(O.S.: 11119/2006)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

Agenda do Presidente do Senado Federal

6-3-2006

Segunda-feira

16:00 – Coletiva à Imprensa

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

17:30 – Ministro Paulo Brossard

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 060, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar os servidores Ricardo Viana de Camargo, matrícula 102067 e Carmen Lúcia Cruvinel, matrícula 48577, em substituição aos servidores Robson Aurélio Néri, matrícula 105070 e Silvia Regina Marques Magalhães, matrícula 103424, para integrar como membros, a Comissão Especial de Planejamento e Orçamento - COPLAN, de que trata a Portaria nº 22, de 13 de fevereiro de 2004, desta Diretoria-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 061 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando que cabe ao Senado Federal, como Instituição representativa das Unidades da Federação, estimular e promover eventos que contribuam para um maior conhecimento de toda a sociedade, da riqueza e diversidade cultural das diferentes regiões do País, de modo a sedimentar e fortalecer a identidade nacional;

Considerando que as artes plásticas, através de figuras da importância de Cândido Portinari, Carybé, Raimundo Cella, Victor Meirelles e tantos outros, sempre contribuíram para reforçar e eternizar os traços mais marcantes da nossa cultura, sendo conveniente à sociedade o estímulo ao surgimento de novos valores nesse segmento;

Considerando o êxito que o Senado já colheu em promoções dessa natureza, que inclusive contribuíram para fortalecer os laços desta Instituição com os governos estaduais e com toda a sociedade,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão destinada a planejar, organizar e executar uma Exposição de Artistas Plásticos, com representantes de todas as unidades da Federação, nas dependências do Senado Federal, com ampla divulgação, no primeiro semestre do ano em curso.

Art. 2º. Os quadros a serem expostos serão selecionados pela Comissão, mediante consulta às Secretarias de Cultura dos Estados;

Art. 3º. Ficam designados para compor a Comissão citada no Art. 1º, os seguintes servidores, sob a coordenação do primeiro: Lucyana Maria de Moraes Vega, matrícula nº 55442 (presidente); Lilia Souza Britto, matrícula nº. 30536; Walesca Borges da Cunha e Cruz, matrícula nº. 55211; Alan Silva, matrícula nº 31590; Tânia Beatriz Hormann, matrícula 55144; Gaetano Ré, matrícula nº. 16310; Tânia Toledo Tenório, matrícula nº 34608; Luís Ignácio Moreno Fernandez, matrícula nº. 39412; Lucia Maria Borges de Oliveira, matrícula nº 20191; Mário Hermes Estanção Viggiano, matrícula nº. 38626; Sebastião da Silva Azevedo, matrícula nº 09453; Jaqueline Silveira, matrícula nº 29388; Leila Daher matrícula nº 51965; e Edme Tavares de Albuquerque Filho, matrícula nº 186469 (secretário).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Senado Federal, 06 de março de 2006.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 403 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003596/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ELIANE AYMONE PADILHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 3 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 404 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.708/06-0.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por idade, com proventos proporcionais, o servidor **OSÓRIO PATRIOTA DOS SANTOS** Técnico Legislativo, Área 6, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela EC. Nº 20/98, na forma do disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, e artigo 9º da Resolução SF nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 06 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 405 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **GIOVANI PEREIRA DO AMARAL**, matrícula nº 50730, e **CÁSSIO MURILO ROCHA**, matrícula nº 52209, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 020047/05-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 406 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ANTONIO CESAR NOBREGA**, matrícula nº 44043, e **EDVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO**, matrícula nº 42149, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002368/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 407 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003628/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **UBERANI DOS SANTOS BARBOSA**, matrícula n.º 188880, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 06 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 408 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003586/06-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JONAS MATEUS DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 06 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 409 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003627/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROGÉRIO JOSÉ KROHN** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 06 de março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULAR(ES)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLIC'Y (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS